



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

DISSERTAÇÃO

**Assessoria de Chumbos:
A relação dos jornalistas com a Secretaria de Imprensa da Presidência
da República durante os governos Costa e Silva e Médici**

Laura Maria Coutinho Xavier Naves

Orientador: Prof. Dr. Fábio
Henrique Pereira
Linha de pesquisa: Jornalismo
e Sociedade
Eixo temático: Identidade
profissional



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

DISSERTAÇÃO

**Assessoria de Chumbos:
A relação dos jornalistas com a Secretaria de Imprensa da Presidência
da República durante os governos Costa e Silva e Médici**

Laura Maria Coutinho Xavier Naves

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de Exame de Defesa de dissertação como requisito para obtenção do grau de mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Jornalismo e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira

Laura Maria Coutinho Xavier Naves

Assessoria de Chumbos:
A relação dos jornalistas com a Secretaria de Imprensa da Presidência da
República durante os governos Costa e Silva e Médici

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-
graduação em Comunicação da Universidade de
Brasília como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação.

Aprovada em 23/04/2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira – UnB

Orientador

Prof^a. Dr^a. Maria da Graça Miranda de França Monteiro – UnB

Avaliadora

Prof^a. Dr^a. Liliane Maria Macedo Machado - UnB

Avaliadora

SUMÁRIO

1. Introdução	09
2. Objetivos	12
2.1 Objetivo Geral	12
2.2 Objetivos Específicos	12
3. Justificativa	13
4. Do Golpe ao Governo Médici: Um panorama histórico	16
4.1 Do Golpe ao AI-5	16
4.2 A ditadura após o AI-5	20
4.3 A Secretaria de Imprensa da Presidência da República	24
5. Referencial Teórico	26
5.1 Teoria etnoconstrucionista x Teoria do espelho nos estudos sobre jornalismo	27
5.2 Jornalistas e Fontes	29
5.3 Negociação	32
6. Referencial Metodológico	35
6.1 Perspectiva Metodológica: História Oral	35
6.2 Metodologia de pesquisa	38
6.3 Terreno de pesquisa	41
6.4 Cenário de pesquisa	43
6.4.1 Antônio Carlos Scartezini	45
6.4.2 Evandro Paranaguá	46
6.4.3 Hélio Doyle	46
6.4.4 Luiz Barbosa	47
6.4.5 Reynaldo Dias	47
6.5 Condições de realização das entrevistas	48
6.6 Metodologia de análise documental	50
6.6.1 Análise documental: delimitação do corpus	51
7. Análise dos resultados: a negociação no contexto das relações entre jornalistas e assessores na cobertura da Ditadura Militar	53
7.1 Representações sobre a cobertura durante a Ditadura Militar	54
7.1.1 A representação dos assessores na visão dos jornalistas	57
7.1.2 Carlos Chagas	57
7.1.3 Carlos Machado Fehlberg	59

7.1.4 Chagas x Fehlberg.....	60
7.1.5 As representações dos jornalistas.....	61
7.1.6 O perfil do jornalista negociador.....	62
7.1.7 A Secretaria legitimando o trabalho dos assessores.....	64
7.2 Negociações de cobertura.....	71
7.2.1 Credenciamento.....	71
7.2.2 Rotina de cobertura.....	75
7.2.3 Linguagem Jornalística.....	82
7.3 Participação de outros atores.....	87
7.3.1 Os jornais.....	88
7.3.2 AERP e Secretaria de Imprensa da Presidência da República.....	89
7.3.3 Octávio Costa.....	90
7.3.4 Militares.....	91
7.3.5 Itamaraty.....	94
7.3.6 Outros jornalistas.....	94
7.5 Considerações parciais: A Negociação com a imprensa em tempos de Ditadura Militar.....	95
8. Conclusões.....	99
9. Notas.....	108
10. Referências.....	109
11. Anexos.....	112
11.1 Entrevista Antônio Carlos Scartezini.....	112
11.2 Entrevista Carlos Chagas.....	158
11.3 Entrevista Carlos Machado Fehlberg.....	171
11.4 Entrevista Evandro Paranaguá.....	184
11.5 Entrevista Hélio Doyle.....	206
11.6 Entrevista Luiz Barbosa.....	224
11.7 Entrevista Reynaldo Dias.....	258

Agradecimentos

A melhor parte de se ver uma dissertação pronta é perceber quantas pessoas se envolveram no seu projeto, na sua luta constante contra a tela branca do *Word*, nos seus momentos mais difíceis em elaborar temas, estudar teorias, desconstruir metodologias. E ainda assim, essas pessoas continuaram lá, apoiando e te fazendo olhar para a frente, jamais para trás.

Por isso, agradeço aos meus pais que me apoiaram de uma forma que só os dois saberiam, com um amor que é só deles e de mais ninguém. Agradeço a minha família por ter me escutado, apoiado e aprendido sobre Ditadura durante esses dois anos de relacionamento com o Mestrado. E em especial à minha irmã, que o seu lado “professora” e a sua persistência até o “Doutora” me fizeram acreditar que seria possível.

Ao meu orientador, Fábio Henrique Pereira, que me formou pesquisadora, mostrando um outro lado do jornalismo até então desconhecido para mim. À sua paciência em me ensinar todo o processo, às suas indicações de leitura, que formaram esse projeto, ao seu apoio durante toda a pesquisa, às suas palavras incentivadoras de persistência, à sua ajuda nas revisões, às suas sugestões e, principalmente, por ter acreditado que essa pesquisa era possível, meu muito obrigada!

À professora doutora Liliane Maria Macedo Machado, que faz parte dessa formação desde a graduação e me acompanha em mais uma conquista. E ainda por ter me mostrado que existe História no Jornalismo.

À professora doutora Maria da Graça Miranda de França Monteiro, por ter aceito o convite de ler essa dissertação, participar de sua conclusão e por seu interesse pelo estudo desde o primeiro contato.

À professora Zélia Leal Adghirni, pelos conselhos valiosos, pelas conversas sobre Ditadura e pelas indicações de leitura que tanto me ajudaram na construção dessa dissertação.

A Carlos Machado Fehlberg, com seus relatos, seus conselhos, suas histórias que ultrapassaram o trabalho. Que acreditou na minha capacidade de poder contar a sua história dentro da Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

A Antônio Carlos Scartezini, que me recebeu em sua casa para uma conversa longa sobre sua vida de jornalista político, por sua ajuda em encontrar novas fontes, pelas correções ao meu trabalho, por sua disponibilidade e confiança.

Aos jornalistas Carlos Chagas, Evandro Paranaguá, Hélio Doyle e Luiz Barbosa pela confiança em contar suas histórias, por compartilharem suas opiniões, suas vidas de jornalistas, por terem me recebido tão gentilmente em suas casas e seus trabalhos e pelas conversas memoráveis.

Aos amigos, pela companhia durante todo esse processo, pela paciência em escutar as “mesmas-histórias-outra-vez”, pelo carinho, pela compreensão.

MUITO OBRIGADA!

Resumo

A dissertação apresenta um estudo sobre o relacionamento dos jornalistas, credenciados ou não, com a Secretaria de Imprensa da Presidência da República durante os governos Artur da Costa e Silva (1968-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1970-1974). A partir de entrevistas qualitativas semi-dirigidas (ou semi-estruturadas), foi possível ter um corpus para a reconstrução do contexto jornalístico dentro de um panorama marcado pelo AI-5. Para isso, foram entrevistados jornalistas políticos e os assessores dos dois períodos abordados nessa pesquisa. Foi percebido que sob o processo de cobertura política, existiam estratégias e manobras tanto nos processos de apuração como na redação do texto. Esse contexto de negociação marca a produção noticiosa. Assim, ser jornalista político durante o regime exigia novos procedimentos que manejavam os limites impostos pela censura além da própria política editorial dos veículos em que trabalhavam. Para contextualizar teoricamente, foi abordado o conceito de negociação de Strauss (1992) e uma abordagem etnoconstrucionista da notícia, como resultado de um conjunto de interações sociais simbólicas, representadas pela relação entre jornalista e fonte, e que dão origem ao produto final: a notícia. Dessa forma, o resultado apresentou um outro painel do jornalismo, aquele do viés institucional representado pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República e a forma como se relacionou com os repórteres que cobriram o Palácio do Planalto. Também buscou confrontar as formas de representação de um jornalista que trabalha para o Governo militar e que, no seu cotidiano, precisava lidar com um outro jornalista, que tinha seu trabalho afetado diretamente pelos efeitos da Ditadura Militar.

Palavras-chave: jornalista, cobertura política, Ditadura Militar, censura, negociação, secretaria de imprensa.

1. Introdução

O papel do assessor de comunicação durante a Ditadura Militar no Brasil foi de suma importância na construção de uma imagem positiva da Presidência. Em meio ao conturbado período que o Brasil vivia, o papel da comunicação institucional era trabalhar para que a sociedade relevasse as atitudes do governo e exaltassem a imagem populista do presidente. A AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas e a Secretaria de Imprensa exerciam manobras comunicacionais para que isso fosse feito. O principal exemplo é o do governo de Médici: considerado um dos mais violentos presidentes do período, sua imagem perante a sociedade era a de um venero apreciador de futebol. A fotografia em que aparece com um rádio de pilha escutando os lances de uma partida, o colocavam em um patamar próximo aos interesses culturais da maior parte da população brasileira (Smith, 1997).

Nesse contexto, a Secretaria de Imprensa tinha como desafio relatar oficialmente os interesses políticos para a imprensa nacional em uma tentativa muitas vezes frustrada de fazer com que jornalistas publicassem matérias positivas sobre o governo. “Os sistemas autoritários utilizam a linguagem como fonte de perpetuação no Poder e manutenção do sistema. O conceito de verdade é frequentemente traduzido como a vontade do governante” (REGO, 1985, p. 43).

A imprensa como instituição não tinha outra alternativa senão publicar as mentiras oficiais e omitir a verdade, mas isso não significava que muitos da imprensa não sentissem nas próprias entranhas essa flagrante falsidade. A falta de adequação entre a realidade e a versão oficial era outra razão de serem consideradas ilegais as rotinas de restrição da imprensa (SMITH, 2000, p. 187).

O que de fato acontecia é que a censura criou uma barreira ética dentro das redações brasileiras. Importantes jornalistas eram assessores de comunicação e muitos de seus companheiros e amigos lutavam dentro de uma redação para que seu texto fosse publicado. Entre ter de escrever uma reportagem a qual não relatava a verdade, simplesmente para ser aprovada pela censura, alguns jornais deixavam em branco as páginas destinadas àquela matéria, como o fez a revista *Veja*; ou as preenchiam com receitas de culinária ou trechos de poemas, artifício utilizado pelo *O Estado de S. Paulo*; para que a população percebesse que uma verdade havia sido oprimida (Abreu, 2002). A imprensa trabalha de forma a não mais ser apenas um veículo de

informação, mas um meio de informação a serviço do controle social (Guareschi, 1991).

Dentro dessa lógica de trabalhar a imagem do regime junto à opinião pública nacional, optou-se pela contratação de figuras importantes do jornalismo para assumirem como secretários de imprensa. Assim, Carlos Chagas assumiu a Secretaria no governo Costa e Silva e Carlos Machado Fehlberg foi o secretário de imprensa durante o regime de Médici. Os dois saíram de redações de grandes jornais e aceitaram o convite para o cargo. Essa situação criava uma relação ambígua: como exercer esse trabalho sem expor suas convicções ideológicas e aceitando os preceitos institucionais do Governo?

Chagas ficou pouco tempo no cargo devido à saúde frágil de Costa e Silva no período. Ainda assim, manteve uma relação próxima aos jornalistas também camuflada pela ideia de liberdade que a imprensa ainda tinha dentro do Palácio do Planalto e das Laranjeiras, no Rio de Janeiro; onde a Secretaria possuía espaço nesse governo.

Já Fehlberg assumiu o cargo durante os quatro anos de governo de Médici. Inovou criando um tipo de minirredação dentro da Secretaria e também uma atividade especial em que as notícias publicadas no exterior viriam à conhecimento tanto do presidente como do chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu.

Os dois secretários liberavam um boletim de notícias que servia como fonte oficial para os jornalistas. Era a partir desse material que se tinha a versão do Governo sobre os fatos do dia. Porém, apenas assuntos não-polêmicos, como agenda de presidente e atos promulgados eram abordados nesse boletim.

Além disso, tanto Médici como os outros militares evitavam responder perguntas referentes à política do país. O objetivo era de sempre ressaltar os valores simbólicos do país e camuflar o caos resultante das atitudes ditatoriais. Percebe-se, então, esse conflito comunicacional dentro do Governo durante a Ditadura Militar já que a AERP exaltava a figura do presidente, tornando-o uma figura carismática para a sociedade e a Secretaria se responsabilizava por informar a população por meio de jornalistas. Trabalhando como representantes desse regime, Chagas e Fehlberg conduziam seu trabalho de acordo com o que lhes era estipulado e permitido.

Para compreender como a Secretaria funcionava sob os moldes de comunicação permitidos durante o regime, foi necessário buscar atores que participaram desse processo já que há poucos estudos que remontam ao órgão. Esse

foi um dos principais motivos para que essa pesquisa fosse realizada e o que caracteriza sua relevância dentro do espaço acadêmico. Como uma Secretaria de Imprensa que atuou durante um regime militar em que o jornalismo era cerceado pela censura trabalhou de forma a desenvolver seus trabalhos sem perder seu caráter de esfera comunicacional? Como os secretários estruturaram a Secretaria sob suas gerências? Como era essa relação entre a comunicação da Secretaria de Imprensa do Governo e os jornalistas? Como eles negociavam as notícias que seriam publicadas sobre os presidentes? Quais outros processos existiam nessa cobertura?

Para conseguir responder essas questões, é preciso analisar o trabalho de cobertura jornalística durante o período da Ditadura Militar e as informações liberadas pela Secretaria de Imprensa, em particular durante os governos Costa e Silva e Médici. Para ser operacionalizado, esta dissertação questiona e confronta depoimentos dos ex-secretários da Secretaria de Imprensa da Presidência da República com o de jornalistas que cobriram o Planalto em algum momento da carreira. O estudo será baseado em entrevistas com os assessores e jornalistas. Dessa forma, o objetivo é compreender como a Secretaria de Imprensa trabalhava com os jornalistas, credenciados ou não, dentro do Planalto. E ainda, de que forma esses profissionais enxergavam essa relação, recebiam essas informações, realizavam a cobertura do Planalto

Explicar os fatos e não mostrá-los, gerenciar a comunicação em tempos de crise, representar o interesse maior desqualificando a compreensão moral e social talvez fossem as principais obrigações de quem representou o regime no âmbito comunicacional durante a Ditadura. Dificuldades também enfrentadas pelos jornalistas que tentavam contornar essas dificuldades por meio da linguagem, da busca por outras fontes e na tentativa de se fazer um jornalismo em que a verdade chegasse à sociedade sem estar velada por interesses maior.

2 - Objetivos

2.1 – Objetivo Geral

Analisar a relação entre jornalistas, através de entrevistas; e a Secretaria de Imprensa da Presidência da República durante os governos Costa e Silva e Médici.

2.2 – Objetivos Específicos

- Descrever a estrutura da Secretaria de Imprensa da Presidência da República durante os governos Costa e Silva e Médici, identificando as peculiaridades do modelo vigente durante os períodos;
- Identificar, através dos discursos¹ dos jornalistas entrevistados; como se dava a relação entre jornalistas e os secretários de imprensa Carlos Chagas e Carlos Fehlberg;
- Analisar o processo de negociação entre jornalistas e assessores de imprensa em torno das notícias sobre o regime militar.

¹ É importante ressaltar que o uso da palavra “discurso” em referência à fala dos entrevistados para a pesquisa, mesmo sendo uma análise de discurso, denota uma visão crítica às entrevistas.

3. Justificativa

Por trás dos discurso da transparência democrática está o reconhecimento dos limites de atuação de assessores e jornalistas no processo de construção da realidade política. Contudo, é preciso questionar até que ponto a atuação conjunta entre promotores e jornalistas significa, de fato, uma cobertura mais transparente da política nacional. (PEREIRA, 2005, sp)

Durante a Ditadura Militar, o meio institucional mais conhecido do Governo era a AERP. Muitos estudos já foram feitos sobre suas propagandas ideológicas, as influências que exercia na esfera comunicacional. Porém, pouco se sabe como funcionava a Secretaria de Imprensa, responsável por ser a ligação entre o presidente e os jornalistas.

A forma como ela trabalhava não descaracterizando a origem jornalística dos secretários mesmo em confronto ou acordo aos interesses políticos do período permeia toda a ideia central do estudo. Além disso, pouco existe sobre a forma como os jornalistas trabalhavam essas notícias oficiais, de que forma as utilizavam dentro de suas reportagens e como era suas relações com a Secretaria e seus secretários.

Essa dificuldade em encontrar bibliografia e fontes demonstram uma falência de estudos sobre o assunto. Sabe-se que Fehberg estruturou uma Secretaria de Imprensa que atendesse tanto aos interesses dos veículos de comunicação como aos do Governo. Mas pouco se sabe como foi esse processo, como era essa sua relação com os outros jornalistas em um período em que a comunicação no Brasil convivia com a censura imposta pelo Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968. Ele permitiu ao governo impor restrições de veiculações aos meios midiáticos que expusessem assuntos contrários ao regime. Mas poucos estudos relatam essa convivência entre a Secretaria de Imprensa e os grandes veículos comunicacionais do Brasil, a troca de informações dentro de uma mesma profissão com tarefas divergentes. Esse é um dos temas mais relevantes a ser discutido com Chagas e Fehlberg.

Outra questão é a estrutura da Secretaria no período em questão. A forma como trabalhava para que as notícias chegassem aos veículos de comunicação e aos jornalistas e como esses utilizavam essas informações para transformá-las em notícia. É sabido que os presidentes militares evitavam o contato direto com os jornalistas. Com Médici não foi diferente. É preciso compreender como o assessor o monitorava

durante as coletivas e que tipo de instruções recebia, já que isso também faz parte do contexto a ser estudado. Já Costa e Silva realizava esse acesso por meio de coletivas de imprensa.

Ainda hoje percebe-se que muito dessa estrutura de assessoria montada pelos ex-secretários permanecem nos moldes atuais. Por esse motivo, é importante resgatar esse contexto original de Secretaria de Imprensa, essa nova forma de se fazer jornalismo que surgiu tardiamente no Brasil e sob os moldes do que já era praticado pelos Estados Unidos.

O regime de Costa e Silva foi marcado pela promulgação do AI-5. Ainda que tenha sido deliberado por outros militares, como Chagas afirma; as suas consequências e a revolta que gerou entre a população e, claro, pela mídia; assustou inclusive o presidente, que dias antes à sua morte, desejava fazer dele apenas um ato que não refletisse nas prisões que estavam acontecendo.

O governo de Médici foi o escolhido a ser estudado para a dissertação porque conviveu simultaneamente com o Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo (Gaspari, 2002), levou a sociedade à uma ascensão econômica assim como a um período sangrento, em que o medo e a busca por mudanças se conflitavam dentro da imprensa brasileira.

Costa e Silva e Médici possuíam interesses e formações diferentes. O primeiro subiu ao poder com uma ideia pessoal de retomar a abertura política, o segundo subiu com o mesmo projeto exposto publicamente em seu discurso de posse, mas sem intenções reais de concretizar a promessa. Um era mais acessível, o outro mais retraído. São essas diferenças de personalidades, de governo, de planos e de missões que fazem dos dois períodos importantes elementos de estudo na construção da memória de assessoria do regime e a relação que havia com os outros jornalistas.

Enaltecer uma imagem “sagrada” é o principal objetivo dos dirigentes com um governo camuflado. Em outras palavras, o propósito da sua comunicação é vangloriar conquistas exaltando a posição de líder; e esconder possíveis fracassos e atitudes contrárias aos interesses sociais. E essa linguagem é a fonte de perpetuação do poder e manutenção do sistema autoritário. Como ela fazia, quais os limites de veiculação que os assessores possuíam e de que forma o Governo interferia na esfera da comunicação institucional são as principais questões a serem estudadas.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O capítulo seguinte se dedica a uma recontextualização do período histórico coberto por esta pesquisa, os

governos de Artur da Costa e Silva (1968-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1970 – 1974). Em seguida, apresentaremos nosso referencial teórico, que discute a teoria etnoconstrucionista em oposição à teoria do espelho, a ideia do jornalista como fiel reproduzidor da realidade e a notícia construída a partir das experiências sociais desses atores. Na seção seguinte, apresentamos a relação entre jornalistas e fontes, a interação entre o repórter e a fonte oficial. Ainda, abordamos o conceito de Negociação dentro do cenário estudado na pesquisa. A partir dos discursos pudemos perceber que negociações foram feitas tanto por parte da Secretaria como dos jornalistas, além da participação de outros atores nesse contexto. O intuito é levantar a questão teórica da negociação dentro desse quadro a partir do conceito de Strauss (1992).

O capítulo metodológico explica de que forma e como foram realizadas as entrevistas com jornalistas e assessores de imprensa. Utilizando o método da entrevista qualitativa semi-aberta, foi possível resgatar os discursos dos jornalistas e ampliar esse espaço recortado pela pesquisa, já que outros momentos e peças relevantes surgiram a partir dessas conversas. Além disso, o capítulo apresenta o critério de seleção dos jornalistas além do espaço que foi recortado para o projeto, os governos Costa e Silva e Médici; e de que forma foi feita a análise documental e contextual.

Finalmente, durante a análise discutimos, a partir dos discursos dos entrevistados e dos referenciais teóricos abordados nesse estudo, as representações dos assessores e jornalistas sobre a cobertura, além de suas próprias representações como repórteres e secretários. Ainda, abordaremos o perfil desses dois representantes dentro do contexto de negociação. Além disso, analisamos as situações em que existiram a necessidade de se negociar, seja por uma notícia ou por um fato. Assim, discutimos o credenciamento desses jornalistas, levantamos a forma como a cobertura era feita dentro desse cenário, e que manobras jornalistas e assessores executaram para que a notícia fosse publicada ou a informação chegasse à imprensa.

4. Do Golpe ao governo Médici: Um panorama histórico

Neste capítulo será apresentado o contexto histórico do período abordado na dissertação. O objetivo é contextualizar os eventos ocorridos durante os governos analisados no estudo, partindo desde o Golpe de 64, que marca o início do regime ditatorial no Brasil, até o governo Médici, no ápice da ditadura e também o último governo analisado na dissertação.

4.1 – Do Golpe ao AI-5

No dia 1º de abril de 1964, o Brasil passou de um regime democrático a um ditatorial. Insatisfeitos com as Reformas de Base que o então presidente João Goulart implementava no país, os militares aplicaram o que seria então conhecido como o Golpe de 64, em que retiravam a presidência de Jango e instituíam o governo que duraria por mais de 20 anos. O resultado foi a cassação de Raul Ryff, seu influente secretário de imprensa; João Goulart e do então chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro; pelo golpe de 1964. O momento ainda resultou em outras cassações, mas resolvemos destacar os três pois ocupavam os principais cargos que serão mencionados posteriormente no estudo.

Jango havia subido ao poder após a súbita renúncia de Jânio Quadros em 1961. Como uma forma de deslegitimar seu poder, foi-se instituído um regime parlamentarista, inibindo seus poderes como novo presidente por força dos próprios militares. Em consulta popular em 1963, Goulart conseguiu expressiva vitória do presidencialismo. A partir desse momento, interpretou como um triunfo pessoal e passou a defender suas “reformas de base”, que em linguagem popular eram uma interpretação trabalhista da posição política abordada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) no final dos anos 50. Na esfera do pensamento comunista, a interpretação desse cenário significava o direcionamento do país a um desenvolvimento capitalista no rumo de uma “revolução nacional e democrática”. (Fico, 2004). Foram essas reformas que geraram no Brasil um espírito pré-revolucionário entre 1963 e 1964. Tanto a UDN (União Democrática Nacional) quanto os militares, adversários de Jango, afirmavam que o então presidente não tinha intenção de aplicar essas reformas e que elas seriam uma tentativa de polarizar a opinião pública e assim abrir espaço para governar o país sob um nacionalismo radical (Skidmore, 2000).

Enquanto Jango saía de Brasília no dia 1º de abril de 1964 rumo ao Rio Grande do Sul em busca de apoio político, o presidente do Senado Auro Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República e seguiu para o Planalto junto com o deputado e presidente da Câmara, ou seja, sucessor legal de Goulart por 30 dias, Ranieri Mazzili; para uma reunião sobre o futuro presidencial do país. Porém, essa posse era inconstitucional já que o presidente ainda se encontrava em solo brasileiro (Gaspari, 2002). Percebendo o clima ofensivo que se instaurava no país, Jango preferiu ceder às pressões políticas, ameaças de prisão e evitar uma possível guerra civil. Foi para o Uruguai já sem mandato no dia seguinte.

No dia 2 de abril de 1964 foi declarado vacância oficial do cargo de presidente. O general Arthur da Costa e Silva automeoneou-se 1º comandante do Exército Nacional e, com isso, assumiu a liderança do “Comando Supremo da Revolução”, que era um órgão provisório responsável por escolher o presidente da República. Isso aconteceu em uma reunião com os governadores que defenderam o golpe. “Mazzili era um presidente sem futuro e Costa e Silva um revolucionário sem passado.” (GASPARI, 2002, p. 116)

Ainda que a maioria apoiasse o nome do general Humberto de Alencar Castello Branco, Costa e Silva relutava em aceitá-lo, alegando que não era o momento de um militar subir ao poder. Foi convencido pelos outros políticos e, assim, assumiu o cargo de Ministro da Guerra de Castello. Porém, antes de formalizar o militar como presidente, promulgou o Ato Institucional de 9 de abril juntamente com o almirante Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, os três ministros militares nomeados ainda por Mazilli (Skidmore, 2000); que autorizava as primeiras cassações de mandatos parlamentares e de direitos políticos. *A priori*, o Ato Institucional promulgado por Costa e Silva não tinha número pois o intuito original era de ter apenas um ato e que durasse três meses. O Ato permitia que as cassações fossem feitas de forma arbitrária, um mecanismo que auxiliou os generais a resolverem as disparidades que tinham com a oposição. Posteriormente, este ato ficaria oficialmente conhecido como AI-1 (Fico, 2004).

No dia 11 de abril, depois de um conciliábulo de governadores e generais destinado a evitar a coroação de Costa e Silva, o general Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, como mandava a Constituição. Prometeu ‘entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor

legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma nação coesa'. Em 1967 entregou uma nação dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas. (GASPARI, 2002, p. 125)

Antes de 1964, os grandes jornais alertavam para o perigo do 'estatismo' na economia e condenavam as restrições ao capital estrangeiro, que impediam o país de avançar no seu processo de industrialização. Diante da intensificação das reivindicações populares e do 'perigo comunista', os empresários da imprensa abdicaram de sua crença na liberdade individual e aceitaram a centralização do poder nas mãos dos militares como única alternativa para impedir a 'subversão', ou a ascensão dos grupos de esquerda ao comando do país (ABREU, 2002, p. 13).

Castello Branco (1964-1967) era conhecido por se um oficial cauteloso e introspectivo, que refletia sobre tudo o que lhe era pedido ou aconselhado. Assumiu o cargo "determinado a devolver a dignidade à presidência." (SKIDMORE, 2000, p. 51) As ideias liberais de Castello Branco iam de encontro aos interesses dos generais linha dura. Castello planejava cassar apenas algumas dezenas de pessoas, porém, o resultado foi muito mais além do planejado: cerca de 500 indivíduos cassados e duas mil demissões.

A formação liberal do general-presidente o impediu de assumir riscos durante seu governo. Sempre se preocupava em não confrontar os militares para não perder seu apoio. Isso o enfraqueceu como figura presidencial e o levou ao fracasso na tentativa de constitucionalização do regime. Prova disso foi a promulgação do Ato Institucional número 2, no dia 27 de outubro de 1965, que dava ao governo poderes para extinguir os partidos existentes e transformava em eleições indiretas a escolha para presidente, vice-presidente e governadores, ou seja, dificultava qualquer vitória eleitoral da oposição. O AI-2 foi criado para equilibrar as exigências das linhas-duras e dos moderados. Porém, Castello percebeu que o novo ato tardaria indefinidamente a volta do Brasil à democracia (Skidmore, 2000).

Com a economia estabilizada a partir das políticas de reestruturação financeira de Castello, como a reformulação da regulamentação tributária; o marechal Arthur da Costa e Silva (1967-68) recebeu a faixa presidencial no dia 15 de março de 1967, ainda que Castello e seus aliados fossem contra a candidatura do ex-ministro da Guerra. Costa e Silva estava dando início ao que era para ser o primeiro mandato presidencial completo desde a Revolução (Skidmore, 2000). "Castello sofria procurando preservar alguma forma de legalidade, mas Costa e Silva, seu sucessor,

numa só vacilação, precipitou o país na ditadura dezoito meses depois de entrar no palácio.” (GASPARI, 2002, p. 139)

Costa e Silva foi um articulador durante o governo Castello Branco. Quando as atitudes do então ex-presidente desagradavam os outros militares, o marechal contornava a situação fazendo esse jogo duplo entre as atitudes consideradas revolucionárias pela linha dura e seu intuito inicial de devolver a democracia ao país. Nas palavras de Gaspari (2002), era um “manipulador da anarquia”. Sabia comandar com maleabilidade os dois pólos militares. Porém, sua habilidade em manipular a anarquia durante o governo Castello Branco não veio à tona quando foi sua vez de comandar o regime. “Para subir, ajudara a degradar a figura constitucional da Presidência. Quando a assumiu, recebeu degradada.” (GASPARI, 2002, p. 279)

Ao assumir o cargo, o general Jayme Portella de Mello, o braço direito e responsável por articular as grandes manobras políticas de Costa e Silva, já conhecia o estado de saúde do marechal. Ele já havia tido um enfarte e os exames mostravam que suas veias coronárias estavam entupidas, piorando o seu laudo. Seu médico pessoal, Edidio Guertzenstein, não lhe deu mais que dois anos de vida. Ainda assim, com a saúde debilitada e sem previsão de concluir o mandato por completo, o assistente de Portella e coronel Mário Andreazza disse que não dava mais tempo de reverter a decisão e que o marechal teria de assumir.

O novo presidente não seguiu a mesma constituição dos ministérios políticos de seu antecessor, em que visava uma maioria de militares moderados. Dois dos três Ministérios militares (Marinha, Exército e Aeronáutica) foram entregues a oficiais da linha-dura: o almirante Augusto Hamman Rademaker Grunewald ficou com a Marinha e o marechal-do-ar Márcio de Souza e Melo, a Aeronáutica. Essa decisão seria duramente sentida pelo presidente meses depois quando seus ministros militares assumiriam o governo ao invés de seu vice, Pedro Aleixo, para que a então linha dura ficasse à frente dos militares moderados. E ainda tinha como chefe do SNI o general Emilio Garrastazu Médici, que seria posteriormente seu sucessor.

Apesar de subir ao poder com o plano de reforma da Constituição e a redemocratização do país, foi em seu governo que foi promulgado o ato que aumentava ainda mais o poder da linha dura militar: o AI-5. Em uma reunião com a grande cúpula do Conselho Nacional de Segurança, Costa e Silva apresentou o ato aos outros militares esperando um posicionamento por parte deles. Exaltava o fato de que, em quase dois anos de governo, mantinha um posicionamento ainda constitucional.

Seu vice, Pedro Aleixo, ao tomar a palavra se declarou contra o ato ao afirmar que ele distanciava o país da retomada democrática e o aproximava de uma ditadura. Ainda que fosse veementemente contra a sua promulgação, Aleixo manteve sua posição de vice-presidente de um regime ditatorial. Rademaker se posicionou contra a opinião de Aleixo assim como o ministro do Exército Lyra Tavares. Para o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Ernesto Geisel, se o ato não fosse aprovado isso os prejudicariam futuramente em seus conflitos com os revolucionários. E Médici o aprovava com satisfação (Gaspari, 2002).

4.2 – A ditadura após o AI-5

No dia 13 de dezembro de 1968 foi promulgado o ato que ampliava o poder militar e inibia a imprensa nacional. Era a censura que chegava às redações sem poupar nem mesmo os jornalistas de maior status, como Carlos Castello Branco. O mais famoso colunista político do *Jornal do Brasil* foi preso com a promulgação do AI-5. Os militares defendiam o ato com a justificativa de que o país precisava de mais 20 anos de regime autoritário (Skidmore, 2000).

É sabido que já aconteciam torturas e prisões de “subversivos” no país. O ato ampliou os poderes de atuação militar. Ele dava mais liberdade do uso ostensivo de violência em quem se manifestava contra o regime.

[Costa e Silva] presidiu a promulgação do AI-5, mas nunca fez a transição emocional do presidente “humanizador” para a de ditador sul-americano. Após o AI-5 ele ainda manobrava o leme do Estado, mas a direção deste estava nas mãos dos homens mal-encarados da segurança, dos grampeadores de telefones e dos torturadores. (SKIDMORE, 2000, p. 191)

Essa mudança no cenário político, a propensão à legitimidade formal dos militares e o caos social que o AI-5 trouxe ao governo fez com que uma nova Constituição se tornasse algo inevitável. Costa e Silva, juntamente com Pedro Aleixo, trabalhou em um novo texto constitucional no primeiro semestre de 1969. Seria promulgada no dia 2 de setembro para entrar em vigor no dia 7 de setembro já que o Congresso reabriria no dia 8 de setembro; como uma emenda à Constituição de 1967 que legitimava temporariamente o regime militar e não via AI-5, que concedia direitos absolutos aos militares (Skidmore, 2000).

Porém, um súbito ataque deixou seu lado direito paralisado. O presidente ouvia e compreendia mas não falava. Os militares rejeitaram o art. 78 da Constituição de 1967 em que dizia que se o presidente ficasse incapacitado, seu vice o substituiria. Dessa forma, subiu ao poder, permitido pela promulgação do Ato Institucional número 12, uma Junta Militar composta pelos três ministros militares: o general Lyra Tavares, do Exército; Marechal-do-ar Márcio Melo, da Aeronáutica; e Almirante Rademaker, da Marinha.

Representantes da linha dura militar assumiram o cargo de presidente e desconstitucionalizaram a ocupação do cargo por Pedro Aleixo para que não houvesse a reabertura do Congresso e a promulgação da nova Constituição. A Junta Militar era uma solução temporária para resolver o problema imediato de vacância da Presidência da República para que ela fosse preenchida por aqueles que dispusessem de condições revolucionárias para isso sem que fosse fixado um tempo de ocupação do cargo (Chagas, 1979).

Os três Ministros militares deram início ao período violento da ditadura e perduraram no poder até a morte de Costa e Silva. Com isso, iniciou-se a busca pelo seu sucessor. Foi quando surgiu o nome do general Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), que tinha certa popularidade entre os militares mas virtualmente desconhecido da população (Skidmore, 2000).

A partir de 1969 o terceiro general- presidente, Emilio Garrastazu Médici, eleito através de um simulacro de votação de oficiais, ainda assim maquiado pelo Alto-Comando do Exército, ocupou a cadeira de presidente, deixando os assuntos da ditadura entregues a um consulado militar-administrativo (GASPARI, 2002, p. 139).

Para Médici, a revolução já tinha começado em 1961, com a renúncia de Jânio. O convite para assumir a presidência feito pela Junta Militar só foi aceito quando garantiram ao novo presidente que ele teria livre atuação durante seu governo. Em uma reunião com os militares, Médici perguntou se aceitariam qualquer missão que ele lhes desse. Todos concordaram. Ao ser questionado sobre o vice, o marechal escolheu o então ministro e também membro da Junta Militar, almirante Rademaker. Lyra Tavares recusou afirmando que os três ministros haviam concordado em não aceitarem nenhum convite. O presidente então saiu alegando que não poderia ser presidente se o primeiro pedido que havia feito tinha sido negado. Dois ou três dias

depois Rademaker enviou uma carta ao presidente aceitando o convite (Scartezini, 1985).

Emilio Garrastazu Médici assumiu a presidência em 1969. A partir de seu discurso de posse subiu ao poder com propostas de abertura política. A ideia era de um governo com boa acolhida à retomada democrática. “Em vez de jogar pedras no passado, vamos aproveitar todas as pedras disponíveis para construir o futuro²”, afirmou. Prometia restaurar a democracia no país e garantir um Brasil com bases fixas no desenvolvimento econômico e social. Dentro desse contexto, Médici conseguiu acalmar o fervor inicial de um novo presidente eleito em meio ao caos que o Brasil ainda carregava pós-Costa e Silva. Mas depois de um ano, percebeu-se um presidente retraído com os jornalistas e a estagnação de uma promessa de uma reabertura política.

Ainda que tivesse assumido o poder afirmando ter escolhido seus ministros “imune a pressões de toda ordem (...) políticas, militares, econômicas”³, posicionamento que agradava mais aos militares, a figura presidencial de Médici foi se tornando meramente simbólica com o passar dos anos. O então presidente havia subido ao poder em circunstâncias completamente diferentes de seus antecessores. Castelo Branco e Costa e Silva assumiram o Governo com muito otimismo. Já Médici carregava o momento sombrio que há dez meses o país vivia (Skidmore, 2000). Seu governo seria futuramente conhecido pelo Milagre Econômico e os Anos de Chumbo. Para Gaspari (2002), eles coexistiram negando-se. Em outras palavras, a situação exposta de um país em plena ascensão econômica que o Governo exaltava por meio do trabalho da Secretaria e da AERP anulava a ideia de um país que usava de tortura e assassinatos justificados por atos institucionais. E vice-versa.

Com o ápice das grandes consequências que o AI-5 trouxe ao Brasil, incluso a formação de guerrilhas contra o regime e o caos que o país vivia socialmente, Médici acreditava que o combate a esses movimentos revolucionários atrapalhava o início do processo de abertura política no seu governo no qual o então presidente acreditava que decorressem do excesso de coronéis em seu regime, resultado também da excessiva presença de militares nos cargos civis de administração pública que

² Trecho do pronunciamento de posse, “Jogo da verdade”, do general Emílio Médici em rede nacional, no dia 7 de outubro de 1969.

³ *Ibid*

desmoralizava os princípios da reforma que eles planejaram a partir do movimento de 1964 (Scartezini, 1985).

Além disso, as guerrilhas que se formavam na luta contra a Ditadura permitiram ao governo instrumentalizá-las a partir de um discurso populista já que grande parte da sociedade era contra elas. Enquanto os jornais noticiavam as ações dos reacionários, as propagandas políticas exaltavam o povo brasileiro e os valores nacionalistas. Os constantes sequestros de embaixadores e cônsules de acordo com o grau de investimento dos seus países no Brasil exerciam um efeito reverso na mente dessa parte da população brasileira, na opinião de Skidmore (2000). Era um simbolismo tão sutil que suas reais intenções passavam despercebidas a essa classe:

Em fins de 1971 a guerrilha urbana fora reduzida a um incômodo sem maior importância, e no início de 1972 pareceu ter havido um concomitante declínio da tortura. Mas já em maio as forças de segurança voltaram a usá-la, e em julho o presidente Médici anunciava que as restrições às liberdades civis continuariam por causa da ameaça subversiva (SKIDMORE, 2000, p. 250).

Foi durante o governo Médici, em decisão conjunta com seu então ministro do Exército, Orlando Geisel, e seu sucessor, Ernesto Geisel, que foram criados os DOIs (Destacamentos de Operações de Informações). Gaspari (2002) acredita que seria inocência dos militares não acreditarem na coincidência da sigla fazer referência a uma conjugação do verbo *doer*. Essas letras foram símbolo da “truculência, criminalidade e anarquia do regime militar” (*ibid*, p.175) por mais de dez anos. Camuflada pelo milagre econômico, com seus méritos fortemente trabalhados pela AERP o movimento repressivo marcou o governo de Médici e ainda de seu sucessor Ernesto Geisel (1974-1979).

Foi durante o governo Médici que o ufanismo entrou na programação da TV e na consciência brasileira. O novo presidente acreditava em seus deveres morais com a sociedade. Por isso, a AERP, desenvolvia propagandas políticas e mensagens que exaltavam esse sentimento nacionalista, como “Pra frente, Brasil!” e “Brasil: Ame-o ou deixe-o”. Foram essas estratégias de comunicação que fizeram Médici se popularizar perante a população. A recepção positiva com o então presidente, aclamado em estádios de futebol e admirado por muitos, deu-se essencialmente pelas frases nacionalistas elaboradas pela AERP, por conta do milagre econômico, que

possibilitava a aquisição de eletrodomésticos e outros utensílios pelos brasileiros; e pela própria simplicidade de Médici (Fico, 2008).

Ainda que os militares estivessem satisfeitos com o presidencialismo do marechal, eles haviam concordado em não estender indefinidamente a regência de nenhum presidente para que o Governo não caísse na mesma situação que Pinochet no Chile. “Embora esse revezamento no poder não fosse garantia de mudança, pelo menos excluía o caudilho, cujo mandato é limitado apenas por Deus e pelo número de canhões de seus inimigos.” (SKIDMORE, 2000, p. 313) Médici honrou esse princípio e passou a faixa presidencial ao seu sucessor no dia 15 de março de 1974.

Para Derrida, nada do que é arquivado do passado é sem um propósito. “O arquivo, seja de textos, seja de objetos, é fruto de operações políticas e de sentido” (2001 *apud* ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.25). Assim como a construção deste capítulo se deu a partir de arquivos sobre a história nacional, o próximo capítulo pretende explicar em como essa reconstrução histórica da Secretaria de Imprensa da Presidência da República será feita a partir de documentação, de registros do próprio período analisado assim como por meio da principal ferramenta metodológica da dissertação: entrevistas com os secretários de imprensa e jornalistas políticos que trabalharam durante os dois governos do estudo.

4.3 – A Secretaria de Imprensa da Presidência da República

Antes da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, existia o Gabinete de Imprensa da Presidência chefiado por um então secretário escolhido pelo presidente da República. Porém, o assessor exercia mais a função de ajudar e informar o presidente do que comunicar a imprensa.

Foi apenas no curto governo de Jânio Quadros (janeiro a dezembro de 1961), que surgiu uma preocupação maior para que esse cargo tivesse uma atividade mais política, com foco no interesse governamental; ou seja, que suas informações pudessem influenciar os noticiários e privilegiassem a imagem do governo. Uma ideia baseada nos moldes de assessoria dos Estados Unidos, que já era trabalhada há mais tempo no país.

No governo de João Goulart (1961-1964), com o Decreto nº 51.872, de 1º de abril de 1963; foi estabelecido um novo regimento para o Gabinete Civil da Presidência da República em que, pela primeira vez, um presidente formalizava a estrutura da Secretaria de Imprensa e estabelecia suas atribuições (Duarte, 2003).

Jango, como era conhecido Goulart, afirmava que os jornais, rádios e televisões não deveriam sofrer interferências ou pressões políticas e econômicas por parte dos poderes públicos. O resultado foi a cassação de Raul Ryff, influente secretário de imprensa; João Goulart e do então chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro, pelo golpe de 1964. “De 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial.” (GASPARI, 2002, p. 129)

Arthur da Costa e Silva subiu ao poder em 1968 com uma ideia de uma retomada constitucional. Ele já exercia um papel fundamental dentro do governo de Castello Branco, com algumas atitudes que iam de encontro aos interesses militares para o Brasil. Ainda assim, subiu ao poder, com um estado de saúde crítico, em que os médicos não lhe davam mais de dois anos de vida (Gaspari, 2000). A prova mais concreta dessas divergências dentro do regime foi o Ato Institucional número 5, promulgado em 13 de dezembro de 1968. Já existia atos institucionais durante seu governo, mas nenhum que superasse a amplitude do AI-5, que levou a imprensa brasileira a um dos seus momentos mais difíceis. Quando estava prestes a destituir o poder que o ato tinha perante a imprensa e o caos que isso resultou na sociedade, Costa e Silva apresenta sérios problemas de saúde, o que o impossibilitou de levar à frente o projeto e permitiu ao governo criar um anteprojetado, que retomava os direitos do AI-5. O resultado foi um governo marcado por opressões. Ainda mais visível no regime de seu sucessor.

Para poder compreender de que forma os dois presidentes trabalharam e sua relação dentro dessa esfera política restritiva do país e suas consequências, o primeiro capítulo desse estudo apresenta esse contexto histórico em que a Secretaria atuou.

5. Referencial Teórico

Assim, na mente ocidental, a distinção entre notícia e propaganda, está no fato de a premissa ser embutida no trabalho dos *new assemblers*: aqueles com propósitos deliberados produzem propaganda; aqueles cujo único propósito é refletir a realidade produzem notícias. (TRAQUINA, 1999, p. 41)

A notícia institucional atende primeiramente os interesses privados de um órgão ou empresa. O caráter da notícia é, desde a primeira pauta até a sua publicação, claramente intencional, negociada e visa os interesses de uma organização. Assim, seu processo de construção não é simples ou linear, é essencialmente estratégico (Monteiro, 2003). Partindo desta perspectiva, este projeto pretende compreender os processos de negociação envolvidos na transformação dos interesses do governo em um produto noticioso pelos assessores do regime militar e como os jornalistas, credenciados ou não, recebiam essas notas e informações e as passavam para a população. Neste capítulo, abordaremos a relação entre jornalistas e fontes e forma como as notícias eram negociadas partindo de um referencial teórico vinculado à perspectiva etnoconstrutivista da notícia (Traquina, 2012). O objetivo é analisar, sob o viés da comunicação, como funcionava esse processo de trocas de informações em um período cerceado pelo AI-5.

O capítulo apresenta uma ancoragem teórica que nos permitirá compreender melhor as relações entre a Secretaria e os meios de comunicação. Em um primeiro momento, discutiremos o papel mítico que o repórter tem, como o fiel reproduzidor da realidade. Para isso, discutiremos a partir da ideia da teoria do espelho, que carrega esse estigma ideológico jornalístico e sua passagem para a etnoconstrucionista, que apresenta a notícia como o resultado de um conjunto de interações entre atores sociais e que leva à construção de uma realidade social ancorada num conjunto de procedimentos que integram a prática jornalística.

Em seguida, abordaremos a relação entre jornalistas e fontes. É importante entender de que forma o repórter e a fonte oficial trabalhavam para que a notícia fosse publicada, já que ela deixa de ser algo exclusivo do jornalista e passa a depender de outras abordagens para sua veiculação. Encerra o capítulo uma discussão sobre o conceito de negociação defendido por Strauss (1992) e ancorado na perspectiva do interacionismo simbólico.

5.1 - Teoria etnoconstrucionista x Teoria do espelho nos estudos sobre jornalismo

Historicamente jornalistas defendem a ideia mítica de serem aqueles a quem a sociedade espera uma verdade absoluta, a representação fiel da realidade. Nesse caso, a notícia seria “uma transmissão não expurgada da realidade, um *espelho*.” (TRAQUINA, 2012, p. 148) A teoria do espelho parte justamente da ideia de que o jornalista é um profissional sem interesses, que tem como único objetivo repassar os fatos tais como eles de fato são. Nos estudos sobre o jornalismo, essa teoria declinou a partir dos anos 1970, quando os pesquisadores passaram a analisar os uma comercialização da notícia e a evolução da indústria jornalística nos séculos XIX e XX.

A partir desse momento, a ideia de notícia como *espelho* da realidade ficou inviável nas pesquisas da área. De fato, o produto noticioso responde pela linguagem que o jornalista utiliza, pelo veículo que representa por sua relação com as fontes de informação, pela forma como ele se antecipa às expectativas da audiência, a relação da empresa com os anunciantes, etc. A notícia é vista como um resultado de “processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade, os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização.” (TRAQUINA, 2012, p. 174) Partindo dessa nova corrente de estudos, percebeu-se a importância que as rotinas e as práticas jornalísticas possuíam dentro desse novo paradigma construtivista.

Da mesma forma que o jornalismo constrói marcos interpretativos, ele é também resultado de um processo de construção. (...) O jornalismo aparece socialmente objetivado, integrando o mundo da vida cotidiana, da mesma forma que outras instituições, como a família, o Estado, a religião etc. Por isso, pode e deve ser estudado como tal.” (PEREIRA, 2007, sp).

Por isso, sendo vista como uma “construção”, as notícias são narrativas que resultam das características culturais nas quais estão inseridas. Assim, é necessário instigar o conhecimento da forma de narrar que, pelo entendimento de Traquina (2012), é a linguagem necessária do jornalismo. Ou seja, é preciso que o jornalista domine essa forma de se fazer notícia.

Em sua revisão sobre as “teorias da notícia”, Traquina (2012) aborda a ideia de Robert Karl Manoff (1986) que afirma que o recorte de narrativa feito pelo jornalista, a seleção de fatos que faz não é inteiramente livre. “Essa escolha é

orientada pela aparência que a ‘realidade’ assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas.” (TRAQUINA, 2012, p. 176)

Partindo dessa ideia construtivista, as notícias são registros de formas literárias e as narrativas que os jornalistas utilizam para enquadrar o acontecimento. Traquina (2012) exemplifica ao afirmar que perguntas simples, como o que? Onde? Por que?; assim como a própria estrutura da pirâmide invertida e a necessidade do jornalista em selecionar e excluir informações além de enfatizarem diferentes aspectos de um fato são o que constrói o acontecimento e realidade.

Seguindo essa perspectiva, Molotch e Lester (1974, p. 50) afirmam que “é preciso aceitar-se como realidade o trabalho político através do qual os acontecimentos são considerados por aqueles que geralmente detêm o poder.” Como continuam os autores, esses interesses divergentes entre os *news promoters* (promotores da notícia) e os *news assemblers* (que, de acordo com a tradução dos autores, são todos os profissionais jornalísticos que participam do processo de construção da notícia) na percepção sobre as notícias levam a uma controvérsia sobre a importância de um fato. Isto gera um confronto sobre a verdade que esta notícia representa e neste meio estão os diversos interesses em um resultado⁴, ou seja, os do Governo, no caso deste estudo.

Para Pereira (2007):

Pensar um objeto dentro da perspectiva construtivista consiste em articular a matriz social as ações individuais, a partir de processos dialéticos e simultâneos de exteriorização (da ação subjetiva na construção do mundo social), objetivação (dessas ações em objetos típicos e socialmente partilhados) e interiorização (dessa realidade objetiva a partir das experiências individuais).

Aceitar essa perspectiva implica em deslocar o olhar do pesquisador para as diferentes instâncias em que o produto notícia é negociado, construído. É nessa lógica que se inserem os estudos sobre valores-notícia, rotinas produtivas, os diferentes processos de “filtragem” (*gatekeeping*) da informação, entre outros. No caso específico desta dissertação, daremos atenção às relações entre jornalistas e fontes como um espaço privilegiado de compreensão da construção noticiosa durante o

⁴ IN: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 36-37.

regime militar.

5.2 - Jornalistas e fontes

Para Pereira (2014), o jornalista costuma ser visto no modelo teórico hegemônico (midiacêntrico) como um agente central para o estudo de cobertura política, mediando o processo de divulgação de fatos produzidos a partir do governo, partidos e instituições públicas. Tal perspectiva concede às fontes de informação um papel secundário, colocando em voga uma ideia de que jornalistas e políticos estariam sempre atuando em lados opostos nesse processo. Ora, como vários autores têm ressaltado nos últimos anos as fontes de informação também participam da construção da informação midiática. Nesse sentido, Schlesinger (1992) afirma que há um esforço por parte das instituições políticas para definir e gerenciar esse fluxo de informações por meio do discurso. Por isso, seu estudo parte da ideia de que o interesse também deve partir dos próprios órgãos públicos e à maneira como eles se esforçam para serem fontes primárias de uma cobertura. Ou seja, o sociólogo britânico propõe uma descentralização do modelo midiacêntrico de pesquisa sobre o jornalismo.

Ainda nessa linha, Pereira (2014) cita em seu texto a crítica que Neveu (2001) faz à metáfora da fonte que transmite a ideia de que a informação está completamente disponível e que basta ser “coletada” pelo jornalista. Para ele, isso elimina essa posição ativa que as fontes têm como construtores da notícia e a forma como elas se profissionalizaram (por meio das assessorias de comunicação) com o objetivo de desenvolver estratégias para antecipar as rotinas das redações. Seguindo essa lógica, Pereira (2014) afirma que o esforço à promoção de uma informação estaria intimamente ligado aos recursos financeiros e humanos utilizados pelas instituições junto aos jornalistas.

Esse trabalho tenta entender essa relação entre jornalistas e fontes por meio desses dois viés, ao abordar a rotina do assessor de imprensa como dos jornalistas que acompanhavam e cobriam esse trabalho.

A construção do noticiário deixa de ser um produto que depende exclusivamente das estruturas de poder ou da ação dos jornalistas. Haveria, na verdade, relações de cooperação, conflito e concorrência entre as fontes e os jornalistas. Tais processos seriam mediados pelos valores e cultura profissional, pelas estratégias e as rotinas produtivas de jornalistas e fontes no dia a dia da cobertura jornalística. (PEREIRA, 2014, sp)

É preciso entender como a desconstrução e reconstrução de um fato se dá no processo noticioso. Esse enquadramento pode refletir uma consequência social resultante desse procedimento utilizado pelo informante. “(...), a conexão entre jornalistas e fontes faz das notícias uma ferramenta importante do governo e das autoridades estabelecidas (Schudson, 1989) e as notícias tendem a apoiar as interpretações oficiosas dos acontecimentos.” (TRAQUINA, 2012, p. 176)

Para sustentar essa visão, Schlesinger (1992) se apoia no estudo de Hall e seus colaboradores (1978) intitulado “Policimento da crise”⁵ que debate a importância do “poder” pelas fontes de informação. Esse trabalho de Hall parte da questão de uma construção ideológica em uma sociedade capitalista onde as práticas social-democratas estão em um perigo eminente ou se transformam sob um sistema excepcional. O autor britânico complementa esse ponto de vista ao afirmar que a importância da fonte oficial se deve principalmente ao seu papel social-representativo, a institucionalização da informação que sustenta, sua posição e também por seu “estado representativo”. Tudo isso conferem aos seus discursos um caráter objetivo e até mesmo autoritário.

Bizarramente, as regras que visam preservar a imparcialidade da mídia, e que surgem de uma pesquisa de grande neutralidade profissional, também contribuem fortemente a orientar os jornalistas na “definição de realidade social” que lhe é fornecida pelas “fontes autorizadas” – os porta-vozes da instituição. (HALL, 1978, p. 58 *apud* SCHLESINGER, 1992, p. 81, tradução nossa)⁶

Essa declaração descreve bem o objeto de estudo desta dissertação. A fonte oficial sempre foi prioridade na busca por informações. A sub-cultura profissional do jornalismo (Guazina, 2011) dá preferência às fontes oficiais de acordo com sua posição hierárquica no Governo na coleta de informações. Quanto maior o posto, mais relevante é sua declaração. E, nesse sentido, Tuchman (*apud* Traquina, 2012) reforça que o uso de fontes oficiais provém de uma estrutura de poder já estabelecido e, com isso, as notícias tendem a apoiar o seu *status quo*.

⁵ Policing the Crisis (tradução nossa)

⁶ “Bizarrement, les règles qui visent à préserver l’impartialité des médias, et qui sont nées de la recherche d’une plus grande neutralité professionnelle, contribuent aussi fortement à orienter les médias vers les définitions de la réalité sociale que leur fournissent les ‘sources autorisées’ - les porte-parole de l’institution”

Becker (1972) explica que quanto maior a posição de poder ou o seu elevado status da fonte na sociedade, mais são aceitas por serem consideradas capazes de prover acesso a fatos mais precisos e particulares que a sociedade não possui. “O resultado desta preferência é estruturada dada pelos media às opiniões dos poderosos é que estes ‘porta-vozes’ se transforma no que se apelida de *definidores primários* (*primary definers*) de tópicos.” (HALL, CHRITCHER, JEFFERSON, CLARCKE, ROBERTS *in*: TRAQUINA, 1999, p. 229)

Por outro lado, Schlesinger (1992) reforça o fato de que Hall e seus colaboradores não levaram em consideração que as fontes oficiais tentam apenas passar as informações que convém aos interesses de quem representa. Nesse caso, os *primary definers* não aparecem de forma clara e de fácil identificação. Essa lacuna é de certa forma consequência desse método aplicado, como um jornal em seu estado “bruto”, sem uma revisão do que está sendo publicado.

Dentro desse ponto de vista, Schlesinger (1992) corrobora o fato de que os jornalistas ocupam uma posição subordinada em relação aos *primary definers* no momento da elaboração da matéria. “Os meios de comunicação são, portanto, vistos como terrenos subordinados permitindo a reprodução do desenho ideológico dominante.” (SCHLESINGER, 1992, p. 83, tradução nossa)⁷

Ainda que para Schlesinger (1978) o estudo de Hall seja falho em alguns pontos conceituais, ele consegue justificar o fato da prática jornalística privilegiar *geralmente*⁸ os interesses das fontes autorizadas, ainda mais aquelas situadas no interior dos órgãos políticos de Estado. Para ele, isso é uma descoberta essencial de uma grande parte da sociologia do jornalismo contemporâneo.

Golding e Middleton (1982) apontam a importância do Estado, sobretudo do Governos e dos seus funcionários de alto escalão ao nível de decisão sobre a quantidade e o ritmo de informações. Para eles, essa estrutura estatal funciona como um primeira fonte de definição da realidade reconstruída pelo jornalismo. Porém, partindo da nossa percepção sobre a realidade empírica, percebemos também a importância das fontes não-oficiais, e ainda mais daquelas que exercem uma dupla função. Ou seja, fontes capazes de revelar ausência de lógica e até mesmo refutar informações originárias de fontes oficiais.

⁷ “Les médias sont donc perçus comme des terrains subordonnés permettant la reproduction du dessin idéologique dominant.”

⁸ Grifo do autor.

Molotch e Lester (1974) explicam que essa necessidade de controle sobre os *medias* poderiam vir sob formas mais explícitas, como o financiamento direto do veículo ou discursos ameaçadores; e sutis, como premiações ou formas de estímulo ao trabalho jornalístico. Podemos perceber que o interesse do Estado em manter um controle sobre as informações é feito a partir de quem os representa e influencia diretamente o trabalho do jornalista.

Em alguns casos, essa forma de coerção dos militares vinham diretamente aos jornalistas. Scartezini relatou em sua entrevista que em um momento de sua carreira, ao cobrir área militar e movimentos estudantis, recebia informações privilegiadas de estudantes sobre possíveis manifestações e as repassavam aos outros colegas de profissão. Os militares, então, sabiam desse contato de Scartezini com os movimentos estudantis. Assim, recebeu do major Gabriel de Almeida a oferta de uma maleta com dinheiro para que ele passasse essas informações ao governo. O jornalista recusou a importância em espécie mas também não negou o pedido para evitar um desconforto e perder as fontes militares que já conhecia. Ele repassava apenas informações que tinha certeza que os militares já sabiam. Para ele, esse episódio retrata a forma como os militares negociavam com os jornalistas.

5.3 - Negociação

E é nesse contexto que o conceito de negociação é abordado. Por que? Trata-se do princípio de que a construção da notícia política é resultado de uma miríade de processos de negociação entre governo, assessorias de imprensa e jornalistas – esse pressuposto se aplica tanto à cobertura jornalística atual como na época da ditadura. Strauss (1992) aborda dois significados para negociação: tratar para, obter ou arranjar para um negócio uma discussão ou um acordo; e tratar um negócio com uma ou várias pessoas, consultar com um outro indivíduo para chegar a conclusão de um caso. Dentro da esfera social, o autor explica que:

A negociação, podemos dizer, é um meio ‘para conseguir que as coisas sejam feitas’. Ela é utilizada para fazer o que um ator (pessoa, grupo, organização, nação, etc.) desejaria ver feito. O que significa ‘fazer funcionar as coisas’ ou fazê-las ‘continuar funcionando’. Outros atores são necessariamente vinculados a essas empresas. (STRAUSS, 1992, p. 252)⁹

⁹ “La négociation, on l’a dit, est un des moyens ‘pour obtenir que les choses se fassent’. Elle est utilisée pour que se fasse ce qu’un acteur (personne, groupe, organisation, nation, etc.) souhaite voir accompli.

No caso deste projeto, a negociação se dá por meio dos assessores de imprensa e os jornalistas, credenciados ou não. Dentro do Planalto, durante o período estudado, muitas informações eram liberadas por meio de noticiários produzidos durante o dia e liberados no fim da tarde, a maior parte constando informações sobre agenda do presidente ou deliberações não-relevantes. Para complementar ou até mesmo completar essas notícias, os jornalistas procuravam outras fontes institucionais representadas por militares. Ou mesmo, em alguns casos, os próprios secretários soltavam informações em *off*, como Chagas e Fehlberg confirmaram em suas entrevistas. Ou seja, a ideia é situar a construção da notícia política durante a ditadura num espaço intermediário entre duas visões opostas: a que dá ao jornalista autonomia na construção da notícia; e a que reforça o papel das fontes institucionais, por meio de sistemas de censura e de assessoria de imprensa, como responsáveis pelo controle quase absoluto da informação política. De fato, entre esses pólos, observamos várias instâncias de negociação e que vão explicar a complexidade dos processos de construção da informação de atualidade no caso da Ditadura. “Ao assumir o papel de fonte, o indivíduo se utiliza de um conjunto de práticas, normas e valores sociais já consolidados. Ao mesmo tempo, ele reitera um modo já bastante difundido de cooperar com o mundo dos jornalistas.” (PEREIRA, 2011, p. 61) Para Strauss (1992), as negociações obedecem a esquemas e não são feitas por acaso. É necessário saber com quem, para quem, com o que, sobre o que, com qual propósito se está negociando. O autor (1992) explica que em algumas esferas sociais auxiliam uma negociação favorável. Ao mesmo tempo em que outras possa ser improvável e impossíveis. Por isso, as condições estruturais afetam a maneira como esses atores percebem a ordem social e no que acreditam.

No caso desta pesquisa, a figura do secretário de imprensa como negociador pode ser interpretada como uma forma de controle que o Governo, mesmo que parcialmente, pretende ter na gestão da sua visibilidade (Pereira, 2014). Afinal, representando um interesse maior, era preciso que alguns fatos se mantivessem fora das pautas jornalísticas.

Para Strauss (1992), é importante ressaltar alguns fatores acerca da negociação. Entre eles, e inseridos dentro do contexto deste trabalho, estão os

Ce qui signifie ‘faire marcher les choses’ ou les faire ‘continuer à marcher’. D’autres acteurs sont nécessairement engagés dans de telles entreprises.” (tradução nossa)

números de negociadores, a frequência com que é feita, a visibilidade dessas transações pelos outros, a complexidade do que é negociado, a sua legitimidade e os modos alternativos de negociação possíveis dentro dessa esfera. Todos esses fatores serão discutidos posteriormente no capítulo de análise deste estudo.

Os negociadores são representados pelo que suas experiências significam e representam dentro dessa esfera de negociação, ou seja, o seu papel dentro do contexto da ordem social em que há a negociação. Perceberemos no capítulo de análise que essa ideia corrobora a relação entre fontes e jornalistas na construção das notícias.

Assim, também é possível observar que a frequência com que é realizada caracteriza esse contexto de negociação, ou seja, se era algo singular, ou algo que acontecia repetitivamente, individualmente ou em grupos. Além disso, o autor ainda aborda o equilíbrio de poder que é mostrado dentro desse contexto da negociação, o que remonta a ideia de Becker (1972) sobre uma hierarquia dos atores sociais. Ou seja, a posição de um indivíduo em uma negociação pode influenciar a forma como é feita. Ainda a visibilidade que ela possa ter, sendo pública ou privada, também é um fator relevante no conceito de negociação. “Ela (negociação) ajuda a avaliar aquilo que foi omitido ou exaltado pelas análises do autor, ou pela natureza dessas informações, ou ainda pelo esquema analítico particular que ela utiliza” (STRAUSS, 1972, p. 263).¹⁰

Strauss (1972) diz que o pesquisador deve julgar a validade desses preceitos de negociação dentro do seu próprio estudo. E dentro dessa esfera de Ditadura Militar e cerceamento jornalístico, fica mais evidente a importância do conceito para a pesquisa.

¹⁰ “Puis il aide à évaluer ce qui a été omis ou atténué par les analyses de l’auteur, soit à cause de la nature de ses données, ou bien du fait du schéma analytique particulier qu’il utilise.” (tradução nossa)

6. Referencial Metodológico

Este capítulo apresenta a metodologia de pesquisa, que consistiu na realização de entrevistas e na análise dos documentos para a construção da dissertação. Primeiro, será apresentada a forma de entrevista que foi utilizada e bem como a constituição do terreno de pesquisa, ou seja, quem será entrevistado e os objetos de análise. Logo após, será abordada a análise documental para depois ser explicado os procedimentos de uso do material gerado por meio da entrevista qualitativa, que é o principal aparato de metodologia de pesquisa empregado nesta dissertação.

A possibilidade de gerar conhecimentos com base em entrevistas se tornou para o conhecimento científico uma base metodológica eficiente. Ela constitui uma forma de acesso às realidades sociais, inter-relacionando os diversos meios que as constituem. “Palmer (1928) defende que a possibilidade de interrogar os atores e utilizá-los enquanto recurso para a compreensão das realidades sociais constitui umas das grandes vantagens das ciências sociais sobre as ciências da natureza.” (POUPART, 2012, p. 215)

Dessa forma, uma das ferramentas metodológicas que constituirá a dissertação será as entrevistas feitas com o intuito de reconstruir os eventos relacionados à Secretaria de Imprensa da Presidência da República durante os governos Costa e Silva e Médici.

6.1 – Perspectiva Metodológica: História Oral

“Toda coletânea de coisas vistas é, em uma boa metade, de coisas vistas por outro.” (BLOCH, 2001, p. 70) Evocar memórias por meio de entrevistas e construir cenários a partir delas faz parte de um processo também da História. Para Khoury (2010)ⁱ, a história oral permite congrega vários campos de conhecimento e também de prática profissional. Isso permite uma ampliação do âmbito de investigação social e do pensamento crítico de quem se indaga sobre a realidade pública e histórica.

Abreu (2003) afirma que tanto jornalistas como historiadores podem se interessar por um mesmo objeto de estudo e pelos personagens históricos. Porém, os resultados entre a narrativa jornalística e a pesquisa história são diferentes. Ainda que as duas tenham esse compromisso com a verdade e que a metodologia seja semelhante, a diferença está na forma como são trabalhadas.

A busca pela verdade, interesse comum entre jornalistas e historiadores, tem como principal diferença de pesquisa o fator tempo. O jornalista sempre tende a ser mais rápido na busca por informações e na exposição de seus resultados, resquício da profissão. Ele considera que os dados obtidos podem levá-lo à real interpretação dos fatos enquanto que o historiador se preocupa em levantar questões sobre o assunto. A convergência dessas duas esferas se dá quando o pesquisador procura se preparar para uma entrevista, com um manual consistente de discussão.

Para a autora, o jornalista acredita que os dados obtidos o levam diretamente à uma versão verídica dos acontecimentos. Para o historiador, ele procura apresentar a validade dos seus métodos evidenciando as perguntas do trabalho assim como as fontes utilizadas. “Mas é preciso reconhecer que, se o tempo favorece o historiador no sentido de lhe permitir maior rigor metodológico, muitas vezes não beneficia sua capacidade de comunicação com o leitor.” (ABREU, 2003, p. 10)

Neste trabalho, a história oral foi de suma importância na busca por informações sobre o objeto de estudo por meio dos relatos dos jornalistas e assessores entrevistados. Ao mesmo tempo em que a visão do pesquisador em jornalismo é fundamental para a geração e análise dos dados, também é essencial a posição de historiador, de tentar evocar informações, confrontar dados e buscar novas perspectivas por parte dos entrevistados. “Os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador.” (PORTELLI, 2010, p. 19)

Portelli (2010) complementa ainda que existe uma diferença entre a arte de contar a história (*history-telling*) e a arte de contar histórias (*story-telling*). As histórias, evocadas pela memória, possuem essa existência autônoma a partir desse diálogo entre entrevistado e entrevistador. Cabe ao pesquisador saber evocar essas lembranças. Mais do que um mero espectador, ele deve saber provocá-las através de indagações, reações. Dessa forma, além de contribuir nessa construção histórica, o pesquisador força o narrador a explorar fatos e setores que não são discutidos entre seu meio social. “A entrevista, afinal, é uma troca de olhares. E bem mais do que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo.” (PORTELLI, 2010, p. 20)

O discurso multivocal permite ao narrador um tempo de exposição oral fragmentada. Ou seja, dá lugar a uma livre associação de ideias, de mensagens

fracionadas. Cabe ao pesquisador conduzir a entrevista de acordo com os interesses de seu estudo, direcionar o narrador ao assunto em questão.

Para Bloch,

[...] a partir do momento em que não nos resignamos mais a registrar [pura e] simplesmente as palavras de nossas testemunhas, a partir do momento em que tencionamos fazê-las falar, [mesmo a contragosto], mais do que nunca impõe-se um questionário. Esta é, com efeito, a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida. (2010, p.78)

O autor ainda ressalta que essa escolha de perguntas seja algo flexível, que consiga integrar no percurso da entrevista, uma multiplicidade de novos elementos orais de maneira tal que consiga unir os fragmentos na pesquisa. Para Bloch (2010), o pesquisador deve saber que o questionário previamente formulado não é seguido fielmente no decurso de uma entrevista. Porém, não ter um, poderia causar erros à estrutura final do processo.

Abreu (2010) também reforça essa necessidade ao afirmar que o pesquisador deve construir um roteiro sólido que lhe garanta controle do que está sendo narrado. Para isso, deve ir ao encontro munido de informações sobre o entrevistado que lhe possibilite confrontar o que está sendo dito. É necessário que o entrevistador interfira no discurso, ressaltando incoerências, explicações incompletas que leve o narrador a construir sua oratória de acordo com o que está sendo estudado.

E mesmo em meio a esse discurso relativamente livre do entrevistado, a história aparece como algo “estável”, representada por um “ontem” e um “hoje”. Portelli (2010) afirma que a história oral pode ser representada em três modalidades: a institucional, a coletiva e a pessoal. A primeira representada pelos relatos no que concerne à vida profissional, política do entrevistado. A segunda por suas atuações dentro da sociedade, de uma comunidade. E a terceira por discursos referentes ao que viveu dentro de sua esfera particular, familiar.

Dentro do tema desta dissertação, percebe-se essas três modalidades nas expressões orais dos entrevistados, relacionando o momento político que viviam e como lidavam com isso no trabalho (institucional), como os colegas de profissão e o ambiente de trabalho influenciavam suas posições como jornalistas (coletivo), e como isso afetava as decisões que faziam em relação às suas famílias (pessoal). Isso ficará mais evidente na análise do material gerado apresentada posteriormente no trabalho.

6.2 – Metodologia da Pesquisa

O principal método de pesquisa utilizado será a entrevista do tipo qualitativa, que permite uma análise em profundidade das experiências dos atores. Ela trabalha de forma a possibilitar a compreensão dessas questões sociais na ordem política e ética, uma ferramenta de informação que elucida as realidades sociais.

O primeiro, válido igualmente para a entrevista estruturada, é o de que a entrevista do tipo qualitativo constituiria um meio eficaz para, apesar de toda a ambiguidade da expressão, ‘coletar informações’ sobre as estruturas e o funcionamento de um grupo, uma instituição, ou mais globalmente, uma formação social determinada. (POUPART, 2012, p. 222)

É justamente nesse contexto que as indagações do projeto aparecem. Voltando a indicar Chagas e Fehlberg, seus testemunhos consistem em uma base fundamental na reconstrução do contexto da pesquisa. Por ter sido a peça principal dentro da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, as suas observações auxiliaram na construção dessa realidade social.

Pereira (2012) expõe que a entrevista qualitativa nos estudos de jornalismo é explicada por uma questão de abordagem natural. Os jornalistas não costumam gostar de números, isso talvez seja um dos motivos pela preferência por esse método. Outro fato relevante é que a troca de relatos com outro profissional pode ser compreendida como uma técnica natural, pois entrevistador e entrevistado estão cientes do método já que a entrevista é um dos primeiros aprendizados de qualquer jornalista.

A entrevista seria, assim, indispensável, não somente como método para aprender a experiência dos outros, mas, igualmente, como instrumento que permite elucidar suas condutas, na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações. (POUPART, 2012, p. 216-217)

Depreende-se deste trecho a relevância contextual que as entrevistas têm nesta dissertação, visto que, para além da escassa base documental, o objeto analisado só pode ser reconstruído à partir dos relatos dos atores sociais que participaram ativamente do período em questão. O testemunho permite uma compreensão com base no sentido que os entrevistados dão às suas condutas sociais, a forma como eles se representam e como avaliam as suas ações. São os que estão em melhor posição

para relatar ao pesquisador o que foi vivido. E assim, consiste na melhor forma de observar as interações e práticas dos atores sociais possibilitando ao pesquisador uma entrada para o processo de indagação.

Essa relação entre ambas as partes da pesquisa permite uma interação que é refletida no material coletado pelo pesquisador. Por isso, cabe a ele permitir essa troca de saberes. Ao entrevistar jornalistas, nos deparamos com alguém que também domina premissas e funções de uma entrevista. Por esse motivo, essas interações são “frequentemente estruturadas a partir do jogo de papéis entrevistador-entrevistado”. (PEREIRA, 2012, p. 37)

Com base na pesquisa feita com o intuito de resgatar o passado para ajudar na compreensão do papel jornalístico no presente, essa troca de saberes é dinâmica e deve ser potencializada pelo pesquisador. Em outras palavras, pode acontecer do jornalista não levar em consideração ou mesmo repreender os questionamentos do entrevistador. Assim, cabe a ele estar preparado metodologicamente e teoricamente para uma discussão não apenas superficial do seu objeto de pesquisa mas elevá-lo a um domínio que possibilite depoimentos longos e informações relevantes que o façam analisar e integrar o que foi dito à esfera científica.

O formato de entrevista que será utilizada será a semi-dirigida, de forma a dar ao entrevistado o máximo de liberdade possível para o seu testemunho, visto que o assunto é delicado e gera repercussões éticas e morais. Ainda assim, as conversas terão como base um pré-roteiro formulado pela pesquisadora. O objetivo é fazer com que as informações sofram pouca influência da parte do pesquisador, já que se trata de um assunto de cunho histórico em que o recorte espacial e social feito é o guia para a análise estrutural do objeto de estudo. “Ela permite que os entrevistados falem o mais livremente possível, dando-lhes a escolha dos assuntos que eles julgam pertinentes. O papel do entrevistador consiste simplesmente em facilitar, por suas atitudes e suas intervenções, a livre expressão dos pontos de vista.” (POUPART, 2012, p. 224)

A ideia é nortear os jornalistas para o assunto em questão, nesse caso, como se dava a relação com a Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Porém, sabendo que a não-diretividade também pode atrapalhar na comparação dos materiais, é essa direção que favorece ao pesquisador uma inovação conceitual, já que o informante poderá abordar assuntos até então desconhecidos, favorecendo uma nova dimensão antes não imaginada pelo entrevistador. Uma abordagem padronizada prejudicaria na busca por particularidades de cada informante. A entrevista não

dirigida também possibilita um maior tempo de resposta e uma melhor divagação sobre o tema ao entrevistado.

Poupart (2012) afirma que a melhor entrevista é aquela em que o que é verdadeiramente relevante é abordado e o pesquisador obtém uma certa saturação dos assuntos tratados. É a melhor forma de exposição do entrevistado ao entrevistador. Para contornar o problema de informações soltas durante a entrevista, a melhor solução é encontrar informantes que tenham pertencido a uma mesma realidade e que viveram os mesmos acontecimentos. Isso proporciona ao entrevistador um controle sobre o que foi coletado (Abreu, 2012).

Poupart ainda salienta que para alguns autores, o melhor discurso é aquele menos influenciado pelo pesquisador. E continua:

A situação ideal seria, ainda aqui, aquela em que os atores pesquisados, conscientes dos interesses de pesquisa do pesquisador, ou, melhor ainda, inconscientes desses interesses para evitar a pré-estruturação de seu discurso, consentiriam em narrar o mais espontaneamente possível a sua experiência. Na falta de poder encontrar 'espontaneamente essa espontaneidade', buscou-se, então, reproduzi-la pelo dispositivo de investigação, sobretudo pela forma de indagação (POUPART, 2012, p. 240).

Além disso, é importante avaliar a interação de informações entre os dois lados jornalísticos. Em outras palavras, estudar como o jornalista trabalhava o fato por meio do discurso oficial do assessor e quais os levantamentos extra-oficiais que julgava necessários na composição de sua reportagem. A relevância dessa análise se dá por essa mensurabilidade entre o que é disponibilizado pelo assessor de imprensa, o fato em si e o que é divulgado à sociedade pelo jornal. Assim, a melhor maneira de confirmar as conquistas é insistindo no sucesso da causa. É importante ressaltar o período conflituoso em que o Brasil vivia e as possíveis consequências de acobertamento que isso possa ter gerado na divulgação de dados oficiais por meio da Secretaria de Imprensa. Essa cadeia de informações permite um melhor entendimento do posicionamento ético entre dois profissionais de mesma formação mas que atuam em segmentos diferentes do mundo social do jornalismo.

6.3 - Terreno de pesquisa

Chagas e Fehlberg são as principais testemunhas na construção da dissertação, visto que seus relacionamentos com os presidentes, ainda que estritamente profissionais, como o próprios jornalistas afirmam,¹¹ permite uma aproximação concreta do objeto de pesquisa. Para isso, foram realizadas entrevistas com o intuito de reconstruir essa estrutura de assessoria do período para que esse relacionamento de mídias tecnicamente opostas seja compreendido.

Também serão entrevistados os jornalistas que fizeram parte desse momento histórico, a fim de se montar um perfil sobre como era essa relação entre jornalistas atuantes em um período conturbado da história brasileira mas com propostas de atuação divergentes, como no caso de assessoria e repórter. Um número maior de entrevistas permite ao pesquisador uma imersão em características que poderiam permanecer camufladas com uma quantidade limitada de relatos. É o que é chamado de “agregação qualitativa” (Pereira, 2012). Essas entrevistas também terão como objetivo ampliar o conhecimento e a abordagem histórica do período ao explorar os relatos na construção do objeto.

Os jornalistas escolhidos para a entrevista foram: Antônio Carlos Scartezini, Evandro Paranaguá, Hélio Doyle, Luiz Barbosa e Reynaldo Dias. Todos trabalhavam em Brasília e em algum momento tiveram contato direto com a Secretaria de Imprensa da Presidência da República durante o período estudado, com exceção de Reynaldo, que trabalhou diretamente com Fehlberg. Além disso, eram repórteres de jornais e revistas de grande circulação nacional na época, inclusive Reynaldo, que escrevia matérias para a *Folha de S. Paulo* concomitantemente ao seu trabalho na Secretaria.

Os contatos com os assessores e jornalistas foram feitos por telefone e *e-mail*. Com Fehlberg, o contato logo se iniciou por meio da internet e se estendeu desta forma durante todas as trocas de mensagens virtuais, salvo uma ligação feita por ele à pesquisadora. Já com Chagas, o agendamento da entrevista foi feito diretamente com sua secretária e a conversa foi realizada em seu escritório.

O primeiro jornalista contatado foi Scartezini, que aceitou de imediato a entrevista assim como repassou as informações da pesquisadora aos outros

¹¹ Em entrevista concedida a Jorge Duarte, Carlos Machado Fehlberg afirma: Intimidade não tinha e nunca tive. IN: SINGER, André (Coord.). **No Planalto, com a Imprensa:** entrevistas de secretários de imprensa e porta-vozes: de JK a Lula. Brasília, DF: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2010, p. 105.

entrevistados, com exceção de Reynaldo, que foi indicado à pesquisadora por Fehlberg. O jornalista adiantou o objeto de estudo aos outros jornalistas. Dessa forma, quando o telefonema foi feito a Barbosa, Paranaguá e Doyle, todos já sabiam do que se tratava. Os dois primeiros receberam a pesquisadora em suas casas e o terceiro em seu local de trabalho. Com Reynaldo, aconteceu uma inversão. Indicado por Fehlberg, o primeiro contato foi feito por telefone mas, mesmo morando em Brasília, o jornalista insistiu que a entrevista fosse feita por e-mail.

Como já mencionado, a entrevista por *e-mail* foi utilizada na dissertação no caso de Carlos Fehlberg e Reynaldo Dias. Ainda que não fosse o método priorizado pela pesquisadora, o tipo de relação estabelecida com o secretário de imprensa de Médici inviabilizou uma viagem ao seu encontro. Foi vigente uma relação virtual com o entrevistado desde o início do projeto. Entre as trocas de e-mails, Fehlberg relatou fatos soltos sobre o assunto da dissertação. Quando levantada a ideia de um encontro para a entrevista, o jornalista se encontrava em um período de saúde frágil em que não tinha condições físicas de conceder essas informações diretamente. Ainda assim, conversou por telefone com a pesquisadora explicando a situação. Já Reynaldo Dias, ainda que morasse na mesma cidade da pesquisadora, não permitiu que essa entrevista fosse feita pessoalmente, apenas por e-mail.

Beatriz Marocco (2012) explica essa forma digital de se entrevistar quando, ao aplicar questionários por *e-mail* para sua pesquisa, percebeu que, enquanto o jornalista Luiz Cláudio Cunha delongou as respostas, Clóvis Rossi optou por ser enfático alegando a falta de tempo quando a pesquisadora pediu que prolongasse suas reflexões.

A diferença nos levou a considerar a crítica ao questionário em geral, de que contem uma limitação “conformista, que o aproxima das pesquisas de opinião pública realizadas por instituições de sondagens e o torna incapaz de apreender fenômenos de crise ou de mobilização de opiniões”. (MAROCCO, 2012, p. 237) Neste sentido, pode-se responder à limitação com o controle de aspectos metodológicos, a vigilância epistemológica do pesquisador, somada a uma problemática explícita de pesquisa “traduzida” em perguntas e decorrente de teoria. Estes elementos, aliados à disponibilidade do entrevistado é que viabilizam o questionário aplicado como dispositivo de obtenção de informação e não o meio digital.

É importante ressaltar que a entrevista por *e-mail* não foi a primeira opção para a pesquisa mas, quando foi necessária, não inviabilizou as questões respondidas pelos entrevistados.

ENTREVISTADO	DATA DA ENTREVISTA	TIPO DE ENTREVISTA
C. Chagas	29.07.2013	Pessoal – no escritório do entrevistado, em Brasília
C. M. Fehlberg	19.09.2012 – 27.02.2014 ¹²	E-mail
A. C. Scartezini	19.08.2013	Pessoal – na residência do entrevistado, em Brasília
E. Paranaguá	23.08.2013	Pessoal – na residência do entrevistado, em Brasília
H. Doyle	28.08.2013	Pessoal – no local de trabalho do entrevistado, em Brasília
L. Barbosa	22.08.2013	Pessoal – na residência do entrevistado, em Brasília
R. Dias	23.06.2013	E-mail

Quadro de entrevistas

6.4 – Cenário de Pesquisa

Como já mencionado na introdução, foi no governo de João Goulart (1961-1964), com o Decreto nº 51.872, de 1º de abril de 1963; que uma estrutura formal de Secretaria de Imprensa foi gerada a partir de um novo regimento. Com isso, se formalizava uma nova estrutura de comunicação e suas atribuições (Duarte, 2003).

Nesse contexto, se insere a importância dos assessores entrevistados. Costa e Silva convocou Chagas em uma sexta-feira para que comparecesse ao Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. O convite soou como uma cobertura mas, ao chegar lá, o jornalista percebeu que se tratava de algo diferente. Carlos Chagas era responsável pela cobertura política de *O Globo* quando Costa e Silva assumiu a presidência. Tinha

¹² Como a entrevista foi feita por meio de troca de e-mails, a pesquisadora utilizou como data o espaço entre o primeiro dia de contato até o último e-mail trocado à conclusão do estudo. Além do entrevistado ter respondido as questões propostas pelo questionário, ele também respondeu eventuais dúvidas que surgiram durante o desenvolvimento da dissertação.

também um programa de televisão em que soltava comentários sobre o governo. E foi em um desses comentários que Costa e Silva o conheceu. Até assumir o cargo, o jornalista Heráclio Salles era o responsável pela Secretaria. Com o AI-5, ele sumiu do cenário e Costa e Silva o nomeou como Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Com um discurso de mudança de governo, de que não queria passar a imagem de um ditador, de acabar com o AI-5, o presidente convidou Chagas a ocupar o cargo deixado por Heráclio Salles.

Insatisfeito com o fim de sua coluna política no jornal *O Globo*, Chagas foi orientado pelo presidente a passar todas as informações à imprensa e, conseqüentemente, ao povo, em “pílulas”. Costa e Silva fazia questão que Chagas o acompanhasse às coberturas e também às reuniões políticas que participava. Dessa forma, o jornalista aprendeu a ponderar entre o que era uma notícia “publicável” e o que deveria ficar apenas dentro do governo.

Costa e Silva foi diagnosticado com uma doença e impossibilitado de se manter no cargo, em uma época que já estava em curso um projeto para retirar os direitos de censura plena do AI-5. Com a subida ao poder da Junta Militar composta pelo general do Exército Aurélio de Lyra Tavares, o almirante da Marinha Augusto Rademaker Grunewald e o brigadeiro da Aeronáutica Márcio de Souza e Mello, o plano original de Costa e Silva foi descartado. Com a Junta, toda a dinâmica da Secretaria mudou. A favor de continuar o Ato Institucional nº 5, assim como a maioria dos militares, Chagas agora convivia com listas de cassação e um regime de controle total. Com a posse de Médici, Chagas abandonou o cargo de Secretário de Imprensa que havia ocupado durante o governo Costa e Silva e Junta Militar. Assim, assumiu o posto Carlos Fehlberg (Singer, 2010).

Ele foi convidado em 1969 pelo próprio presidente Médici para o cargo de secretário de imprensa da Presidência da República. O jornalista afirma que a decisão de aceitar a função não foi imediata já que o quadro político da época exigia essa reflexão. Após algumas conversas com amigos e senadores e, principalmente, com base nos discursos de posse e de aceitação da posição presidencial em que Médici reafirmava a busca pela democracia e o crescimento econômico do Brasil, Fehlberg resolveu aceitar o cargo.

Fehlberg afirma que seu papel envolvia não só a Secretaria mas, muitas vezes, também a AERP e esse relacionamento, devido a interferência que a sua área sofria, não era bom. Ainda que tentasse destruir essas barreiras na imprensa com o

credenciamento de jornalistas para que estes pudessem ter acesso livre dentro do Governo, muitas vezes suas entradas eram barradas. A independência comunicacional não dependia apenas do assessor, mas de toda uma junta que havia dentro da Secretaria. Essas desconfianças em relação à imprensa dificultavam a criação de uma estratégia de comunicação.

O jornalista também foi responsável por uma reestruturação da Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Médici o designou como um elo entre ele e os outros jornalistas. Ao se deparar com um recurso limitado de informações dentro do próprio Governo, Fehlberg trabalhou com uma equipe de 15 pessoas entre fotógrafos, redatores e cinegrafistas, para o trabalho de assessoria. Esses profissionais eram responsáveis por divulgar matérias referentes às ações do Governo, entrevistas com ministros após despachos com o presidente, cobertura de audiência de Médici com dirigentes, entre outras atribuições.

A escolha dos jornalistas a serem entrevistados para o estudo se deu com o intuito de analisar os relatos desses profissionais em relação à Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Com essa análise, será possível identificar como era essa relação entre duas esferas profissionais jornalísticas diferentes em um mesmo contexto histórico, nesse caso a Ditadura Militar durante os governos Costa e Silva e Médici.

Como esses jornalistas representavam os principais veículos da época, é importante salientar que nem todo jornal, por mais contrário ao governo que tenha sido, se absteve de ajudar os militares no início do regime. Como já abordado no capítulo da reconstrução histórica do período, *a priori*, os jornais apoiaram o Golpe Militar dado o caos sindicalista que o país vivia nos últimos anos do governo Jango. Essa observação nos ajuda a integrar o jornalista ao seu contexto editorial.

6.4.1 – Antônio Carlos Scartezini

Scartezini começou a trabalhar no jornalismo em 1966 e, assim como a maior parte dos seus colegas de profissão, fez 36 meses ininterruptos em redação e recebeu seu registro como jornalista. Ficou no *Jornal do Brasil* até 1972, cobrindo o Planalto durante um mês em substituição a um de seus colegas que estava de recesso. Quando o jornalista Carlos Castelo Branco ficou doente, aconteceu uma série de demissões no jornal. Assim, em defesa do amigo D’Alambert Jaccoud, acabou também deixando o emprego.

Como já trabalhava na TV e Rádio Nacional de Brasília, Scartezini recebeu uma proposta de se dedicar exclusivamente ao veículo após sua demissão. Pouco tempo depois, em 1975, também foi demitido do veículo por defender seu chefe. Dias depois foi contratado pelo *O Estado de S. Paulo* e ainda trabalhou na revista *Veja*, veículo que marcaria sua carreira.

Foi pela revista que Scartezini escreveu uma entrevista com Médici para as Páginas Amarelas. As conversas desencadearam o seu livro *Segredos de Médici*. A obra é resultado dessa série de encontros marcados com o ex-presidente, que era conhecido por não conceder entrevistas a jornalistas.

6.4.2 – Evandro Paranguá

Advogado por formação, Evandro Paranguá começou sua carreira no jornalismo já com 30 anos, imediatamente após o Golpe de 64. Antes disso, advogava em um escritório que tinha grandes nomes como clientes na época, um deles a empresa aérea *Panair do Brasil*. Por razões de divergência políticas e pessoais entre os diretores do escritório e a cúpula já do regime ditatorial no governo Castello Branco, suas atividades empresariais foram encerradas. Nesse período, Paranguá, que já trabalhava no Senado desde 1961 fazendo uma espécie de *clipping*, começou a trabalhar com jornalismo. Sua experiência lhe garantiu contatos posteriormente como jornalista e um certo tipo de liberdade espacial dentro do órgão.

Começou a cobrir Política em *O Globo*, editoria que o acompanhou durante toda sua carreira jornalística. Ficou pouco tempo no jornal. Trabalhou no *Última Hora* e participou do número 0 da revista *Veja* junto com Pompeu de Souza. Por esse trabalho, que já exercia no Senado, Paranguá era credenciado e cobria alternativamente Câmara e Senado. Ainda assim, conseguiu credencial para o Planalto mas a perdeu durante o governo Médici.

Durante a maior parte do regime, trabalhou em *O Estado de S. Paulo*, que lhe garantia uma certa liberdade ao escrever e assinar suas matérias políticas. Tanto que, já na década de 1970, o jornalista tinha uma coluna de opinião no veículo às quartas-feiras, dia em que o Congresso mais possuía novas informações e fatos.

6.4.3 – Hélio Doyle

Antes mesmo de iniciar sua carreira jornalística, Doyle já possuía uma militância política. Formado em Jornalismo pela Universidade de Brasília, teve aulas

de Relações Públicas com Octávio Costa, principal militar da AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas. Começou a trabalhar no *Correio Braziliense* cobrindo Cidades em 1970. O jornalista já havia sido preso uma vez e uma segunda durante seu trabalho no jornal. No ano seguinte, passou a cobrir tribunais pelo *O Estado de S. Paulo*. Foi no jornal que passou a integrar a comitiva jornalística de cobertura do Itamaraty. Pela ficha que possuía no regime ditatorial, Doyle nunca conseguiu uma credencial. Ainda assim, não lhe foi negado a participação nas coberturas do órgão.

Depois de uma terceira prisão, o jornalista perdeu seus direitos de cobrir Itamaraty horas antes de embarcar para uma viagem que o embaixador estaria presente. Cobriu o órgão durante um ano e meio sem credencial. Depois foi transferido para a área política, Senado, Câmara, onde não existia essas restrições.

6.4.4 – Luiz Barbosa

Luiz Barbosa iniciou sua carreira muito cedo. Com 17 anos cobria esportes pelo *Jornal do Brasil*. Recebeu uma proposta de trabalho em Brasília e passou a cobrir Câmara dos Deputados em 1963. Com o Golpe de 1964, passou a cobrir o Planalto durante o governo Castello Branco e permaneceu até Costa e Silva.

Heráclio Salles, jornalista do *Jornal do Brasil* e então Secretário de Imprensa da Presidência da República, indica Luiz Barbosa a Rondon Pacheco para assumir seu cargo no governo. O jornalista resolveu não aceitar o convite depois de conversar com alguns amigos jornalistas.

Em 1968, ele viaja para Inglaterra para estudar, e ao voltar, é convocado pelo *Jornal do Brasil* para trabalhar cobrindo Itamaraty. Permaneceu no cargo durante todo o regime ditatorial.

6.4.5 – Reynaldo Dias

Também formado em Direito, o mineiro Reynaldo Dias se mudou para São Paulo na década de 1960. Com uma remuneração baixa na área, passou a ser editor em uma revista e logo depois foi convidado para ser redator no jornal *A Gazeta*. Se mudou para o Rio de Janeiro onde trabalhou no *Correio da Manhã* e *Diário Carioca*.

Por conta dos salários atrasados e de seus planos de passar na prova do Instituto Rio Branco não terem dado certo, Reynaldo se mudou para Brasília por influências de seu irmão que já trabalhava no Governo, e foi convidado por Ari Ribeiro para atuar em *O Estado de S. Paulo*. Cobria toda a área política com exceção

do Ministério das Relações Exteriores. No final da década de 1960, perde o emprego no jornal.

Com Médici já no poder, Reynaldo foi convidado por Carlos Fehlberg para ser um de seus assessores, já que já possuía larga experiência cobrindo Planalto durante o regime de Castello Branco. O jornalista então aceitou o convite e passou a integrar a Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

6.5 – Condições de realização das entrevistas

Como o regime militar aconteceu entre 1964 – 1985, a maioria dos entrevistados são jornalistas sênior. Por esse motivo, o formato de entrevista semi-dirigida se tornou essencial para que o pré-roteiro fosse seguido mas que ao mesmo tempo respeitasse as lembranças externas a ele que eventualmente apareciam no decorrer das conversas com os entrevistados.

As entrevistas com os jornalistas foram feitas sob contextos diferentes. Inicialmente, o objetivo era analisar apenas a Secretaria de Imprensa durante o governo Médici. Esse foco original fez a pesquisadora procurar Fehlberg antes de Chagas. Um e-mail foi enviado para o portal em que escrevia, *Política para Políticos*, requerendo um contato do jornalista. E o próprio jornalista quem respondeu. Uma troca de e-mails foi mantida durante algumas horas. Muito atencioso, sempre indicava leituras mas nunca confirmava uma possível entrevista. Quando o assunto era abordado pela pesquisadora, pedia que fosse lido seu depoimento a Jorge Duarte.¹³

Era necessário formar um vínculo de amizade e confiança para que Fehlberg contribuísse com o projeto (Bosi, 2010). Para isso, foram levantados tópicos abordados pelo próprio jornalista, introduzindo e comentando um determinado momento histórico relevante de sua carreira como secretário. Essas entrelinhas, os espaços que permaneceram abertos levaram Fehlberg a introduzir na conversa outras memórias que não aquelas abordadas anteriormente. Foi de suma importância esse conhecimento prévio tanto do momento histórico que era discutido como informações sobre a carreira do entrevistado, como Abreu (2003) afirma ser fundamental para uma pesquisa histórica.

¹³ SINGER, André (Coord.). **No Planalto, com a imprensa: entrevistas de secretários de imprensa e porta-vozes: de JK a Lula**. Brasília, DF: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2010. 410 p.

A maioria dos entrevistados possuem uma linha histórica própria, em que constroem o fato a partir de lembranças pessoais. Foi perceptível essa diferença de memória pelo tempo decorrido com as declarações de Chagas. Para algumas perguntas, foi preciso evocar fatos expostos em seu livro “*113 dias de angústia*” para que o jornalista reconstruísse essa teia histórica. Como, por exemplo, ao ser questionado sobre a censura imposta pela Junta Militar dentro da Secretaria de Imprensa aos jornalistas, *a priori*, Chagas não se recordava. Ao comentarmos sobre o trecho escrito em seu livro, ele então se lembrou dessa proibição feita aos jornalistas credenciados e de como resolveu o assunto junto à imprensa. Para Bosi (2010), “antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança ‘vive’ em estado latente, potencial.” Em ambas as conversas com Chagas e Fehlberg, ficou evidente essa necessidade de relembrá-los dos fatos para que pudessem reconstruí-los.

Bosi (2010) ainda afirma que essa recordação é uma ordenação volúvel que tem como elemento de base ora um aspecto, ora outro do passado. O que resulta na diversidade dos “sistemas” que a memória pode gerar em cada testemunha de um mesmo acontecimento.

Por exemplo, Chagas, na primeira pergunta, reconstruiu todo o cenário da época, desde seu convite até a doença que o marechal Arthur da Costa e Silva teve logo no início do seu mandato. Sua linha de pensamento o fez ressaltar alguns aspectos que julgava importantes para o entendimento desse contexto histórico, como a relação da enfermidade do então presidente e seus planos de revogar os direitos do Ato Institucional nº 5. Já com Fehlberg esse caminho foi diferente até pelas abordagens terem sido distintas (uma ser presente e a outra virtual). O jornalista precisou ser confrontado com momentos históricos que viveu para que compartilhasse suas experiências com o projeto.

Com os jornalistas, essa ideia da cadeia de memória foi mantida. Após pesquisar sobre os repórteres, eliminando aqueles que não tiveram nenhum contato com o Planalto durante o período estudado, a pesquisadora procurou primeiramente Scartezini, auxiliada por seu orientador, com quem marcou uma primeira conversa em sua casa. A partir do jornalista, a pesquisadora entrou em contato com Paranaguá e Barbosa. O de Doyle foi passado pelo orientador da pesquisadora e Dias foi recomendado por Fehlberg, com quem trabalhou durante os anos de Secretaria.

Scartezini, Paranaguá e Barbosa mantiveram conversas descontraídas com a pesquisadora, ainda que orientados pelo roteiro que direcionava suas falas. Tanto a

forma da entrevista, como o tempo dela foram muito semelhantes aos três jornalistas. A eles foi dada uma liberdade de discurso, na tentativa de resgatar lembranças dentro do que era relatado.

Bosi (2010) explica que a memória de cada indivíduo está estritamente relacionada a seus grupos participativos, à sua profissão. Ou seja, essa relação que os jornalistas possuem com os outros colegas da mesma área reforçam suas lembranças e servem como referência reconstrutora do período.

Em um primeiro momento, Doyle alertou que não havia feito cobertura do Planalto porque nunca havia sido credenciado. Ainda assim, todo seu relato foi de suma importância para o entendimento do valor que o credenciamento tinha para o jornalismo institucional do período, além de compreender como era o processo para obtê-lo.

Essa liberdade de discurso dada aos jornalistas permitiu que outros dados históricos igualmente relevantes ao estudo e também assuntos comuns a todos eles surgissem por meio das entrevistas.

6.6 – Metodologia de Análise Bibliográfica

Nesta seção, será abordado a forma como foi feita a busca pelo material jornalístico referente à pesquisa bibliográfica, utilizado como metodologia complementar às entrevistas na reconstituição das histórias de vida dos personagens investigados neste trabalho. Esse acervo se constitui em outras entrevistas dadas pelos jornalistas e livros que eles escreveram. Dessa forma, por se tratar de uma dissertação que faz referência a um período histórico, não somente baseada em memórias, os registros resgatados também farão parte do *corpus*.

No caso de um estudo histórico, o documento se torna fator primordial no enfoque ao tempo e ao entendimento social. A análise documental pode levar o pesquisador, através de um estudo minucioso, a novas interpretações e informações referentes ao seu objeto de pesquisa. Com sua invariabilidade teórica, é preciso aceitar o documento “tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja”. (CELLARD, 2012, p. 299)

É preciso compreender quem é o autor do documento, qual o seu lugar de fala para que, dessa forma, o fato seja melhor reconstruído. É por esse motivo que os materiais que foram analisados nos propósitos dessa dissertação são os produzidos diretamente pelos entrevistados ou entrevistas concedidas por esses atores sociais.

Essa análise nos permite ir ao encontro do que foi discutido na seção sobre História Oral. Como materiais produzidos em um outro momento, podemos confrontar ou confirmar os relatos dos entrevistados sob essa perspectiva de reconstrução histórica. Além de abrir um espaço maior de compreensão das identidades e papéis sociais analisados, o que permite o entendimento de certas práticas e ações sociais sob o viés de uma perspectiva etnometodológica. Isso viabiliza uma melhor análise histórica e conceitual sobre essa relação entre a fonte institucional e jornalistas. E como os documentos serão relativamente semelhantes, dado que é sobre um mesmo período e à partir de uma mesma fonte, a contextualização se torna um apoio fundamental na construção da análise.

É esse encadeamento de ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente, e realizar uma reconstrução de um aspecto qualquer de uma dada sociedade, neste ou naquele momento. (CELLARD, 2012, p. 304)

Apoiado nas técnicas de pesquisa detalhadas aqui, será possível avançar na análise dos objetivos propostos nesta dissertação. Visto que pouco ainda se sabe sobre a Secretaria de Imprensa e como os jornalistas a enxergavam dentro do contexto de suas apurações jornalísticas, se faz necessário um estudo com base nesses relatos e nas amostragens documentais referentes ao período em questão. É a variedade de fontes, as corroborações, as abstrações e indagações que elevam o projeto a um objeto de pesquisa. Esse confronto entre a análise documental e as entrevistas com Chagas e Fehlberg e jornalistas, permite que o objeto seja cerceado e com isso, se reduz as limitações que uma aplicação metodológica única poderia gerar.

6.6.1 – Análise documental: delimitação do corpus

A seguir vamos expor os principais livros que foram utilizados na análise documental deste trabalho. Esses documentos permitiram à pesquisadora confrontar os relatos de alguns entrevistados, já que o material produzido foi feito em um período mais próximo ao trabalhado nessa dissertação. Ou mesmo, no caso das entrevistas dos assessores de imprensa à Jorge Duarte para o livro organizado por André Singer, *No Planalto, com a Imprensa: entrevistas de secretários de imprensa e*

porta-vozes: de JK a Lula, auxilia na construção e análise do relato concedido à entrevistadora.

113 Dias de Angústia – Impedimento e Morte de um Presidente

O livro, originalmente publicado em 1979, relata em primeira pessoa as experiências de Carlos Chagas como secretário de imprensa durante o período de transição entre os governos Costa e Silva e Médici passando pela Junta Militar. Resultado de uma série de reportagens publicadas em 1970 pelo *O Globo*¹⁴ a partir de 7 de janeiro, e ganhadora do prêmio Esso de jornalismo do mesmo ano, *113 Dias de Angústia – Impedimento e Morte de um Presidente* auxilia a pesquisadora a confrontar as informações de uma memória recente do então jornalista com a sua atual. Proibido de circular em 1970 pelo ministro da Justiça Alfredo Buzaid, o livro é referência de construção e entendimento históricos do período, mostrando um outro lado do poder até então desconhecido.

No Planalto, com a Imprensa – Entrevistas de secretários de Imprensa e porta-vozes: de JK a Lula

Um dos trabalhos mais profundos com esses secretários de Imprensa, o livro auxilia também nessa análise documental já que parte do conteúdo dessa dissertação também foi explorado pelos organizadores da obra de 2010. É importante confrontar o que foi dito aos jornalistas para *No Planalto, com a Imprensa* e as informações que a pesquisadora recolheu com seus entrevistados. Um dos poucos trabalhos sobre o assunto, o livro surgiu a partir de uma necessidade que seus organizadores, André Singer, Mário Hélio Gomes, Carlos Villanova e Jorge Duarte, sentiram de resgatar a memória institucional da Secretaria de Imprensa da Presidência da República e das assessorias que a seguiram. Em 2005, começaram a entrevistar personagens que construíram a Secretaria de Imprensa da Presidência da República, entre eles, dois também presentes nessa pesquisa.

¹⁴ Em sua primeira edição, os editores do livro afirmam que a série foi publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 1969 quando na verdade foi pelo *O Globo*. A informação é confirmada na entrevista que Carlos Chagas concedeu à pesquisadora.

7. Análise dos resultados: a negociação no contexto das relações entre jornalistas e assessores na cobertura da Ditadura Militar

Neste capítulo serão analisados os processos de negociação envolvendo a Secretaria de Imprensa da Presidência da República e os jornalistas na divulgação de informações sobre o governo militar durante a sua cobertura. Para isso, utilizamos como ponto de partida o esquema analítico proposto nos capítulos anteriores na interpretação das entrevistas e documentos gerados.

Um dos principais pilares de análise é reconstruir como se dava a relação entre jornalistas e os secretários de imprensa, Carlos Chagas e Carlos Machado Fehlberg. Mas para compreender, é necessário levantar as questões correlatas às cadeias de negociação que ocorriam durante a cobertura. É o caso do credenciamento de jornalistas para cobrir a Presidência, processo que exigia um esforço tanto do veículo como de outros atores, representados por jornais ou mesmo militares, que poderiam estar relacionados a esse processo.

Alguns dos entrevistados ainda questionam o papel do jornalista naquele período e apenas anos depois perceberam a dimensão do que haviam vivido. Assim, é destacada essa visão jornalística e a representação que exerciam em seus veículos para análise. É necessário compreender qual a intenção do repórter com uma matéria, já que é sabido que alguns jornais eram contra a Ditadura e, por isso, eram cerceados pelo AI-5.

Para isso, é necessário entender o perfil desse jornalista inserido nessa negociação e do assessor também exercendo um papel de negociador. Quais as representações que eles construíam/partilhavam sobre esse processo? Como se dava a relação entre esses dois grupos de atores? Quais seus limites? Que outros atores participavam desse processo? São perguntas que permearam essa análise e serão respondidas a partir dos discursos dos entrevistados.

Ou seja, a negociação é um processo que envolve atores interessados no seu resultado. Dentro do contexto da pesquisa, é inferido que a negociação foi essencial entre as partes envolvidas na publicação de uma notícia: a fonte oficial, os jornalistas e o jornal que representavam. Assim, a análise aborda os momentos em que isso foi mais simbólico nessa busca e divulgação de informação.

Para isso, será discutido em um primeiro momento a representação e imagem dos personagens envolvidos e como percebiam, naquele momento, o regime militar.

Ainda, será abordado como era a negociação no processo de construção da notícia a partir da análise de cobertura, das rotinas dos jornalistas e assessores, no texto dos jornalistas, além de como ela acontecia depois de a matéria ter sido produzida, já que dependia de outras questões, como a censura e a política editorial do jornal. E por último, será analisada a participação de outros atores nesse processo, como os militares e o próprio jornal em que os entrevistados trabalhavam.

7.1 – Representações sobre a cobertura durante a Ditadura Militar

Representações e reflexões são, em si mesmas, atos de contestação, na medida em que diferentes atores buscavam controlar e manipular suas próprias imagens e a percepção dos outros. O regime militar empunhou considerável poder a esse respeito. (...) Contudo, embora o regime pudesse dominar e distorcer, não podia determinar nem impor os pontos de vista e as representações dos outros. (SMITH, 2000, p. 169)

A partir do momento em que o país deixou de enfrentar questões sindicais representadas pelo governo de João Goulart (1961-1964) e passou a ser comandado por militares, a imprensa começou a sentir os efeitos desse Golpe de 64 com o cerceamento às informações contra o governo. Dessa forma, essa seção ainda analisa como foi essa transição e qual a imagem que eles tinham sobre essa adaptação da imprensa à censura representada pelos militares e, a partir de 1968, pelo Ato Institucional nº 5.

Era possível apoiar decisivamente o regime mas não endossar as restrições à imprensa. Era possível também temer o regime mas juntar-se à imprensa atingida e criar novas plataformas de expressão. Com frequência, o regime e suas ações eram difíceis sequer de avaliar, pois elas pareciam tão abrangentes que, em sua ubiquidade, se tornavam invisíveis. (SMITH, 2000, p.173)

Porém, é entendido pelas entrevistas que, em um primeiro momento, os jornalistas partilhavam da opinião de que o regime militar seria passageiro.

“Na hora você não tem ideia do fato histórico.” O jornalista Luiz Barbosa salientou desde o primeiro contato com a pesquisadora e muitas vezes durante a entrevista sobre esse desconhecimento do que de fato estava sendo vivido, ou seja, a relevância histórica do momento. Para ele, com o governo desestruturado que João Goulart enfrentava com greves sindicais, perseguições políticas ao seu governo, pressões sociais e a especulação de uma reforma urbana, o Golpe Militar, em um

primeiro momento, tinha fundamentos plausíveis para acontecer. “Chega um ponto de tumulto que aquela intervenção militar na medida do limite, chegou um tempo que você achava que até justificava.”

Barbosa ainda ressalta que até tinha uma noção da relevância histórica do momento mas não conseguia dimensionar o que de fato era o novo regime. Assim, não se poderia afirmar que existiu algo mítico ou heróico no trabalho do jornalista naquele momento. Para ele, o ato de entrevistar Médici era tão importante quanto pagar as contas do mês. Entretanto, podemos perceber, a partir do discurso que essa interpretação *a posteriori* do jornalista sobre o seu papel busca ressaltar, que essa falta de noção de sua função ocorreu pela falta de percepção da importância histórica que vivia, o que só aconteceu anos depois.

Percebe-se que Barbosa, de certa forma, acreditava que o golpe foi necessário por conta do momento que o Brasil vivia com as greves sindicais e os boatos que surgiam sobre o governo de Jango. Assim, para ele, essa transição foi natural dentro do seu trabalho. Sem saber a dimensão que seria o regime anos depois, ele passou a cobrir um novo presidente.

Já Evandro Paranaguá relembra o início do regime marcado pela brutalidade, violência, prepotência e o arbítrio. “Esse processo foi engrossando em todos os sentidos, ganhando consistência até culminar no AI-5 e toda a barbárie subsequente.” Porém, como já mencionado, Evandro ainda não atuava no jornalismo. Ele ressalta na entrevista que sua visão era mais de “um cidadão indignado e não de um jornalista cerceado, o que só viria a acontecer posteriormente.” E foi o que o levou a cobrir política.

Para ele, a ditadura não duraria muito. Pensava que seria algo de, no máximo, cinco anos e que só a partir do AI-5, percebeu que não seria algo tão passageiro. “Olha, de hoje pra trás, você tem outra perspectiva. Também a maturidade te dá uma outra perspectiva. Mas acho que dentro disso daí tinha uma noção, sim. (...) Tinha noção dos riscos, das coisas. O jornalismo mesmo era muito cerceado.”

Percebe-se que os jornalistas ainda desconheciam de fato a dimensão que o regime tomaria durante aquele período. Luiz Barbosa também menciona jornalistas da época que não esperavam que os militares ocupassem o cargo por tanto tempo. Já Doyle afirma que se tinha uma vaga ideia do que era o regime militar mas ele não esperava que fosse alcançar 27 anos de Ditadura no Brasil.

Segundo Barbosa, esse desconhecimento explicaria a atitude da imprensa, a

favor do Golpe Militar. “(A grande imprensa) Foi contra depois quando a coisa ficou complicada. Na primeira hora eles foram os grandes incentivadores disso. A Igreja, imprensa, a grande parte da elite da sociedade foi toda a favor do Golpe Militar. O povo, como sempre, você sabe, não tomava conhecimento das coisas. Ia vivendo o dia a dia mas não tinha ideia do conjunto do que estava chegando.” As afirmações do jornalista vão ao encontro do cenário ilustrado no quarto capítulo da dissertação, em que Abreu (2002) confirma esse apoio da grande imprensa ao Golpe Militar por um receio de que subversivos e a esquerda tomassem o país.

Doyle e Barbosa também justificam o fato desse desconhecimento ao tamanho de Brasília. Os dois afirmam que naquele período, Brasília era uma cidade pequena. Para Barbosa, se escutava muito sobre prisões em outros estados mas pouco em Brasília. “Brasília era como é que era a vitrine, eles preservavam um pouco o comportamento.” Doyle também concorda com essa visão de Barbosa. “Brasília é uma cidade pequena, as pessoas todas se conheciam. Acho que isso aí, assim, atenuava a violência. Não que ela não existisse mas atenuava um pouco. Todo mundo se conhecia, então...”

Barbosa afirmou que alguns poucos jornalistas, como Elio Gaspari que disse que tinha fontes privilegiadas dentro do regime, tinham uma certa noção dos efeitos do AI-5 no jornalismo brasileiro naquele momento, assim como outros que eram ligados a partidos comunistas, um “mecanismo de apuração da própria resistência”. Mas os jornalistas que cobriam a capital desconheciam os riscos que corriam na profissão.

Dessa forma, é preciso compreender que a forma de se fazer jornalismo era diferente em Brasília. Como os próprios jornalistas explicam, a capital não sofreu repressão à comunicação como em outros estados do país. Assim, cobrir política, em um primeiro momento, era como um outro trabalho qualquer. Como Barbosa mesmo afirma, a preocupação maior estava em quitar as contas no final do mês ao invés de dimensionar a situação que vivia.

Essa percepção entra no cenário em que o jornalista estava inserido no período. Percebe-se que no contexto estudado, aqueles subordinados a um grande veículo se preocupavam mais com as regras do jornal que trabalhavam do que expor uma realidade perante a sociedade. Com exceção de algumas atitudes e reportagens de Paranaguá, nenhum entrevistado contrariou os interesses de seus veículos. Smith (2000) explica essa atitude pelo financiamento que a imprensa recebia do Governo.

7.1.1 – A representação dos assessores na visão dos jornalistas

Por um outro lado, existia a visão dos ex-secretários sobre o regime e os mecanismos de censura e autocensura. Para eles, essa dimensão política também foi camuflada pelas promessas dos generais em trazer ordem econômica e social ao Brasil. Tanto Carlos Chagas como Carlos Fehlberg aceitaram o convite para ocuparem o cargo de Secretário de Imprensa com uma primeira ideia de mudança política. Para Fehlberg, os pronunciamentos de Médici davam a sensação de uma abertura política e para Chagas, Costa e Silva afirmou que queria acabar com o AI-5, reabrir o Congresso e “convocar uma comissão de juristas para fazerem uma Emenda Constitucional adaptando a constituição”. No discurso dos entrevistados, essas foram as primeiras promessas que os motivaram a sair de uma redação, Chagas do *Globo* e Fehlberg do *Zero Hora*; e aceitarem o convite. Para Chagas, “trabalhar com militares (...) ao mesmo tempo era um objetivo nobre, que era acabar com o AI-5, começar a constitucionalizar o país.” Já Fehlberg disse que os sinais de reabertura do Congresso eram confirmados pelo próprio Médici. Entretanto, nenhuma dessas ideias originais foram de fato aplicadas durante esses dois governos.

7.1.2 – Carlos Chagas

Já conhecido dentro do cenário político por fazer a sua cobertura, Chagas foi convidado para ser assessor de Costa e Silva quando o então secretário Heráclio Salles resolveu deixar o cargo. Questionado se havia diferença de tratamento entre os jornalistas credenciados de jornais que não apoiavam o regime, o então secretário afirmou que não existia divergência de trato. “E tinha repórter da extrema esquerda lá, mas a maioria ali era da direita. (...) Eu dava notícia, o cara podia usar a notícia como quisesse. Não teve discriminação nenhuma.” Para Paranaguá, o jornalista da imprensa alternativa não ficava na Secretaria esperando a notícia oficial, ele ia a campo buscar outras informações.

Os jornalistas entrevistados confirmam a boa atuação de Chagas como Secretário de Imprensa, apesar de a maioria só ter convivido com o jornalista depois de ele ter desocupado o cargo.

Chagas afirmou que só conseguiu voltar a atuar por consequência da série de 21 reportagens que escreveu para *O Globo* sobre os bastidores do período em que assumiu a Secretaria. Ele relatou que disse a Roberto Marinho que essa era sua única saída para continuar na profissão. Suas reportagens lhe garantiram um Prêmio Esso e

também seu primeiro processo pela Lei de Segurança Nacional, já que não podia ser preso por ter trabalhado para Costa e Silva.

Para Luiz Barbosa, é contestável o direito de Chagas de ter escrito essas matérias que resultaram no livro *113 de angústias – Impedimento e morte de um presidente*. Ele diz que algumas informações não poderiam ser divulgadas. “Você está num cargo de confiança e você tem acesso a informações que você não teria como jornalista, você tem como funcionário, homem e detentor do cargo de confiança.” Ainda assim, o jornalista diz que Chagas se saiu bem, que conseguiu “sobreviver” no jornalismo depois de trabalhar na Secretaria, fato que ele não tem certeza se teria conseguido se tivesse aceitado o convite de Heráclio para ser Secretário de Imprensa de Costa e Silva. Podemos entender que o livro foi uma forma que Chagas encontrou para legitimar sua posição dentro do Governo perante o contexto jornalístico do período.

Paranaguá explica que Chagas acreditou que estava assumindo um cargo com um pretexto de retomada à democratização. Para ele, “Chagas sempre foi uma pessoa muito séria e merece todo o respeito.” O jornalista conhecia o ex-secretário desde 1957, quando fizeram a mesma faculdade e se formaram com um ano de diferença. Paranaguá diz que uma das razões de ter ido trabalhar para *O Estado de S. Paulo* foi porque Chagas era diretor da sucursal do jornal em Brasília.

Doyle também teve uma relação mais próxima com o jornalista pelo cargo de direção do *Estadão* na capital. Com o problema que teve ao ser proibido de viajar em um avião da FAB, como será mencionado posteriormente neste capítulo, o ex-secretário acompanhou Doyle ao Itamaraty e prestou toda uma assistência ao jornalista. “E o Chagas foi bem solidário assim, diplomático mas solidário.” Scartezini o conheceu apenas quando passou a trabalhar também no jornal em 1974. Para ele, o jornalista era “bom amigo e colega”, mas com concepções diferentes das dele em relação ao trabalho jornalístico, às quais o jornalista não exemplificou na entrevista.

A partir dos relatos dos repórteres como do próprio Chagas, é possível perceber as estratégias de legitimidade que o ex-secretário procurou para se manter no jornalismo. De uma forma geral, os repórteres o consideravam um bom jornalista mas ainda assim isso não eliminou a imagem de um ex-funcionário do regime ditatorial.

Enquanto chefe da sucursal de *O Estado de S. Paulo* em Brasília, Chagas inclusive se manteve em prol do jornalismo. Ainda assim, pelo discurso de Doyle no

episódio que o ex-secretário o acompanhou ao Itamaraty, percebe-se que seu posicionamento foi de certa forma neutro, porém solidário perante a situação.

Porém, a partir do discurso de Scartezini, infere-se que mesmo ocupando um papel legítimo no *Estadão*, Chagas ainda despertava dúvidas sobre seu posicionamento político. Assim, o jornalista exemplificou com o relato de que no jornal houve um período em que se faziam relatórios, no qual o jornalista investigava uma pessoa ou um fato mas não escrevia a reportagem, só fazia um levantamento de dados. A tarefa de redigi-la ficava para uma terceira pessoa. Ainda que tivesse sido contrário no início a essa ideia de “espionagem”, Scartezini aceitou investigar o governador de Goiás, Irapuan Costa Júnior. “Sim, e eu já sabia qual era a ordem: você vai lá, investiga, volta pra Brasília e escreve sua reportagem em casa pra ninguém da redação ler. (Chaguinhas me dizendo). Aí quando a coisa estiver pronta, você me procura, entrega pra mim, eu não vou ler na sua frente, vou pegar seu texto e vou colocar nesse envelope. Puxou a gaveta e tirou um envelope prontinho. Olha, vou colocar sua reportagem aqui dentro.” Scartezini disse que o envelope estava endereçado a Júlio Mesquita, então diretor do *Estadão*. Mais tarde, o jornalista disse que no mesmo dia que o malote com o relatório chegou em São Paulo, o próprio Irapuan recebeu uma cópia dele. Um exemplo que ainda desperta dúvidas sobre a legitimidade tanto do ex-secretário como do próprio jornal.

Em nenhum momento é visível um posicionamento contrário de Chagas ao regime, com exceção do período em que trabalhou para a Junta Militar. Nesse caso, o ex-secretário deixa claro que discordava da situação, tanto a partir de seu livro como na entrevista. Ainda que isso não tenha resultado em nenhum conflito dentro da Secretaria com os militares.

Além disso, *113 de angústias – Impedimento e morte de um presidente* gera posicionamentos conflituosos entre os entrevistados. Percebe-se um respeito por Chagas como jornalista mas uma repulsa ao fato de ter usado informações de bastidores, que só ele teria acesso, e as divulgado após deixar o cargo. Existe um debate ético sobre essa forma que o ex-secretário usou para se legitimar no jornalismo e voltar a atuar dentro de uma redação.

7.1.3 – Carlos Machado Fehlberg

Antes de aceitar a nova função, o jornalista gaúcho se aconselhou com o então secretário de Imprensa de Costa e Silva. Para Chagas, a conversa foi suave, ele o

recebeu muito bem em sua sala e explicou como tudo funcionava. Ressaltou que o importante era dar notícias, “é soltar o que é possível soltar, não a briga dos generais”, uma afirmação que vai de encontro ao seu livro, em que usou informações dos bastidores para poder retornar ao jornalismo depois de trabalhar para o regime. É possível perceber, a partir desse discurso, que existia uma posição conflituosa entre o trabalho do secretário e o de jornalista nesse cenário. Isso corrobora o uso da Secretaria pelos militares como uma forma de controle ao que era divulgado sobre o governo. E, de certa forma, podemos abstrair que o ex-secretário estava consciente sobre esses limites.

Quando Fehlberg assumiu, manteve algumas características e mudou outras para que se mantivesse o caráter jornalístico da Secretaria de Imprensa “(...) insistindo sempre na busca correta de informações, antecipações possíveis (que não criassem problemas), enfim, tentando imprimir um estilo que lembrasse o jornal, em alguns momentos.”

Por parte dos jornalistas entrevistados, poucos tiveram algum tipo de relação com o ex-secretário enquanto ele ocupava o cargo. Doyle afirmou nunca ter tido uma relação funcional com Fehlberg mas o conhecia porque ele era amigo de muita gente que trabalhava em jornal. Já Scartezini não teve nenhuma relação pessoal com o jornalista, nunca conversaram. “Enquanto estive no Palácio, não o vi alguma vez na sala de imprensa. Ele ficava na sala dele e eu não ia lá porque seria perda de tempo. No trabalho no Planalto, [Fehlberg era] medíocre e medroso. Fora dali, inexpressivo.”

Paranaguá só conviveu com o ex-secretário durante o tempo que ele estava em Brasília da mesma forma que Doyle. Luiz Barbosa não teve convívio com o jornalista. Já Reynaldo Dias, que trabalhou diretamente com ele, diz que desde que o conheceu, “Carlos Fehlberg se mostrou uma figura bastante comunicativa, apaixonado pelo jornalismo, pela notícia, à qual se dedicava, acredito, com a mesma voracidade que demonstrava – mas limitado, naturalmente, pela natureza das funções que desempenhava (...)”. Diz que, de uma forma geral, o ex-secretário queria estar sempre bem informado. “Era objetivo, direto, sem rodeios ou subterfúgios em suas formulações.” Para Reynaldo, seu discurso era verdadeiro e seu perfil diferenciado de outras pessoas com quem trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo*.

7.1.4 – Chagas x Fehlberg

A partir das declarações dos jornalistas entrevistados, é possível perceber

diferenças na representação do trabalho na Secretaria desempenhado pelos dois ex-secretários. Chagas ainda mantém uma imagem positiva como jornalista perante os entrevistados. Compreende-se que isso advenha da proximidade que ele tinha com os credenciados e de sua disponibilidade. Ainda assim, seu livro causa divergências.

Já Fehlberg não é visto da mesma forma, com exceção de Reynaldo Dias com quem trabalhou na Secretaria. O ex-secretário, ou não teve nenhum contato com os entrevistados, ou foi descrito como alguém inacessível. Ao ser questionado se Fehlberg era acessível aos jornalistas, Paranaguá afirmou que todos os secretários eram, mas não mencionou o nome do assessor diretamente. Ainda que isso contrarie a opinião de Dias, que afirmou que era um assessor bastante disponível aos jornalistas, outros não tiveram nenhum tipo de contato com ele, mesmo em situações de cobertura de Planalto, o que pode caracterizar essa distância entre a fonte e o jornalista. A situação pode também ser caracterizada por ter sido em um governo com mais censura e restrições à imprensa, o que deve ter se estendido ao trabalho de Fehlberg.

7.1.5 – As representações dos jornalistas

Para Scartezini, não é preciso formulações teóricas para se explicar o papel do jornalista na cobertura do regime militar. “É informar, buscar a informação para o público consumidor onde ela estiver.” Na visão dele, não deve existir barreira que afaste o jornalista da fonte de notícia. Se elas existem, afetam o público. “Enfim, prejuízo a qualidade do meu trabalho, pela qual procuro zelar sempre. O ilícito é apurar a informação e guardá-la para si mesmo ou para servi-la a alguém que pretende utilizá-la em benefício próprio bem caracterizado. Aí, seria espionagem, não reportagem.” Scartezini ainda exemplifica com o jornalismo feito em regime que, independentemente de quem fosse entrevistar, um ditador ou um genocida, era preciso conversar ou pelo menos tentar um contato com a fonte.

Quando questionado pela pesquisadora sobre como era o jornalismo naquele período, Doyle afirmou que era melhor do que o atual. “Havia mais empenho, havia mais garra do jornalista do que você vê hoje.”

Paranaguá também fez referências à forma como aconteciam as entrevistas. Ele disse que não existia essa pressa de publicação que há atualmente no jornalismo. Tudo era feito de uma forma até mesmo mais descontraída, mais pessoal com os entrevistados. Tanto ele, como Chagas e Luiz Barbosa fizeram referências à ausência de gravador que existia na época, tudo era memorizado para depois a reportagem ser

redigida pelo jornalista.

Luiz Barbosa disse que esse papel era o mesmo que hoje é cobrado dos jornalistas. “(...) de fiscal da sociedade, de revelador das coisas que não aparecem sem você denunciar.” Mas para ele, era mais difícil durante o regime pela censura imposta à mídia pelo AI-5. “Hoje, a rigor, a imprensa não tem limite. Ela pode denunciar, fazer dossiê (...). Naquela época, se eu fizesse um dossiê eu ia responder por ele. E respondia de uma maneira, com seu emprego, com a sua vida, com a sua família (...).”

A partir desses discursos, podemos inferir que existem diferenças entre o trabalho de um jornalista e de um assessor. O primeiro é visto como uma extensão dos fatos à sociedade, enquanto o segundo é uma representação do poder. Para Molotch e Lester (1974), o avanço na carreira de um assessor depende essencialmente da forma como este trabalha a notícia a partir dos propósitos de quem representa assim como sua utilidade. Já os jornalistas eram de certa forma subordinados à política de seus jornais e dependiam dessa hierarquia da notícia, em que ela aparece de cima para baixo, ou seja, a partir dos *news promoters*.

Já o assessor, apesar da necessidade que tinha dentro do Governo, por ser a ponte entre jornalistas e regime, controlando o que era divulgado oficialmente, muitas vezes não era visto como parte do Governo e sofria restrições ao seu trabalho, seja por meio das notas divulgadas como nesse processo de elo entre presidente e jornalistas.

7.1.6 – O perfil do jornalista negociador

É importante ressaltar que o jornalista que negociava tinha um perfil que o caracterizava dentro daquele cenário. Isso era definido tanto por sua carreira, pela forma que lidava com a Secretaria além dos contatos que estabelecia dentro do regime. Esse perfil é entendido como as características que o jornalista tinha dentro dessa esfera de cobertura. Assim, é necessário diferenciar perfil de representação, abordada na seção anterior. Enquanto o primeiro define o jornalista negociador, o segundo apresenta a visão que outros atores desse panorama têm deles, como os próprios assessores, o que remonta à ideia de Molotch e Lester e a relação entre *news promoters* e *news assemblers*:

O ponto em que as organizações jornalísticas geram necessidades de acontecimentos entre os *news assemblers*, necessidades essas que diferem dos promotores de ocorrências, é o ponto em que os *media* têm um papel institucionalmente padronizado e independente na

produção de notícias. Como é que então o trabalho de produção dos *media* coincide ou entra em conflito com o trabalho de construção do promotores? Os propósitos dos *news assemblers*, como contrastam ou coincidem com os propósitos dos diferentes tipos de promotores, determinarão as respostas para essa questão.” (1972, p. 40)

E é a partir desse perfil dos jornalistas que se entende seus propósitos. Incumbido pelo *Jornal do Brasil*, Barbosa cobriu todo o governo Castelo Branco (1964-1967). Ainda fez a cobertura do início do governo Costa e Silva (1968-1969), porém saiu do Brasil para estudar na Inglaterra e em seu retorno, passou a cobrir o Itamaraty, onde permaneceu até o fim da Ditadura Militar.

Diferentemente de Barbosa, alguns dos entrevistados ainda não atuavam no jornalismo nesse primeiro momento. Antônio Carlos Scartezini começou também no *Jornal do Brasil* em 1966, Evandro Paranaguá ainda trabalhava como advogado e Hélio Doyle passou a trabalhar como jornalista apenas em 1970, no *Correio Braziliense*. É importante destacar essa diferença de períodos para entender o que era aquele novo governo em uma primeira percepção aos entrevistados e de que forma isso influenciou posteriormente nos seus papéis como jornalistas.

Doyle já tinha uma ficha nos órgãos de segurança pela militância política e uma prisão ainda em 1968 antes de passar a trabalhar no *Correio Braziliense* em 1970. A relevância desse fato está na ideia de como um jornalista claramente contrário ao regime, lidou com suas atribuições jornalísticas. Doyle relatou que em nenhum momento utilizou de sua posição como repórter para expor contra o regime.

Apesar de uma posição como colunista político no *Estadão*, Paranaguá também escreveu matérias para os jornais *Movimento* e *Coojornal*, veículos da imprensa alternativa no período. Dentre os discursos dos entrevistados, o do jornalista se destaca pela ousadia que teve durante o regime em alguns momentos. Sua coluna era veiculada às quartas-feiras, um dia em que a política no Brasil estava em seu ápice semanal. Ainda que utilizando alguns recursos de linguagem, como abordaremos posteriormente, Paranaguá expunha fatos sobre o regime, o que lhe garantiu a perda de sua credencial. Entretanto, manteve relações próximas com figuras políticas que lhe asseguraram certa segurança perante as ações resultantes do AI-5.

Reynaldo Dias foi repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* antes de entrar na Secretaria de Imprensa para trabalhar juntamente com Fehlberg. Como já mencionado na dissertação e também ressaltado por Dias e Barbosa em suas entrevistas, o jornal

incentivou o Golpe Militar. Dias cobriu todos os setores de Brasília, com exceção do Ministério das Relações Exteriores, durante os seis anos em que trabalhou no *Estadão*: “Foi um período muito difícil não só por ter de acompanhar e relatar para os leitores as draconianas decisões políticas – dois fechamentos do Congresso e as cassações dos direitos políticos de vários líderes civis da República, muitos de reputação ilibada -, como também enfrentar o ambiente tenso e desagregador na sucursal (...).” O jornalista se refere à sua demissão não justificada do jornal no final da década de sessenta. Concomitantemente ao seu trabalho na Secretaria, cobria o trabalho das comissões técnicas da Câmara dos Deputados para a *Folha de S. Paulo*.

Ainda que os repórteres tenham tentado burlar a censura militar ou tenham exposto suas posições contrárias ao regime, essencialmente as publicações dos jornalistas eram limitadas pela política editorial do jornal em que trabalhavam e o cerceamento do Governo representado pelo AI-5. Ainda que essas manobras de linguagem permitissem que algo passasse despercebido aos órgãos de segurança, muita informação ainda era desconhecida à sociedade.

Tanto Barbosa como Paranaguá assumiram a dificuldade que era trabalhar durante o regime militar. Assim, depreende-se que não há um perfil típico do jornalista negociador, existem as manobras que foram necessárias para cobrirem política em um cenário com um jornalismo limitado. Porém, Paranaguá ressalta que era necessário sensibilidade acima de tudo. Entender quais eram seus limites mas sabendo também que era preciso ousar. “Informação, coragem, coragem no sentido de ousadia; e sensibilidade para ver até onde você pode caminhar” foram as características necessárias para se cobrir política durante a ditadura na visão do jornalista.

7.1.7 – A Secretaria legitimando o trabalho dos assessores

Antes de analisarmos a forma como a Secretaria legitimou o trabalho dos assessores sob o viés do jornalismo, é preciso entender como foi o processo do convite de Chagas e Fehlberg para se tornarem assessores.

Como já mencionado, os dois aceitaram o pedido para serem secretários de imprensa com a esperança de fazerem parte de uma mudança na esfera política que o Brasil vivia. Antes disso, quem ocupava o cargo como Secretário de Imprensa de Costa e Silva era o jornalista Heráclio Salles, conhecido entre os colegas repórteres e

lembrado como um bom secretário. Com a promulgação do AI-5, ele se afastou do cenário. Luiz Barbosa explicou como era difícil sair de uma Secretaria de Imprensa em plena ditadura e voltar às salas de redação. Era difícil algum jornal oferecer um emprego. Por isso, quando Heráclio decidiu sair, Costa e Silva ofereceu a ele um cargo vitalício de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Mesmo hesitante no início, como Luiz Barbosa relatou na entrevista, acabou aceitando a oferta depois.

Como Heráclio trabalhou com Barbosa no *Jornal do Brasil*, os dois mantinham uma relação próxima. Apesar disso, o jornalista afirma que nunca abusou dessa proximidade para conseguir informações oficiais do Planalto. “Seria uma covardia. Ele era um homem extremamente correto, um colunista político fantástico e muito pouco dava a fazer concessões de qualquer maneira. E nem eu iria pedir. Então ele me tratava como tratava todos os outros repórteres.” Luiz Barbosa elucidou o fato para afirmar que não pediria ao jornalista o que ele não poderia também dar aos outros repórteres, mostrando que mesmo amigos, não usou dessa proximidade para obter notícias dos bastidores ou privilégios de cobertura.

Quando deixou o cargo de Secretário de Imprensa, Heráclio indicou o nome de Barbosa para Rondon Pacheco e Jayme Portela. “Eu consultei meu pessoal no Rio, os caras que eram meus chefes no Rio, aí um deles, que é meu guru mesmo, o Carlos Lemos de lá mandou dizer: Luiz, não entra nessa que é uma fria. Aí eu não aceitei.” Barbosa rejeitou o convite explicando ser muito novo para ocupar o cargo. Assim, indicaram Carlos Chagas. Para o jornalista, Heráclio era muito bem preparado intelectualmente. Quando estava no cargo de secretário, os repórteres se sentiam em uma posição mais confortável perante a Secretaria pelo fato de que o ex-secretário era voltado para a esquerda e continuava contribuindo com artigos políticos para os jornais.

Para Chagas, o convite foi feito diretamente pelo próprio Costa e Silva. Trabalhando na redação do *Globo*, recebeu um telefonema dizendo que o presidente queria conversar com ele. Foi para o Palácio das Laranjeiras, aguardou na sala de espera e estranhou que fosse o único jornalista ali presente, já que esperava que fosse uma convocação para uma coletiva. O general então começou um discurso em que dizia não fazer parte da história como um general que golpeou instituições mas queria acabar com o AI-5. Também disse que iria reabrir o Congresso e convocar uma comissão de juristas para fazerem uma Emenda Constitucional adaptando a então

Constituição. No final do discurso, Costa e Silva disse que não era para ele publicar aquilo tudo, o convidou para ser seu porta-voz e pediu que distribuisse aquelas informações em “pílulas”.

Para Fehlberg, o pedido também foi feito pessoalmente em Porto Alegre. Médici o questionou se havia algo que o impedisse de sair da cidade e logo introduziu o convite onde também estavam presentes os generais Figueiredo e Fontoura. “Não respondi nesse dia, pois queria antes ouvir meus amigos que exerciam liderança política e os familiares. No dia seguinte, a convite, almocei com o líder (hoje senador) Pedro Simon e passamos em revista o cenário. Depois de mais outras conversas respondi favoravelmente, mas colocando em realce a importância de ser valorizado o diálogo com a imprensa. Médici, aliás, já vinha fazendo pronunciamentos pela TV e a sensação criada pelo que ele dizia era de uma abertura política.”

Essa importância na escolha do secretário de imprensa pode ser entendida como também uma forma de controle que o Governo teria sobre a Secretaria e, conseqüentemente, sobre as publicações da imprensa. A importância que o cargo tinha para o regime faz parte dessa censura tática do regime com os jornalistas.

É importante destacar que os dois jornalistas já eram conhecidos do meio político assim como no âmbito jornalístico, já que cobriam a área antes de assumirem o cargo. Tanto Chagas quanto Fehlberg possuíam relação próxima aos chefes da Casa Civil Rondon Pacheco e Leitão de Abreu, respectivamente. Quando Chagas decidiu pedir demissão ao perceber toda a mudança estrutural política que aconteceu quando a Junta Militar assumiu o poder, foi Rondon que o fez mudar de ideia. Fehlberg também mantinha uma relação próxima a Leitão de Abreu para quem pedia ajuda e conselhos nos assuntos concernentes à Secretaria.

Dentro do contexto desse estudo, também é importante salientar que, como repórteres que deixaram suas redações para assumirem cargos em um Governo que instituiu uma repressão aos veículos de comunicação, tanto Chagas quanto Fehlberg afirmaram em suas entrevistas que mantiveram essa ideia de ajudar com a divulgação desse tipo de informação por entenderem a relevância do jornalista dentro daquele quadro.

Algumas de suas (regime militar) medidas – o emprego de *press releases*, assessores de imprensa, salas de imprensa – poderiam a princípio parecer instrumentos destinados a facilitar o acesso a notícias. Mas a maneira como eles eram utilizados – como meios

para divulgar informações definitivas, sem a permissão de perguntar ou investigar – revela que a intenção do regime era restringir e manejar o acesso às notícias. (SMITH, 2000, p. 87)

Em seu depoimento, Chagas conta que, ao assumir a Secretaria, começou a repassar as notícias comunicadas por Costa e Silva à imprensa. Isso gerou certo desconforto aos militares, tanto que o então Ministro da Justiça o acusou de estar espalhando notícias infames sobre a Revolução. O jornalista se defendeu dizendo que quem dava as informações era o presidente, não ele.

Essa conexão do assessor com os jornalistas é explicada no capítulo teórico desta dissertação por Schudson (1989), que afirma que tais informações constituem ferramenta essencial no trabalho institucional. Além disso, é uma estratégia de Chagas para legitimar seu cargo perante os outros jornalistas. Uma forma de mostrar seu posicionamento crítico ao regime.

Porém, é necessário levar em consideração que o ex-secretário afirmou ter feito uso do *off* durante o governo da Junta Militar, em que deixou claro, tanto em seu discurso, como em seu livro *113 dias de angústia* que era contra esse momento em que o regime foi comandado pela Junta Militar. Nesse caso, o uso dessa modalidade de notícias extra-oficiais pode ser entendida como uma forma de cooperação de Chagas com os jornalistas, o que podemos relacionar ao próprio status do ex-secretário, como um repórter que saiu de uma redação de política para trabalhar nela.

Durante o período da Junta Militar, Chagas continuou no comando da Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Na opinião do jornalista, foi um momento difícil, já que foi neste período em que aconteceram as cassações de políticos e ele teve de divulgá-las. Porém, Chagas afirma que não sofreu nenhum tipo de intervenção por parte dessa linha dura que havia assumido o poder, que continuava divulgando o que deveria ser publicado. Já as redações dos jornais recebiam visitas de coronéis militares para que pudessem controlar o que seria noticiado. Por isso, indiretamente, Chagas diz que foi censurado já que as notícias que dava, por vezes eram proibidas de serem veiculadas.

Foi também um período difícil para os jornalistas credenciados. Os três ministros que compunham a Junta Militar, general Aurélio de Lira Tavares, almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Márcio de Sousa e Melo, passaram a se incomodar com a presença dos jornalistas credenciados na varanda do Palácio das Laranjeiras, que ficava ao lado da sala onde se reuniam. Pediram então a Chagas que proibissem a

entrada da imprensa naquele setor, relegando-os o portão da entrada. Chagas disse que tentou protestar contra a decisão mas não obteve sucesso. Então passou a distribuir o *briefing* na entrada e a ir ao encontro dos jornalistas mais de uma vez por dia.

Com isso, percebemos uma diferença de atuação dentro da Secretaria com as mudanças de governo. Com Costa e Silva, Chagas manteve uma relação mais próxima e o presidente era considerado como integrante da linha moderada do militarismo. Já a Junta Militar era contra a reconstitucionalização do país e tinha entre seus membros generais da linha dura. Com essa transição, é possível perceber, a partir do relato de Chagas, como isso influenciou o trabalho da Secretaria.

Chagas diz que, quando a Junta Militar assumiu o poder, a imprensa internacional criticou bastante o fato, algo que não repercutiu no Brasil por conta da censura. E mencionou que Costa e Silva havia sido capa da revista *Times* quando eleito, retratando que com o presidente essa aceitação internacional era diferentemente positiva.

Chagas contou que algumas declarações suas não eram publicadas pelos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas que haviam vários correspondentes estrangeiros, representantes de agências de notícias internacionais. Um desses jornalistas, que trabalhava para o *La Nación* de Buenos Aires, publicou que: “segundo o secretário de imprensa, a censura é exercida pelo Primeiro Exército do Rio” e que o órgão era quem respondia por esse cerceamento. Imediatamente, o adido militar leu aquilo e passou a informação para o Ministro do Exército. O ex-secretário disse que o interpelaram sobre o ocorrido e que ele não havia dado essa declaração. Depois disso, o quiseram mandar de volta para Brasília. Chagas respondeu afirmando que bastava que assinassem sua demissão, que estava na mesa desde o primeiro dia que a Junta Militar havia assumido o poder. O ministro disse que isso não ficaria bem e o jornalista continuou até a eleição de Médici.

Com a morte de Costa e Silva, Médici se tornou presidente e Fehlberg assumiu o cargo de secretário de Imprensa. Ao ocupar a Secretaria de Imprensa da Presidência da República, Fehlberg diz que a transição foi difícil e que custou a assimilar a mudança. Ele afirma que queria que o tempo passasse logo já que recebia constantes ligações de Lauro Schirmer, diretor do jornal *Zero Hora*, para que retornasse ao cargo de repórter.

Uma de suas principais recomendações a Médici era de que o presidente

recebesse os jornalistas, mantivesse um canal direto com eles. De fato, no início do governo, o general foi de certa forma receptivo. Porém, depois de um tempo se tornou retraído com a imprensa e passou a dar poucas entrevistas. Fehlberg diz que, nos primeiros meses, os números de conversas com os jornalistas até surpreendiam. “Mas depois veio o retraimento, interrompido quando da festa da Copa do Mundo, no Palácio da Alvorada, presentes os jornalistas credenciados e que o entrevistaram por quase uma hora. Foi quando saiu aquela frase que virou slogan ‘Ninguém segura este país’. E o número de entrevistas continuou reduzido. Em compensação, ele aumentou o número de intervenções em rede nacional para fazer pronunciamentos.”, fato explicado pela grande atuação que a AERP teve durante o governo Médici já que era o setor responsável por esses discursos.

Na entrevista, Fehlberg afirma que isso foi explicado pelo então ministro da Casa Civil, Leitão de Abreu, porque Médici não queria entrar em debate político, o que contradiz sua posição de Presidente naquele momento. Também pode ter ocorrido, em algum momento, um excesso do serviço de segurança diante dessa aproximação dos jornalistas ao Médici. “Fato sempre recriminado pela Secretaria que conhecia bem o presidente e sabia que, perguntado, ele responderia qualquer pergunta sem problemas.”

Fehlberg disse que era ele quem fazia essa negociação com o presidente sobre a presença dos jornalistas em seu gabinete. Para ele, as declarações de Médici serviam para gerarem uma notícia no jornal do dia seguinte.

Médici entrou no papel de criador de notícias. Suas alegações geravam pautas para os jornalistas. Como os assuntos eram geralmente sobre a economia, valorizando o momento do Milagre Econômico e camuflando as consequências de um regime ditatorial, corrobora a ideia de Molotch e Lester (1972) da notícia institucional como instrumento intencional que visa, em primeiro lugar, os interesses da organização que representa. A imagem do presidente como criador dessas informações ainda dava mais credibilidade ao que era passado aos jornalistas durante as coletivas. Além disso, Médici também era visto por alguns dos entrevistados como um reproduzidor do que lhe era instruído.

Essa questão corrobora o que foi discutido no capítulo teórico deste estudo. Schelesinger (1992) se apoia no estudo de Hall e colaboradores (1978) e complementa que a importância da fonte oficial se deve principalmente por seu papel social-representativo e por essa institucionalização, sua posição e também por seu

“estado representativo”. Tudo isso confere aos seus discursos um caráter objetivo e até mesmo autoritário.

Reynaldo Dias confirma: “Ao seu gabinete, jornalistas, assessores e funcionários de apoio da Secretaria tinham livre acesso, a não ser em ocasiões especiais, quando as pessoas que atendia – quase sempre jornalistas, com pautas exclusivas – lhe pediam sigilo de conversa. Como era muito estimado pela alta cúpula do governo, Fehlberg também recebia, quase diariamente, a visita de membros do gabinete civil, de assessores parlamentares e de diplomatas do cerimonial da presidência da República”. Essa pode ser considerada mais uma estratégia do assessor de conferir legitimidade ao seu cargo perante os jornalistas.

A iniciativa surgiu depois de uma viagem dos correspondentes estrangeiros à Altamira para acompanharem as obras da Transamazônica. Dias antes, os repórteres do exterior ameaçaram deixar o Brasil depois de alegarem que estavam sendo mal atendidos pelo Itamaraty e, ainda, que o general Figueiredo tentou impedir a viagem deles para Altamira, dizendo que não tinham mais convites oficiais para eles. Fehlberg então relata que foi tratar pessoalmente com Médici, que disse ao general que os correspondentes o acompanhariam em sua viagem. “Procuramos ver, através do Itamaraty, qual tinha sido o resultado de nosso esforço que quase foi inviabilizado pelo gabinete militar. E fomos surpreendidos: poucos acontecimentos no Brasil tinham recebido tamanha cobertura no exterior.”

Percebe-se que era necessário recorrer a um terceiro ator nesse processo de negociação. No caso narrado por Fehlberg, entre ele e Figueiredo não havia uma concordância de atitudes. Ao mesmo tempo que o ex-secretário tentava trazer os jornalistas para a cobertura, Figueiredo impedia que eles estivessem presente. Assim, era preciso recorrer a Médici para que a situação fosse estabilizada e derrubasse a decisão de Figueiredo. Um cenário em que as relações de hierarquia, bastante presentes no meio militar, eram utilizadas no processo de negociação entre imprensa e governo no regime.

Reynaldo afirma que Fehlberg recebia informação sobre as matérias publicadas na imprensa internacional por meio de alguns Ministérios. Essas notícias eram de interesse dos dois principais destinatários desse trabalho que o jornalista desenvolveu na Secretaria: o chefe do Gabinete Civil e o Presidente da República. “Nesse caso, a matéria original ou a cópia dela nos era fornecida pelo Ministério interessado ou pelo Ministério das Relações Exteriores que, solicitado, tratava de

consegui-la por meio da embaixada do respectivo país em que fora publicada. No geral, as matérias eram divulgadas por revistas de restrita circulação, algumas da Itália e da Alemanha.”

É importante destacar os dois governos porque, a partir do conceito de Strauss (1992), outras formas de negociação podem desaparecer quando novas surgem dentro de um contexto histórico.

Se é adotada uma perspectiva histórica, as condições, incluindo as teorias de negociação dos atores, mudam. Novos tipos de contextos de negociação aparecem, ao mesmo tempo que outros eventualmente desaparecem, se determinadas condições estruturais vêm a ser extinguidas. (STRAUSS, 1992, p. 264)¹⁵

E, dentro desse estudo, essas mudanças são caracterizadas pelas trocas de governos, entre os de linha dura e moderada. E esse fato é refletido pela própria forma de agir da Secretaria, nas formas que buscava para contornar os problemas advindos desses limites de atuação.

7.2 – Negociações de cobertura

Nesta seção, são abordados os diferentes contextos e participações sociais dentro do panorama da Secretaria e cobertura política por parte dos jornalistas entrevistados. Percebe-se a necessidade de existir essa negociação dentro dessa esfera para que a notícia chegasse aos leitores e, no caso dos assessores, as exigências do governo fossem atendidas. Assim, é preciso destacar em quais momentos elas aconteceram e as suas relevâncias dentro desse cenário.

7.2.1 – Credenciamento

Percebe-se pelos relatos dos entrevistados que a credencial para circulação no Planalto era uma burocracia exigida pelo SNI (Serviço Nacional de Informações). Contudo, mesmo quando a perdiam por algum motivo que ia de encontro aos interesses do governo, os jornalistas ainda conseguiam extrair informações, seja por outras fontes ou mesmo por um outro tipo de negociação.

Para serem credenciados e conseguirem acesso aos boletins, publicados

¹⁵ “Si on adopte une perspective historique, les conditions, y compris les théories de la négociations des acteurs, changent. De nouveaux types de contextes de négociation apparaissent, tandis que d’autres éventuellement disparaissent, si certaines conditions structurelles viennent à s’eteindre.” (tradução nossa)

diariamente pela Secretaria de Imprensa, o jornal tinha de fazer um pedido oficial e o nome ser aprovado pelos órgãos de segurança. Fehlberg explica como funcionava o processo: “O credenciamento era recebido pela Secretaria e só após passava pela área de segurança. Esta poderia negar. Uma vez credenciados os jornalistas tinham acesso ao Planalto. Na realidade eles adquiriam mediante a credencial, direito à movimentação. Os excessos da segurança, no entanto, iam muitas vezes a restrições exageradas e sempre constituiu divergências entre os dois setores. Os militares da Segurança se julgavam com maiores poderes, agindo em algumas movimentações de jornalistas credenciados no Planalto. E gerando mal-entendidos. Era quando entrava, de novo, a Secretaria.” Para ele, os jornalistas que transitavam pelo Palácio devidamente credenciados não deveriam sofrer restrições que só criavam mal estar. “Nunca aceitei vetos da segurança a pedidos de credenciais pois conhecia bem os jornalistas e, quando isso existia por exagero daquela área, eu recorria ao chefe do Gabinete Civil que decidia favoravelmente à Secretaria, comunicando-se com o Chefe da Casa Militar. A maior dificuldade com a segurança era o rigorismo na movimentação dos jornalistas, mesmo credenciados, em determinadas ocasiões, internamente no Palácio.” Essas restrições também eram levadas ao âmbito externo, durante viagens do presidente.

De fato, alguns jornalistas confirmaram essa livre circulação dentro do órgão, como Paranaguá. Mas percebeu-se que com a mudança dos governos e quanto mais da linha dura os generais e comandantes eram, mais se percebia limites nessa movimentação dos jornalistas no Planalto e em coberturas externas. A alegação de Paranaguá confirma Smith (2000):

As duplas metas do regime de 1964-1985 eram segurança e desenvolvimento. O regime mudou ao longo de suas duas décadas, adaptando-se de maneiras imprevisíveis a novas circunstâncias em sua tentativa de institucionalizar-se e enfrentar desafios. (SMITH, 2000, p.33)

Doyle explicou que o credenciamento era exigido para a Presidência da República, os então quatro Ministérios Militares e o Itamaraty. “Os outros Ministérios não exigiam isso, o acesso era mais fácil. A Câmara e o Senado também exigiam credencial, com a diferença de que lá não passava por crivo de órgãos de segurança. Quem pedia a credencial conseguia, há não ser que tivesse alguma irregularidade funcional, esse tipo de coisa.”

Porém, nem todos os jornalistas entrevistados concordam com essa afirmação. Paranguá afirma que para se conseguir uma notícia boa, era necessário buscar outras fontes que não apenas a oficial. Alguns dos entrevistados afirmaram que só com as informações concedidas pelos secretários de imprensa não era possível construir uma matéria com um número mínimo de informações relevantes à sociedade.

Eram duas esferas jornalísticas que, de certa forma, dependiam uma da outra. A parte da criação de notícias, representada pela Secretaria e intermediada pelos secretários, tinha como objetivo amparar o jornalista com informações já que dependia delas. Mas tentava lidar com a falta dela ao buscar uma segunda fonte.

Essa posição de negociador vai ao encontro do que foi abordado no capítulo teórico por Strauss. “Escolher a negociação não é algo acidental, já que ela não é um ato isolado às condições sociais às quais é feita.” (STRAUSS, 1992, p. 246)¹⁶ Ou seja, as negociações obedecem a esquemas e não são feitas por acaso. No caso de Fehlberg, era ele a ponte entre os jornalistas e a informação oficial. A credibilidade do que era liberado por meio dos boletins da Secretaria também dependia da forma como eram feitas essas negociações. O ex-secretário em todo momento alega em sua entrevista que era disponível aos jornalistas, que tentava abrir o espaço e buscava uma Secretaria que remetesse aos moldes de uma redação de jornal, de onde havia saído para assumir o cargo. Reynaldo confirma as alegações de Fehlberg porém alguns dos entrevistados confrontam essa informação. Para eles, nem sempre o assessor estava disponível e alguns sequer o conheceram pessoalmente como secretário.

Assim, o papel de negociador do ex-secretário confirma a ideia da notícia institucional como fonte estratégica. A negociação acontecia até onde iam os limites dos interesses do Governo.

Todos os entrevistados foram questionados sobre o credenciamento pela pesquisadora. Temporária ou não, os jornalistas tiveram credencial para cobrir o Planalto.

Depois de publicar uma reportagem pelo *Jornal do Brasil* sobre a indignação dos governadores do Nordeste com o presidente, Barbosa foi alertado sobre o risco que corria em perder sua credencial. Recebeu um telefonema diretamente do então ainda Secretário de Imprensa de Costa e Silva, Heráclio Salles, avisando que o general Portela queria descredenciá-lo do Planalto. O secretário entrou em contato

¹⁶ “Choisir la négociation n'est pas fortuit, pas plus que cet acte n'est isolé des conditions sociales dans lesquelles il se fait.” (tradução nossa)

com Rondon Pacheco que evitou que Barbosa perdesse sua credencial. “Você se sentia diminuído, quer dizer, você só não perdeu a sua credencial não era porque liberdade de imprensa ou direito de imprensa, não. Você só não perdeu a credencial porque o Rondon te conhecia do tempo da Câmara, tinha uma relação pessoal com você, então conseguiu contornar e você não ser cassado. Mas é como se você tivesse sido cassado.” O jornalista, que até então não havia sentido os limites da censura, ficou sem saber sobre o que poderia escrever.

Paranaguá foi credenciado tanto do Planalto como da Câmara e Senado. “(...) porque para frequentar o espaço físico, não apenas para ter acesso, aí qualquer cidadão pode ter, mas pra ingressar no Plenário e em certas dependências mais restritas, era necessário o credenciamento.” Assim, ele era credenciado alternativamente no Senado e na Câmara, além de ter sido pelo Planalto até ter a credencial cassada no governo Médici decorrente do artigo *Aqueles que nos julgam*, mencionado anteriormente neste capítulo. Para ele, a credencial não servia apenas para poder frequentar o Palácio do Planalto e a área militar para conversar com militares ou fazer a cobertura de um episódio militar, “mas com o foco principal em procurar entender aquelas coisas todas, entender aqueles mecanismos sutis da sucessão presidencial, aquela luta de bastidores, (...)”. Paranaguá explicou que, para fazer a cobertura política no Congresso, área militar e Palácio do Planalto era preciso ter a credencial. Porém, não era impossível apesar de existir um processo complicado para que isso acontecesse. O jornalista elucidou as formas de apuração que utilizou depois de perder os direitos de livre circulação no Planalto, abordadas posteriormente nesse capítulo.

Doyle, por ter sido fichado como militante político, não conseguiu credencial para cobrir Planalto ou Itamaraty, onde os órgãos de segurança eram muito mais rígidos. Mesmo assim frequentava o Itamaraty como qualquer credenciado, salvo algumas restrições. Em suas palavras, Doyle era *tolerado*¹⁷, mas não era *vetado*¹⁸. Apesar disso, ele não deixou de participar do rodízio de cobertura internacional que existia no Itamaraty. Pouco depois de sua terceira prisão, em 1972, o jornalista tinha uma viagem marcada para nove países da África juntamente com o ministro de Relações Exteriores Gibson Barbosa e os outros repórteres que cobriam o órgão. No dia da viagem, Doyle recebeu a visita do então Secretário de Imprensa do Itamaraty,

¹⁷ grifo do autor
¹⁸ idem

Alarico da Silveira Júnior, dizendo que ele não poderia viajar, já que a viagem ia ser feita em um avião da FAB e eles não o aceitavam lá. O jornalista voltou a Brasília e obteve apoio do *Estadão* que, inclusive, divulgou uma nota sobre o ocorrido. Acompanhado de Carlos Chagas, já diretor da sucursal de *O Estado* na capital, foram encontrar o chefe de Gabinete do Itamaraty, Dario Castro Alves, para devolverem o dinheiro que o órgão liberava aos jornalistas nessas viagens oficiais. Dario então explicou a Doyle que ele tinha uma “ficha muito suja”.

Depois desse episódio, Chagas o transferiu para cobrir Senado e Câmara onde não teria esse tipo de restrição. Doyle afirmou que, quem não podia cobrir presidência ou diretamente os militares do Governo, ou seja, onde estava o poder, ia fazer a cobertura desses órgãos. “Eu fui cobrir política que era onde as pessoas que não podiam ter credencial iam.” Para ele, o Itamaraty tinha muita legitimidade entre os jornalistas porque “política interna não tinha muita relevância.” Então se valorizava muito as notícias internacionais.

Paranaguá acredita que o credenciamento foi uma forma de cerceamento da atividade jornalística já que, para ele, se é um lugar cheio de seguranças, não é necessário tanto formalismo com a exigência de uma permissão oficial para circular pelo órgão, corroborando a mesma ideia de Fehlberg sobre o processo. Ele ilustra essa liberdade que a credencial dava ao jornalista dentro do Planalto com o episódio em que Zuzu Angelⁱⁱ queria conversar com Octávio Costaⁱⁱⁱ e não obteve nenhum apoio político. Paranaguá, que já era conhecido pelos seguranças, a acompanhou até a sala do general e esperou por ela na ante-sala até que terminassem o diálogo. Na saída, deu os braços para Zuzu e a acompanhou até a saída. Para ele, esse fato o deixou mal visto pelas autoridades do Planalto, que juntamente com o seu artigo já mencionado, o fez perder a credencial.

7.2.2 – Rotina de cobertura

Vista como uma agência de notícias, a Secretaria de Imprensa também possuía a sua própria rotina de trabalho, explicada pelos ex-secretários à pesquisadora. Assim, é preciso entender como era essa cobertura sob o viés do jornalista e como se dava na percepção de Chagas e Fehlberg.

Barbosa explica que a rotina começava cedo no Planalto. Um pouco depois das dez da manhã as notícias começavam a chegar os jornalistas. Eles também apuravam indo aos gabinetes e subchefias dos militares para saber se algum projeto ia

ser aceito ou seria vetado, assuntos desse tipo. Importante salientar que essa liberdade, como Paranaguá ressalta e já mencionado no estudo, dependia do momento em que estavam cobrindo política. Muita dessa liberdade de circulação dentro do Palácio do Planalto foi reduzida e até proibida em alguns governos, principalmente no regime do presidente Médici e de seu sucessor, Ernesto Geisel (1974-1979). Para ele, o jornalista tinha de ir cobrir a presidência de “peito aberto”, não dava para saber todos os assuntos do dia a dia.

Scartezini também conta que, durante o mês em que trabalhou cobrindo o Planalto, chegava às dez da manhã e consultava a agenda presidencial para poder organizar a cobertura. Tentava falar com fontes que o interessavam e aguardava a divulgação do *press-release* para poder confrontar com o que já havia apurado. “Às vezes, quando o assunto era mais complexo, o então ministro do Planejamento, João Paulo Reis Veloso, dava um *briefing* para subsidiar as informações dos repórteres.” Ele diz que, para ganhar tempo, os jornalistas escreviam as matérias ao longo do dia na sala de imprensa. Um motorista do jornal então as buscavam e as levavam para as respectivas redações. Scartezini afirmou que os principais veículos mantinham essa rotina.

Paranaguá explicou que os repórteres de jornais da imprensa alternativa como *Pasquim*, *Movimento* não seguiam essa linha dos outros grandes veículos mais tradicionais e as agências de notícias, já que a cobertura deles era mais abrangente e o núcleo de política não poderia ser descartado. Nesses outros jornais, o jornalista que ficava ali na sala de imprensa estava perdendo tempo, já que seguiam o molde de um jornalismo diferente, mais agressivo e investigativo. Paranaguá escreveu matérias para *Movimento* e *Coojournal*. Assim como também colaborou semanalmente com o *Opinião*.

Smith (2000) explica essa diferença entre a esses dois tipos de jornais: os da grande imprensa e os da imprensa alternativa. O primeiro é caracterizado por veículos tradicionais das grandes cidades, como *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* *O Globo*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo* etc. O segundo se tratava de uma “imprensa miúda” e que ainda assim era atormentada pelas constantes perseguições do Governo. Eram publicações de pouca tiragem e instáveis dentro desse contexto jornalístico. Entre seus representantes estão o *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Coojournal*, entre outras.

Sob a óptica dos ex-secretários, essas rotinas, logicamente, eram diferentes pois se concentravam essencialmente na produção dos noticiários diários distribuídos aos jornalistas credenciados ou a alguma situação inédita, como coletivas de imprensa, que necessitavam de suas presenças.

O trabalho de Chagas começava cedo. Chegava ao Planalto, lia os jornais e repassava as notícias relevantes para o presidente. Durante o dia, extraía informações de Costa e Silva, Rondon Pacheco e de outros ministros para condensá-las em um *briefing* que distribuía aos jornalistas à tarde. No Rio de Janeiro, no Palácio das Laranjeiras, a mesa do coronel Ernani D’Aguiar, responsável pela AERP, ficava do lado da Secretaria, então os dois ficavam se vigiando. Chagas ressalta que sua principal atribuição era soltar esses noticiários diários e manter o diálogo com os jornalistas. Para ele, a função do Secretário era dar notícia. E diz que era exatamente isso que fazia. Além de tudo isso, também acompanhava o presidente nos eventos, fazia parte da comissão que incluía também os chefes da Casa Civil e Militar.

Nesses *briefings* que o ex-secretário produzia aparecia geralmente alguma novidade, como agenda do presidente e ministros ou mudanças políticas. Ele escrevia essas notas e distribuía na sala de imprensa. Já à noite, depois de Costa e Silva ir embora, ele começava a telefonar para seus amigos repórteres de política do Rio de Janeiro e de São Paulo e os informavam de fatos dos bastidores, de notícias não oficiais. Scartezini faz uma ressalva em seu discurso sobre o *off* dos ex-secretários. Para ele, havia um interesse da parte deles nessa divulgação. Ou seja, mesmo sendo não-oficiais, essas informações ainda representavam o Governo.

Já Fehlberg assumiu a Secretaria com o intuito de manter um posicionamento jornalístico mais forte, representado por uma estrutura similar à de uma redação de jornal. Manteve a produção desses *briefings* de notícias, criou um núcleo responsável por destacar as informações publicadas no exterior a respeito do Brasil e tentou manter um contato mais aberto entre o presidente e os jornalistas.

Os releases produzidos pela Secretaria eram enviados à *Agência Nacional* que tinha a responsabilidade de distribuí-los à imprensa além de veiculá-los na Voz do Brasil. Isso era justificado pelo fato de que não eram todos os jornais que possuíam jornalistas credenciados ao Planalto. Assim, esses outros veículos também poderiam ter acesso, ainda que indiretamente, às informações institucionais.

Reynaldo Dias trabalhou com o ex-secretário na Secretaria e relata que, durante a manhã, “redigia matérias, com base nos atos presidenciais, para serem

divulgadas aos jornais, versando principalmente sobre a economia (..)”. Ele explica que o assunto resultava do momento do Milagre Econômico que o país vivia. Porém, ele diz que além de escrever matérias para a *Agência Nacional* passou a elaborar, juntamente com outro jornalista associado à Secretaria, Domingos Santa Cruz; uma sinopse do noticiário da imprensa estrangeira sobre o Brasil. Essa função foi criada por Fehlberg, que julgou necessário fazer tal levantamento. Já no final do mandato, o ex-secretário relata que as questões estavam mais concentradas na sucessão presidencial. Indagado sobre como a Secretaria acompanhava o presidente em eventos públicos, Fehlberg explicou que cobria jornalisticamente essas solenidades e distribuía o noticiário aos veículos de comunicação através da Agência Nacional. Ele conta que os jornalistas credenciados estavam sempre presentes nessas cerimônias, mesmo se elas ocorressem em outros estados. Assim, disse que eles não chegavam a depender da Agência, “mas era expressivo o número de jornais médios e menores que recorriam ao noticiário oficial.”

É possível perceber que isso era reforçado pela ideia de publicidade que o Governo pretendia com suas representações no âmbito comunicacional. Isso parte do princípio de notícias que eram divulgadas pela Secretaria e pelo interesse que existia no que era publicado pela mídia representada pelos grandes jornais. Para Smith (2000), esses veículos serem perseguidos pela censura ainda que não publicassem ostensivamente reportagens contra o regime militar surpreende tanto quanto esses veículos menores e a imprensa alternativa serem alvos dessa repressão e motivo de preocupação do Estado.

A partir do conceito de Moloth e Lester (1974), esse papel desempenhado pelos ex-secretários teve como principal objetivo produzir notícias de acordo com suas necessidades, e não como o da utilidade pública. E em tempos de repressão, era necessário um cuidado ainda maior na divulgação dessas informações. Os autores ainda afirmam que dentro dessa ideia podem existir outros subtipos de rotina:

- a) aqueles em que os promotores do acontecimento têm acesso habitual aos *news assemblers*
- b) aqueles em que os promotores do acontecimento procuram perturbar o acesso de rotina dos outros aos *news assemblers* com o intuito de criarem acontecimentos próprios; e
- c) aqueles em que o acesso é conseguido pelo facto de os promotores e os *news assemblers* serem os mesmos.” (*Ibid*, p. 43)

Paranaguá resume o conteúdo desses boletins liberados pela Secretaria de Imprensa aos jornalistas como um marketing oficial. “O Governo vai fazer isso, o Governo vai fazer aquilo, o presidente vai viajar, vai inaugurar a obra, o presidente acha isso, o negócio acha aquilo. (...) se houvesse, por exemplo, a perspectiva de cassações e de atos institucionais, atos complementares que eram coisas nada brandas, também você ficava sabendo ali.”

Já Scartezini acredita que a informação oficial exprime o pensamento que a autoridade deseja revelar e, por esse motivo, ela é sempre suspeita. “Por isso, eu confrontava os releases com as minhas apurações. Se um release acrescentava algo útil, eu aproveitava aquilo no meu texto.” Ainda que o jornalista tenha ressaltado a censura noturna no jornal, que podia desaprovar a reportagem. Luiz Barbosa diz que os jornalistas tinham “preconceito” com a informação oficial, estavam sempre buscando algo mais.

Dentro desse contexto, Herman (1985/1993 *apud* Traquina 2012) afirma que “não é toda notícia que é disponibilizada à sociedade, seja por algum tipo de censura tácita ou oficial” (p. 166). Ou mesmo se esses temas podem estar confinados aos limites dos *medias* e não conseguem chegar à população. Ele chama esse fenômeno de “diversidade sem sentido ou marginalizada”. Essa submissão jornalística é explicada por Herman e Chomsky como um resultado da dependência dos veículos ao Governo. E ainda da necessidade de manter vínculos informativos com as fontes oficiais governamentais (Traquina, 2012).

Pereira (2014) afirma que as fontes do governo federal fazem parte de uma rotina jornalística, em que tem como trabalho “gerir as relações com a imprensa e reforçar a divulgação de fatos que permitam construir uma imagem positiva do Poder Executivo”. Os noticiários liberados diariamente pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República continham apenas a agenda do presidente ou deliberações sem maiores relevâncias, uma estratégia para camuflar a posição oficial do Governo em relação ao sistema de censura que o país vivia.

Fehlberg relatou que houve as notícias não-oficiais durante o tempo que ocupou o cargo de Secretário de Imprensa. Como ele já era um jornalista político, assim como Chagas, antes e depois de assumir o posto, ele via a necessidade do *off* para os jornalistas. “Uma coisa era a notícia oficial, outra aquela que decorria da boa relação com o grupo de credenciados. (..) Ninguém sobrevive com noticiário oficial... Não existe isso. O *off* é fundamental.” Assim, é possível perceber que o uso dele

também pode ser considerado uma forma de negociação entre os militares e jornalistas. Além disso, tanto no discurso de Fehlberg e Chagas o uso do *off* pode ser entendido como uma legitimação do trabalho que exerciam dentro do governo, uma estratégia para justificar o cargo perante os outros jornalistas.

Além disso, essas notícias informais valeram muito ao trabalho dos repórteres que haviam perdido suas credenciais. Para Paranaguá, era o que o permitia, mesmo sem frequentar o espaço físico do Planalto, escrever as reportagens políticas. Ele enxerga o *off* como uma “instituição sagrada”. “Não pra ocultar covardias mas pra permitir a circulação de notícias na base da confiabilidade em situações específicas, sobretudo em regimes fechados, em ditadura.”

O *off* pode ser entendido como uma forma de negociação com o intuito de legitimar a atuação da Secretaria, uma estratégia que os ex-secretários utilizaram para justificar sua posição dentro do Governo. Strauss (1992) afirma que essas táticas internas de negociação podem influenciar de uma maneira diferente daquelas feitas com representações maiores. “Por exemplo, membros de uma organização podem ‘lutar’ por algumas pessoas que as representam dentro de uma negociação e esse ‘combate’ pode variar dependendo na forma como intervêm em estruturas estabilizadas (...) ou em estruturas emergentes (...).¹⁹ (STRAUSS, 1992, p. 266) A afirmação do autor corrobora as diferenças de legitimidade que os ex-secretários buscavam, às quais variavam entre jornalistas e Governo.

A partir dos relatos dos entrevistados, é possível perceber que fazer uma cobertura em tempo de Ditadura foi uma tarefa que envolveu um esforço maior por parte dos jornalistas para que se conseguisse chegar às notícias. Em alguns governos, essa tarefa foi mais ou menos complexa. Isso dependeu essencialmente da política, se era branda ou não. Além disso, era importante para esses jornalistas direcionarem seus trabalhos de forma a conseguirem chegar aos fatos mas apresentá-los de uma forma que não fossem censurados. Para isso, dependiam dos secretários de imprensa mas ainda mais de outros atores, que poderiam lhes passar os bastidores dos fatos e não apenas as informações oficiais que agregavam pouco valor às suas reportagens.

Barbosa ainda afirmou que cobrir o Planalto era um trabalho fatigante, já que o jornalista está mobilizado durante todo o dia e tem de fazer muitas viagens com o

¹⁹ Par exemple, les membres d'une organisation peuvent se battre pour que certaines personnes les représentent dans des négociations et ce combat peut différer selon qu'il intervient dans des structures établies ou dans des structures émergentes. (tradução nossa)

presidente. “O tipo de cobertura é muito desgastante, muita responsabilidade porque tudo acontecia na cara da gente e às vezes você não sabia de metade do que estava acontecendo.” Isso evidencia que nem sempre os boletins da Secretaria de Imprensa eram completos, muito do trabalho de cobertura tinha de ser feito fora dessa esfera “oficial”. Como Paranaguá mesmo afirma que “se você for buscar informação oficial na área militar em tempo de ditadura ou através dos dirigentes da ARENA^{iv}, (...) é a contrafação da história, é mentirinha embalada em papel de presente.”

A versão oficial durante esse período era apresentada aos jornalistas com poucos detalhes, de forma que não houvesse espaço para questionamentos, ainda que suas reportagens fossem possivelmente censuradas nas visitas noturnas dos militares às redações dos jornais. Por isso, os assuntos eram sempre atos aprovados, posses de ministros, nada que fosse de relevância social à sociedade.

Até em uma coletiva, Luiz Barbosa explicou que existia uma autocensura, já que os limites de seu trabalho não eram tão expostos dentro da sala de imprensa, que, se a pergunta fosse ousada no entendimento dos militares, poderia escutar apenas de algum coronel um alerta sobre a questão. “Só que o coronel que passava da presidência era o cara que amanhã tinha poder de vida e morte sobre você (...), era o cara que era colega do outro, que tirou o sujeito de casa, jogou na coisa, sumia com pessoas... Então, na verdade, você tem uma espécie de repressão, de constrangimento difuso.” O jornalista disse que tinha liberdade para poder questionar qualquer assunto com o presidente ou ministro durante as coletivas, o problema seria de que forma usariam aquelas informações ou se as publicariam, dependendo do nível polêmico do tema.

Para Molotch e Lester (1974), em uma sociedade em que existia um controle formal do Governo em relação aos meios de comunicação, essa relação entre os *news promoters* e os *news assemblers* era menos obscura, já que nesse tipo de governo as notícias servem a um propósito mais amplo, como a manutenção dos militares no poder e a dissimulação da violência no país, no caso deste estudo.

O intuito do regime era restringir o acesso às notícias pela imprensa além de usarem sempre a negativa ao responderem os questionamentos dos jornalistas. Assim, o Governo limitava a sua disponibilidade como fonte, o seu conteúdo oficial além da verificação das notícias, explicado pelas restrições que a própria Secretaria tinha dentro do poder. (Smith, 2000)

Dentro desse panorama da censura, infere-se diferenças de rotina durante a

ditadura quando comparadas ao jornalismo praticado em uma democracia liberal. Por conta da necessidade do governo em ocultar informações, a responsabilidade do jornalista se concentrava na tentativa de contornar as restrições e divulgar, de outras formas, as informações à sociedade. A essência de cobertura é a mesma dos moldes tradicionais. O que a difere é justamente a busca por outros mecanismos que auxiliem os repórteres na construção de notícias, como a busca por outras fontes além do uso de uma linguagem que não evidenciasse uma opinião direta ao regime. E muitas vezes, essas estratégias poderiam trazer consequências aos jornalistas para além de uma reportagem cortada da edição do dia seguinte, como uma demissão do jornal ou mesmo uma prisão nos porões da Ditadura.

7.2.3 – Linguagem jornalística

Na imprensa é possível encontrar variados graus de apoio ao regime ou, pelo menos, de disposição para cooperar com ele. Alguns jornalistas ofereceram apoio ponderado, bem-informado, consciente. Outros deram algum apoio para receber favores em troca. Outros ainda perceberam que tinham pouca margem de manobra e concluíram que era melhor cooperar com o regime como maneira de proteger alguma limitada capacidade de agir. (SMITH, 2000, p.173)

Dentro de um contexto do cerceamento do trabalho jornalístico a que Doyle e Paranaguá se referem, os jornalistas utilizavam uma linguagem que burlava a censura. As palavras possuíam duplo sentido ou mesmo não antecipavam o conteúdo da matéria de forma clara e explícita. Isso fazia parte de uma espécie de manobra que eles tinham de fazer para que suas matérias não fossem censuradas pelos órgãos de segurança assim como pela própria política editorial do veículo em que trabalhavam. Tanto Barbosa como Paranaguá enfrentaram as consequências de terem uma matéria com informações que iam de encontro às ideias do regime. Porém, como será abordado, percebe-se que Barbosa escreveu sua reportagem desconhecendo os efeitos que ela poderia repercutir em sua carreira. Já Paranaguá não só conhecia esses possíveis resultados como utilizou dessa linguagem camuflada para que suas matérias burlassem tanto a censura imposta pelo Governo como aquela a qual os próprios jornais possuíam. Ainda que é válido salientar que foram escritas em dois períodos distintos da Ditadura Militar: a primeira com uma vaga noção de censura e a segunda já com um regime “escancarado”, em referência a Elio Gaspari (2002).

Paranaguá mesmo se diz contundente nas palavras. Não enfrentava de forma direta a ditadura mas expunha os fatos. A essência do seu discurso era consistente mas suas palavras não eram grosseiras ou agrediam diretamente o governo. Para ilustrar isso, Paranaguá citou um artigo que escreveu intitulado “Aqueles que nos julgam”: “Era uma pancadaria só no SNI, que era todo poderoso em termo de SNI, mas eu citando fatos, citando fatos e vamos dizer assim, praticamente *indesmentíveis* (sic) embora preservando as fontes mas deixando a lenhaça velada que aqueles fatos eram documentados e podiam ser provados.”

Apesar disso, nenhum dos entrevistados usou de sua posição de repórter para denunciar ou ir de encontro à censura imposta pelo AI-5. Paranaguá afirmou que sua “atuação foi sempre com a maior indignação e contundência possível mas sempre no plano estritamente profissional e da cidadania.”

Essa afirmação do jornalista vai ao encontro de um processo de manobras jornalísticas que não só ele, como outros entrevistados exerceram para, de certa forma, tentarem manter a posição da imprensa trabalhando do lado da sociedade, dentro dos limites que eram possíveis. Essa possibilidade é representada não apenas pela censura, mas também pelo interesse que o veículo tinha em não contrariar a política ou ter espaços em branco em seus jornais por alguma informação velada.

Hall (1978 *apud* Schesinger, 1992) explica que essa relação entre o jornalista e suas fontes poderosas é que levantam a questão de negligência do papel ideológico desses jornalistas, já que de certa forma precisam respeitar essa ordem hierárquica da notícia. O autor ainda complementa que isso vai ao encontro do pensamento marxista de que as ideias que predominam são aquelas que vêm do Poder. E dentro do contexto desse estudo, isso é entendido como a forma de controle que o governo tinha sobre a mídia, representado tanto pela censura como pela Secretaria, ou seja, o jornalista da grande imprensa trabalhava, indiretamente, para o Poder.

Como já mencionado nesse estudo, o Governo era o maior financiador da imprensa nacional. Por meio do financiamento dos bancos estatais e da publicidade oficial exercia um controle ainda maior do que não só aquele estipulado pelo AI-5. Smith (2000) afirma que de 15 a 30% da receita de vários jornais eram representados pelas publicidades oficiais. Os governos federal, estadual e municipal compravam espaços nesses jornais para publicação de leis, decretos e até mesmo a campanhas eleitorais. “A publicidade do governo, uma fonte imensa de receita dos jornais, podia dessa forma ser usada pelo governo para fins táticos.” (Smith, 2000, p. 58). Isso vai

ao encontro do que Molotch e Lester (1972) afirmam em relação a sociedades que têm uma imprensa controlada em que as notícias veiculadas servem a um processo mais amplo servindo a um interesse maior e elevando a representação dos fatos a uma ideia de utilidade:

Presumivelmente, a evolução e o avanço na carreira e a sobrevivência depende da capacidade de cada um de entrosar o seu “faro para a notícia” com as concepções dos padrões dos propósitos sociais gerais e da utilidade de uma dada ocorrência. (MOLOTCH e LESTER, 1972, *apud* Traquina, 1999, p. 42)

Em outras palavras, podemos entender que a afirmação dos autores remete à ideia da necessidade de buscar outras fontes de informação, de ter essa percepção que a notícia poderia não estar nos boletins da Secretaria e, sim, dentro dos bastidores do Governo. É sabido que entre expor uma pauta sobre os guerrilheiros ou a inauguração da Transamazônica, o secretário de Imprensa priorizava assuntos que impossibilitavam a imprensa de escrever algo que denegrísse a imagem do Governo. O jornalista está vinculado aos interesses da sociedade. Cabe a ele a responsabilidade de fiscalizar as instituições públicas. Isso nem sempre vai ao encontro dos interesses de uma assessoria. “Nesses casos, o surgimento de conflitos com os jornalistas implica na adoção de outras estratégias de divulgação e agendamento pelos *news promoters* (...)” (Pereira, 2005)

Para Scartezini, “a imprensa consciente e honesta fez o que deveria fazer, resistiu à pressão nos limites possíveis.” Alguns jornais, como os citados nessa pesquisa, prestaram apoio aos seus jornalistas durante os momentos em que enfrentaram os efeitos do AI-5, expressos pela veiculação de reportagens de conteúdos que iam de encontro à censura assim como editoriais que expunham publicamente esse apoio, no caso relatado posteriormente por Doyle neste capítulo.

Esse apoio corrobora a ideia de negociação que os próprios veículos exerciam dentro do regime. Como relatado nas entrevistas, percebe-se que em alguns casos o jornal se utilizava do seu papel midiático assim como de sua relação com políticos e personagens influentes do período em prol de seus repórteres. Barbosa, Paranaguá e Doyle tiveram esse apoio de seus jornais em momentos que foram procurados pelos órgãos de segurança.

Como já mencionado, o principal financiador da comunicação durante a Ditadura foi o próprio regime, por interesses também de investimento de capital e

tecnologia externos. Por isso, muitas vezes o jornalista seguia a linha editorial do seu jornal, sem contestar ou expor verdades inconvenientes. Para esses autores, toda informação amplamente coberta pelos veículos comunicacionais é tratada como uma campanha de publicidade (Traquina, 2012).

Traquina (2012) apresenta cinco fatores que Herman e Chomsky (1985/1993) explicam para a questão da submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista. Para o estudo, quatro podem ser inseridos dentro do contexto. São eles: “1) a estrutura de propriedade dos *media*; 2) a sua natureza capitalista, isto é, a procura do lucro e a importância da publicidade; 3) a dependência dos jornalistas nas fontes governamentais e das fontes do mundo empresarial; 4) as ações punitivas dos poderosos (...)” (TRAQUINA, 2012, p. 167)

Essas ações punitivas vieram sob forma de censura aos jornais, seja pelo AI-5 ou diretamente pelos militares. Constantemente, as redações eram visitadas momentos antes do fechamento da edição do jornal, para que os militares pudessem permitir ou proibir aquela veiculação. (Smith, 2000) As consequências apareceram nas linguagens que os jornalistas usavam em suas reportagens, como alguns dos entrevistados mencionaram. Era preciso burlar essa censura por meio de palavras não tão óbvias, dentro do limite que possuíam no veículo.

Barbosa afirma que desconhecia os limites impostos pela censura. “Na época que eu estava submetido a isso, eu não tinha sequer ideia dos perigos que eu tava correndo quando contrariava uma ordem do Palácio e dava uma notícia que eu queria e a notícia saía no dia seguinte.” O jornalista ilustra a situação com uma viagem que fez para cobrir a inauguração de uma turbina nova na Usina de Paulo Afonso, no governo Costa e Silva. Ele lembra que na época o presidente não falava com nenhum governador, sua comunicação era fechada. “Os governadores do Nordeste resolveram viajar para Paulo Afonso porque era uma oportunidade de apresentar projetos e petições ao presidente porque o governo era extremamente centralizado. (...) E aí o presidente estaria lá e era a oportunidade de eles encurralarem o presidente para pleitos do pessoal do Nordeste.”

Depois que acabou a visita a hidrelétrica, Costa e Silva foi embora para descansar. Com isso, os governadores se reuniram em uma praça em frente ao lugar que o presidente estava hospedado para ter uma audiência com ele. O general Jayme Portela, então chefe da Casa Civil, logo saiu para dizer que Costa e Silva não ia receber ninguém, já que estava descansando. Os governadores começaram a protestar,

dizendo que era um absurdo um presidente fazer isso com representantes de mais de oito estados. E Luiz Barbosa começou a entrevistá-los e a anotar os fatos. Escreveu uma matéria para o *Jornal do Brasil* que saiu na primeira página no dia seguinte. A reportagem contava verbalmente o que cada governador havia protestado. Como havia sido publicada enquanto o jornalista estava em Paulo Afonso, na escala que fez no Rio de Janeiro antes de voltar a Brasília, ele recebeu um telefonema dizendo que o chefe da Casa Civil queria falar com ele. A partir desse episódio, assim como o de Paranaguá, Luiz Barbosa perdeu sua credencial. O jornalista ainda acredita que se esse fato tivesse acontecido depois do AI-5, as consequências poderiam ter sido piores.

Ainda assim, Barbosa explica que, assim como outros jornalistas, procurou ousar dentro do regime. “Você tinha que procurar um meio de ser original sem ferir o sistema porque, no fundo, o que é grave da censura é que você, querendo ou não, você acaba aplicando uma autocensura em você mesmo.” Para ele, quando se percebia que a matéria que levou um dia inteiro de apuração corria o risco de ser censurada, ele evitava tocar em temas conflituosos. Podemos entender que essa pode ter sido uma manobra para escapar da censura e fazer com que a informação, ainda que limitada, fosse publicada.

Scartezini complementa quando diz que alguns jornalistas, de certa forma, tinham uma linguagem “viciada”. Em outras palavras, eles escreviam já sabendo o que poderiam ou não publicar. Quando cobriu um mês de Planalto já durante o governo Médici, ele não tinha esse “vício”, desconhecia as restrições, o que deixava suas reportagens mais propensas a uma possível censura. Porém, como o próprio jornalista relatou, esse “não-vício” algumas vezes eram positivos para o jornal, que incumbiam repórteres de cobrirem outras esferas que não aquela em que era especializado. Isso poderia dar uma outra percepção à reportagem.

Por meio das entrevistas, é possível observar a relevância que uma linha editorial tinha para os jornalistas. Dependendo do jornal em que trabalhavam, se apoiava ou não o regime, as matérias eram produzidas de acordo com a política editorial e o que podia ser observado era uma linearidade de informações.

Essas práticas tanto eram caracterizadas pela política editorial do jornal como por essa autocensura que o jornalista realizava. Percebe-se que alguns jornais davam mais autonomia aos repórteres, como Evandro Paranaguá tinha na sua coluna política no *Estadão*. Porém, outros veículos limitavam essa liberdade para não contrariar as

exigências do Governo.

Para Smith (2000), essas práticas de autocensura, evidenciadas tanto por essa preocupação do jornalista na forma como escreviam e sobre o que escreviam, como Scartezini e Barbosa mencionaram, como pelo que o jornal determinava a seus contribuintes; geraram “uma série de relações dentro da própria imprensa e entre a imprensa e o regime.” (p.161). Consistiam em uma estratégia de fuga à censura prévia, ou seja, a visita que as redações recebiam de censores antes da impressão dos jornais do dia seguinte. A autora ainda afirma que, apesar de terem existido outros inúmeros procedimentos para alertar a população que algo havia sido censurado, já abordados pela pesquisadora neste trabalho; isso não acontecia com as reportagens autocensuradas.

Ainda que alguns jornalistas tivessem uma forma de proteção velada, simbolizadas pelas amizades que mantinham com atores influentes do Governo, percebe-se que ainda assim não dispunham de espaço para matérias contrárias às ações do regime e corriam os mesmos riscos que outros jornalistas com menos influência.

7.3 - Participação de outros atores

Algumas pessoas, assim como os jornais e órgãos como AERP e Itamaraty, tiveram papel relevante tanto para os jornalistas como para os outros secretários como fontes negociadoras de informação ou cooperação. Apesar de fazerem parte do regime, no caso dos militares, serviram de elo entre os entrevistados e o Governo em algum momento. Além deles, alguns nomes da história do jornalismo nacional foram grandes influências para esses jornalistas e confrontaram a favor pelo papel que tinham dentro dos jornais.

Houve alguma negociação, alguma busca de espaço de manobra. (...). Os jornais de prestígio podia fazer uso de seus contatos na elite, os com menos ligações, não podiam. A diferença com a censura prévia é de que tais negociações só podiam acontecer nos níveis mais elevados da direção (...) (SMITH, 2000, p. 164).

Como os próprios jornalistas afirmaram em suas entrevistas, era preciso manter uma certa relação com outras fontes consideradas oficiais. Indo ao encontro da ideia de Strauss (1992) que essas negociações não são feitas sem um propósito, muitos desses representantes do Governo que eram procurados como fonte de

informação eram considerados brandos, mais abertos a uma reabertura política. Ainda assim, existiam alguns outros atores dentro desse contexto histórico em que se era impossível haver qualquer tipo de negociação.

Também é importante ressaltar que alguns fatos da Ditadura Militar foram de assunto comum aos entrevistados demonstrando a relevância jornalística que tiveram naquele momento, já que surgiram espontaneamente durante as entrevistas.

7.3.1 – Os jornais

Os jornais, em decorrência do AI-5, tinham muitas de suas matérias censuradas durante a noite para não serem publicadas no dia seguinte. Cabia aos chefes desses veículos negociarem a veiculação dessas informações.

Paranaguá confirmou a existência desse processo de negociação ao relatar que o jornalista e então diretor da *Editora Abril*, e conseqüentemente da revista *Veja*, Pompeu de Souza, negociava muito com Roberto Médici, filho do presidente e com o ministro Armando Falcão. “(...) mas negociava com dignidade, não ia apresentar uma bandeira branca de rendição e nem ia lá peitar ninguém que ele não é idiota. Ele tava lá procurando harmonizar os interesses, vamos dizer, o jornalismo afirmativo dentro do possível. Quer dizer, então havia esse processo de negociação (...)”. O relato de Paranaguá confirma que mesmo ocupando uma alta posição hierárquica dentro da mídia, ainda era necessário haver uma negociação. Porém, também afirma que ela poderia ser processada sob diferentes níveis dependendo da mídia. Se para a *Veja*, que era expoente no período, ainda a negociação poderia falhar, em veículos da imprensa alternativa, poderia ser muito mais complicado, mas o jornalista não especificou de que forma seria.

Além desse papel de negociador, durante os episódios em que os jornalistas entrevistados enfrentaram dificuldades com o Governo, esses veículos se posicionaram a favor de seus jornalistas.

Doyle relatou que quando foi impedido de viajar para a África, o jornal o apoiou e inclusive se posicionaram publicamente contra a decisão do Itamaraty. “(...) o editorialista Miguel Urbano Rodrigues escreveu um editorial, naturalmente com a aprovação de Júlio Mesquita, protestando, dizendo que o repórter do jornal tinha sido impedido de viajar, que era uma violência (...) e que embora o Itamaraty tivesse oferecido pro repórter ser substituído, o jornal não iria substituir o repórter.”

Nenhum dos jornalistas afirmou que o jornal os impedia de publicarem as

matérias. A censura vinha com os militares que iam às redações à noite e impediam a veiculação das reportagens que julgavam contrárias ao regime.

Luiz Barbosa fez referências ao Jornal do Brasil como a “ponta da ponta do noticiário brasileiro”. Para ele, as notícias publicadas no veículo eram bem apuradas, bem produzidas e de bom gosto.

Paranaguá confirmou o apoio que teve do *Estadão* durante os anos em que trabalhou no veículo. Além de ressaltar a forma como o jornal combateu a ditadura, com as publicações de receitas de bolo e versos de Camões em espaços de matérias censuradas, ele ainda afirmou que *O Estado de S. Paulo* teve muita coragem ao enfrentar o regime militar. Além disso, “abria espaços generosos para mim, particularmente.” Ele também justifica essa liberdade de publicação decorria da amizade que tinha com Carlos Chagas, então diretor da sucursal em Brasília. Ainda, o jornalista disse que o jornal lhe deu total apoio, assim como para Doyle, quando perdeu sua credencial para cobrir o Planalto.

7.3.2 – AERP e Secretaria de Imprensa da Presidência da República

Devido à grande expressão que a AERP teve na área comunicacional durante a Ditadura Militar, a pesquisadora conversou com os entrevistados sobre como era essa relação entre os dois setores. É sabido que ela era gerenciada por militares e por isso essa atuação era maior. Os generais Ernani D’Aguiar e Octávio Costa foram os responsáveis pelo setor durante os governos Costa e Silva e Médici, respectivamente.

Como já mencionado no estudo, a AERP foi criada em 1968, enquanto Chagas era o Secretário de Imprensa. Ainda que as mesas dos dois setores estivessem lado a lado no Palácio de Laranjeiras, Chagas afirmou que a AERP não influenciava as ações da Secretaria mas que eles a “atropelavam”. O jornalista diz que Ernani D’Aguiar, apesar de ser seu amigo, era um general da linha dura. A estrutura que criou foi superior à da Secretaria de Imprensa na Casa Militar. Além disso, ele soltava muitas notícias por se considerar o “relações públicas”, de acordo com Chagas. Ainda nesse governo, o jornalista diz que quem era o responsável pelos discursos de Costa e Silva era Heráclio Salles, a AERP ainda não tinha se responsabilizado por isso.

Fehlberg diz que os limites entre os dois setores eram bem claros e que nunca gerou nenhum problema nem havia concorrência. “A AERP, liderada pelo coronel Octávio Costa, cuidava mais da imagem do governo, e a Secretaria de divulgação e atividades do Presidente, especialmente medidas administrativas.” O jornalista diz

que o coronel ainda escreveu alguns textos usados pelo presidente em rede nacional, criava slogans e que tinha um cuidado em não invadir a área da informação.

Reynaldo Dias complementa a informação de Fehlberg. Ele conta que os militares envolvidos no órgão ganharam uma projeção maior em um primeiro momento do governo, antes dos atos de terrorismo e dos movimentos de guerrilhas urbanas, já que prometiam uma redemocratização lenta e gradual. “Na segunda fase, a do endurecimento do regime e dos lamentáveis apelos à repressão desmedida, provocada pelo vandalismo de esquerdistas radicais, a AERP foi praticamente desativada e a Secretaria de Imprensa ganhou o primeiro plano na comunicação do Planalto com a população brasileira”. Reynaldo afirma que nesse momento, Fehlberg teve a oportunidade de poder mostrar sua habilidade em lidar com a informação. Para ele, o ex-secretário “deu magníficas lições de sua habilidade não só técnica, mas política. Ele não abandonou o barco. Teve, pelo contrário, a meu ver, momentos memoráveis de atuação.”

Para Paranaguá, não existia confronto entre a Secretaria e a AERP já que Octávio Costa era hierarquicamente mais poderoso que Fehlberg dentro daquele regime. O jornalista diz que o ex-secretário era um profissional de importância local, no Rio Grande do Sul, não era um repórter de nome nacional. Enquanto um representava o poder militar, o outro era “um jornalista representante do poder – interrogação – civil.”

7.3.3 – Octávio Costa

A figura de Octávio Costa foi fundamental nesse contexto da negociação que acontecia dentro da esfera comunicacional da Ditadura. Ainda que visto sob uma óptica de um general linha dura, alguns dos entrevistados relataram a importância que ele tinha nesse cenário, com a Secretaria e no seu relacionamento com os jornalistas. Como já discutido no tópico anterior, Octávio Costa contribuiu positivamente a alguns entrevistados durante o período em que trabalharam cobrindo o Planalto. Sua posição dentro do governo lhe garantia acesso a informações que poderiam, de certa forma, afetar alguns jornalistas. E mesmo representando os militares, contribuiu para que alguns deles não se prejudicassem na busca por outras fontes.

De uma forma geral, o coronel era muito querido pelos jornalistas, tanto os repórteres como os ex-secretários. Até pela posição militar que tinha dentro do regime, Octávio Costa exerceu, de certa forma, uma ditadura branda do ponto de vista

de alguns entrevistados.

Paranaguá conviveu diretamente com o coronel, afirmou que muitas vezes frequentava sua sala. Tanto que em alguns episódios o próprio Octávio Costa o ajudou. Em um deles, relata que uma vez recebeu um telefonema dizendo que o general queria falar com ele. Como geralmente essas ligações eram feitas para o Chagas, que na época era o secretário do *Estado de S. Paulo*, Paranaguá estranhou a ligação. Quando retornou o contato, Octávio Costa o alertou para que prestasse atenção no que conversava ao telefone. Um dia depois recebeu a ligação de um adido da Embaixada da União Soviética o convidando para uma reunião em sua casa. O jornalista aceitou o convite e durante o evento foi alertado que seu telefone estava, nas palavras do jornalista, censurado. Paranaguá diz que Octávio Costa o advertiu antes como em uma demonstração de amizade, sendo solidário a ele. Como já mencionado anteriormente no episódio de Zuzu Angel, o jornalista já tinha uma certa amizade com o coronel.

O jornalista teve essa relação que poderia ser interpretada como uma amizade. Em um período em que jornalistas eram mal vistos e mal interpretados pelos militares e podados pela censura, o coronel o tratou de forma diferenciada.

Em se tratando do coronel e os ex-secretários, ambos afirmam que sempre houve um respeito entre as duas partes. Fehlberg teve uma convivência maior com ele, já que trabalhava na Secretaria no mesmo período que o coronel assumiu a AERP. “Em matéria de informação a responsabilidade sempre ficou com a Secretaria de Imprensa e Octávio Costa me dizia, brincando, que nem ‘off’ ele soltava. Esse era um risco que existia pois seus contatos com o Presidente e outras áreas eram frequentes.”

7.3.4 – Militares

Para Paranaguá, o fato de ter perdido sua credencial não o atrapalhou na apuração de informações. O jornalista já havia estabelecido vínculos com outros militares que repassavam algumas informações extra-oficiais além dessas ligações serem uma segurança caso o regime quisesse prendê-lo por conta do AI-5. Ele cita nomes como os coronéis Dickson Graef, Kurt Pessek, com quem costumava jantar, os generais Antônio Carlos de Andrada Serpa e Euler Bentes Monteiro. Ele afirmou que quando saía informalmente com os coronéis, essa convivência era vista de uma forma diferente por outros militares. “Qual o recado subliminar? (...) saibam que tocando no

Evandro estão tocando no nosso grupo também. Então eu era uma presa muito barata para criar um desconforto interno dentro do sistema.” Para ele, não eram amigos de “coçar barriga” mas de convivência em que se podia sentar e conversar. Isso evidencia que poderia existir essa proteção entre dois setores que politicamente eram divergentes. Ele ressalta que isso aconteceu em um segundo momento, quando os militares já haviam se tornado dissidentes em função da direção que a Revolução tomava.

Doyle também relatou uma proximidade do seu jornal em relação às figuras expoentes da Ditadura. Já no governo Geisel, a *Folha de S. Paulo* fez um pedido de credencial para o jornalista. Ele questionou junto ao veículo que seria impossível que a dessem. O jornal respondeu que o professor Geraldo Quinsan, que era adjunto do então secretário de imprensa, Humberto Barretos Esmeraldo, resolveria o problema para eles. E assim o fez. Doyle conseguiu a credencial provisória por um mês. “O nosso grande interlocutor lá era o Quinsan, realmente.” Ele diz que manteve esse tipo de relação dentro do Planalto apenas com o Quinsan e Roberto Esmeraldo, mas explica que não era setorista. Podemos entender essa participação como uma forma de amenizar a tensão entre imprensa e Governo além de viabilizar a rotina de cobertura, ressaltando a sua importância dentro desse cenário.

Quando a credencial de Luiz Barbosa foi cassada após o episódio de Paulo Afonso já relatado pela pesquisadora, mantê-la dependeu do aval de Rondon Pacheco e da ligação que o militar tinha com o jornalista Heráclio Salles. “Heráclio disse: Olha, Luiz, não deu para segurar, não. O jornal deu hoje primeira página, o presidente está furioso com a sua matéria e o general Portela quer cassar a sua credencial. Você estava numa delegação, não tinha direito de fazer essa matéria que você fez. Ele vai te receber só para te tomar a credencial então eu achava bom você não ir ao gabinete dele, deixa que eu tô tentando falar com o Rondon para ver se o Rondon contorna esse problema.” Barbosa disse que o general acabou contornando, mas não da melhor forma possível. Para ele, sua credencial só não foi cassada porque o general o conhecia do tempo da Câmara e tinha uma relação pessoal com ele.

Já para os secretários, Chagas e Fehlberg, essa influência militar era direta. Como já mencionado, os dois possuíam ligações próximas aos chefes da Casa Civil e Militar durante seus governos. Chagas seguiu Jaime Portella e Rondon Pacheco até o fim de seu mandato, assim como Fehlberg com Leitão de Abreu.

Foi Portella quem passou a primeira informação a Chagas sobre o estado de

saúde de Costa e Silva. E mesmo que a notícia não representasse a real situação do então presidente, Chagas acreditou e não a questionou. “Não tinha porquê duvidar.” Isso demonstra o grau de confiabilidade que o jornalista tinha com Portella.

Quando a Junta Militar assumiu o poder, Chagas decidiu pedir demissão do cargo de Secretário de Imprensa. “Mas o chefe da Casa civil, o Rondon Pacheco, muito amigo meu, diz assim: Eu também já pedi a minha demissão mas nós não podemos sair daqui do Palácio enquanto o presidente está em cima, sem saber se ele volta ou não volta.” Assim, Chagas decidiu permanecer no cargo até Médici assumir o poder, como já mencionado nesta dissertação.

Fehlberg afirma que mantinha um diálogo recorrente com Leitão de Abreu. Relata um caso em que a credencial do jornalista Abdias Silva havia sido cassada e ele recorreu ao ministro para que impedisse a restrição. E assim o fez. O ex-secretário também relatou um outro fato em que um jornalista reclamou de restrições às informações do Planalto e que ele levou a situação para conhecimento tanto do presidente como do chefe da Casa Civil. Assim também como as notícias que eram publicadas no exterior eram levadas aos dois militares.

O ex-secretário também teve muito contato com o general João Figueiredo, que mantinha uma relação próxima à Secretaria. No dia do convite para assumir o cargo de secretário de imprensa, o general estava presente. Porém, Fehlberg afirma que sua relação com Figueiredo não era boa por essa influência que o general tinha dentro da Secretaria. Ele exemplifica com o momento em que o general tentou impedir a viagem dos correspondentes estrangeiros para cobrirem as obras de rodovia da Transamazônica. Foi apenas com a negociação direta de Médici com Figueiredo que o jornalista conseguiu autorização para a cobertura internacional. Ainda assim, Fehlberg afirma que o general o fez de “má vontade”. Poucos dias antes, ele ainda foi ao gabinete do ex-secretário e informou que os correspondentes não poderiam ir porque o número de convidados oficiais já havia sido extrapolado. Fehlberg então conversou com os ministros Mário Andreazza e Costa Cavalcanti, conseguindo um avião para os jornalistas estrangeiros. “Mas a surpresa dos generais Figueiredo e Medeiros no dia do encontro, com a chegada dos jornalistas estrangeiros, foi indescritível. Eles julgavam ‘superado’ o problema.”

A partir dos exemplos citados pelos entrevistados, podemos perceber que essa participação desses militares foi relevante para a cobertura feita pelos jornalistas, já que muitos dos episódios relatados asseguraram o credenciamento de alguns; e

também do próprio trabalho da Secretaria, com a necessidade de um terceiro ator dentro do cenário para viabilizar a sua atuação.

7.3.5 – Itamaraty

Em todo momento, durante as entrevistas, os jornalistas ressaltaram a importância do Palácio do Itamaraty e do ministro da época, Mário Gibson Barbosa (1969-1974) como uma pessoa disponível e próxima a eles. Como já abordado, de uma forma geral, a relevância que o órgão tinha era resultado da censura imposta pelo AI-5. Assim, o jornalismo se concentrava na política externa já que não podia abordar a interna. Doyle explicou à pesquisadora que essa relevância existia porque a política nacional não tinha quase nenhuma.

Luiz Barbosa, após regressar de um período em que ficou fora, foi realocado para cobrir o órgão. “Para mim foi um desafio desconunal entender Itamaraty, entender política externa.” Para essa cobertura, era necessário uma credencial porém o processo de obtenção era mais tranquilo que o do Planalto. Doyle também o cobriu durante muito tempo de sua carreira e diz que talvez isso seja explicado porque o Itamaraty não era controlado diretamente pelos militares, ainda que existisse um controle interno.

Barbosa ainda explica que cobrir o Itamaraty era bem diferente do Planalto, a começar pela publicação no jornal. Ele se dedicava a matérias grandes que saíam no fim de semana e com pequenas notas que eram veiculadas durante a semana. Mas ainda com essa diferença, o trabalho ainda tinha algumas semelhanças com o do Planalto já que a autoridade do Ministério era a mesma que tinha a presidência. “Era um trabalho mais diferente, mais elaborado.”

Já Fehlberg manteve uma relação próxima com o Itamaraty pelo núcleo que desenvolveu dentro da Secretaria, em que selecionava matérias da imprensa internacional para conhecimento de Médici e Leites de Abreu. Na visão do jornalista, o então ministro do Itamaraty, Gibson Barbosa era um homem “charmoso”, muito “boa gente, muito engraçado e nós tínhamos brigas homéricas e nos amávamos também.” Já Chagas não fez menções ao órgão na entrevista.

7.3.6 – Outros jornalistas

Nas entrevistas, alguns jornalistas foram citados como sendo relevantes na carreira dos entrevistados. Paranguá, formado em Direito, disse que teve sorte na

profissão porque foi “adotado” por grandes nomes da época. “Eu comecei pela mão de figuras assim, de grande relevo, de grande destaque. E isso me facilitou o gosto pelo trabalho na área política que juntou aí o útil ao agradável. Era uma fonte de renda e era um espaço pra dar vazão à minha indignação com aquilo tudo.” O jornalista ainda afirma que trabalhar na editoria não lhe garantia espaço, que somente conseguiu isso quando passou a ter uma coluna em *O Estado de S. Paulo* anos mais tarde.

D’Alembert Jaccoud^v também teve papel relevante para o ex-repórter. Conhecido por ser esquerdista, Scartezini explica que tinha uma relação muito próxima com ele, que inclusive foi seu padrinho de casamento. D’Alembert tinha uma coluna “independente e sensata”. Por esse espaço, foi demitido do jornal em 1972. Scartezini contou que o então chefe de reportagem Walter Fontoura disse que quem não apoiasse sua decisão também seria demitido. Em apoio ao amigo, o jornalista protestou e também acabou deixando o jornal. “A demissão do D’Alembert era pedida insistentemente pelo chefe da Casa Civil do Médici, Leitão de Abreu.”

Reynaldo Dias também enfrentou dificuldades semelhantes às de Scartezini na redação da sucursal do *Estadão* em Brasília durante o período em que foi dirigida por Evandro Carlos de Andrade. Para o jornalista, o ambiente era “tenso e desagregador na sucursal.” Ele disse que foi demitido durante um período de grave crise econômica, com alto índice de desemprego, principalmente na área jornalística; em decorrência de um desentendimento com o então chefe de redação cujo nome preferiu não citar.

Luiz Barbosa também menciona D’Alembert em sua entrevista. Ele diz que o jornalista foi preso por ser esquerdista mas que era como os outros jornalistas, não eram favoráveis ao Governo. Porém, era mais reativo a ideia de um regime militar naquele momento.

Já Doyle fez referências a Chagas, já como diretor da sucursal de *O Estado de S. Paulo* em Brasília. Quando sua viagem à África foi impedida poucas horas antes de embarcar, foi o ex-secretário de imprensa quem o acompanhou para conversar com o então chefe de gabinete do Itamaraty, Dario Castro Alves.

7.5 – Considerações parciais: A Negociação com a imprensa em tempos de ditadura militar

Para Strauss (1992), a negociação parece ser algo que advém das relações e arranjos humanos, sob diversas formas, em todos os domínios da vida. Dentro do

contexto do estudo, percebemos que a negociação foi feita a partir de associações entre pessoas com visões políticas distintas. Ainda, a necessidade de negociar a notícia era frequente, por parte dos jornalistas que a apuravam e dos assessores e Governo que controlavam boa parte da informação sobre o regime.

O autor (1992) ainda discute a negociação sob o viés das agências que as operam. Para a pesquisa, podemos entender que elas são representadas tanto pela Secretaria, como pelo Governo e ainda pelos jornalistas, veículos comunicacionais e demais fontes institucionais dispersas pela sociedade. A nosso ver, o processo analisado aqui se concentrava basicamente na tríade : governo, assessores, jornalistas. Em outras palavras, na maior parte dos casos, a publicação de uma notícia de caráter oficial dependia de 1. a informação a partir dos secretários, 2. a aprovação pela censura e, ainda, 3. respeitar a política editorial do jornal.

Assim, o conceito central do campo inter-organizacional diz respeito ao fato de que as agências chegaram a um acordo mútuo, uma ideia mais ou menos comum dos seus respectivos campos de atuação. (...) Eles desenvolveram normas que regulam os limites aceitáveis (...) nas interações entre si e com outros atores. (STRAUSS, 1992, p. 247-248)²⁰

Ainda, foi percebido que tanto os jornalistas como os militares da linha moderada possuíam um certo tipo de relacionamento em que um abastecia o outro com notícias de bastidores. Paranaguá mesmo reforça em seu discurso essa *parceria*²¹. As amizades que tinha feito durante o tempo que cobriu Planalto lhe renderam um certo tipo de proteção por parte dos órgãos de segurança. Ou seja, a companhia de militares lhe garantia uma liberdade dentro dos limites já mencionados.

Dentro desse contexto de cobertura, podemos notar as diversas situações em que era necessário haver uma negociação, tanto por parte dos jornalistas com o Governo como dos jornais. Entre elas, o credenciamento, exemplificado por situações já descritas no estudo. De certa forma, a credencial garantiu aos jornalistas acesso a outras fontes dentro do regime e que posteriormente foram peças fundamentais nesse processo de negociação. *A priori*, esse acesso às notícias de bastidores seria algo impossível pela ausência de contatos dentro do regime. Isso corrobora o pensamento

²⁰ Ainsi le concept central de champ interorganisationnel se rapporte au fait que les agences ont atteint dans un accord mutuel, une idée plus ou moins habituelle de leurs domaines respectifs. (...) Elles ont élaboré des normes réglant l'étendue des conduites acceptables (...) dans leurs interactions les unes avec les autres et avec d'autres acteurs. (tradução nossa)

²¹ grifo do autor

de Strauss (1992), que afirma que a negociação é um processo em constante mudança e que dialoga com o contexto socio-histórico.

Além disso, o autor diz que é necessário saber com quem se está negociando. Sem esse primeiro contato, é compreensível que cobrir sem credencial um espaço cerceado por uma segurança era inviável.

Dentro desse cenário de cobertura oficial, os próprios assessores eram os negociadores. Por vezes, legitimaram o cargo que ocupavam na tentativa de negociar a favor dos jornalistas, seja no espaço físico de cobertura assim como a favor da notícia, representado pela divulgação de informações em *off*. Essa via alternativa de negociação utilizada pelos assessores manteve esse relacionamento entre Secretaria e jornalistas funcionando sob essa outra forma. Foram caminhos encontrados para se manter a veiculação de notícias. Ainda, o repórter buscou nas palavras meios de negociar essa publicação dentro do jornal, seja pela auto-censura como pelo estratégia de enquadrá-la dentro dos limites editoriais do jornal.

(...) mesmo já aprovados anteriormente, (provavelmente ainda explicitamente discutidos) muitos acordos tácitos, que agora afetam explicitamente as questões em conflito e a negociação, que estão associados à formação de alianças em face das ameaças que emanam de novas organizações, que podem, eventualmente, desafiar acordos implícitos existente.²² (STRAUSS, 1992, p. 248)

Esses conflitos se diferenciaram dependendo do regime em que aconteciam. Em um primeiro momento, no governo Costa e Silva, essa negociação ainda não era constante. A partir da Junta Militar, foi percebido que era necessário negociar para conseguir fazer a cobertura, o que influenciou a forma como era feita de governo para governo. Se em um primeiro momento ela era diretamente com o assessor e o jornal, em um segundo, ela se expandiu para a participação de outros atores. Além disso, ainda não existiam essas alianças, que surgiram com as mudanças de regime. Se, de uma maneira geral, a Ditadura pode ser interpretada como militares e imprensa trabalhando antagonicamente, podemos perceber que a forma como a notícia foi negociada contradiz em alguns momentos esse cenário, levando a situações em que o meio político e os *media* trabalhavam motivados por interesses semelhantes, representados essencialmente pela vontade de uma redemocratização.

²² (...) avaient déjà été précédemment passés (probablement même explicitement discutés) de nombreux accords tacites, que affectent maintenant les questions explicitement en conflit et en négociation, que sont associées à la formation d'alliances face à des menaces émanant de nouvelles organisations, lesquelles peuvent éventuellement défier les accords implicites existants. (tradução nossa)

Mais um exemplo de negociação durante o regime foi por parte dos jornais. Além das situações já descritas no estudo, o próprio jornal negociava diretamente com o governo.

Assim, é possível perceber que a negociação foi um conceito importante na pesquisa e recorrente no período. Ela acontecia em diversas esferas e obedecia certos precedentes. Abordada por Strauss (1992) nessa pesquisa, percebemos que foi um processo em constante mudança e que dependia do momento em que acontecia.

8. Considerações Finais

Nesta dissertação, a prática jornalística é vista sob dois viés: o da assessoria de imprensa que representava um regime ditatorial e os jornalistas que faziam a cobertura nesse quadro cerceado pela censura. A partir dos discursos dos entrevistados, podemos concluir que existiam outras estratégias e manobras no âmbito desse cenário. Além dessa discussão final sobre o objeto de estudo, o capítulo terá uma seção *travelogue* sobre o processo de construção dos dados e as relações com os entrevistados. Em uma pesquisa qualitativa, é de suma importância entender como foi a participação da pesquisadora nas entrevistas, a forma como elas foram construídas e, de certa forma, negociadas.

Com os discursos percebemos que ainda que trabalhassem em pólos diferentes do jornalismo, assessores e jornalistas possuíam opiniões semelhantes sobre o regime. Ao assumirem o cargo, Chagas e Fehlberg acreditavam que fariam parte de um momento histórico, uma mudança de governo, uma redemocratização. E aceitaram sair das redações com a promessa de que fariam parte dessa situação relevante da história nacional. Porém, perceberam que essas expectativas não seriam cumpridas porque havia um processo muito maior por baixo de seus trabalhos como assessores. Diferentemente dessa ideia, os jornalistas afirmaram que desconheciam a dimensão política do que estavam vivendo, que não tinham noção do que era cobrir política naquela época.

Podemos entender que, mesmo a partir de uma mesma situação, as duas partes enxergaram a mudança política de maneiras divergentes. Enquanto uma parte entendia que poderia fazer parte de um momento histórico importante, a outra não tinha ideia do que era e seria a Ditadura Militar.

Essa linha tênue que foi esses dois vieses da relação entre os *news promoters* e os *news assemblers* abordada nesse estudo nos mostrou que existia um processo muito maior e mais significativo na busca pela notícia e em sua divulgação. A imprensa exercia um papel de extrema relevância para o Governo. Isso é explicado pela importância que os militares davam a ela, já que necessitavam de uma certa divulgação a favor do regime. Porém, em consequência a essa relevância que davam à Imprensa, recorreram à censura para controlar o que era veiculado e, assim, também mantiveram controle sobre o trabalho dos jornalistas.

Por conta disso, os repórteres tiveram de encontrar novas formas de driblar

esse cerceamento. Para isso, recorreram a diferentes estratégias no âmbito da prática jornalística. Percebemos que a forma como utilizavam as palavras em seus textos foi uma maneira de burlar a censura. Além dela, existia também a autocensura. Ou seja, o jornalista já conhecia seus limites e os obedeciam, ora na cobertura, ora na redação de uma matéria. É o caso de Scartezini, que menciona em seu discurso, a linguagem “viciada”, em que se os jornalistas sabiam exatamente o que era permitido escrever. Se por um lado os veículos definiam algumas regras dos textos de seus repórteres, por outro se mantiveram fiéis na defesa do jornalista em momentos críticos de censura. Ou seja, o próprio jornal também pode ser interpretado como um negociador nesse processo de cobertura, assumindo uma postura ambígua em relação aos jornalistas. Entre o poder e a mídia, ele estava no meio desse sistema. Assim, podemos concluir que existiam outras dimensões envolvidas em uma cobertura, seja por meio do jornal ou pela repressão militar.

Esta análise foi realizada a partir do conceito de negociação, já que durante os discursos dos entrevistados, percebeu-se dois lados do jornalismo em um constante trabalho de negociação e legitimação com a própria entrevistadora. Os jornalistas trabalhavam em um contínuo processo de negociar informações, seja por meio da linguagem, da política editorial do veículo que representavam e na busca por outras fontes. Já a Secretaria buscava legitimar seu trabalho dentro do que lhe era possível. Isso porque também trabalhava sob um outro viés da comunicação, aquele pró-regime; e ainda sofria um certo tipo de censura dentro do Governo por parte dos militares. Fehlberg explicou que, muitas vezes, era visto como um jornalista mais do que como integrante do governo por alguns de seus representantes no Planalto (Singer, 2010).

Ainda, analisamos de que forma funcionava esse processo de cobertura e pudemos concluir que, *no início*²³ existia um cenário de relativa livre circulação dos jornalistas dentro do órgão. Porém, com a mudança de governo, essa liberdade foi ficando mais restrita e, com ela, vieram as novas formas de se buscar a notícia. Ou seja, essa transição de regime influenciou diretamente a forma como os jornalistas trabalhavam dentro do Planalto. Com Costa e Silva, um governo menos linha dura, os repórteres tinham uma circulação maior dentro do órgão. Sob o regime da Junta Militar, percebeu-se que essa liberdade foi sendo reprimida. Assim, foi necessário

²³ Grifo do autor

recorrer a outras fontes que pudessem fornecer informações que não aquelas priorizadas pelos boletins da Secretaria, que envolviam apenas material sobre cultura, economia e não política, já que dentro desse quadro não havia o que comentar.

Por outro lado, em alguns momentos os próprios assessores também poderiam ser considerados como fontes não-oficiais na cobertura, já que faziam uso do *off* aos jornalistas. Por se encontrarem em uma posição que não era bem vista pelos outros colegas de profissão, podemos abstrair que essa estratégia de divulgação serviu como uma tentativa de se legitimarem no cargo que ocupavam. Ao final de cada regime, Chagas era visto como uma pessoa respeitável e um excelente jornalista. Sobre Fehlberg, os entrevistados sabiam pouco, comprovando que talvez não tivesse sido acessível aos repórteres enquanto secretário de imprensa.

É importante destacar que essa representação dos assessores ainda é interpretada de uma forma negativa. Ainda que concordem sobre a boa reputação do “jornalista” Chagas, em nenhum momento de seus discursos demonstraram apoio ao seu trabalho como assessor do regime. Também questionam a legitimidade do livro *113 dias de angústia – Morte e vida de um presidente*, em que Chagas escreveu a partir de fatos de bastidores. Podemos entender que a obra foi uma outra forma encontrada por Chagas para se legitimar na profissão, já que lhe garantiu a volta às salas de redação.

Já Fehlberg buscou se legitimar por meio da assinatura de um documento em repúdio à morte de Vladimir Herzog nos porões da Ditadura. O jornalista enfatizou durante seu discurso esse apoio aos outros jornalistas, porém, nenhum dos outros entrevistados fizeram referência ao trabalho de Fehlberg após sua atuação na Secretaria e seu retorno à redação.

Os limites impostos aos repórteres nesse processo dependeu do governo que cobriam e da forma como o faziam. Uma dessas limitações foi o processo de credenciamento para cobrir o Planalto e outros órgãos. Muitos perderam sua credencial por reportagens ou atitudes divergentes às ideias do Governo, como retratado na análise. Mas podemos interpretar esse sistema que existia por parte dos órgãos de segurança como também uma forma de controle sobre os jornalistas. Ainda que dentro desse cenário, a credencial foi perdendo validade a partir do momento em que os repórteres encontraram outras formas de apurar as informações oficiais por meio de outras fontes que não os secretários. Um exemplo foram as amizades estabelecidas dentro do Governo pelos jornalistas no período em que ainda eram

credenciados. Como Paranaguá afirmou a credencial se tornou irrelevante dentro dessa cobertura, já que esses outros contatos supriam a carência de informações oficiais.

Foi principalmente a partir desse processo de cobertura que identificamos o quanto a negociação é um conceito importante dentro desse cenário e o quanto ele foi constante no âmbito jornalístico. Além disso, comprovamos sua mudança entre os dois governos, corroborando a ideia de Strauss (1992) ao dizer que uma só teoria não pode prever as possíveis permutações futuras no contexto da negociação. Ou seja, dentro de um quadro histórico, essas situações estão em constante mudanças, em que surgem novos cenários de negociação assim como outros desaparecem.

Assim, percebe-se que a Secretaria de Imprensa durante a Ditadura Militar tem a sua estrutura e rotina próximas aos moldes atuais. A diferença está na censura que sofria até por parte do governo e a legitimidade que foi necessária aos secretários após deixarem seus cargos. Era preciso, de certa forma, saberem lidar com esses limites impostos. As notícias que soltavam geralmente eram de interesse dos próprios militares, uma forma que eles acharam de controle tanto sobre a Secretaria como os jornalistas que a cobriam. Dessa forma, infere-se que era necessário um esforço maior por parte dos secretários em informar os repórteres além daquilo que lhes era tangido.

Subentende-se que Chagas manteve a estrutura de Secretaria ainda de Heráclio. Assim, a diferença foi apenas a mudança de assessor. Já Fehlberg montou uma Secretaria mais próxima ao estilo de uma redação e com uma equipe maior, composta por fotógrafos e repórteres. Ainda, criou uma seção apenas para selecionar e destacar as notícias publicadas sobre o Brasil no exterior. Porém, percebe-se que a diferença de Secretaria entre os dois governos está no papel do secretário. A partir dos discursos, entende-se que Chagas era mais próximo dos jornalistas que Fehlberg.

Assim, introduz-se a esfera do relacionamento entre as duas partes. De uma forma geral, os jornalistas aproveitavam o *briefing* da Secretaria até aonde lhes convinham. Sabiam que o que estava ali era insuficiente para escreverem uma matéria. Dessa forma, buscaram outras fontes que pudessem complementar aquele noticiário com outras informações extra-oficiais.

Para isso, era necessário negociarem esses processos de produção de notícias. Essa negociação vinham sob a forma de manobras que encontraram para que a matéria não fosse censurada, seja pela linguagem utilizada como os temas que escreviam. Conclui-se que o conteúdo da reportagem poderia ser afetado, já que

algumas vezes optaram por não redigirem temas que eram polêmicos ao Governo.

Ainda, o próprio jornal influenciava essa publicação. Como havia uma política editorial a ser cumprida, o veículo podia atuar diretamente nesse controle de publicação. Além disso, ainda existia o credenciamento que permitia o jornalista de ter acesso às notícias oficiais e, conseqüentemente, à Secretaria. Percebe-se que esse processo da credencial foi relevante para todos os entrevistados. Porém, por meio dos discursos, ele não era a única forma de se chegar à informação oficial. Dependendo dos contatos e fontes que os jornalistas mantinham, essa forma de controle de cobertura pode ser interpretada até como um processo desnecessário.

Dessa forma, percebe-se que a Secretaria de Imprensa da Presidência da República foi importante aos militares nesse sentido de controle sobre o que seria distribuído aos *media*. Assim, a censura vinha direta e indiretamente a esses jornalistas, ou seja, tanto suas reportagens poderiam ter suas veiculações proibidas como poderiam estar incompletas pela seleção de informações que a Secretaria limitava a eles.

Travelogue

Nesta seção, farei uso da primeira pessoa do singular para descrever como foi a minha participação na construção da pesquisa. *Travelogue* significa um diário de viagem, além de ser também uma referência ao álbum da cantora Joni Mitchel^{vi}; e posso confirmar que essa dissertação, desde o seu início até seu resultado final, foi uma volta ao mundo.

Ao decidir pesquisar a Secretaria de Imprensa da Presidência da República me deparei com a ausência de material sobre o assunto mas, ao mesmo tempo, com uma obra completa escrita por Jorge Duarte, *No Planalto com a Imprensa*, a partir de entrevistas feitas com ex-secretários de imprensa. Trabalhar aquilo sobre um outro viés, o do jornalista e a forma como cobriram política, surgiu após motivadoras conversas com meu orientador, Fábio H. Pereira. O esboço estava feito, faltava dar o primeiro passo.

Assim, arrisquei um e-mail a Carlos Machado Fehlberg, que me respondeu logo em seguida. Eu explicava o contexto do trabalho, que era algo acadêmico e se ele poderia participar com seu relato. Na resposta, ele apenas me indicou o livro de Duarte. Insisti mostrando conhecimento no assunto, dizendo que já havia lido a obra mas que gostaria de trabalhar de uma outra maneira. Assim, a troca de e-mails se

tornou uma troca de saberes: Fehlberg me mostrava mais de sua história e eu mostrava mais conhecimento sobre seu trabalho. O resultado foi que finalmente o convenci a participar da pesquisa. Mas sempre o jornalista deixava claro que não poderia concedê-la pessoalmente por seu estado de saúde.

Foi a partir desse primeiro contato com Fehlberg que percebi o quanto foram importantes minhas leituras sobre Ditadura Militar. Foi a partir delas que consegui desenvolver esse diálogo com o ex-secretário e que me garantiu seu apoio à minha pesquisa. Ter esse conhecimento sobre o que ele viveu me tornou parte do processo. O que eu também viria a perceber nas entrevistas com os outros jornalistas.

O tema central então estava fechado: a Secretaria de Imprensa do governo Médici e a sua relação com os jornalistas. Durante a qualificação do projeto, as professoras Zélia Adghirni e Liliane Machado me sugeriram ampliar o contexto histórico para o governo Costa e Silva, já que Carlos Chagas havia sido seu secretário e morava em Brasília. E o mais importante: para se ter um critério de comparação. Se a análise fosse feita apenas durante o regime Médici, pouco poderíamos abstrair de seu trabalho se não tivéssemos um outro panorama. Além disso, me aconselharam a buscar o outro lado de se fazer o jornalismo naquele momento, aquele de quem escrevia. Assim, sugeriram buscar jornalistas que fizeram a cobertura do Planalto dentro dos governos que abordei em minha pesquisa.

Então, auxiliada pelo meu orientador, montei o roteiro de perguntas aos assessores. Porém, com Fehlberg o processo foi bem diferente de Chagas. A troca de e-mails que comecei em 2012 continua até hoje. Mesmo com o roteiro, o jornalista me abasteceu com mais informações. Me passou textos sobre o assunto que havia escrito para outras situações além de responder prontamente a tudo que perguntava. Conversas por telefone foram três até hoje. Nelas, Fehlberg estimulava positivamente meu trabalho e corroborava todos os dados que havia me escrito. Ainda hoje, em março de 2014, ele se mostra disponível para tirar qualquer dúvida e me nutre de momentos relevantes de sua carreira, o que é bastante enaltecido para uma jornalista-recente-pesquisadora. É interessante e perigoso se aproximar do seu objeto de estudo. Ao mesmo tempo que é sempre bom conhecer de perto uma pessoa como Fehlberg, que tem tanto a ensinar e contar como foi aquele momento de sua carreira, foi preciso manter a imparcialidade na pesquisa ao analisar as entrevistas. Posso afirmar que foi um dos processos mais árduos na construção desse trabalho.

Já com Chagas, liguei para seu escritório e marquei uma entrevista por meio

de sua secretária. Foi interessante perceber que, mesmo sob formas diferentes de se entrevistar, os ex-secretários lidaram de maneiras distintas a entrevista. Chagas, talvez por seu livro ou pelas inimagináveis situações em que deve ter falado sobre esse momento de sua carreira, foi mais objetivo. Logo na primeira resposta, sintetizou todo o momento que viveu como assessor de Costa e Silva. Seu discurso era praticamente semelhante ao de seu livro. Percebendo isso, passei a puxar outras situações discutidas na obra e que remetiam essencialmente ao meu trabalho. Em especiais, trechos que percebi severas críticas ao regime. Com isso, consegui mais material para a minha pesquisa e ainda acesso às cópias das reportagens divulgadas em *O Globo* e que culminaram em seu livro.

Depois das entrevistas com os ex-secretários, era hora de escutar as versões dos jornalistas sobre essa cobertura. Porém, o processo de achar fontes foi mais difícil do que eu esperava. Muitos jornalistas já haviam falecido e poucos novos nomes surgindo, já que eu tinha o critério de selecionar quem havia feito cobertura política naquele período. Assim, surgiu o nome de Antônio Carlos Scartezini. Consegui o contato dele por parte de meu orientador e enviei um primeiro e-mail me apresentando. Scarta, como ele me orientou a chamá-lo, se mostrou bastante interessado na minha pesquisa. E ainda mais: resolveu me ajudar na busca por essas fontes. Me passou o telefone de Luiz Barbosa e Evandro Paranaguá. Quando liguei para os dois para marcar a entrevista, ambos já conheciam meu projeto, Scarta os havia avisado.

O primeiro que entrevistei foi o próprio Scarta. Cheguei em sua casa e fomos para a varanda, de frente para o Lago Paranoá. Aquela vista e um bom diálogo com o jornalista resultou em uma entrevista de mais de três horas de duração. Scarta me forneceu material de sua carreira além de me presentear com seus dois livros, que inclusive um em que conta como foi entrevistar Médici já como um ex-presidente, foi usado como referência para a pesquisa. Mas ainda ficaram faltando algumas respostas ao meu roteiro, em que o jornalista as respondeu por e-mail. Ainda, Scarta também me ajudou no processo de reconstrução do cenário histórico do período ao revisar meu texto e confirmar que as informações dos livros condiziam com a realidade.

Luiz Barbosa também me recebeu em sua casa e, também interessado pela pesquisa, respondeu a todas as perguntas do meu roteiro e ainda me forneceu novas informações. Como a que foi convidado antes de Chagas para ocupar o cargo de secretário de imprensa deixado por Heráclio Salles naquele período brando do

governo de Costa e Silva. A sua justificativa me auxiliou ainda mais a compreender os motivos que levaram Chagas e Fehlberg a aceitarem o cargo e a necessidade de se legitimarem como jornalistas ao voltarem às redações. Barbosa ainda me mostrou fotos em que aparecia cobrindo uma coletiva de imprensa. São imagens que me deram uma noção de como funcionava esse tipo de cobertura e que outras pessoas estavam presentes nessas situações.

Na casa de Evandro Paranaguá, ele logo me mostrou uma reportagem que fazia um pequeno ensaio sobre seu trabalho como jornalista. Descobri que o “E.P.” que assinava algumas reportagens que já havia visto em revistas antigas e livros de coletânea de matérias do período, era o homem que me relatava como foi seu trabalho cobrindo Planalto naquela época. Com uma conversa solta e um discurso por muitas vezes descontraído, Paranaguá me mostrou uma outra forma de se fazer jornalismo e como foi sua atuação naquele cenário cerceado por um ato institucional.

Já Hélio Doyle me alertou logo no primeiro contato que não havia sido um jornalista credenciado, o que para meu estudo era algo precioso. Eu já entendia a necessidade do credenciamento, mas pouco sabia sobre o seu processo. Em seu local de trabalho, Doyle me explicou como funcionava além de me explicar o que levou à recusa do pedido por parte do Governo. Ainda me explicou o que era ser um jornalista político com um passado de militância, um panorama importante dentro do estudo pois era justamente essa questão que o impediu de ser credenciado.

Reynaldo Dias foi indicado por Fehlberg. Em um momento que o ex-secretário se encontrava em um momento difícil de sua saúde e que acreditava que não teria mais condições de contribuir para a minha pesquisa, me passou o telefone e e-mail de Dias ainda com um conselho de “jornalista para jornalista”: ligue agora e já mostre interesse. E foi exatamente o que fiz. Porém, mesmo morando em Brasília, Dias preferiu que a entrevista fosse por e-mail. Tentei insistir do contrário mas ele estava firme em sua decisão. O jornalista foi o braço direito de Fehlberg na Secretaria além de ter comandado a função criada pelo assessor, em que selecionava as matérias divulgadas na imprensa internacional e as mostrava para Médici e o ministro da Casa Civil, Leitão de Abreu. Dias me surpreendeu com a entrevista pois nela relatava também seu trabalho dentro de jornais e a dificuldade que foi para ele encontrar um emprego.

Já com todo o corpus da dissertação, pude perceber o quanto era importante ter um conhecimento do assunto a ser discutido, ainda mais quando se trata de algo de

cunho histórico. Foi preciso evocar o que eu aprendi em minhas leituras sobre a Ditadura para puxar outra linha de pensamento dos entrevistados, já que muita lembrança se perdeu no meio do caminho dado o tempo que já passou. Assim, era preciso “puxar” esses dados a partir de outras relações.

Mas o mais importante foi entender que existe uma pesquisadora além de uma jornalista. Compreender que é possível existir por trás de um *ping-pong* uma entrevista qualitativa.

9. Notas

ⁱ In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. 258 p.

ⁱⁱ Famosa estilista do período da Ditadura. Ficou conhecida também por tornar pública internacionalmente sua busca pelo filho militante, Stuart Angel, que assassinado pelo governo se tornou um desaparecido político.

ⁱⁱⁱ General que foi chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) durante o governo Médici.

^{iv} Aliança Renovadora Nacional – ARENA foi um partido político criado após o Golpe Militar de 1964.

^v Jornalista político que trabalhou em veículos como *Jornal do Brasil*, *Veja* e *Visão* durante a Ditadura.

^{vi} Como France Aubin se referiu ao termo *Travelogue* em sua tese *La <<Nouvelle Résistance>>: Stratégies de publicisation déployées par des intellectuels critiques de la Globalisation (1994-2005)*

10. Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. 66 p.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Coord.). **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 397 p.
- BLOCH, M. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 159 p.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 15. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009. 484 p.
- CHAGAS, Carlos. **113 dias de angústia: Impedimento e morte de um presidente**. 2. ed. Porto alegre: L&PM Pocket, 1979. 305 p
- _____. **Guerra das estrelas (1964/1984): Os bastidores das sucessões presidenciais(a)**. Porto alegre: L & PM, 19. 325 p
- DUARTE, Jorge Antônio Menna. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 411 p.
- FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 391 p.
- _____. **Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969 – 1977)**. São Paulo : FFLCH/USP, 1996.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002. 507 p.
- _____. **A ditadura envergonhada**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002. 417 p.
- GUARESCHI, Pedrinho A., coord. **COMUNICAÇÃO e controle social**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1993. 71 p.
- MAROCCO, B. _____. **O jornalista e a prática: Entrevistas**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012. 245 p.
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. **O Jogo da Verdade**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1969/01.pdf/view>> Acesso em: 06 set. 2012.
- MOLOTCH, H.; LESTER M. **As notícias como procedimento intencional: acerca**

do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, teorias, histórias**. Lisboa: Vega, 1974/1993, p. 34-51.

MONTEIRO, Maria da Graça Miranda de França. **A notícia institucional**. In: DUARTE, Jorge Antônio Menna. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 411 p.

PEREIRA, F. H. **Jornalismo e Construtivismo: a atividade como realidade socialmente construída**. Revista PJ:Br, v. 5, p. 5, 2007

PEREIRA, F. H. **Conversando com Jornalistas: A perspectiva do interacionismo simbólico**. In: MAROCCO, B. (Org.). **Entrevista: Na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre, Libretos, 2012, p. 31-45.

PEREIRA, F. H., MOURA, D. O., ADGHIRNI, Z. L. (orgs.) **Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012. 261 p.

PEREIRA F. H. **Jornalistas e fontes e a construção da notícia política em Brasília**. In: Durazo-Herrman, J.; Guazina, L. S.; Pereira, F. H. **Novos questionamentos nos Estudos sobre Mídia e Política**. Mimeo, 2014, sp.

PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. **O jornalismo em tempo de mudanças estruturais**. In Texto (UFRGS. Online), v. 1, p. 38-57, 2011

PEREIRA, F. H.; LACERDA, A. G.; SANTOS, M. M. M. . **Rotinas e estratégias dos news promoters na cobertura política nacional: o cotidiano da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República**. Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), Florianópolis, v. 2, n.2, p. 155-165, 2005.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. 258 p.

POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 464 p.

REGO, Francisco G. T.. **Marketing político e governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação**. São Paulo: Summus Editorial, 1985. 87 p.

SCARTEZINI, Antonio Carlos. **Segredos de medici**. Sao paulo: Marco Zero, 1985. 90 p

SCHLESINGER, Philip. **Repenser la sociologie du journalisme: les stratégies de la source d'information et des limites du média-centrisme**. *Reseaux*, n° 51, p. 75-98,

1992.

SINGER, André (Coord.). **No Planalto, com a imprensa: entrevistas de secretários de imprensa e porta-vozes: de JK a Lula.** Brasília, DF: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 2010. 410 p.

SKIDMORE, Thomas E.; SILVA, Mário Salviano (Trad.). **Brasil: de Castelo a Tancredo: 1964 - 1985.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: O consentimento da imprensa à censura no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - RJ, 2000. 262p.

STRAUSS, A.; BUCHER, B.; EHRLICH, D.; SABSHIN, M. **L'Hôpital et son ordre négocié.** In: STRAUSS, A. La trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme. Textes réunis et présentés par Isabelle Baszanger. Paris: L'Harmattan, 1992, p. 245-268.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias".** 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

_____. **Teorias do jornalismo – Porque as notícias são como são.** Florianópolis, SC: Insular, 3. ed. rev. 2012

Anexo 1: Entrevista Antônio Carlos Scartezini

Laura: Contar como é que foi sua trajetória no jornalismo que aí eu vou precisar fazer essa introdução dentro do trabalho...

Scartezini: Bom, como eu falei a você, lá no Planalto eu só fiquei um mês, né? Foi no governo do Médici, cobrindo a vaga do Luizinho. Você já acertou com ele já?

L: Já, marquei pra quinta.

S: Ele já falou?

L: Não, ainda não o entrevistei, não. Só marquei pra quinta-feira para entrevistá-lo. Mas ele me falou algumas coisas já.

S: Meu primeiro emprego foi no Jornal do Brasil, o velho Jornal do Brasil. Foi em 1966. Eu, como te falei, eu não fiz comunicação. Naquele tempo não precisava. Bastava você completar, quer dizer, eu fui ao centro de trabalho, me registrei como jornalista estagiário e então, por ser nessa condição, você ficava lá no seu emprego e você alcançava o direito de se tornar profissional se completasse 36 meses ininterruptos ou 48 espaços. Eu completei 36 ininterruptos de cara, passei a ser profissional. Bom, o meu chefe era o Carlos Castello Branco. Isso foi o auge do Jornal do Brasil, em 1970. Aliás, hoje... Você conhece o Cesar Mota?

L: Não...

S: O Cesar Mota é um coleguinha nosso, quarta pessoa com quem eu trabalhei lá na Folha, depois ficamos amigos e tal... Só que há anos não tenho notícias do Cesar. Eu sei que ele está aí pela cidade. Então se você o conhecesse eu ia perguntar onde ele estava. Então eu me lembrei dele porque um amigo nosso de Belo Horizonte, Vital, que eu conhecia o Vital, porque o Vital foi secretário de Imprensa do Tancredo quando o Tancredo era governador. O Vital me mandou um e-mail hoje me contando do Cesar, que o Cesar está escrevendo uma história do JB. Você sabia disso?

L: Não..

S: Bom, vamos lá... Eu fiquei lá no JB de 66, meu contrato foi a partir de março, eu fiquei até dezembro de 72, quando eu fui demitido porque o Castello ficou doente, problema do coração e foi se tratar nos Estados Unidos. Aí, Nascimento Brito, que era dono do jornal, aproveitou a doença do Castello que ia ficar muito tempo fora e fez o que a redação queria: uma limpeza na sucursal de Brasília. O alvo principal era o D'Alambert Jaccoud, morreu não faz muito tempo. O D'Alambert era o subchefe da

sucursal, o chefe era o Castello, e o D'Alembert era comunista. Ele não fazia comunismo no jornal, mas ele era comunista. Mas no jornal ele tinha uma coluna e a coluna dele era uma coluna independente, sensata e tal. Sensato que eu digo na medida em que não radicalizava, naturalmente ele era da oposição. Quem não foi da oposição? Então o objetivo era demitir o D'Alembert. E eu fui pego de surpresa quando o D'Alembert foi demitido porque eu era secretário da redação mas a partir do D'Alembert vinha o chefe da redação quando houve lá uma mudança da chefia da redação e eu era secretário, abaixo do chefe da redação. Aí o novo chefe condicionou, con... Há muito tempo o Castelo insistia para ele ir assumir a chefia de reportagem. Mas aí ele... Ao mesmo tempo ele era assessor de imprensa do Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, então quando ele, quando o Castello insistiu que... Até que o convite chegou num ponto em que nosso colega ou aceitava o convite do Castello ou caía fora. Muito tempo ele estava rejeitando uma chefia. Aí ele... Já que ele não tinha saída, ou aceitava ou caía fora, ele colocou uma condição. Ele queria que eu deixasse de ser secretário e voltasse a ser repórter. Mas sempre que ele viajasse eu assumiria a chefia de reportagem. Eu saíria da reportagem, passava por cima do secretário que tinha lá, tinha um outro secretário, e ficava como chefe da redação, da reportagem... Chefe da redação era o D'Alembert. E... D'Alembert foi meu padrinho de casamento, eu tinha uma ligação especial com ele. E em dezembro de 72 havia uma crise em Brasília. Naquele tempo, é... Naquele crise eu fui dispensado de dar... da redação do outro dia porque eu... Bom, aí eu já era repórter novamente porque o chefe de reportagem estava aqui. E eu fui... Bom, (...) pra fazer a limpeza que era o Walter Fontoura. E naquela crise não trabalhava durante o dia, trabalhava à noite, dormia na redação por causa da crise. Era um plantão que não saía dali, dormia ali. Então naquele dia fatídico eu não fui na redação durante o dia, cheguei à noite e vi o D'Alembert de mesa em mesa se despedindo. E as meninas, a Eliane Catanhêde, a Hebe Guimarães e outras abriam o jornal na frente assim para poder chorar...

L: E ninguém ver...

S: Sim, sim... Porque o chefe de reportagem avisou à tarde avisou ao pessoal: hoje à noite vamos demitir o D'Alembert. Então o D'Alembert não sabia, mas elas sabiam, né? "Então estou avisando a vocês porque a ordem é demitir quem protestar, quem achar ruim." Então as meninas choravam mas se escondiam no jornal. Aí eu vi aquilo, cheguei à noite e vi aquela cena, vi o D'Alembert se despedindo e perguntei: O que

que houve? Ele disse: Eu fui demitido. “Ah, é?” E ele estava saindo com as coisas dele, assim, esvaziando gaveta, levando as coisas dele debaixo do braço. E eu ajudei o D’Alembert a levar aquelas coisas até o carro dele aí voltei pra redação. E quando entrei eu fiz um comício que se resume no seguinte, eu dizia que a demissão do D’Alembert era uma vitória da mediocridade. Aí eu não sabia do aviso. Mas eu não li! Tava me lixando pra isso. Eu era garoto, tinha menos de 30 anos, ia dar bola pra isso? Eu era o que eu era. Aí eu fiz meu desabafo, olhei assim, pra ver se haveria alguma reação, o secretário de redação pegou o telefone aqui, fingiu que estava conversando para dizer que não tinha assistido a cena. O próprio chefe de reportagem foi pro banheiro para dizer que não tinha visto a cena. Até que olhei assim, não tinha reação, fui pra minha mesa cuidar do meu trabalho. Aí o camarada lá, um que veio do Rio, veio do Rio porque ninguém no Rio suportava o cara. Aí mandavam pra Brasília. Tinha disso, né? Quando não gostavam do cara no Rio e não queriam demitir “Ah, manda pra Brasília, isola o cara lá.” Então ele veio pra cá, isso era um rapaz carreirista. Ele era coordenador de economia aqui da sucursal e era carreirista. E ele, quando o chefe de reportagem saiu do banheiro disse: Fulano, você viu o que o Scartzini fez? “Vi.” “E você não vai comunicar ao Walter Fontoura que ele se subordinou?” Aí o secretário disse assim: Fulano, nós já temos uma crise, demitimos o D’Alembert. E antes tinham demitido outro. “Demitimos o D’Alembert. Você quer aumentar a crise?” Ele disse... Bom, essas coisas eu só soube depois. Ele disse: Você tem compromisso com a empresa, a empresa era para demi... a empresa mandou demitir quem achasse ruim e o Scartzini protestou. E o cara disse assim: Bom, então vou falar com o Walter mas você vai junto, né? Fazer a coisa nós dois. Ele disse: Vou! Aí chegou lá o Walter Fontoura, o chefe de reportagem... Falcão, Falcão... Ficou meu grande amigo antes e depois. Morreu não tem muito... Tem muito tempo já. Morreu... meu amigo fraternal. Daí Falcão disse assim: Augusto... Não, o Falcão chegou pro Walter e contou que eu tinha me subordinado. O Walter disse... “Falcão, quando eu cheguei aqui (todo mundo sabia que ele tinha chegado pra fazer uma limpeza), quando cheguei aqui você foi logo... me procurou dizendo o seguinte: Walter, todos sabem que você veio aqui pra fazer uma limpeza então faça essa limpeza logo porque o clima da redação está insuportável, não dá pra trabalhar nesse clima. Então demite já quem você, quem você quiser mas eu só peço uma coisa, demite quem você quiser mas com três exceções (aí ele disse pela ordem): (..) (que

era repórter de política), o Luizinho Barbosa (que era Planalto) e o Scartezini. Você pediu para eu não demitir o Scartezini.” “Pedi, porque ele é importante. Mas o Augusto aqui lembrando que a empresa mandou demitir.” Ele disse: Então, bom... Então demito. Aí o Falcão voltou à redação e falou grosso, pra todo mundo ouvir, né? “Scartezini, você achou ruim a demissão do D’Alembert, não achou?” “Achei!” “Então passa no Caixa e acerta suas contas.” Fui embora. Então saí assim... A demissão do D’Alembert era pedida insistentemente pelo chefe da Casa Civil do Médici, Leitão de Abreu. Então saí. Aí eu fui de lá... Eu tinha também um trabalho na... Era chefe de redação também da TV Rádio Nacional Brasília. Aí nós vimos na rádio, aí o (...) Médici. Aí quando eu me demiti, o jornal me demitiu, o meu chefe na TV Rádio Nacional, que também era colega no Jornal do Brasil, Sebastião Fernandes, era repórter político, o Sebastião aproveitou minha demissão e do D’Alembert e fez uma bela proposta pra eu ficar só na rádio e na TV o dia inteiro. E fiquei. Mas aí, um dia, o chefe da rádio ficou doente e a rádio tinha duas facções e eu era da facção minoritária. E o diretor geral da rádio lá ficou doente, ficou afastado aí a outra ala fez a pressão pela demissão do Sebastião Fernandes, que era o diretor do jornalismo. Ele era o diretor de jornalismo e eu era o chefe da redação. Foi ele que me levou pra lá. Aí o chefe na pressão pela demissão do Sebastião e conseguiram a demissão do Sebastião. Também por razões políticas. Aí quando eu via aquilo eu fui lá e disse: Tião, eu vou pedir demissão também. Ele disse: não, você fica aí, vai tocando isso daqui. Eu disse: Tião, se você eles demitiram, a mim eles vão nos (...)! Sem você aqui pra me dar força, eles vão me (...). Porque eu tava fazendo mudanças, tinha gente que não aparecia pra trabalhar há cinco anos e eu botei pra trabalhar. Então eles queriam me pegar. Mas aí eu fui, aí eu fui malandro. Eu fiz uma carta, assim, malandra. Eu fiz uma carta dizendo que em razão da demissão do meu chefe, Sebastião Fernandes, eu colocava o cargo à disposição. Mas eu fiz isso assim numa linguagem muito malandra que você não entendia se eu tava pedindo demissão ou estava apenas colocando meu cargo à disposição porque mudou meu chefe. Aí um dia... Mandaram a coisa pro diretor jurídico, talvez não tenha entendido a carta. Aí o rapaz me chamou lá e disse: olha, essa carta aqui nós não estamos entendendo. Eu: como não tá entendendo? “Você pediu demissão ou não pediu?” “Como não tá entendendo ou não? Eu sou muito claro! Já que demitiram meu chefe, eu coloco meu cargo à disposição. Mas se você quiser me demitir, não tem problema não.” Eu queria a indenização. “Se vocês

quiserem me demitir, não tem problema.” Aí eu fui demitido. Aí liguei pro Antônio Carlos Pereira que era o chefe de redação da sucursal do Estadão. Disse pra ele: Xará, estou desempregado. Ele disse: Deixa comigo. Dois dias depois me chamou lá pra trabalhar. Aí eu fui.

L: Isso foi em que ano?

S: Início de 75, porque o... Março de 75, eu guardo essa data porque o Médici... Você diz de Médici mas eu gosto de chamá-lo Garrastazu porque ele não gostava do Garrastazu, então eu o chamava mais... O Garrastazu tinha passado o governo pro Geisel. O Geisel tinha recém-assumido. Então fui pra lá, fui pro Estadão. Aí chegou mais na frente, em 1977, você tinha dois generais disputando quem seria indicado pra presidente da sucessão do Geisel. Você tinha o Figueiredo, que era chefe do SNI...

(Virgínia entra)

S: Aí o outro era do Exército. Então você tinha dois generais disputando, o Figueiredo chefe do SNI, e o Sílvio Frota, do Exército. O Sílvio Frota só tinha um deputado do governo, arenista, só tinha um arenista que o apoiava abertamente. Era um deputado de Minas chamado Sinval Boaventura. E um dia eu fui, eu tava na política, aí um amigo meu, que era assessor lá parlamentar, que trabalhava lá no Congresso, Paulo Bril, eu o conheci desde minha infância em Goiânia, foi meu amigo de infância, eu tinha alta confiança no Paulo Bril. Aí o Paulo Bril, sem saber o que tava me dizendo, porque ele nunca estava com aquilo, ele me contou o seguinte: Olha, o Sílvio Frota está dizendo pros amigos dele que ele ainda tem dúvidas que o Geisel vai indicar o Figueiredo e ele, o Sinval, vota em quem o Geisel mandar. Eu achei aquilo importante. O único deputado que apoiava abertamente o Sílvio Frota disse que votaria em quem o Geisel mandava. Aí aquilo foi em uma nota curta, desse tamanho assim, “O deputado Sílvio Frota está dizendo aos amigos tal tal tal tal, que vota em quem o Geisel mandar mas que ele não tem dúvida que o Geisel vai indicar o Figueiredo.” Essa notinha ia sair na sexta-feira e na sexta de manhã, eu vi a notinha no jornal e eu fui pra Manaus com a Virgínia onde nós tínhamos um casamento. A redação tava avisada que eu ia passar o fim de semana em Manaus e que eu ia viajar mais cedo, ia viajar na sexta de manhã. Aí tudo bem. Fomos pra Manaus. Laura, chegou no sábado, lá no Hotel Tropical, eu tava à beira da piscina quando passou um, já era assim começo de tarde, passou um cidadão, tava na piscina também, com o Estadão debaixo do braço. Você sabe como que é repórter, né? O cara vê o jornal lá e

já quer saber se a matéria saiu. Bom, aquela minha tinha saído. Aí já era sábado. O cara me emprestou o jornal. Aí eu abri o jornal assim, tinha uma manchete de páginas políticas dizendo o seguinte, com o título: Deputado desmente entrevista ao Estado. Eu: ué, o que é isso? Deputado desmente entrevista ao Estado, o que será? Que entrevista é essa? Eu não vi entrevista nenhuma. O que foi isso? Aí fui ler. Dizia o seguinte: O deputado Sinval Boaventura fez ontem na Câmara o seguinte discurso “dois pontos”. Você já viu isso? Deputado fulano de tal fez o seguinte discurso “dois pontos”?! A íntegra! Dois textos de página, íntegra. Aí embaixo tinha NR, nota redação. “A direção da sucursal de Brasília, que era o Carlos Chagas, o diretor; a direção da sucursal de Brasília apurou os fatos e concluiu que sua excelência tem razão.” Outra coisa: você já viu jornal chamar deputado de sua excelência? “Concluiu que o deputado tem razão. Estamos tomando as medidas cabíveis.” Eu disse: fui demitido. Pô, mas fiz uma notinha, nem assinei. E depois como é que a sucursal fez a apuração devida se eu não fui ouvido? Aí liguei pro Chaguinhas. “Chaguinhas, li aqui no jornal a minha demissão. O que foi isso? Que entrevista? Não houve nenhuma entrevista ao Estado! E você reviu a minha matéria? E você notou que o tempo todo eu dizia que ‘o deputado, em conversa com amigos’, e você ‘tacotou’ três vezes esse negócio de ‘conversa com os amigos’ porque você achou que eu tava dizendo demais esse negócio de ‘conversa com amigos’. Pois é, você sabe disso!” E ele: Scarta, não esquentar a cabeça não! Segunda-feira a gente conversa. Tá bom. Aí segunda-feira fui lá. Tava demitido. Em 77. Não tem problema nenhum. Dias antes eu tinha assumido o cargo de diretor do Sindicato dos Jornalistas na chapa que o presidente era o Castelo. Foi a famosa chapa que derrubou o Arnaldo, que era o cara da Ditadura, Arnaldo Ramos, que tava há décadas na presidência do Sindicato. Então eu era presidente, era diretor que ia ser empossado, ou seja, desde que eu era candidato, eu tinha uma cobertura sindical, então não poderia ser demitido. Não tem problema. Aceitei minha demissão. Aí, dois dias depois, o Rui Lopes, era o chefe da sucursal da Folha, me chamou lá pra conversar e me empregou. Laura, esse tempo todo que eu fiquei na política, o político mais sério que eu conheci, o único político que eu passava papel em branco pra ele era o senador do Paraná chamado Accioly Filho. Estou até com o livro dele aqui, só pra... Você não deve conhecer...

L: Eu conheço de nome mas não...

S: Só vou te mostrar a biografia dele pra você ver a cara do fulano. Por acaso ele

estava ali. Eu estava lendo e depois encostei lá.

L: Eu li sobre o nome dele nos livros mas...

S: Ele foi o político mais sério que eu conheci no Congresso Nacional. Podia ter alguém mais sério do que ele mas fora do Congresso. Dentro do Congresso não tinha. E o Accioly era um grande advogado criminalista. Isso foi em 77. Na eleição de 74, foi a famosa eleição em que havia 21 vagas pra senador e o MDB elegeu 16. Foi um troço fantástico. Foi o começo da reviravolta. E o MDB foi muito bem votado não só no Senado, em 21, 16 senadores; como deputados. Aí aquela renovação de deputados começou em 70 quando veio um monte de deputado do MDB, aí o Evandro criou... Chegou um monte de deputados mais radicais que entrou em choque com a ala moderada. Aí o Evandro criou os autênticos e moderados. E daqueles 16, quando eu fui demitido, os 16 me ofereceram um almoço no Senado porque todos sabiam porque eu fui demitido, sabia que a coisa não procedia, sabia que não tinha entrevista. Então os 16 me ofereceram um almoço de solidariedade, vamos dizer assim. Aí eu fui lá pro almoço. Na saída lá, na hora de ir embora, o Paulo Brossard me disse: Scartezini, venha cá no meu gabinete. Eu fui. Me dou muito bem com o Brossard, que era um cara sério. Eu adorava os caras sérios. E o Brossard sentou na cadeira e ele me ditou uma carta minha pro Júlio Mesquita Neto, que era o chefe do Estadão, foi o autor da demissão, foi a ele que o Sílvio Frota pediu que me demitisse. O Brossard é terrível, ele é fantástico como competência jurídica e diplomática. Ele ditou a carta, na carta eu dizia pro Júlio: Olha, você me demitiu mas não tinha razão. A demissão foi injusta. Então eu abri uma porta pro júri reconsiderar a demissão. Mas tudo isso de forma outiva. Eu não estava me submetendo ao júri, não estava pedindo. Até com a conivência eu tava dando a ele a oportunidade de considerar que ele fez uma justiça que podia ser reparada. O Júlio nem respondeu minha carta. Aí eu procurei o Accioly. “Doutor Accioly, como o senhor sabe, fulano me demitiu.” Aí eu disse pra ele: E agora? Olha a demissão foi injusta, o senhor sabe disso. Foi na carta do Brossard que o Júlio não respondeu e disse: Doutor Accioly, o Estadão me demitiu sem dizer o meu nome. Até porque a minha matéria não dizia meu nome. Mas no meio do trabalho, todas as minhas fontes e meus colegas sabem que a coisa era comigo. O jornal diz que eu menti, o senhor sabe que eu não menti. As minhas fontes e os meus colegas sabem que eu não menti. Mas o jornal diz que eu menti. Um jornal de 100 anos e disse que eu menti. Aí o Accioly disse assim: Você está desempregado? “Não, como o senhor

sabe, eu tô na Folha.” “Quantos dias você ficou desempregado?” Eu disse: dois dias. “O seu salário diminuiu?” Falei: É rigorosamente o mesmo. Ah, sim! Eu disse, né? O fulano me demitiu, eu já entrei com a ação trabalhista porque o senhor sabe que eu não podia ser demitido do sindicato e porque eles não têm prova contra mim e eu tenho prova contra eles. Mas todo mundo sabe que a coisa foi comigo. Então, eu quero processar o jornal por danos morais. Aí ele perguntou: Você está desempregado? Quantos dias ficou desempregado? O salário diminuiu? Scartezini, você ficou dois dias desempregado, o salário não caiu, então não houve dano moral. Aí, Laura, eu disse: Pô, um jornal que tem 105 anos diz que eu menti mas isso não me causou dano moral? Que jornal é esse? Quem é mais forte: ou ele ou eu? Aí... Fantástico. Desisti do processo por danos morais, fiquei só com a Constituição trabalhista. Se fosse na Constituição de 88, eu podia pedir danos morais.

L: Aí já mudava...

S: É, porque tudo que tem aí... Fulano quer indenização por danos morais. Essa é uma porteira que a Constituição de 88 abriu. Todo mundo pode pedir. Se você chegar aí no botequim e o garçom te destratar, você pode processar o botequim por danos morais. Aí, bom... Fiquei lá na Folha até 80. Aí eu recebi uma proposta pra ir pra Veja. O chefe da sucursal da Veja em Brasília era o Getúlio Bittencourt. Cara meu amigão, amicíssimo. Quando eu trabalhava na Folha, ele trabalhava na Folha em São Paulo, eu trabalhava em Brasília e eu vivia em São Paulo. A Folha de S. Paulo me chamava lá, eles me queriam lá. E é claro que tava o Getúlio lá me empurrando, né? “Ah, chama o Scarta porque isso daqui é importante... Vai ter eleição, vai ter de cobrir eleição, o Scarta tem que estar aqui.” Aí lá ia eu pra São Paulo. E ficava lá temporadas. Aí nessas idas a São Paulo, fiquei amicíssimo de Getúlio. Aprendemos a beber vinho juntos. Coitado do Getúlio morreu há uns dois anos, mas aprendemos juntos a beber vinho. Ficávamos na Folha até o fechamento, onze, onze e meia, íamos naquelas cantinas lá do Bexiga jantar e bebíamos vinho e discutíamos os vinhos. Estávamos aprendendo a beber vinhos. Aí ficamos unidos, pelo vinho e tal. Também o vinho nos unindo. Aí o Getúlio chefe aqui. O Getúlio insistindo para eu trabalhar lá. Eu disse: Getúlio, não vou... Porque a Folha é de direita, eu não gosto da direita. A Folha não, a Veja. A Veja é de direita, eu não gosto da direita. Ele disse: É, a Veja é conservadora. “Conservadora não. Ela é de direita.” “Ela é conservadora.” “Pois é, mas eu não gosto. E depois, o que vocês estão me oferecendo a mais? Uma titica? Vou deixar a

Folha onde eu tô muito bem pra vir para aqui e ganhar uma titica a mais e aqui eu não sei como vai ser a coisa? Porque na Folha eu tenho uma liberdade fantástica e aqui há que eu não vou ter? Se eu viesse pra cá era por você, Getúlio, era por você.” Aí pegou isso... Aí então, aí eu acabei cedendo. Então a vida inteira eu explicava porque eu saí da Folha e fui pra Veja. Eu respondia: Por causa dos belos olhos do Getúlio. Aí fiquei lá na Veja. Foi na Política. Aí houve eleição de 82. Pela primeira vez você tinha eleição direta de governadores. Aí a Veja achou que aquela eleição era muito importante, primeira eleição direta de governadores então convinha que eu estivesse em São Paulo morando, não mais como queria a Folha. Ficava lá um mês e tal e depois voltando pra Brasília. Queria que eu ficasse lá porque, Laura, eu conhecia todos os políticos. Mesmo aqueles que eu não conhecia pessoalmente do Congresso, eu sabia quem era. Então, por exemplo, se você me perguntasse quem é o candidato do PDT a Senador em Santa Catarina. Eu dizia: é o fulano. Um cara que eu nunca vi, mas eu tinha a ficha do cara, sabia quem ele era, sabia das coisas... Do Brasil inteiro. Então eles achavam que eu tinha que ficar em São Paulo pra dar essa assistência lá. “Fulano?” “Fulano é um cara assim assim assim.” E inclusive evitar uma coisa que volta e meia acontecia na revista. Você publicava uma foto de um deputado dizendo que era o fulano e não era o fulano, era o ciclano. Porque os paulistas agora não conheciam os deputados um a um, não conheciam. E fiquei lá nessa base, também, né? Resolvendo lá. “Ciclano?” “Ah, você não sabe que é o ciclano não? Ciclano é aquele cara que fala assim assim assim!” “Ah, tá!” “Olha, essa daqui não é o João, não. Esse daqui é o Alfredo.” E bom, fiquei lá. Aí houve a eleição e a oposição elegeu 11 governadores. Aí ficou aquela dúvida: eles assumem ou não assumem? Enquanto havia dúvidas se os caras assumiam ou não assumiam, eu fui ficando por lá. Aí o tempo passou, os 11 assumiram e se consolidaram. Aí não havia mais dúvidas de que eles estavam consolidados. Aí a chefia da sucursal lá, da redação da Veja que era o, pela ordem, era o Guzzo, o Elio Gaspari e o Augusto Nunes. Eles me chamaram pra jantar lá um dia... Um dia só tinha pra isso. Porque toda sexta-feira, depois do fechamento, sexta-feira não. Toda madrugada de sábado, depois do fechamento, esses três mais os caras que eles escolhiam jantavam num restaurante lá de São Paulo, um português, Caveirinha, um troço assim. E eu sempre era chamado a participar com eles. O cara que aparecia lá sem ser chamado ficava mal porque eles eram chatos, né? Aí num desses jantar de sexta-feira, os três me chamaram num canto e disse: Scarta,

os governadores assumiram, já estão aí, e agora o lance é a sucessão presidencial. Minas vai ter uma grande importância por causa do Aureliano Chaves. Naquela época a ordem era essa. Primeiro lugar por causa do Aureliano, que era vice-presidente do Figueiredo e vivia brigando com o Figueiredo. E por causa do Tancredo, que era o governador. Aí eu fui pra Belo Horizonte e conheci o Vital, esse que me mandou e-mail hoje. “Minas vai ter uma grande importância por causa do Aureliano e do Tancredo. Você se dá bem com os dois.” Eu disse: dou, há quinze anos, desde que eu os conheço. “Então, você vai pra Belo Horizonte, vai assumir a sucursal de lá, vai ficar perto dos dois que aí queremos que você faça a cobertura da sucessão presidencial a partir de Minas, a partir dos dois.” Aí eu disse: Pô, mas pera aí. Em dois anos... Em dois anos não. Em um ano eu vou fazer a segunda mudança de estado, de cidade, de estado? Vou tirar meu filho da escola e vou procurar outra escola pra ele? Pela segunda vez em um ano? “Mas tem o seguinte, depois que houver a eleição presidencial, aí você vai pra Brasília porque aí nós vamos ter um Presidente da República novinho em folha montando ministérios. Aí você e Brasília vão ter uma grande importância. As informações vão estar em Brasília, aí você fica lá.” Eu disse: Brasília é uma ótima, mas pô?! Vou ficar... Aí negociei com eles, me deram um aumentozinho e eu aceitei. Fui lá pra Belo Horizonte. Eu dei uma sorte fantástica porque realmente a coisa ficou ali. O Brasil inteiro ia pra Belo Horizonte conversar com o Tancredo. Os empresários, banqueiros, os cassados, que não estavam mais no Congresso. Porque tinham sido cassados e foram embora. Todos iam lá conversar com o Tancredo. O Brasil ficava em Belo Horizonte, então a sucursal teve uma grande importância. É claro que depois que o Tancredo fosse eleito e assumisse, eles esvaziavam. Aí ia voltar ao que era. Aí topei. E realmente eu tive sorte porque, Laura, Tancredo nomeou quase 20, 21! Nomeou 21 ministros. Dos 21, 20 eu conhecia. Se ligasse pro cara e dissesse: Fulano, aqui é o Scartezini. Eles sabiam quem era. E todos esses 20, basicamente, eram pessoas que eu conheci em Belo Horizonte, que iam atrás do Tancredo, eu não conhecia mas eu procurava, claro. Porque eu sabia que o cara era importante. Por exemplo, lá, o Setúbal, o banqueiro, do Banco Itaú, que virou Ministro das Relações Exteriores com o Tancredo. Mário Garnero, que era empresário. Fiquei amigo de todos eles. E dos políticos, que iam lá. Aí eu conhecia 20. Pois bem, aquele 21º, que era o único que eu não conheci em Belo Horizonte, aquele eu conhecia de Goiânia, que foi moleque de rua comigo. Flávio Peixoto. E foi

o último a ser nomeado porque ele foi o Ministro do Desenvolvimento Urbano, um ministério que o Tancredo criou de última hora pra atender o Iris Rezende, o governador de Goiás reclamou que Goiás não tinha ministro. Aí o Tancredo criou o ministério e chamou o Flávio, moleque de rua comigo. Então eu conhecia os 21. Aí eu deitava e rolava. Mas aí mudou o chefe da Veja. Quer dizer, quando eu cheguei aqui já era um novo chefe. Era um cara pra mim intragável. E o cara não queria me ver na Veja, aqui. Ele tinha medo de que eu...

L: Pegasse o lugar dele...

S: Que pelo menos eu tivesse mais importância do que ele por causa das relações com São Paulo que eu tinha e ele não tinha. Então ele ficava... Me tapediava o tempo todo. E ele disse... Quando eu aceitei... Quer dizer... Quando chegou... Claro, quando ficou claro que o presidente era o Tancredo e que eu vinha pra Brasília, o Abervaldo me chamou pra conversar, que era o chefe aqui e me disse... Era um cara formado no Globo, aqueles caras do Globo, antigo. Era uma praga, era uns caras corporativistas que só queriam saber dos coleguinhas do Globo e cagavam de medo dos coleguinhas que não eram do Globo, que não vieram do Globo. O Globo foi o único grande jornal do qual eu não passei. Ele disse: Scarta, você vai voltar pra Brasília? Eu disse: Vou, ué! São Paulo quer, é o compromisso que eu tenho com eles. Ele disse: Olha, se você voltar aqui, eu vou te colocar na vala comum. Olha se isso lá é conversa que se tenha?! Eu olhava assim, sorria... E disse: Não, pode me colocar na vala comum. Não tem problema nenhum. Eu ficaria sendo um repórter comum. Mas eu sabia que eu tinha força em São Paulo, então aceitava a vala comum. Aí era num dia assim, de fechamento de redação. Aqui era sexta-feira, a gente fechava mais cedo que São Paulo. São Paulo fechava sábado de madrugada. Aqui aí fechava a redação sexta-feira, ali pelas onze horas e tal, da noite. E aí sempre tinha um churrasco na casa de alguém, pra onde a gente ia pra descontrair, quebrar aquela tensão. Era um ambiente muito tenso. Naquele tempo, a exigência de qualidade da Veja era fantástica, era extraordinária. Era terrível. E cansava, cansava mesmo porque era os caras cobrando. E eu sentia... Eu já tinha... Quando eu fui pra Veja, eu já tinha, deixa eu ver, já tinha... 81... Eu já tinha 24 anos de jornal. Eu sabia que tinha, quer dizer, eu achava que eu já sabia tudo de jornal. Não tinha mistério. Eu tinha 24 anos de jornal, bem sucedido, não tinha mistério. Mas aí o cara de São Paulo me chamava, chegava lá... O cara de São Paulo revia meu texto, me chamava “Scartezini”. Ou então (..), sua matéria tem

uns buraquinhos aqui. “Buraquinho em matéria minha?” Eu pensava, né? “Buraquinho em matéria minha?” Aí o cara mostrava: olha, isso aqui, isso aqui, isso aqui... E eu olhava assim: O filho da puta tem razão. Então eu tinha que reconhecer porque realmente, quando eles exigiam qualidade, eu sabia porque eles estavam exigindo. Então era desgastante. Mas aí então a gente ia pra esse churrasco e quase sempre na casa do Luiz Cláudio Cunha. Conheceu o Luiz Cláudio Cunha?

L: Não, eu conheci de ver assim... Eu tive aula com a esposa dele.

S: É? Quem é?

L: A Maria Jandyra.

S: Ainda é a paraense?

L: É! Só que ela é do Sul, né? Ela é do Sul também.

S: Ele que é do Sul!

L: Mas acho que ela é também. Ela tem... Não sei... Mas...

S: Então eles devem ter se conhecido lá...

L: É, não sei...

S: Ela é paraense. Bom, mas aí o... Nesse churrasco, que era pra descontrair. Cheguei lá com Virgínia, porque aí a gente levava as mulheres. Cheguei lá e dizia: o Scarta não é do meu time. O Scarta pertence à cota de São Paulo. Ele é problema dos paulistas, ele não é problema meu. Ele não é do meu time. A Virgínia achava aquilo, né? Dizia “como é que você aguenta isso?” E eu: ah, deixa, deixa ele falar. Aí o que aconteceu? Eu tinha uma proposta fantástica do Correio Braziliense para pedir demissão da Veja e ir pro Correio. Porque o Correio me fez uma sedução, caí na sedução, caí feito um patinho. O chefe do Correio Braziliense, o chefão, era o Ronaldo Junqueira. Você conheceu o Ronaldo Junqueira?

L: Não...

S: Era um malandro aí e tal... Trabalhou no Jornal de Brasília depois. Mas quando eu cheguei em Brasília em 66, a primeira pessoa daqui que eu conheci foi o Ronaldo Junqueira. E quando o Ronaldo chegou aqui naquela ocasião, a primeira pessoa daqui que ele conheceu fui eu. Porque éramos colegas da Cultura Inglesa, curso de inglês. Então ficamos grandes amigos. Fizemos curso de intensivo juntos e nos tornamos jornalistas. Hoje não quero nem saber dele. Outro dia passei por ele... Eu não vejo o Ronaldo assim, desde o fim dos anos 90, eu não vejo Ronaldo pessoa. Mas há um mês, eu estava aqui no Gilberto Salomão, passei assim, vi o Ronaldo e fiz de conta

que não vi. Porque ele fez sacanagem comigo. Não aceito isso. Sim, mas a proposta do Ronaldo: aumentava bem meu salário e me tirava de perto do Edervaldo. Mas a proposta dele era a seguinte... Por isso que ele me queria, porque eu vinha da Veja. Ele queria transforma o jornal em uma revista, coisa que os outros jornais depois tentaram fazer. Aí eu... Primeiro, tentador. Depois de você ter feito muita coisa na vida, chamar você pra mudar um jornal, eu caí na ilusão de pensar que era possível mudar o Ronaldo dos associados. Coisa que o Noblat tentou fazer e quebrou a cara. Tentou mais tarde... Noblat tentou nos anos 90, nos 80... 80 pra 90... Dois mil e pouco. Eu ia tentar nos anos 80, dez anos antes dele. E caí nessa ilusão. Ele pra mim era o chefe da redação, o diretor de redação. Não era eu, era o Ronaldo. Mas eu caí nessa ilusão, de que eu podia mudar. Pegar repórteres que passaram a vida inteira, repórteres políticos, que passaram a vida inteira escrevendo de tal jeito, viciado, arcaico e convencer o cara a mudar de estilo pra assumir mais um tom de revista? Mais aquela linguagem de revista? Eu achei que isso era possível. Caí nessa. Pedi demissão da Veja e fui pra lá. Agora é isso aí. Depois de lá, depois de lá o Iris Rezende me procurou, o Iris Rezende, que era do governo de Goiás, foi convidado pelo Sarney pra ser Ministro da Agricultura. Aí o Iris aceitou e botou um cerco em cima de mim pra eu ser o chefe da comunicação dele. Você quer me transformar em funcionário público? Não dá, Iris, não dá... E ao mesmo tempo, o processo daqui da mudança do jornal tinha gorado. E o Ronaldo queria aproveitar todo aquele pessoal que conhecia em Minas e queria que eu fosse... Queria abrir uma sucursal lá em Belo Horizonte que só seria aberta se eu aceitasse ser o chefe dela. Aí eu já não era mais bobo, já estava manjando o Ronaldo, pensei: ele quer que eu vou pra lá pra eu pegar aquele pessoal e botar os caras pra botarem anúncio no jornal. Ele tá pensando que eu vou ser corretor de anúncios. Mas eu não vou. Não vou procurar o cara pra pedir pro cara botar dinheiro no jornal, não vou. Bom, fiquei a vida inteira conversando com o cara com independência, em serviço, tratando o cara de igual pra igual. Vou chegar pedindo: ô, fulano, bota um anúncio aí... Não dá, né? Aí um dia o Iris botou o Ronaldo também pra me pressionar... Pra eu aceitar ser assessor de imprensa lá do Ministério. E eu recusava. Aí um dia eu fui chamado pra uma reunião no Ministério da Agricultura. Aí pensei: por que o Ronaldo me chamou pra reunião? Eu não sou funcionário deles. Bom, mas eu sou amigo deles. Aí cheguei lá, (..) e Ronaldo Junqueira. E quem comandava a reunião era o Ronaldo Junqueira. Aí o Ronaldo disse

assim: Scarta, o Iris precisa de um chefe pra comunicação, o Correio precisa de um chefe pra sucursal de Belo Horizonte. São duas carências, uma delas nós vamos fechar aqui agora. Você que vai decidir. Você quer ser chefe de comunicação do Iris ou chefe da sucursal de Belo Horizonte. Eu olhei assim pra roda e disse: vocês querem que eu escolha entre a morte na forca e a morte na cadeira elétrica. Eu aceito a cadeira elétrica que aí eu não preciso mudar de cidade. Aí eu aceitei ir pro Ministério. Mas disse assim: olha, eu vou pro Ministério mas quero conservar meu lugar no Correio. Eu não quero perder o senso, a noção que o meu lugar é a redação, não é aqui. Aqui eu vou quebrar o galho do Iris. Mas meu lugar é lá, então eu quero meu lugar lá. Aqui você vai ter muito trabalho mas numa redação você trabalha enquanto tiver tempo. Mas eu quero meu lugar lá. Aí aceitei. Aí assumi a Secretaria do Iris, a assessoria do Iris. E Laura, é difícil. Depois que você se mete numa Secretaria de Imprensa pra você cair fora é muito difícil. Aí terminou o governo do Sarney, não tenho mais compromisso com o Iris. Vou pra redação, vou ficar na redação do Correio. Meu salário vai cair porque eu vou perder o Ministério, mas não tem importância. Essa casa aqui não tava pronta mas depois eu já tinha condições de morar aqui. A obra... Aliás, ainda não está pronta... A biblioteca ainda está por fazer mas já tem condições que eu more lá como ela está. Então não precisa mais botar um dinheirão na obra. Então fiquei lá. Mas chegou um momento lá que não dava pra continuar, não aguentei. Aí o que eu fiz? Montei uma assessoria de imprensa. Que essa empresa era só eu. Porque eu não queria crescer. Eu dizia pro pessoal: não quero crescer não, quero ser pequeno, que eu não quero ficar rico não. Eu quero subexistir. Eu quero uma assessoriazinha que me dê um dinheirinho que eu possa sobreviver, não quero mais do que isso. Então eu trabalhava em casa, a sede era aqui. Trabalhava naquela sala que você conheceu. Aí chegou um tempo, eu fiz um banco da minha vida e concluí o seguinte: eu passei a vida inteira correndo atrás de homem, viajando atrás de homem, eu ia atrás do homem pra conversar com ele. Eu passei a vida inteira insistindo em encontrar com homens e muitas vezes não queriam falar comigo. E eu insistindo. Numa época da vida eu fazia isso porque eu era repórter e precisava fazer a matéria. Tinha que viajar, atrás de homem, tinha que insistir com homem pra ele conversar comigo, ficar no pé dele. E agora tem de correr atrás de homem pra pegar clientes pra empresa. Ah, cansei disso. Cansei. Não corro mais atrás de homem. Aí fechei. Fechei a empresa. E fiquei aí. Me aposentei, a Virgínia também se aposentou.

Ela nunca teve emprego público, nunca teve porque ela nunca trabalhou fora da casa. Formou-se em Economia na UnB mas nunca trabalhou fora da casa. Mas já era possível você recolher contribuições à Previdência mesmo que se não tivesse emprego formal. Depois de recolher durante um certo período, você podia se aposentar. E ela sempre foi muito precavida, ela ficou décadas e décadas recolhendo até que um dia se aposentou também. Aí tudo bem, temos duas aposentadorias, tinha um apartamento que dava um aluguelzinho, que é onde hoje mora o Bernardo, na 302 Sul. Aí fiquei ali. Aí chegou o Jornal Opção de Goiânia, que é um jornal semanal, me fez uma proposta pra fazer uma matéria semanal de análise política. Pegar o (...) da semana e analisar e naquela análise eu pego a minha experiência, jogo a minha experiência em cima daquela análise e faço o texto, uma coluna longa. É coluna mas não é coluna de notinha, não. Tem vários textos e que no conjunto fica longa. Muito cansativa. Aí topei porque me rende um dinheirinho e a verdade de...

L: De continuar escrevendo, né?

S: De continuar escrevendo e botar a cabeça pra funcionar. Empurrar o alemão pra lá, né? É isso...

L: Eu fiquei com uma dúvida aqui... Porque você falou do Estadão...

P: Essa é minha vida...

L: Você falou do Estadão e do JB. Porque a gente estuda nos livros que eles eram mais de esquerda, que o Estadão deixava a página em branco... Quando na verdade eles não foram muito, né? Pelos motivos da sua demissão...

S: É, eles não eram de esquerda, era de direita. Aquele orgulho ancestral dos paulistas. “Esse jornal aqui foi do meu bisavô, foi do meu avô, foi do meu pai”. Então os caras se julgam... Então era um orgulho. O cara não admite que alguém de fora venha dizer como o jornal deve ser feito. Mas admite que o Ministro do Exército vá lá e peça demissão do fulano, do repórter. O jornal sabe que ia ser injusto mas demite. Não só demite como demite naquelas condições, né? Deputado fez o seguinte discurso, e desmentiu. Deputado fez o seguinte discurso, sua excelência tem razão. E ele é isso. O JB não era diferente. Era o jornal mais longo do país, e enquanto eu estive lá ele era. Depois que eu saí, aí foi um dos mais curtos porque aí o Globo se ergueu. O Globo se ergueu e o Estadão também se ergueu. Mas o JB o que valia era força-educação. Uma figura muito respeitada era o Castelo. Tanto que bastou o Castelo ficar doente e ficar na cara que não podia mais trabalhar como antes que aí o

jornal deixou o Castelo lá, o Brito tomou o jornal mas deixou o Castelo lá. Pra te dar um exemplinho de como era o Castelo na relação com o governo, com a Ditadura e na relação com os repórteres dele, eu era um deles, vou te dar um exemplo de como era o Castelo. Eu cobria a área militar e eu tava ali há anos cobrindo a área militar. Eu cobria ao mesmo tempo a área militar e o movimento estudantil, que tinha tudo a ver. A estudantada ia pra W3 protestar, os milicos iam para reprimir. Naquele tempo quem reprimia era o Exército, depois é que entrou a força militar. O Castelo sabia que eu havia sido demitido porque ele não estava aqui então ele me deu isso daqui. Feito na Escola, na Sucursal. Eu fiz escola, eu fui feito. Se eu fui feito, eu tenho diploma. Bom, aí, como era o Castelo. Eu cobria área militar, o ministério, ficava todo dia ali, você conhecia o pessoal tudo, então você ficava sabendo até que ponto pode ser (...) com eles. Então um dia eu cheguei lá na Relações Públicas da Aeronáutica. Aí eu cheguei lá, como sempre, todas as tardes eu estava lá, cheguei lá brincando com o pessoal mais de baixo, militares, mas mais de baixo, que trabalhavam lá. Fiquei lá brincando com os caras, pra dar um humor naquela rotina. Aí tinha um cara lá que ficou me olhando. Aí o cara, um oficial, ficou me olhando. Aqueles caras com que eu estava brincando não eram oficiais. Aí ele veio até a mim e perguntou: quem é você? Quem é o senhor?, eu perguntei pra ele. Aqui eu conheço todo mundo e não conheço o senhor. Nunca vi o senhor aqui. “Eu sou o major Claro, chefe da Relações Públicas”. Eu falei: ah, major. Muito prazer. Sou Scartezini, repórter do Jornal do Brasil. Agora o senhor não é o chefe das Relações Públicas, porque o chefe das Relações Públicas é o Coronel Camarão, que eu conheço bem. Ele disse: é, mas o coronel ficou doente e eu estou assumindo hoje. Eu disse: ah, bom, seja bem vindo. Aí ficou aquele clima chato e eu fui embora, fui pra outro Ministério. Aí no fim do dia fui pra redação. Cheguei lá, o André que era o chefe da redação, disse: Scartezini, houve um problema lá na Aeronáutica com você. Eu disse: olha, teve não. “Houve, houve problema com você.” “Olha, não houve.” E realmente não houve porque eu não dei bola para aquilo, o incidente, esqueci aquele troço. “Não houve, não.” “Houve.” “Não houve, André.” “Houve sim, o major Claro ligou pra cá e pediu para tirar você de lá.” “Ah, o major Claro! Realmente houve lá um incidente com ele porque eu não conhecia o cara, o cara me estranhou, eu estranhei o cara. Bem, aconteceu. Agora, ele pediu pra eu sair de lá, pra eu ser descredenciado?” “Pediu.” “Bom, agora é com vocês. Agora eu não piso mais lá. Se ele não me quer lá, também

não quero procurá-lo mais. Então, problema de vocês. Eu não volto lá” Aí ninguém me disse nada. Aí eu fui levando. Aí esse major Claro mandou um ofício formal, como a sucursal não tomou providências, eu parei de ir lá mas a sucursal não mandou ninguém no meu lugar. O major Claro notou isso e fez um ofício pro Castelo, chefe da sucursal, pedindo que indicasse um repórter para cobrir o Ministério da Aeronáutica. Aí o Castelo respondeu: Nos termos do seu ofício tal tal tal, indicamos o repórter Antonio Carlos Scartezini. Aí passou um mês... Veio outro ofício: pedimos que indiquem um repórter. Aí o Castelo: confirmo indicação... Aí isso foi indo. Aí o major não escreveu mais ofícios, não chegou mais. Aí veio o chefe do primeiro ministro: pedimos que indiquem um repórter. Aí o Castelo: indicamos o repórter Antônio Carlos Scartezini. Passou um mês, mandou outro. “Confirmando...” Aí uma segunda-feira o Castelo chegou à sucursal, cedinho. Me acordou em casa. Mais cedo do que o Castelo chegava. Castelo não chegava cedo no jornal. E cedo era oito horas da manhã, Castelo chegava 9:30, dez horas, ainda mais numa segunda-feira. Tava dormindo, era tudo muito estranho mas disse: Tá, mais tarde tô aí. Aí saltei da cama, botei o terno e fui pra lá. Cheguei lá e era uma conversa com o Castelo. Aí o Castelo chegou pra mim e disse assim: olha, ontem o ministro da Aeronáutica, o Marcio Souza Melo, que foi um dos caras... Eu acho que ele foi da Junta do AI-5. Eu não tenho certeza, tenho que confirmar. O Castelo disse: olha, ontem o Nascimento Brito ligou lá em casa. Quer dizer, o Brito ligou pra ele num domingo. “O Brito ligou lá pra casa e disse o seguinte: Castelo, o ministro da Aeronáutica esteve na minha casa hoje e me disse que está havendo um problema na sucursal, entre a Aeronáutica e um repórter seu. Castelo, eu quero que você resolva o problema da melhor maneira possível.” Aí o Castelo disse: é isso. Agora você veja o seguinte, ele não me disse como resolver o problema. Não se deveria dizer “Castelo, faça isso.” “Ele me pediu que eu resolva da melhor maneira possível. Então eu pergunto: como é que vamos resolver isso?” “Castelo, me tira de lá.” “Como?” “Me tira de lá, Castelo, bota outro homem no meu lugar.” “Você sabe o que é isso que está me pedindo?” “Eu sei, Castelo. Eu tô cansado de ver meu nome indo e vindo em ofício feito em bola de ping-pong. Me tira de lá, se puder, bota outra pessoa.” “Vai pra casa e amanhã você me responde.” “Não, Castelo, vamos resolver isso agora. Me tira de lá.” “Não, mas você tem de pensar mais um pouco.” “Não, Castelo, por favor. Resolva o meu problema. Me tira de lá que aí você resolve o meu problema e resolve o problema do

Brito.” “Você quer mesmo que eu te tire de lá?” “Quero, é um favor que você me faz.” “E se eu colocasse o Leão no seu lugar?” Olha que fantástico, eu era o repórter mais novo da redação, eu era o foca. E ele me submeteu o repórter que ia entrar no lugar. Se eu dissesse “ah, o Leão, não!” Ele disse: então ponho quem? Ou seja, quem eu indicava. Eu disse: tá bom, Castelo. O Leão é ótimo. Você achou uma grande solução. Aí foi o Leão. Então você veja aí como era o Castelo como dono do jornal. Ele forçou o Brito a dizer pra ela resolva da melhor maneira, na época da Ditadura. Ele não aceitou “tira o fulano daí” que ele não tirava não. Aí é que eu não tiro. Então a solidariedade dele com a equipe dele e como ele lidava com a Ditadura. E falar em solidariedade de chefe, quando... Como é que eu saí da Veja hostilizado pelo Otervaldo, pelo chefe. Eu tinha aquela proposta do Correio Braziliense, aí, a certa altura, as quatro e meia da manhã, eu fui acordado por um telefonema. O Tancredo, como você sabe, chegou o dia da posse, ele não assumiu e ficou no hospital doente. Aí às quatro e meia da manhã, eu fui acordado por um telefonema. Já era casado e tal tal tal. Era o Hélio Garcia, governador de Minas. Eu sempre evitei na política fazer amigos, sempre evitei na política me aproximar de alguém cuja amizade me impedisse de criticar o cara. Então eu me aproximava até esse limite, eu ter autonomia pra criticar o cara. Aí, conservando esses limites, dois ou três políticos, quatro, eu me tornei mais amigo. Um deles foi esse aí, outro deles foi o Hélio Garcia. O Hélio me acordou, disse: Scartezini... Quem me chamava de Scarta eram só colegas, pros outros era Scartezini. E eu não era Antônio Carlos, era o Scartezini, porque se eu ligasse pra um político e dissesse “aqui é o Antônio Carlos”, ele ia pensar que era o Antonio Carlos Magalhães, que aquela famosa casa do Lago Sul que ele construiu é logo ali, minha vizinha. Então fiquei com Scartezini, não tinha outro Scartezini no jornalismo. Hoje tem o Bernardo, meu filho, esse pode ser. Bom, aí o Hélio disse: Scartezini, é porque o Tancredo tá indo pra São Paulo pro Incor e eu estou indo pra lá. Se eu fosse você, também iria. Mas eu não posso viajar porque eu estou em Belo Horizonte e você está em Brasília. E eu quero chegar a São Paulo o mais cedo possível e você também tem que chegar em São Paulo o mais cedo possível. Então faça o seguinte, vá para o aeroporto e pegue o primeiro avião. A gente se encontra em São Paulo, no Incor. Aí eu pensei: bom, eu vou fazer isso. Na Veja eu fazia isso. Eu tinha autonomia pra... Se eu tô aqui com você, eu to aqui te entrevistando e digamos que você seja pernambucana, estamos conversando sobre um fato de Pernambuco. Se dessa

conversa eu deduzisse que se precisava eu ir correndo pra Recife pra assistir lá isso que eu to conversando aqui, se a coisa era urgente, eu não tinha dúvida, ia pro aeroporto, comprava a passagem com cartão de credito e ia embora. Depois eu comunicava à Veja: olha, estou em recife. Eu tinha essa autonomia pra fazer o que eu quisesse e quando quisesse. Então eu pensei: bom, não posso fazer isso porque lá na Veja eu sou assim. Mas eu quero dar o troco no Etervaldo. Eu vou pra São Paulo sem avisar a ele, não, vou avisar em São Paulo. Aí liguei pro Elio Gaspari, de madrugada, tocou, tocou e ninguém atendeu. Aí liguei pro Guzo, que era acima dele. Acordei o Guzo. “Guzo, Tancredo tá indo pra São Paulo. Hélio Garcia me ligou agora e disse que tá indo pra São Paulo, indo pro Incor.” Aí o Guzo disse: Incor?? Eu disse: é, foi o que o Hélio Garcia me disse. “Mas o problema dele é coração?” Eu falei: Guzo, eu ainda não sei, eu to em Brasília. Mas o Hélio Garcia me disse Incor. E eu tô indo pra São Paulo. Ele disse: vá, venha! Eu fui. O Edervaldo aqui quando soube que eu estava em São Paulo, que eu avisei São Paulo antes dele, que o Tancredo estava em São Paulo, que eu soube que o presidente ia antes dele, ele mandou dois repórteres dele pra São Paulo. Ele dizia: O Scarta tá lá como repórter dos paulistas, eu quero gente minha como repórter. Mandou dois. Uma talvez você conheça, é a Cristina San Marco. E o outro era um repórter que não ficou lá muito tempo, era um repórter que era filho de um coronel do Exército... Isso não interessa, não. É só pra sua localização. Já que foram os militares, a sua pauta, vamos dizer assim, a sua dissertação, tem a ver com o jornalismo e presidência. (1:26)

Mas já que o regime era militar, eu vou te contar um episódio que pelo menos, possível, de como é que a Ditadura negociava com os jornalistas. Eu falei que eu cobria a área militar e cobria o movimento estudantil porque uma coisa era extensão da outra, um dever entre as duas áreas. A UnB tinha um líder estudantil chamado Arataca, o Instituto Arataca, cujo nome é Eliomar Coelho, cujo nome é vereador do Rio pela quarta vez ou quinta sucessiva. Ele era do PT, hoje ele é vereador do PSOL. O Arataca me ligava de vem em quando, ele ligava e dizia só o seguinte: Thomas Jefferson, cinco horas. E desligava. Não dizia boa tarde nem nada. “Thomas Jefferson, cinco horas.” E desligava., Eu já sabia. Era para eu estar na Thomas Jefferson cinco horas porque ia haver pau ali. A estudantada ia pra lá e o pau ia quebrar. Aí um dia todos os repórteres que cobriam a área militar, eu não era o único, também cobriam o movimento estudantil. E um dia o Arataca me ligou e disse:

Biblioteca da UnB, cinco horas. Aí eu tava lá com o ministro do Exército, todo o pessoal que cobria a área militar, os repórteres estavam todos lá também, o ministério do Exército era mais importante. Aí eu fui pro sofá, chamava “fulano, vem cá, vamos conversar...” Conversando um a um, até que todos estavam no sofá comigo. Eu disse: pessoal, já são quase cinco horas. Vou dar um pulo na biblioteca UnB. E saí. Eles já sabiam: vai ter coisa lá. Aí eu fui. Chegando lá, o embaixador americano, o episódio celebre, o embaixador americano foi lá doar livros pra Biblioteca. E aí, no meio do discurso, não foi nem no discurso dele, o diretor da biblioteca era o... agora não me lembro o nome dele, era um cara conhecido aí. Era o diretor da faculdade de Biblioteconomia e era o diretor da universidade. O cara, Nery... Daqui a pouco me lembro o nome dele. Mas ele começou a fazer o discurso puxando saco dos Estados Unidos. E o cara era um tratual, era o papa da biblioteconomia mas era um americonófilo. E aquele puxação de saco pros Estados Unidos irritou a estudantada que estava lá. Aí o pessoal antecipou um ato que era pra fazer quando fosse o discurso do embaixador. Nery da Fonseca, não-sei-o-quê Nery da Fonseca. Aí nos discurso do Nery, ergueram uma faixa: Yankees, get down of Vietnam. Aí mostraram outra faixa aqui, outra lá, aí começaram vaias, gritos pro embaixador, a coisa toda. Aí a polícia chegou, aí já era a polícia militar que ia. Naquele tempo a biblioteca era num galpão como os armazéns, a porta era aquela porta de loja que você baixa, fecha e depois ergue. A polícia chegou, fechou todas as portas e deixou uma aberta. Aí entraram lá e foram triando o pessoal de modo que ficassem lá dentro só estudantes. E eu tava de gravata então não era estudante. Então me tiraram. Eu ainda pedi pra ficar lá. Aí eu saí. Depois que a polícia fez a triagem pra ficar só estudante, a policia entrou toda lá dentro, baixou a porta, aí foi pro pau, batendo nos estudantes. Eu fiquei lá fora, doido pra ficar lá dentro, não pude entrar. Pra ver a coisa, pra ver a cena. Aí eu olhei assim e vi lá um coronel do Exército que eu conhecia do tempo de Exército, e que era comandante da polícia militar. Emídio de Paula. E eu vi o Emídio sentado lá fora e ele era convidado da polícia militar. Ele tava lá pra comandar o troço. Aí fui lá conversar com ele. “Boa tarde, coronel! Tudo bem?” “Tudo bem.” “Pois é, coronel, faz tempo que a gente não conversa, nunca mais vi o senhor. Como é que está o senhor?” “Ué, Scartzini, eu tô bem, tá tudo bem. Você sabe como é a vida de militar, de vem em quando a gente tem uma missão desagradável.” Quer dizer, aquela. Aí sentei ali com eles, umas três pessoas, uma delas o Emídio. Aí aproximou um cara, encarou o

Emídio e disse assim: O senhor que é comandante disso daqui? “Sou, sou eu que sou comandante disso daqui.” “Então quero que o senhor prenda aquele sargento ali.” “O senhor quer que eu prenda aquele sargento?” “É! Que prenda agora o sargento.” “O senhor quem é?” Aí o cara tirou a carteirinha. “Eu sou o capitão de mar e guerra, José Carlos de Almeida Azevedo.” Aquele que virou reitor e tava ali estudando a universidade pra ver se convinha ser reitor. Era a primeira visita dele na Universidade, reconhecer o terreno, ver se era aquilo mesmo que queria. O Emídio pegou a carteirinha dele, examinou, comparou o retrato e era o cara mesmo. Devolveu a carteirinha e disse assim: Bom, tudo bem. Mas o que houve? “Eu estava ali com aqueles dois senhores, que estão comigo, nós estávamos ali e quando começou esse negócio aí o sargento chegou lá e disse que ninguém podia ficar ali. Aí eu expliquei pra ele que nós não podíamos sair dali porque não somos de Brasília e não conhecemos a cidade. E o senhor sabe que aqui não tem nenhuma placa, (a UnB não tinha nenhuma placa, entrar lá dentro era pra quem entendia) e o cara disse pra sair de lá. Mas como é que podemos sair daqui? Nós combinamos com o motorista de vir nos buscar aqui. O motorista nos deixou aqui e ficou de nos buscar aqui. Se nós sairmos daqui, nunca mais ele vai nos encontrar e nós não vamos saber sair daqui, não sabemos onde pegar um táxi. E o sargento disse que não tinha conversa, que era pra sair. Aí mostrei pra ele esta carteirinha. Aí ele olhou assim e disse: não tem disso não. E deu um tapa na carteirinha. Coronel, ele jogou minha carteirinha no chão, eu tive de pegar minha carteirinha do chão, tirar poeira.” Aí o Emídio disse: olha, comandante, o senhor é militar como eu. O senhor sabe como é uma missão. Nós somos militares, nós entendemos nossos problemas, mas o senhor entenda o meu porque estou em missão, o senhor não está em missão. O senhor sabe o que é um militar em missão. Então vamos fazer o seguinte, o senhor e seus amigos fiquem ali, esperem o carro ali e depois vão embora em paz. Mas saibam de uma coisa, o senhor vai ter satisfação. Então podem ir embora tranquilos que o senhor vai ter satisfação. Aí ele esperou, o carro chegou e ele foi embora. Aí um dia eu estava lá na Marinha, o cara era da Marinha, Azevedo, eu tô na Marinha e na Marinha, como eu te falei, era todo dia lá e você fica íntimo, vamos dizer assim, do pessoal. Então chegava na Marinha, com o passar do tempo, e eles me deram intimidade pra chegar lá, não falar com ninguém, e entrar na sala inexpugnável, que era o Cinemar, que era o (...) da Marinha. E entreva no Cinemar. Até porque o chefe do Cinemar era um rapaz novo ainda, ele era capitão

de Corjeta, que valia assim a major e tal. Gabriel de Almeida. E eu fiquei amigo do Gabriel. E tinha mais uma coisa que nos aproximava que era a mulher do Gabriel era professora da Escola Classe da 107 Sul. Eu tinha dois sobrinhos que moravam na 107 e freqüentavam a Escola Classe. Ela era professora de ambos e ela acabou ficando amiga da minha cunhada, mãe dos dois meninos. Então o Gabriel acabou conhecendo minha cunhada. Eu não conhecia a mulher do Gabriel mas sabia que ela conhecia minha cunhada. Isso me ajudou nessa aproximação, digamos assim. Aí era uma sala muito curiosa porque me lembrava muito porque quando eu fui entrar na UnB e passava fome. Eu passava fome porque eu tinha um salário mas o salário não me garantia subsistência. Eu tive de comparar ternos a prestação. Então lá na Sucursal a ordem era que tudo quanto era evento que envolvesse jantar, coquetel era comigo, era oportunidade de eu comer. Eu alugava um quarto na W3. E sempre gostei de ler e as paredes do meu quarto eram cheias de versos, frases. E a sala de Cinemar do Gabriel também. E lá tinha uma frase “Quando o inimigo ataca nós recuamos. Quando o inimigo acampa, nós hostilizamos. Quando o inimigo recua, nós o perseguimos”, Mao Tse Tung. A letra básica da guerrilha. O cara atacou, você vai recuando. O cara parou, você vai hostilizar. O cara recuou, aí você persegue. As frases do Gabriel eram frases pra você entender a psicologia do outro lado, não eram frases pra você fortalecer os aliados, eram frases pra você entender como é que o inimigo atua. Um dia cheguei na sala dele... Naquele tempo o Jornal do Brasil tinha uma página, a [última página antes do Esporte, era uma página que ele ‘so fechava na última hora, era uma página reservada pra aqueles assuntos que surgiam de repente no fim da noite. Aí você jogava aquilo ali. Naquele tempo pra você cobrir uma manifestação estudantil, era um repórter só em cada jornal. Então você cobria a manifestação, depois você ia pra delegacia ver quem foi preso, depois você ia pro hospital ver os feridos, depois você ia pra redação escrever. E eu fazia tudo isso. E aquela página do Jornal do Brasil, dois terços dela ficou ocupada pra reportagem do caso da biblioteca da UnB. E lá no meio tinha um intertítulo, naquele tempo o jornal obrigatoriamente tinha intertítulo, lead, sublead e intertítulo, rigorosamente. Tinha de ter o intertítulo “Marinha ofendida”, onde eu contava o caso do Azevedo. Botei lá no meio porque realmente era uma coisa importante. Aí quando eu cheguei na sala do Gabriel, aquela página da matéria estava aberta, ou seja, ele estava esperando que eu entrasse lá, tava aberta e em volta do Marinha ofendida tinha um lápis vermelho. Aí olhei e disse assim: Gabriel, o que essa

matéria tá fazendo na sua mesa? Ele disse: Por que você quer saber? “Porque ela é minha, eu que escrevi. Não tá assinada mas fui eu quem escrevi.” Aí ele disse: Ah, foi você que escreveu o “Marinha Ofendida”? “É, fui eu.” “Rapaz, você não sabe o que fez.” “O que eu fiz?” “Rapaz, me diga uma coisa. No momento o país publica isso, o que a Marinha tinha de fazer? Tinha de abrir um inquérito. E pra quem ver o inquérito? Pra mim! E me diz uma coisa: como é que eu fecho esse inquérito? Vou dizer que o sargento tinha razão? Que o comandante tinha razão? Não vou fazer isso. E me explica como é que eu vou fechar esse inquérito?” Bom, a essa altura eles sabiam que a reportagem era minha, que eu recebia uns telefonemas avisando “olha, tal lugar tal hora”, e cabia a mim avisar os jornais. Ninguém conversava comigo sobre isso mas eu sabia que todos já sabiam, que um dia eles iam descobrir. Aí um dia o Gabriel me telefonou, eu tava na redação, fim de tarde, ele me chamou no barzinho do Hotel Nacional. A redação ficava ali pertinho do Hotel Nacional, eu ia a pé. E geralmente o barzinho do Hotel Nacional, era um lugar pequeno, e era um lugar de altas transações, lobistas iam pra lá conversar com políticos. Aí cheguei lá o Gabriel estava a minha espera. E ele tinha no chão, ao lado dele, uma maleta 007, aquela quadradinha. Aí eu cheguei, ele pediu um whisky, eu também pedi um. Porque quando eu estava com as minhas fontes, eu fazia o que elas faziam, eu me vestia. Quando você conversa com a fonte e o cara sabe que você é jornalista, o cara nunca conversa com você com naturalidade. Pior ainda se você levar um gravador. Então o que acontece, quando você chega coma fonte pra conversar, pelo menos era o que eu fazia, eu disfarçava todas as coisas que me separavam da fonte, eu disfarçava, camuflava, jamais puxava um papelzinho pra anotar na frente do cara. Eu tinha o papelzinho no bolso mas quando o papo encerrava, ia embora, na esquina eu já anotava tudo antes que eu me esquecesse. Então eu nunca demonstrava que eu era um repórter em ação. Queria que o cara esquecesse isso, que o cara me tomasse igual a ele. Aí tomamos dois whiskys cada um. Aí no fim da conversa, o Gabriel pediu a conta. O garçom veio com a conta, saltei e peguei a conta antes que o Gabriel pegasse. Se eu pagasse aquela conta, quatro whiskys no Hotel Nacional, eu ia me lascar mas não ia permitir que o Gabriel me pagasse. Se fosse um coquetel público, muita gente, mas um whisky ali de negociação, eu pago o meu. Aí o Gabriel disse: Scartezini, deixa que eu pago. “Não, Gabriel, deixa comigo.” Gabriel pegou a maletinha, abriu na minha frente. Laura, você é nova mas antigamente todo policial

americano tinha uma maleta cheia de dólares. Não cabia mais uma nota lá, tudo empilhadinha, não havia mais espaço pra uma nota lá. Assim era a maleta do Gabriel, nem lembro qual era a moeda da época, acho que era cruzeiros. Ele tinha me feito uma proposta, ele levou a conversa para aquele lado. Você é avisado dos movimentos estudantis. Eu não ia dizer “quem, eu?”. Eu sabia que eles sabiam. Então ele me ofereceu. “E quando te contarem uma coisa, você me conta?” Eu não podia contar pra ele, eu nunca ia contar. Aí não podia dizer “não” porque aí eu ia perder minha fonte. Eu pedia informações de políticos no meio de milicos, ele me dava. Então eu não podia queimar aquilo. Então eu pensei, eu vou levar mais pra frente, lá na frente eu resolvo. Eu disse: olha, Gabriel, vamos conversar. Eu deixei a porta meio aberta. Aí veio a conta e ia pagar. Aí ele passava a mão pelo dinheiro e dizia assim: deixa que eu pago, dinheiro pra mim não é problema. “Certo, eu to vendo que não é problema, mas essa conta é minha.” “Eu pago, 80 mil não é problema!” Como se diz: aceita que eu sei o que eu digo. Era minha recompensa. Eu disse assim: Gabriel, tudo bem, dinheiro pra você não é problema. Então vamos fazer o seguinte, vamos rachar. Aí eu paguei, ele completou e fomos embora. E aí ficou aquele problema. Como é que eu vou resolver isso? Então vamos fazer o seguinte, quando é uma coisa que não tinha nenhuma importância, e que era uma coisa que obviamente eles já sabiam, porque muita coisa eles já sabiam. Então eu dizia: Gabriel, olha tem isso aí. E eu dizia coisas óbvias. Mas nunca cobrei a pasta. Até que ele percebeu, ele não era bobo, percebeu que eu tava enrolando ele. Mas aí o tempo passou, ele foi embora, eu fui embora. Mas você veja, né? Assim que eles tentaram me aliciar, o cara tava me chamando pra me comprar. Quer dizer, um esforço militar da FDoatadura pra comprar um repórter. Só que na realidade ele tava comprando mais de um repórter, porque aquele repórter passar pros outros repórteres. Quer dizer, os outros repórteres eram mais valia. Ele pagaria só pra mim e ganhava com todos. É a mais valia dele, do Gabriel.

L: E Scarta, você sempre quis cobrir política, desde aquela época?

S: Não, como você viu, eu fiz antes a área militar.

L: Ah, isso antes não era considerado pelo jornal como uma editoria política? Se você cobrisse a área militar, era uma editoria à parte?

S: Não, o jornal não tinha editoria política. Tinha econômica e tal. Só na sede. Sucursais não tinham. E chegou um ponto que os jornais passaram a ter um coordenador de economia, porque a economia era muito especializada. A política não

era tão especializada. Então os jornais então passaram a ter coordenadoria. Aquele cara que fez o Falcão me entregar no JB, que eu te falei, era coordenador de economia. Ele foi, eu acho que nas sucursais do jornal nos quatro cantos da época, Jornal do Brasil, Globo, Estadão e Folha, ele foi o primeiro. Depois vieram coordenador de política e tudo. Mas eu me reportava, quanto a receber pauta, escrever matéria, pedir carro pra me buscar, pedir passagem pra viajar, a gente resolvia com o secretário da redação.

L: Aí, por exemplo, pra você cobrir a sua rotina, como era, dentro da redação?

S: Chegou um certo momento em que eu fui realmente pro Congresso. Como é que eu fui pro Congresso? Fui pelo Jornal do Brasil. O Congresso era o seguinte, ele tinha uma hierarquia, tinha uma escala. Você quando ia pro Congresso, você começava cobrindo comissões técnicas ou plenários, faziam discursos, votações. E comissões eram os projetos que eles votavam. Quer dizer, tudo aquilo era matéria política Mas essencialmente política “Deputado fulano de tal declarou que vai botar o ciclano...” Isso era política mesmo. Então você tinha repórteres de editoria política, que eram os dessas comissões técnicas, que era repórteres técnicos, do plenário e da política mesmo. E como é que eu entrei nisso? Quando teve o AI-5, eu tava no Estadão. O AI-5 fechou o Congresso. Não, tava no Jornal do Brasil. O AI-5 fechou o Congresso. E no que o Congresso estava fechado, a sucursal não precisava mais de repórter de plenário e comissão técnica porque não funcionava. Então esses repórteres foram tirados e repostos em outros lugares. Foram cobrir ministérios, economia, coisa assim. E quando o Congresso foi reaberto, aí você tinha de preencher aqueles cargos. Aí o Jornal do Brasil me botou pra cobrir Comissões, na Câmara. Aí eu fiquei ali, cobrindo comissões e cumprindo a hierarquia. Dali eu passei pra Plenário e passei pra Política. É isso.

L: E como é que foi essa parte quando você cobriu o Barbosa lá...

S: Política?

L: É, que você falou que cobriu o Luiz Barbosa naquele mês que ele saiu, que aí foi quando você teve contato com a Secretaria mesmo...

S: Eu sabia disso... Coisa que a gente ouvia na redação. Eu conversava com o Luizinho, conversava com todo mundo. No jornal todo mundo é igual. Você sabe que no jornal não tem senhor, é tudo você, inclusive o chefe. Castelo era “você”. Só tinha um repórter no jornal que chamava o Castelo de doutor Castelo. Castelo era

advogado. Era o Falcão. Por que? Porque o Falcão era piauiense como o Castelo. Então ele tinha aquela educação de “doutor Castelo, era de uma família importante, o pai dele foi desembargador, ele saiu daqui, fez direito e tornou-se um grande jornalista”. Então o Falcão tinha isso. E o Castelo desistiu de pedir ao Falcão “me chame de você!”, como ele fez comigo. Eu chamava o Castelo de senhor, era um pirralho, né? Era isso. Quer dizer... Me perdi um pouco, desculpa...

L: Porque você falou que substituiu por um mês o Luiz Barbosa.

S: Sim, é... Coisa que a gente sabia da redação. Ficava sabendo lá. E assim o jornal aproveitou a doença do Castelo para afastá-lo de lá. A gente via, tava lá. A gente via. E o Castelo tinha emprego público só que não trabalhava. Todos eles tinham emprego público. Era raríssimo os que não tinham, eu era um deles. O Castelo, como advogado que era, ele ganhou uma sinecura pra ser procurador do DNER, que era o antigo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o DNIT de hoje. E era procurador só que não trabalhava, lá no Ministério. Era só jornal. Mas aí a Ditadura botou o Castelo pra trabalhar. Conversou com o Castelo: Olha, não dá. Você recebe pelo DNER e não trabalha? Tem de trabalhar. E o Castelo acabou tendo uma certa amizade com o Leitão em função disso. Porque o Leitão também queria ficar perto. O Leitão não se dava com ninguém. Mas o Leitão queria ficar perto do Castelo, Castelo era importante. E o jornal, o Governo não vivia brigando com o Jornal do Brasil? Aí tem o Castelo ali e dizia: Pô, Castelo, manda o jornal dar um jeito aí. Então convinha pros dois lados. E pro Castelo convinha ter o Leitão como fonte. Então o Castelo passou a dar expediente, mudou o expediente. Ele fez o seguinte: antes de ir pra redação, ele passava no DNER, chegava lá tinha uma pilha de processos a espera dele, ele punha aquilo debaixo do braço e levava pra redação, pra fazer o parecer na redação e em casa. Mas tinha que ir no Ministério buscar o trabalho, fazer o parecer e levar. Então ele chegava na redação e pedia ajuda aos advogados da redação, D’Alembert, por exemplo. E no Ministério, quando ele se apertava, ele ia pra lá e pedia aos colegas “ó, me ajuda aqui.” E tinha um dos procuradores, assim, de mais influencia, era um goiano e que era jornalista e era procurador, Riu Bretas. A Cora Coralina é Bretas Tahan, Tahan de Casamento, Bretas por que era parente do Rui. Esse Rui, eu sabia que ele era jornalista, porque desde criança, dez, onze anos, eu comprava jornal pra ler. E havia um jornal novo em Goiânia chamado Jornal do Oeste, esse aí me interessou, eu tinha 11, 12 anos porque era um jornal novo. E eu

queria ler um jornal novo. E o Rui tinha uma coluna que eu achava deliciosa, gostava de ler, e ali eu não conhecia o cara lá mas sabia que era o Rui Bretas, era leitor dele. E aqui eu conheci o Rui Bretas. Disse: Pô, Rui! Eu te lia desde criança. Aí fiquei amigo dele. Quer dizer, o Rui foi jornalista lá em Goiânia, aqui ele era procurador mas ele tinha essa sensibilidade jornalística e o Castelo sabia disso e se aconselhava com ele. Um dia eu encontrei o Rui num coquetel e perguntei: Rui, como é que tá o Castelo lá? “Ih, sabe nada! Tô tendo que ajudar em tudo!” E é isso.

L: E como é que era a relação com os outros jornalistas políticos de outros veículos?

S: Tudo bem. A convivência era fraternal.

L: Mesmo se fosse, por exemplo, um veículo que fosse contra ou que fosse... Mesmo se tivesse diferenças?

S: É, colega é colega. E você tinha aqueles que você achava que eram governistas, com aqueles você tinha mais cautela. Por exemplo, Edson Lobão, que é ministro, era governista, chapa branca. E tinha... Esses você tratava com reserva, não sujava a mão com eles. Mas a maioria não era assim, a maioria eram pessoas que você podia conversar, eram pessoas que você podia levar pra casa, podia jantar, levar pro bar, beber com ela...

L: E por exemplo, se você tivesse uma informação daquelas não-oficiais, que não vinham diretamente do Governo, de onde que elas vinham? Vinham desses contatos, dessas conversas?

S: Muitas vezes vinham do Governo mas é off. Então você tem que se esforçar. Por exemplo, nesse caso, o deputado Sávio Getúlio disse a amigos, e realmente eram amigos, disse ao Paulo Breu e Paulo Breu era amigo dele. Mas esse “amigos”, “O ministro Edson Lobão disse que vai aumentar o preço da gasolina”. Esse “amigos” aí muitas vezes foi o Lobão que disse, mas você não pode dizer que foi o Lobão que disse. Então é como se o Lobão tivesse dito, o amigo dele, o amigo dele te contou. Você fazia essa coisa indireta. Você tem truques pra disfarçar.

L: O Chagas mesmo disse que ele ligava à noite para as redações, mesmo depois de soltar o noticiário oficial ligava pra soltar alguma notícia pros jornalistas.

S: Não, mas eles ligavam, ligam ainda quando é coisa que interessa pra eles. Por exemplo, sai noticiário fora do horário. Daí eles comunicam: Ah, fulano, sabe o que aconteceu? Aconteceu isso daqui. Porque naquele tempo não tinha internet. Hoje você, digamos que você cobre Presidente da República, hoje você pode ir ao site da

Presidência e ver se não rolou alguma coisa que você não sabia. E se você tiver lá um cara da sua confiança, você pode até ir pra casa e ligar lá: cara, rolou alguma coisa aí? Esse Sebastião Fernandes, esse do Jornal do Brasil, foi meu chefe na Rádio Nacional, ele fazia Plenário. Ele era um cara muito burocrático. Ele dava muita importância a assessorias noturnas. Assessoria noturna sempre votava alguma coisa importante. E quando a coisa era muito importante, ele tava lá, à noite. Agora quando a coisa era menos importante, ele fez uma coisa que eu morri de rir. Ele dizia o seguinte; a Câmara aprovou ontem o projeto que regula a empadinha. Ou então ele dizia assim: a Câmara não aprovou. Então no fim da noite ele tinha lá o (...) da Câmara, ele era amigo e ligava lá: (...), acabou a votação aí? “Acabou.” “Então vamos lá, me diga o que aconteceu.” O (...) já sabia que ele ia ligar e já fazia lá as anotações dele. “Isso aqui foi aprovado, aquilo não foi.” Ele dizia assim, o Sebastião perguntava: Alfândega? Foi aprovado. Empadinha? Foi adiado. Aí ele ligava na casa dele. Antes de ir pra casa, ele deixava trabalhos prontos. Aprovou, não aprovou. Aí ele ligava pro André. “André, vamos liberar o material?” “Vamos! Essa matéria aqui, o que eu ponho?” “Poe que foi aprovada.”

L: Já tinha tudo pronto...

S: É, havia todo esse vício. E esse vício facilitava muitas coisas. E havia o vício do emprego público. O cara que tava ali publicando, que não queria criar problema. Quando eu fui pra Veja falei pra você que eu fui insistentemente assediado pelo Getúlio. Mas quando eu já estava lá, tem coisa que eu tive chance de cobrir mais tarde. Por exemplo, esse negócio da redação que perguntou pro Falcão se era pra me demitir, essas coisas você sabe depois. Quando a poeira abaixa, os caras liberam pra te contar depois. Então, por exemplo... Eu já tava na Veja há muito tempo e eu descobri que o Getúlio... Uma primeira coisa, a Veja era muito disciplinada, muito dura. O Getúlio não podia ir contra tua cara. Ele tinha de dizer em São Paulo: Olha, eu to pensando em convidar a Laura pra cobrir economia. Aí eles analisavam. Eles liberavam ou não o Getulio pra te contratar. Então, Getulio disse lá que queria me contratar. Aí eles me investigaram pra saber se eu tinha emprego publico. Eles achavam impossível eu ser repórter de política há tanto tempo sem emprego público. E eu não tinha. Mas eu fui investigado. Depois que eu descobri isso.

L: Só descobre quando sai, né?

S: Se descobrisse na ocasião, dava banana pra eles. Se eu digo que eu não tenho, eu

não tenho. E aí? Agora eu que não quero trabalhar pra vocês. Eu não aceito isso. Mas eu não tinha porque eu achava que não devia ter, pra não me comprometer. Outra coisa: os políticos também não me ofereciam emprego público porque eu não era de confiança deles. Eles sabiam que se me convidassem pra um emprego público e se eu aceitasse o emprego. Primeiro porque eles não iam correr o risco de convidar alguém, o repórter que vai dizer: não, muito obrigado, mas eu não quero. Segundo: não vão contratar alguém sem ter a certeza de que vão controlar aquele cara. Então aqueles trem da alegria é isso, pra você colocar os jornalistas que são seus amigos. Então o campeão do trem da alegria do Congresso foi um cearense, Flávio Marcílio, que conduziria a Câmara, que ele trouxe metade do Ceará, ele trouxe pra cá. Prometeu emprego na Câmara, então ele tinha na seguinte base: eu emprego vocês na Câmara agora vocês, pega lá o amigo de vocês em Brasília e arruma emprego em jornal! Que eu quero você num jornal. Claro, o cara tinha que ter um emprego no jornal pra lá ele ficar a favor do Marcílio. Não adiantava ele te colocar um terno de um emprego na Câmara se você não tinha um jornal pra puxar o saco dele. Tinham essas jogadas.

L: Você teve algum, tanto na parte militar, você teve algum com a Secretaria de Imprensa?

S: Em Ministério, não. Não havia necessidade disso. E agora o pessoal, do Planalto, tinha. Dependiam do secretário. Mas tinha secretário que era mais... Que se relacionavam mais e outros que se relacionavam menos. Era natural, é como assessoria de imprensa do ministério. Os repórteres sabem quem é o assessor, quem é o secretário, em quem pode confiar mais, em quem pode confiar menos. Quando você pegava um Heráclio Salles, claro que era um ficha limpa. Era inatacável. Você sabia que você podia confiar no Heráclio. Você sabia que com o Heráclio não precisava ter reservas. Porque o Heráclio não ia pegar informações suas pra te entregar pro Costa e Silva. Cada secretário, cada assessor de imprensa é um, que você sabe até onde pode confiar.

L: E foi uma decisão sua de nunca cobrir o Planalto, Scarta?

S: Sim, esse e emprego público também. Todo mundo tinha emprego público. Hoje é diferente. Mas naquele tempo todos tinham.

L: E como é que era pra esse credenciamento? Porque você falou uma parte lá que teve essa parte do credenciamento, do major mandar o ofício pra poder perguntar quem podia cobrir. Era assim que funcionava esse credenciamento?

S: Sim. Em Ministério e área militar tinha o credenciamento. Hoje em dia tem, naquele tempo não tinha. Era chegar lá e trabalhar, o repórter. Chegava lá, você procurava o assessor de imprensa pra dizer: olha, to aqui. Me considere um trabalhador aqui. Bom, a partir de hoje você está aqui pelo jornal Diário do Oeste, daqui de Goiânia. Sou repórter deles. O jornal, conforme o seu jornal, ele podia mandar um ofício pro assessor de imprensa comunicando que... Comunico que a partir de hoje nossa repórter Laura e tal tal tal. Aí se o jornal faz questão disso, você pega isso e mostra pro assessor: olha, isso daqui é pra você. Vamos trabalhar juntos.

L: Ah, então era isso. A partir desses ofícios, dessa comunicação... E você chegou a conhecer... Bom, o Carlos Chagas você conhece, né?

S: Sim, demais.

L: Aí como é que era sua relação com ele na...

S: Normal. Mesmo depois que ele consumou a direção, continuamos conversando. Quando o Falcão me disse... O Falcão um dia me convidou pra almoçar. Eu conheci o Falcão bem, quando ele tinha um assunto grave, grave no sentido de solene, importante. Ele te convida pra almoçar. Assuntos graves ele conversa na mesa. Aí ele me chamou pra almoçar. Eu fui. Aí chegando lá ele contou que o Castelo mais uma vez, insistindo no convite, aí ele não tinha como escapar. Ou aceitava ou caía fora. Ele me disse: olha, então eu impus ao Castelo uma condição. Só se você for repórter. Aí eu disse bom, aí você conversa com o Scartezini. Se ele concordar, tudo bem. Tô aqui pra te perguntar. Posso dizer ao Castelo que você aceitou ser repórter? Eu disse: Falcão, pode. Pode pelo seguinte, eu te conheço, eu sei do problema que o jornal realmente precisava de um chefe de reportagem, duro, duro no sentido que cobra dos colegas. Dá pauta e cobra a matéria. O Castelo não faria isso jamais, o D'Alembert também não faria, chefe da redação não faz. Tem o chefe da reportagem. Falcão faria isso. Então eu sabia que tinha esse problema. Quando não era o Falcão, era o Andre que ficava ali. E o Andre eu sei que não mandava, não era possível fazer um jornal com o Andre. Bom, então eu disse: Falcão, diga que eu aceitei, porque eu te conheço. E conheço o jornal. Eu sei que se você não aceitar, virá alguém do Rio. O cara que vier do Rio pode ser melhor do que você, mas pode ser pior. Então eu prefiro você, porque eu te conheço. Te conheço porque quando eu cheguei em Brasília em 1963, nós logo ficamos amigos e eu nem imaginava que um dia eu seria jornalista e você já era. E nós ficamos amigos porque você, além de jornalista, você escrevia livros, você

é escritor. Eu era candidato a escritor. Como é que nós nos conhecemos e ficamos amigos? Numa livraria. E naquela época, em 63, João Goulart, você conversava comigo dizendo assim: nós, socialistas. Depois um dia veio o Golpe, eu me tornei jornalista também como você e por acaso, fomos trabalhar juntos num jornal, eu conhecia você, somos amigos, mas quando o (...) foi preso, você nos disse o seguinte: eu não sei se demito o D'Alembert. Ou seja, aquele discurso de "nós, socialistas" já não valia mais. E ele trabalhava pro Jarbas Passarinho. Depois aconteceu não sei o quê, e você me disse, agora não lembro exatamente, mas disse assim: nós, socialistas. Depois nós tornamos amigos. Eu me tornei jornalista e trabalhei no mesmo jornal que você. Aí no ministério tal, começaram a dizer que eu era comunista. Eu não sabia desse rumor no ministério, só soube depois, eu soube que você foi lá me defender. Você foi lá e disse assim: não, Scartezini não é comunista, ele é um liberal como eu. Eu passei de socialista pra liberal. Comigo e o Falcão. O Falcão passou de socialista pra liberal. Aí agora quando o D'Alembert foi preso, você disse: desconheço a vida do D'Alembert. Como você percebe, eu te conheço. Diga ao Castelo que eu aceitei.

L: Mas você mesmo nunca teve nenhuma militância, nada assim, não?

S: Não tive, eu evitava. Quando houve o Golpe, eu achei que eu tinha de ser, como todo jovem, eu tinha uma tendência socialista. E quando houve o Golpe, 64, eu tinha 18 anos. Aí tinha uma família comunista, minha amiga, eu disse lá: olha, eu quero ser comunista, quero ser do partido. Como é que eu faço? Essa era uma época muito difícil porque o pessoal fugiu, a gente não sabe onde eles estão escondidos. Então nessa época o partido tá desmontado, vamos dizer assim. Vamos esperar a poeira baixar, as coisas se definirem. Quando as coisas se redefinirem, a gente vê como é que está a estrutura do partido e podemos conversar sobre isso. Achei isso sensato. Então vamos fazer isso. Só que depois, quando a coisa baixou, aí já não me interessava ter partido. Eu não pensei em nenhum momento porque eu sabia que eu não precisava daquilo porque eu já tinha o jornal. Eu sabia que o jornal já me dava instrumentos pra resistir, que eu não precisava sair por aí assaltando banco ou matando gente. Então tudo isso pesa. E eu inclusive achava que a minha posição no jornal era mais decisiva do que eu estar lá assaltando banco. Porque assaltar banco, todo mundo assaltava. Mas quem estava no jornal pra dar um jeitinho lá dentro, fazer o jogo lá dentro? Esse jogo eu fazia. Eu vou até me permitir uma coisa. Eu te falei que eu fiz Ciências Políticas e falei que eu trabalhava no Jornal do Brasil e depois no Estadão. Mas

quando eu tava no jornal do Brasil, Laura, eu estava na principal redação de Brasília. Na redação mais bem informada de Brasília. Mas toda redação tinha uma consciência de que aconteciam coisas em Brasília que nós não sabíamos. Não sabíamos que estava acontecendo mas estava acontecendo. Nas nossas babas aconteciam. A censura e as fontes, que também se censuravam, se trancavam e nós não tínhamos como saber. Então a gente enxergava no escuro. Então nessa época, de escuridão, eu estava na principal redação de Brasília mas estava na escuridão. Nessa ocasião, eu descobri uma pessoa que nos iluminava chamava-se Fernando Henrique Cardoso. Ele teve uma importância fantástica. Quando tudo estava perdido, não se sabia o que estava acontecendo, não tinha informação, não sabia exatamente o que estava ocorrendo, o que eu vou fazer? O Fernando Henrique, exilado em Paris, também não sabia mas ele te dava coordenadas. Ele te entregava retas, curvas, esquinas, coordenadas pra você se balizar e possuir o raciocínio. Ele é fantástico. Eu admiro esse cara pra caramba.

L: Outra coisa: o Carlos Chagas você conheceu enquanto ele estava na Secretaria ou não? Ou só conheceu depois, quando já foi no Estadão?

S: Pessoalmente eu o conheci na sucursal do Estadão. Agora, ainda quando ele tava no Rio, eu sabia que tinha um jornalista do Globo que se chamava Carlos Chagas. Depois eu soube que ele estava aqui em Brasília como secretário de imprensa mas nunca nos cruzávamos, só quando ele foi pro Estadão. E eu fiquei desempregado. Aí lembra que eu te contei, eu liguei, nunca tive assunto com ele, e liguei pra ele dizendo que eu liguei pro meu xará, Antônio Carlos Pereira, que era o segundo homem. O Chagas era o primeiro e o xará o segundo. Aí conheci o Chagas. Quer dizer, isso não livrou o Chagas de diante da ordem do chefe “Demite!” e me demitir. Ele jamais diria “não demito”, jamais diria. Ele tinha medo de perder o emprego e era um emprego importante. Era a segunda sucursal de Brasília em termos de importância. A primeira era a do JB.

L: E tinha o vínculo dele, né? A própria posição dele.

S: Sim, já que você falou isso vou te dar outro detalhe. Quando eu tava no Estadão, o Estadão tinha um sistema que dizia: ah, vê o que está acontecendo ali. Não precisa fazer matéria, não. Faça um relatório. Aí você vai lá, você faz uma reportagem, faz uma investigação, apura tudo e escreve tudo. Sem aquela preocupação de que “isso daqui eu vou cortar porque a censura vai vetar”. Escreve o relatório, tudo, tudo. Quando ele me pedia um relatório, eu ficava com um pé atrás. Eu pensava: relatório,

quem faz relatório é espião. Eu não sou espião, eu sou repórter, O espião espiona pro fulano ficar sabendo o que ele espionou. Eu espiono pro público saber o que eu espionei, eu espiono pro público. Até que um dia, eu aceitei fazer essa espionagem, esses relatórios. E uma vez me mandaram ir a Goiânia investigar o governador, Irapuan Costa Júnior, que era um cara de direita, era um cara direitíssima mesmo, muito ligado aos milicos e hoje meu conhecido assim, que eu posso ligar pra ele e a gente conversa e tal. Mas mandava eu pra Goiás porque eu era goiano, achava que eu tinha mais facilidade. Às vezes eu tentava explicar que o fato de eu ser goiano não ajuda, atrapalha porque as pessoas me conhecem, sabem que eu sou do Estadão. Assim como a Veja uma vez me mandou ir a Goiânia pra investigar o Tribunal de Justiça, investigar os desembargadores. Eu disse: Getúlio, como é que eu vou lá investigar desembargador se meu cunhado é desembargador? Você quer que eu vá investigar meu cunhado? “Não, eu te conheço. Você é capaz de fazer a coisa direitinho.” Bom, tudo bem. Aí eu fui lá investigar o Irapuan. Sim, e eu já sabia qual era a ordem: você vai lá, investiga, volta pra Brasília e escreve sua reportagem em casa pra ninguém da redação ler. Chaguinhas me dizendo. Aí quando a coisa estiver pronta, você me procura, entrega pra mim, eu não vou ler na sua frente, vou pegar seu texto e vou colocar nesse envelope. Puxou a gaveta e tirou um envelope prontinho. Olha, vou colocar sua reportagem aqui dentro. Aí olhei pro envelope e li lá: ao doutor Júlio Mesquita em mãos. Ou seja, só o Júlio poderia ler aquilo. “E depois, vou colocar aqui dentro, e na sua frente vou lacrar com essa fita aqui. Aí eu e você vamos assinar.”

L: É uma burocracia, né?

S: Falta de confiança. No esquema do jornal, falta de confiança da redação, que poderia ler minha matéria, poderia ver assim e perguntar: ei, pô, o que é isso aí? Ou alguém em São Paulo podia romper o lacre e ler a matéria antes que chegasse ao Julio. Aí fizemos tudo isso. Escrevi em casa, cheguei lá, entreguei pra ele, ele botou no envelope, lacrou, assinamos. Aí chega lá o rapaz do... Fulano! Traz o malote aqui. Aí já é fim do dia. Quer dizer, por que o fim do dia? Porque o malote ia pra São Paulo e vinha de lá pra Ca com coisas do jornal inteiro, inclusive pra administração, recursos humanos, pra tudo. Ia lacrar no fim do dia, me lembro que ia ser a última coisa a entrar no malote, que o malote também era lacrado. E o malote ia ser lacrado por mim e pelo Chagas. Aí só São Paulo poderia deslacrar. Bom, aí foi pra São

Paulo. Aí um dia eu estava cobrindo o Iris, aí chegou lá um goiano, que nós já éramos conhecidos, ele era bem mais velho do que eu, mas nossas famílias eram amigas e vizinhas. Como o Iris se tornou um ministro importante, ele passou a vir mais a Brasília pra mais perto do Iris, dando conselhos. E não sei também se era fazendo lobby. Mas o lobby que ele podia fazer era aproximar o Iris de empresários de São Paulo que poderiam ajudar o Iris a ter um emprego mais alto do que ser ministro e governador. Então esse cara um dia, Mascarenhas, chegou pra mim e disse assim: Você um dia escreveu um relatório... anos depois... Um dia, num almoço. Eu almoçava muito com o Iris porque era a oportunidade que eu tinha de conversar sobre política com o Iris. Então o Mascarenhas me olhou e disse assim: você um dia, o Estadão mandou você a São Paulo investigar o Irapuan e você fez um relatório que não era pra ser publicado, era só pro jornal tomar conhecimento. Eu disse: é, verdade. “Pois é, seu relatório chegou lá no doutor Júlio e no fim do dia, o Irapuan recebeu a cópia. Aí quando você conversar com o Evandro poderá te contar que aconteceu a mesma coisa com ele.” O Evandro sempre foi de política, não cobria ministérios. Mas chegou certo tempo, ele se especializou na área militar, mas sem ir aos ministérios. Então ele fazia a coberutra... Quer dizer, ele não fazia cobertura naquela base “O ministro declarou que...” Essas coisas ele não fazia. Mas ele contava coisas que estavam acontecendo com os militares, movimentos, aquelas coisas se mexendo lá, confabulando, as intrigas nos quartéis. Porque tinha lá uns caras milicos que contavam pra ele. Então ele fazia política sem pisar em quartel, sem pisar em um ministério militar. Então ele fazia esses relatórios. E descobriu que um coronel lá descobriu um relatório que ele fez. Ele fez um relatório pra entregar pro Julio e o coronel lá deu sinal de que conhecia o relatório dele. E por falar em coisas assim... Sim, aconteceu uma coisa curiosa. O Evandro não podia entregar o jogo. Não podia dizer “o coronel ciclano assinou...” Tinha de fazer a coisa dissimulada. Há uma tendência militar em Brasília a fazer isso. Aí você conhece o Jose Genoino, deputad, mensaleiro. O Genoino conversava muito com o Evandro, já era deputado. “Evandro, você toma muito cuidado com o que você escreve porque você possuiu uma reputação que de gente confiável, você fala coisas que ninguém sabe. E as coisas se confirmam. Ninguém desmente o que você falou. Então você é confiável. Mas tome cuidado com o que você escreve porque o capitão lá no Ceará não tem a mínima ideia do que ocorre em Brasília mas ele lê você e vai por você! Se o Estadão publica ‘há uma

tendência dos militares em Brasília...’ o coronel lá do Ceará... Não vem ninguém desmentir. O Evandro nunca foi preso. Ele vai confiar e vai passar a pensar daquele jeito. Agora a moda lá em Brasília é pensar daquele jeito. Você faz a opinião militar dentro dos quartéis. Você faz com que vários militares confiem em você.”

L: E quando teve a abertura política, como é que você enxergou isso, na cobertura política também? Você viu a mudança?

S: Em 85 eu fui pra Câmara cobrir comissões. Aí fiz aquela escala hierárquica. De comissões, passei pro Plenário e depois passei pra política. Política pura. Às vezes eu cobria política, mas ainda não era política. Era política nas comissões com o Plenário. Aí chegava o recesso, o Congresso fechado, aí você não precisava de repórter nas comissões e nem no plenário. Não tinha discurso, nem tinha votação de projetos. Aí então o jornal às vezes... Isso é um raciocínio que sempre teve em redação. O jornal chegava pra você assim e dizia: Laura, o Milano vai sair de férias da fazenda e você tá em férias da Câmara, você vai pra Fazenda. Você era de política. Mas é melhor ter um repórter que não entenda, é uma lógica. O cara que entende, é viciado. O cara que não entende, chega lá aberto. Isso acontece. Então quando o jornal me colocou no lugar do Luizinho, aquilo era uma oportunidade. A gente tinha medo do Planalto, ninguém queria cobrir área militar, ninguém queria cobrir Planalto porque a gente tinha medo, ficava muito perto dos milicos. Então quando o jornal me botou no Planalto pra cobrir as férias do Luizinho eu morri de medo. Mas tinha que ir porque era nessa base do “não, é bom que vá você porque você não conhece ninguém do Planalto, você vai ficar lá só um mês e vai levando. Depois o Luizinho volta.” Você chega lá e faz coisas que o pessoal da casa, os credenciados não fazem porque estão viciados. “Olha, não faz isso porque fulano não vai gostar. Olha não conversa com o presidente desse jeito porque eles podem tomar como uma ameaça sua. Você tem que ser mais diplomático.” E eu não conhecia essas regrinhas. E naquele tempo eu era um garotão, eu não tinha... Eu falava as coisas que eu queria falar. Então um dia eu tava l’;a aí no fim do expediente e o Garrastazu ia embora. E quando o Garrastazu ia embora, por acaso eu estava perto... porque muitas vezes o presidente quando ia embora, ele desce pelo elevador privativo e ninguém vê. Mas o Garrastazu foi embora pelo elevador comum e passou pela nossa frente. Aí ele nos olhou assim e disse, puxando um cigarro, passava o tempo todo puxando cigarro, e disse: Como é que estão vocês? O Fehlberg abasteceu vocês bem hoje? O Fehlberg era o secretário de imprensa, era o

cara de confiança deles, veio lá do Sul. Porque era de confiança dos milicos, gaúchos, que eram os que mandavam. Eles eram presidentes...

L: É, o Geisel era também... O Golbery...

S: O Leitão... O Médici... O Figueiredo...

L: Acho que até o Costa e Silva era...

S: Costa e Silva... Gaúcho. Castello era cearense. Figueiredo era carioca. Pois é, filhos de gaúchos fez a carreira no Rio Grande do Sul. Então o Garrastazu: O Fehlberg abasteceu vocês bem hoje? Aí eu dizia as coisas, não tinha censura, baixar a cabeça pra presidente, muito menos da Ditadura. Aí eu disse: olha, hoje nem tanto. Ele disse: Como? O Fehlberg me fuzilou, né? Os coleguinhas também me fuzilaram com os olhos. “Não se trata o presidente assim.” “Mas como não hoje? Eu assinei aí um decreto muito importante.” Aí foi embora, todo mundo correu lá e disse: que decreto é esse que ninguém ficou sabendo e que ele disse que era muito importante? Aí descobriram o que era. Era um decreto que mudava a pensão da viúva do militar. Muito importante pra eles, militares, que mexe com o salário da viúva. Tinha essas coisinhas, esses jogos. Eu tenho dois livros publicados, você ta sabendo?

L: Nao...

S: Pois é. Um deles eu me baseei em conversas com o Garrastazu. Quando eu estava na Veja em São Paulo tinha Copa do Mundo de 1972, aquela que o Brasil armou um timaço mas perdeu pra Itália. Aí então a Veja me deu lá uma pauta. Eu tinha que ligar pra uma garrada de pessoas importantes, cada um na sua área, políticos, economistas, artistas, pintores. Eu tinha de ligar pros caras pra perguntar: Como é que você vai ver a Copa do Mundo? Você vai ver em casa? Você comprou uma TV só pra ver a Copa? Você vai ver com amigos, na casa de quem? Como é que ia ver a Copa do Mundo. Aí eu peguei a minha agenda que tinha políticos, liguei pra governadores, senadores, deputados. Mas aquilo não bastava, precisava de outras áreas. Então eu fui lá na área de cultura, peguei a agenda do pessoal e ligava pro cara. Aí eu fui pegando a agenda do pessoal aí vi lá, peguei a agenda de um cara que tinha lá Emilio Garrastazu Médici. Pô, vou ligar pra ele. Ele gosta de futebol. Aí vou ligar pra ele. Ele mora no Rio. Anotei o telefone e liguei. Aí atendeu lá uma pessoa com voz de mordomo. Aí eu disse: olha, aí é da residência do general Garrastazu Médici? Ele disse: é. “Olha, eu queria fazer uma pergunta pra ele mas não precisa passar pra ele...” Eu também já estava assustado, né? “Eu quero fazer uma conversa normal pra ele mas eu não

preciso conversar com ele. Eu posso fazer a pergunta pro senhor, o senhor vai lá e pergunta pra ele e na volta o senhor me conta qual foi sua resposta.” “Se ele quiser responder, eu volto aqui e te digo a resposta. Se ele não quiser responder, eu digo: ele pede desculpas mas não quer responder.” “Tá bom, tudo bem.” Aí o rapaz foi lá, voltou e disse: olha, ele disse que vai assistir pela televisão. “Sim, mas por favor, volte lá e pergunte outra vez ‘mas qual televisão?’ Se vai ser na casa dele ou se ele vai receber algum amigo pra ver com ele.” Aí o cara foi lá, voltou e disse: olha, ele disse que vai assistir na casa dele mas que se algum amigo aparecer, claro, poderá ver com ele. E um amigo que gosta muito de ver com ele é o Fontoura, (que tinha sido chefe do SNI). Aí se o Fontoura aparecer, vai assistir com ele. Aí a coisa vai... “Vai, mais uma pergunta. Pergunta pra ele o que ele espera dessa seleção brasileira.” Aí eu fiz. Mas quando você faz coisas assim, você faz relatórios, não matérias. Não é aquela coisa encadeada. Paulo Autran, dois pontos. Aí a fala.

L: Uma coisa bem enfática, né?

S: É. Aí você faz aquilo e aquilo vai pro outro cara que vai fazer o texto. E o meu foi pro Elio Gaspari. Aí ele me chamou. “Você conversou com o Médici?” Assim, duvidando. “Elio, eu acho que conversei. Eu liguei pra casa dele, perguntei se era da casa dele, a pessoa que atendeu disse que era, perguntei se ele estava, ele disse que estava, eu disse que queria fazer perguntas pra ele mas que eu não precisava fazer diretamente, podia fazer por fulano que o fulano ia lá e perguntava, que ele respondesse se pudesse. Aí perguntei, pergunta ingênua. Vai acompanhar a Copa? Aí claro que ia. O cara voltou com a resposta, aí fiz outra, fiz outra, fiz outra, aí eu botei no texto isso daqui.” “Foi mesmo?” “Claro que foi!” Aí ele disse: eu vou dar destaque pras coisas do Médici e depois nós vamos conversar sobre isso. Tá bom. Ele botou em destaque, me chamou atenção pra isso. Na segunda-feira na redação: você leu a matéria? Eu disse: li. “Você viu que eu dei destaque né?” “Vi!” “Então agora você vai dar uma de repórter bobo, faz de conta que você é bobo. Você tem o telefone do Médici, né? Então você liga pra ele, se o cara atender, você diz que tá ligando pra agradecer que ele foi muito gentil, muito atencioso e que a revista publicou as coisas do Médici. E por isso você quer falar com o Médici pessoalmente para agradecer. Aí se o Médici não vier te atender, não temos nada a perder. Mas se ele vier te atender, aí você pergunta pra ele, dá uma de bobo: você leu a matéria? Li. Você viu o que saiu? Vi. O senhor gostou? Aí vamos ver o que ele fala.” Tá bem. Liguei, o mordomo

atendeu. “Olha, eu quero agradecer a sua participação, o senhor está na Veja, agora eu gostaria também de agradecer o general.” Eu nunca chamei o Garrastazu de presidente, sempre chamei de general porque eu não dava esse título pra ditador. “Olha, eu gostaria de agradecer ao general. Pode ser?” Aí eu vi que era uma voz diferente. Aí eu: general Médici? “Sou, sou eu.” “O senhor leu a matéria na Veja?” “Li.” “O que o senhor achou?” “Mais ou menos.” Porque ele tinha grandes restrições à Veja. Mas ele assinava a Veja, nós sabíamos que ele assinava a Veja. Mas ele tinha restrições, né? “Tenta esticar a conversa com ele e diga pra ele que você gostaria de visitá-lo, se isso é possível.” Aí eu estiquei a conversa, levei um pouco pro futebol. Eu disse: pois é, general. Eu gostaria de agradecer o contato seu comigo mas eu gostaria de fazer pessoalmente. “Ué, vem aqui em casa.” “Eu posso ir aí?” “Pode, ué. Onde você tá?” “Eu tô em São Paulo.” “Eu tô no Rio. Se você estiver no Rio vem aqui em casa.” Eu disse: Elio, ele me chamou pra fazer uma visita a ele. “Então faz o seguinte: você vai pro Rio e leva um livro pra ele, e leva flores pra dona Scila, a mulher dele.” Aí em Congonhas, comprei um livro da Copa do Mundo, em francês mas com muita fotografia. Cheguei lá, apertei a campainha e aquele cara que atendeu o telefone atendeu a porta, reconheci pela voz. Eu sabia as cautelas da segurança. Quando eu cheguei no Rio, eu os avisei. Ainda a segurança examinou o pacote do livro e eu queria que examinasse, pra ver se não tinha bomba. Aí quando entreguei, dona Scila recebeu: Que lindas flores! Obrigada! Ou seja, houve aquele cuidado todo da segurança mas ela resolveu. Porque obviamente não tinha bomba.

L: E ele não te reconheceu, Scarta? Não te reconheceu daquele episódio de quando você estava cobrindo a Secretaria?

S: Não, de jeito nenhum. Bom, ele ia pro Rio Grande do Sul. Porque veja bem: uma coisa é quando o cara está na ativa, o militar e o político. Depois que está no ostracismo, ele é outra pessoa. Aquela blindagem é só pra quem está na ativa, se habilitando da política. Principalmente no caso do Médici, que os amigos fugiram. Quando ele foi pro ostracismo, que ele não era mais presidente, os amigos fugiram. Só o Leitão e o Fontoura que o procuravam. O Fontoura diariamente porque morava ali perto, no Rio. E o Leitão quando ia pro Rio. Aí aparece lá um goiano que mora em São Paulo, vai pro Rio encontrar com ele e o cara é uma honra. Então eu fazia tal relatório de nossas conversas, só pra mim e pro Elio. Porque o Médici lia a revista, se ele soubesse disso não ia mais conversar comigo. Só que depois eu descobri que o

Elio mostrava pra algumas pessoas, como o Golbery. Quando eu conheci o Golbery, notei que o Golbery estava louco pra me conhecer. Ele já conhecia as coisas, não as do jornal, mas as do Médici, porque ele não tinha contato com o Médici. Outro cara que não me conhecia e quando me conheceu também ficou assim é o Delfim Neto. Aí eu escrevi essas coisas. Até que chegou a um ponto em que eu fui autorizado as coisas que eu já tinha e transformei aquilo em uma entrevista de Páginas Amarelas. Fui ao Rio Grande do Sul, o Médici estava lá, mostrei pra ele. Eu já sondei ele que eu queria fazer um Páginas Amarelas e ele não queria me dizer não. Ele afugentava o amigo, vamos dizer assim, n'ê? Aí um dia eu combinei com o Elio, não segurei mais e escrevi e fui ao Rio mostrar pra ele. “General, o senhor não precisa me dar a entrevista amarela, porque o senhor já deu.” “Como já dei?” “O senhor já deu, o senhor conversando comigo já deu. Peguei as coisas que o senhor me disse e montei. O senhor quer ler? É só o senhor dizer que tá bom e pronto, a revista vai publicar.” “Pode publicar.” Mais tarde, a família tentou impedir. Mas aí já era tarde. Ele tinha dois filhos. Um deles, o Sergio, me tolerava porque me conheceu em pessoa, ele sabia que o pai dele se sentia bem comigo. E porque houve uma vez que eu fui visitar o Médici, levando o Dias Lopes. O Médici é de Dom Pedrito. Era. E a família dele tinha uma fazendinha chamada “Estância Poncho Verde” entre Dom Pedrito e Bagé. Na revista, trabalhava comigo, o editor de cultura que se chamava Dias Lopes, era autor de um livro Histórias de Dom Pedrito. E o Médici tinha esse livro. E eu sabia que Dias Lopes era uma família importante lá, dos revolucionários, não dessas revoluçõezinhas aí, mas revoluções mais sérias. E o coleguinha era descendente. “O senhor gostaria de conhecer o Dias Lopes em pessoa?” “Você traz ele aqui?” “Claro, se o senhor nos convidar. Seria bom se ele fosse pra Estância, porque aí a gente ia a Dom Pedrito.” “Ah, então vou fazer um churrasco lá.” Aí ele fez um churrasco lá, pra mim e pro Dias e o Sérgio estava no churrasco. E ele me conheceu lá, puxou muita conversa comigo. Mas o que mandava na família era o Roberto, o outro filho, que não me conhecia, morava no Rio. E o Roberto sabia que tinha um jornalista que volta e meia estava com o pai dele e morria de medo. O Roberto era quem tomava conta da família, o que impunha as coisas, mandava. Então quando o Roberto soube que o pai dele liberou a entrevista, ele botou a mão na cabeça. “Não pode! Entrevista pra Veja!” Aí ele fez chegar na Veja uma contra-ordem, desautorizando a publicação. Aí o Elio Gaspari chamou e disse: olha, o Roberto vetou a entrevista. O que nós vamos fazer?

Eu disse: a Veja tem uma foto minha na fazenda de Dom Pedrito, na porteira, eu, o Médici e o Dias Lopes. Então, se a Veja publicar essa foto, prova que a gente convivia com o Médici. E a entrevista não podia mesmo ser cancelada porque o processo de edição já estava adiantado. E foi uma semana muito curiosa porque a Veja já tinha para aquela semana uma entrevista pronta com o Golbery, feita pelo Elio, que nunca tinha feito mas fez porque era o Golbery. Então de repente em uma semana só a Veja tinha duas Amarelas com gente que não dava Amarela: Golbery e Médici. Então ficou aquela história: duas amarelas? Aí eles achavam que sim, porque não podia haver riscos de deixar pra semana que vem porque a pessoa que deu a entrevista pode desistir. Então se saísse essa história que o Sérgio não autorizou, ia sair na revista que o Médici não autorizou. Então eu tendo essa foto com o Dias Lopes na fazenda prova que a gente tinha acesso. E eu acrescentei detalhes de Porto Alegre porque quem redigiu esse troço foi o Elio, a carta ao leitor. Então eu dei dicas pro Elio. “Então, Elio, pode dizer na seção que onde o Médici autorizou a publicação foi na ante-sala dele no ambiente assim, assim, em Porto Alegre, no edifício ‘x’ em tal andar.” E saiu nessa nota, essa evidencia de que tanto eu estava com o Médici no rio como estava em Porto Alegre, Dom Pedrito e Bagé na fazenda. Mas você não pode dizer ao leitor que aquilo ali foi uma montagem de várias conversas, que também você abre o jogo demais. Então você publica essas coisas todas, quero ver quem vai desmentir. Aí saiu. Aí ficou por aí essa história. “Mas o Médici não autorizou.” Isso é tabu. Só aqueles da panelinha do Médici que não ficaram sabendo, mas os outros sabiam que ele tinha autorizado. Bom, então é isso. Quando o Médici morreu, eu publiquei uma matéria no Correio Braziliense dizendo que o Médici morreu insatisfeito com os ministros que não o defendiam. Aí eu me aproximei muito de Jarbas Passarinho. Uma das coisas, eu não sabia, porque muito das coisas que acontecem a gente fica sabendo tempos depois; uma das razões pelas quais Getúlio me assediou e pelas quais a Veja autorizou o Getúlio me assediar, a Veja é muito orgulhosa pra insistir com você, foi que... Naquela época, Passarinho era a principal fonte política. Ele era (...) e depois do Senado. Então ele tinha informações importantíssimas mas era político, tinha interesse em se dar bem com a imprensa. E ele não gostava da Veja. Então jamais ele daria uma entrevista pra alguém pra Veja. Mas a Veja descobriu que eu tinha acesso a ele, que eu me dava bem com ele. Então, uma das razões da Veja é que eu levasse o Passarinho pra Veja já que em mim ele

confiava. Já o Passarinho interessava ter um cara confiável, confiável em termos, na Veja porque nenhum inimigo quer ser inimigo da Veja. Todo mundo quer ser amigo da Veja, naquele tempo mais ainda, que era importante. Então, o Médici morreu e eu escrevi que ele estava insatisfeito porque nenhum político o defendeu. Às cinco e meia da manhã, Passarinho me acordou. “Scartezini, você foi injusto comigo! Como você foi injusto comigo?” Eu disse: fui injusto como? “Tá aqui no Correio Braziliense dizendo que o Médici se queixava dos ministros que não o defendiam.” Eu disse: olha, isso é verdade. “Mas como? Você cobria Senado, você via como eu defendia o Médici lá.” Defendia de vez em quando, mas defendia. “E depois você publica que ninguém defendia?” Eu disse: Senador, eu sei que o senhor defendia o Médici porque eu tava lá. Mas eu não estou falando o que eu penso, estou falando o que o Médici pensava. Então eu acho que a sua defesa não era suficiente porque ele estava insatisfeito. Até quando surgiu uma conversa ele falou muito nisso. “Mas você sabe que não é justo...” Aí ficou naquela conversa fiada. Aí eu pensei: quer saber de uma coisa? Eu vou pegar todas as conversas que eu tive com o Médici, uma parte foi pra entrevista, outra parte eu guardei, e vou escrever um livro contando as minhas conversas com o Médici como ocorreram. Então se o senhor quiser, escreve um prefácio pro livro. Tudo o que o senhor quiser dizer, o senhor ponha no prefácio. Eu mostro o livro pro senhor, o senhor monta o prefácio, bota tudo que o senhor quiser no prefácio e deixa meu texto em paz. “Tá bom.” Aí eu voltei pra cama, pensei direito, porque eu estava sonolento e disse: peraí, eu vou ser neutro. Aí eu faço... Vou fechar essa porta e pegar um casaco porque já escureceu...

L: Scarta, eu não sei se você acha melhor deixar pra outro dia porque ainda falta um bocadinho de pergunta...

S: Pode ser, pode ser... Então só pra encerrar essa história do Médici.

L: É...

S: Aí voltei pra cama, pensei melhor, eu vou ser neutro. Porque já ia ter um prefácio do Bressard... Porque a parte do Senado era Passarinho e Brossard. Então o livro vai ter esse charme, dos prefaciadores serão aqueles dois senadores do debate. Mas peraí... O Brossard vai pra Alemanha. E se ele não tiver tempo de escrever o prefácio? Porque o livro tem de sair já, o cara morreu, tem de sair logo, antes que esfrie. Se ele viajar, eu chamo o Miguel Arraes, senador de Pernambuco. Aí escrevi o livro, Bressard e Passarinho fizeram os prefácios, juntei tudo, eu tinha uma amiga que tinha

uma editora em São Paulo, liguei pra ela e ofereci, ela achou ótimo, e publicou o livro.

Questionário respondido por e-mail

1. Como era sua rotina durante esse mês cobrindo o Planalto?

Era algo que não tinha mistério, a mesma rotina de todos os repórteres no local. Chegar antes das 10 da manhã. Consultar a agenda presidencial para organizar a cobertura. Tentar falar com as pessoas que interessavam e aguardar o press-release oficial para confrontar com aquilo que eu já apurara.

Às vezes, quando o assunto era mais complexo, o então ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, dava um briefing para subsidiar as informações dos repórteres.

Para ganhar tempo, as matérias eram redigidas ao longo do dia na sala de imprensa, onde um motorista do jornal buscava periodicamente o material. Era a mesma coisa no Congresso. Os principais jornais mantinham essa rotina.

2. Você percebia diferenças entre os noticiários que a Secretaria liberava para o jornalista e o que você ficava sabendo pelos comentários de outros jornalistas ou mesmo lia em algum outro veículo?

Sim, a informação oficial sempre é suspeita, pois representa o pensamento que a autoridade deseja expressar. Por isso, eu confrontava os releases com as minhas apurações. Se um release acrescentava algo útil, eu aproveitava aquilo no meu texto. Depois, vinha a censura noturna na sede do jornal.

3. Depois dessa experiência cobrindo o Planalto, o que mudou na sua carreira?

Não mudou nada, até porque eu apenas cobria as férias de um colega. Depois retornei à cobertura no Congresso, tudo como antes.

4. Mudou a visão que você tinha do governo?

Não mudou. Eu já sabia suficientemente como era aquele governo Médici.

5. Mudou a visão que tinha da Secretaria?

Não mudou porque eu já sabia como ela operava.

6. Você conheceu o Carlos Chagas? Que tipo de relação você tinha com ele na época? Ele não estava mais no Palácio quando andei por lá. Conheci o Chagas em pessoa apenas quando fui trabalhar com ele na sucursal do Estadão, em 1974. Depois da posse do Geisel.

7. O que você achava dele? O que você acha dele?

Bom amigo e colega, mas com concepções diferentes das minhas em relação ao trabalho jornalístico. É uma questão da visão individual, pessoal de cada um sobre o nosso universo jornalístico. Sempre pensei assim.

8. Você conheceu o Carlos Fehlberg? Que tipo de relação você tinha com ele na época?

Não tive nenhuma relação pessoal com o Fehlberg, nunca conversamos. Enquanto estive no palácio, não o vi alguma vez na sala de imprensa. Ele ficava na sala dele e eu não ia lá porque seria perda de tempo.

9. O que você achava dele? O que você acha dele?

No trabalho no Planalto, medíocre e medroso. Fora dali, inexpressivo. Trata-se de alguém que se formou em medicina e foi terminar numa redação.

10. Para você, qual o papel do jornalista na sociedade?

A coisa é simples demais, não comporta maiores formulações teóricas: o papel do jornalista é informar, buscar a informação para o público consumidor onde ela estiver. Costumo dizer que repórter não pode ter sexo. Ou seja, ele não pode ter barreira que o afaste da fonte de informação. A informação está com o ditador de plantão? Vamos lá conversar com ele sem qualquer vacilação, ou pelo menos tentar o contato. Se estiver com o mais brutal genocida, vamos lá tentar o contato com ele.

Não vejo qualquer infração ética nisso. O que não pode é haver limite para a atuação do repórter enquanto ele mantiver o interesse neutro em buscar informação para levar ao público. Se coloco barreira, limites ao trabalho do repórter, prejudico o público ao qual sirvo. Enfim, prejudico a qualidade do meu trabalho, pela qual procuro zelar sempre. O ilícito é apurar a informação e guardá-la para si mesmo ou para servi-la a alguém que pretenda utilizá-la em benefício próprio bem caracterizado. Aí, seria espionagem, não reportagem.

11. Como você avalia a atuação da imprensa na ditadura?

Julgo que a imprensa consciente e honesta fez o que deveria fazer, resistiu à pressão nos limites possíveis. Agora, jornalista servil, bajulador ou desonesto sempre existiu, existe e existirá. Em relação a gente assim, tolerância zero.

12. Depois de escrever Segredos de Médici, mudou a visão que tinha do presidente e do regime?

Não mudei a minha opinião sobre Medici (em italiano, não há o acento). Apenas confirmei algo que eu já sabia: a perda de poder, o ostracismo muda as pessoas, assim como a conquista de poder pode alterá-la. Considero o papa Francisco uma exceção: o poder não o alterou, pelo menos até prova em contrário. No caso de Medici, vali-me de uma coisa em especial: contatei o general numa situação de fragilidade dele e ele se rendeu.

Estava frágil porque o ostracismo retirava, inclusive, o poder de reação dele às pressões que sofreu quando deixou o poder. Acrescente-se o abandono pelos amigos e antigos auxiliares no poder. Ao que vi, a exceção era o general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) na era Medici. Depois do governo deles, Fontoura procurava Medici quase diariamente para conversa entre amigos, o que incluía a troca de impressões sobre a política naquele momento. A aproximação deles era facilitada pelo fato de quem um morava perto do outro em Copacabana, no Rio.

Posso dizer que Medici gostou do meu interesse em procurar contatos com ele. Era alguém, até então estranho, que revelava interesse em se aproximar dele, quando todos se afastavam. Nessa fragilidade, ele se iludiu com uma coisa: esperava que eu defendesse o governo dele – como se isso fosse possível.

Ele se queixava de ex-ministro que nomeou e o abandonaram depois do governo. Esperava que essa turma o defendesse. Sem sucesso, tentei convencê-lo a escrever as memórias dele, quando poderia se defender, explicar a realidade da época segundo a visão dele. Como ele viveu tudo aquilo, tinha informações inacessíveis a outras pessoas.

Na verdade ele era obtuso, tinha dificuldade para analisar um quadro político e expressar-se. Como ele sempre esteve disponível para receber as minhas visitas e conversar, tentei organizar previamente o roteiro de cada conversa com ele de modo a extrair dele o máximo de informação possível.

Um dia, por exemplo, cheguei a ele e disse: “Hoje nós vamos conversar sobre o processo de decisão em seu governo.” Ele me olhou e perguntou: “Como assim?” Respondi: “Como aconteceram as principais decisões de seu governo.” Ele fez a cara de quem não entendeu o que eu queria.

Então, tentei ser didático: “A Transamazônica. Como o senhor decidiu construir a Transamazônica?”. Aí ele contou uma historinha. Numa viagem ao Nordeste, ficou impressionado com a miséria e alta densidade populacional. No vôo de volta ele perguntou ao ministro dos Transportes, Mário Andreazza, como estava aquele projeto de construção da estrada, que serviria à ocupação da Amazônia. Andreazza respondeu que faltava apenas dinheiro para construção. Então, ainda ali no avião, Médici chamou o ministro do Planejamento, Delfim Netto, e pediu que ele arrumasse o dinheiro.

Assim era o Médici. Ele não tinha capacidade de análise de conceitos ou de pensamento mais profundo. Era superficial. A cada pergunta que se fazia ele respondia com uma historinha para ilustrar. Por isso, logo abandonei aquela história de aprofundar as coisas. Não era possível. Ele não sabia ir mais fundo. Daí, o meu livro fininho, pequenito.

Mais tarde, no governo Sarney, um dia conheci pessoalmente o Antonio Carlos Magalhães, então ministro das comunicações. Ele me recebeu dizendo o seguinte: “Eu li o seu livro sobre o Médici e vou te dizer uma coisa: mais do que ele te disse, ele só diria se pedisse a Leitão de Abreu para falar por ele.”

Quando ouvi aquilo, pensei e conclui: o Leitão, chefe da Casa Civil no governo Médici, não estava ali para falar pelo general. Tirei um peso da consciência: não foi o repórter que falhou ao não aprofundar as conversas, o Médici é que não tinha o que dizer. Homenageio meu xará Antonio Carlos pela incrível sagacidade da raposa.

No mais, a operação se realizou, ainda que incompleta (por causa da fonte muito rasa, por uma coisa rara: a Veja bancou minhas viagens atrás do homem ao Rio, `Porto Alegre, Itaipava (na serra fluminense) e à estância gaúcha de Dom Pedrito. Mesmo sabendo que dali não sairia matéria densa e nem quando sairia algo para se publicar, a revista investiu sistematicamente. Coisa rara na reportagem.

Anexo 2: Entrevista Carlos Chagas

Laura: Como foi o convite do Costa e Silva pro cargo?

Carlos Chagas: O convite foi o seguinte: eu era editor político do Globo e... Muitos anos... E conversava com todos os presidentes da República, desde o Jango até, veio o Golpe com Castello Branco, Costa e Silva e tudo, né? É... Papel da imprensa é buscar notícia. Bom, mas aí, e o Costa e Silva... O Castelo conversava muito com a gente, informalmente, um grupo de cinco ou seis jornalistas políticos. E o Costa e Silva manteve a mesma estrutura. Só que em 68, 13 de dezembro, ele faz uma besteira, assina o AI-5. Volta... Volta pra trás todo aquele projeto que se tinha de um dia vir a democratização. A partir do AI-5, ele não chamou mais os jornalistas para conversar. Dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril... Quando é em maio, no fim de maio, eu recebo um... Tô lá na redação do Globo e recebo um telefonema de um ajudante de ordens do Costa e Silva dizendo: “Ó, o presidente ta pedindo para você vir conversar aqui.” Eu digo: “Uai, voltou a... quem sabe tem novidades.” E fui lá, no Palácio das Laranjeiras. Ele ficava muito no Rio. E lá eu cheguei na ante-sala dele, os outros cinco ou seis jornalistas não estavam e eu digo: “Uai, eu cheguei adiantado?” O ajudante de ordens disse: “Não, não... Ele chamou só você, quer conversar com você.” Tá bom, fui. Será que ele vai me prender? Então, cheguei lá e ele começa a conversar. E uma conversa que me fez arregalar o olho. Ele dizia assim: “Eu não faço a história como mais um general sul-americano que golpeou as instituições. Eu não passo a história como um ditador então vou acabar com o AI-5”. Isso poucos meses depois de ter assinado o AI-5. Eu fui arregalando o olho, né? E ele disse: “É, vou reabrir o Congresso (que estava fechado), vou convocar uma comissão de juristas para fazerem uma Emenda Constitucional adaptando a constituição e tudo.” E eu fui e... Gra... Naquele tempo a gente treinava muito a memória, não tinha essas porcarias, essas porcarias aí (apontando para o gravador). Aí ele... O velho era muito esperto e disse: “É, mas você não vai publicar nada disso que eu tô te dizendo.” Eu digo: “Uai, presidente... Isso daí dá umas três manchetes. O presidente acaba com o AI-5.” E daí ele disse: “Não, não podemos nos precipitar. Eu te chamei aqui porque você é conhecido dos políticos e eu te cha... Tô mudando meu gabinete aqui e te chamei pra vir ser meu porta-voz, pra dar essas notícias aos poucos, em pílulas.” Isso era uma sexta-feira. Eu nunca tinha pensado em me mudar para Brasília, gostava do Rio. Mas

ele aí diz que... “Olha, você não precisa me dar a resposta agora. Volta aqui segunda-feira e me diz.” Aí eu... Imagina o fim de semana que eu passei. Trabalhar com militares mas eu ao mesmo tempo era uma, um objetivo nobre, que era acabar com o AI-5, começar a constitucionalizar o país. Voltei lá segunda-feira e aceitei. E nunca me arrependi porque vim logo pra Brasília, as coisas começaram a entrar nos eixos, eu fui dando aquelas notícias: Fim do AI-5, reabertura do Congresso e tudo... E aos poucos aquelas notícias foram sendo divulgadas. É claro que havia contra aquele plano uma pressão muito grande dos militares radicais, né? O ministro da Justiça que era um gorila danado, Gama e Silva chegou a comentar: “Esse doutor Chagas tá espalhando notícias infames sobre a Revolução.” Eu digo, soube daquilo e digo: “Uai, quem tá me dando essas notícias é o presidente. Ele que vá reclamar com o presidente.” Mas quando tava tudo pronto, já no mês de agosto, pra ele, marcou o 7 de setembro para acabar com o AI-5, reabrir o Congresso, mas aí ele tem uma trombose, tem um derrame cerebral. Explicado pelos neurologistas que o atenderam que aquilo foi fruto de um conflito interno, ele era presidente da república por força dos militares radicais que o colocaram lá. Mas ele naquela hora estava contra os militares radicais e estava disposto a enfrentá-los. Aí deu um curto-circuito na cabeça dele. Ele fica impossibilitado de governar e o que seria o natural? Que assumisse o vice-presidente, o Pedro Aleixo...

L: Que o senhor era a favor, né?

CC: Claro...

L: Porque no livro dá pra gente perceber.

CC: O Pedro Aleixo era o maior estimulador da abertura mas os três ministros militares prendem o Pedro Aleixo, né? Eles mandam buscá-lo aqui em Brasília, ele estava no Rio, prendem e assumem, usurpam o Poder. Nessa noite que eles fazem isso, eu apresentei o meu pedido de demissão. Mas o chefe da Casa Civil, o Rondon Pacheco, muito amigo meu, diz assim: “Eu também já pedi a minha demissão mas nós não podemos sair daqui do Palácio enquanto o presidente está encima, sem saber se ele volta ou não volta. Tá sendo examinado, trouxeram até um neurologista da França para examiná-lo e tudo. Então naquele período é que acontecem as coisas mais execráveis, né? Os três ministros militares mandam, voltam o processo de cassações, começam a cassar gente. Eles fazem... Aí também tem o seguinte: a... a extrema direita era horrorosa. Tava no poder. Mas a extrema esquerda, a EXTREMA

esquerda, não a esquerda, a extrema esquerda é burra. Porque naquela semana em que o país está convulsionado, o que a extrema esquerda faz? Sequestra o embaixador americano. Desde 1648, no Tratado que pôs fim à guerra dos 30 anos, foi numa cidade que tá me fugindo o nome agora, houve um Tratado entre as potências que estavam em greve. E um dos artigos do Tratado foi que a figura dos embaixadores, a partir daí, seria preservada. Não podia mais prender embaixador, matar embaixador. Tinha que preservar pra manter um pouco a mecânica das, das Guerras, né? Mas então desde 1648 que não havia sequestro de embaixador. E aqui, nós, é o Brasil dando lições para o mundo, né? Sequestra o embaixador americano. Aí é aquele pega pra capar danado porque o governo americano... Ninguém tinha knowhow pra sequestro de embaixador. O governo americano hoje, se o embaixador for sequestrado deles, azar. Vai morrer mas nós não negociamos com terroristas. É a doutrina americana hoje. Mas naquela época, naquela semana não. E eles começaram a pressionar a Junta Militar. “Olha, vocês façam tudo que os terroristas quiserem para preservar a vida do embaixador. Senão nós vamos suspender a ajuda econômica e tudo.” Bom, e aí o que que acontece? Os sequestradores, gente meio porra louca, né? Porque tavam provocando a direita que era muito mais forte, que que eles fazem? Os sequestradores exigem três coisas. Primeiro soltar, acho que 19 ou 20 presos políticos, inclusive o Zé Dirceu, Vladimir Palmeira, Gregório Bezerra, aquela turma da pesada, né? Soltá-los e mandá-los para o México. Cumpriram isso. Segundo, caminhões do Exército, caracterizados como do Exército, distribuírem comida nos morros do Rio de Janeiro. Fizeram isso. E terceiro, lerem um manifesto no Jornal Nacional, que naqueles dias tinha começado a entrar em cadeia, pequena ainda. São Paulo, Rio, Belo Horizonte e não sei mais que outra cidade, quatro ou cinco cidades, era o mesmo jornal que passou a entrar em cadeia por causa das microondas e do satélite. Então, era pra ser lido naquele jornal. Então entra o logotipo da Globo, né? Com o Cid Moreira, mocinho ainda, jovem, branco feito uma cera... E o Cid Moreira começa: Brasileiros, isso lendo o papel, esse Governo de torturadores de vendidos ao capital americano, esse governo anti-nacional e pá pá pá e começa, era um manifesto deles. Aí numa certa hora ele suava tanto que ele disse uma frase dessas dura, aí... Pegou o papel e disse: É o manifesto que está dizendo, não sou eu não, hein? Mas aquilo foi a desmoralização total do Governo, da Junta Militar, né? E logo depois eles começam a brigar entre eles e escolhem o mais obtuso deles, o Garrastazu Médici. E o Garrastazu

Médici vira presidente. Nessa hora eu já tinha voltado pro Globo, né? E lá no Globo eu tava sujo porque, afinal de contas...

L: A saída da redação para a...

CC: É, e tinha idopra... Participar de uma abertura, tentativa de fim do AI-5, e no final tava lá assistindo aquela coisa toda. Então fui ao Roberto Marinho e disse: Olha, doutro Roberto, eu só tenho uma saída pra continuar na profissão, é contar tudo que eu vi lá dentro. A briga toda dos generais..." Ele disse: "Não, pode publicar!" E publiquei uma série de 21 reportagens de página inteira, tá ali ó (apontando para uma mesa). Se você levantar...

L: Ah, aquele ali!

CC: É...

L: São os originais que...

CC: São. Deixa eu pegar pra você. E fiz essa série de 20 reportagens que eu dei o título de 113 dias de angústia. Depois transformei em livro, né? E as reportagens fizeram sucesso, eu ganhei o prêmio Esso de jornalismo com elas. Mas ao mesmo tempo ganhei meu primeiro processo pela Lei de Segurança Nacional, né? Eles não podiam me prender porque, afinal, eu tinha sido auxiliar do Costa e Silva. Mas ao mesmo tempo, eu contei tudo aí. Briga, aquele negócio todo... Então, foi assim que eu fui pra lá.

L: E o senhor teve alguma conversa com o Heráclio Salles antes de assumir?

CC: Muita, ele era muito amigo meu. Quando o Heráclio foi escolhido porta-voz do Costa e Silva, todos nós ficamos satisfeitos. O Heráclio era um ser de... intelectualmente muito bem dotado. Era voltado pra esquerda, né? E ia ajudar. Mas na hora do AI-5 ele pff!

L: Sumiu, não foi?

CC: Sumiu, desapareceu e o Costa e Silva então resolveu trocar, né?

L: E como foi assim essa transição que o senhor sentiu de sair de uma redação, que foi do Globo pra ir pra... pra Secretaria?

CC: Ué, eu falava muito, ia muita à redação do Globo, como porta-voz e tudo. Conversava lá com o pessoal e o pessoal entendeu. A maioria entendeu. "Não, você fez bem de ir, ué! Vamos ver se tem saída essa ditadura..."

L: Pra ver se ia... A volta da democratização, né?

CC: Mas quando tudo virou de cabeça pra baixo, aí pra voltar pro Globo só com essa... Só fazendo isso. Porque aí eu passei a ser respeitado de novo, né?

L: E como é que era o presidente em relação à Imprensa?

CC: Ah, ele gostava muito de conversar. Ele... Bater papo, informalmente e tudo...

L: E ele era aberto...

CC: Muito, muito...

L: Em coletivas e tudo?

CC: É...

L: Porque o... o...

CC: Deu várias coletivas também mas o bom dele eram as conversas informais, né?

L: E como era a estrutura da Secretaria quando o senhor assumiu? O senhor mudou alguma coisa ou...

CC: Não, não... A estrutura era muito pequena: duas salas, ao lado da sala do presidente, no terceiro andar aqui do Planalto. Porque aí tinha o seguinte... Quando o Heráclio Salles assumiu, os militares radicais, é... Acontece o seguinte: a Secretaria de Imprensa era subordinada ao Gabinete Civil, Rondon Pacheco. E os militares radicais lá no Gabinete Militar não gostaram daquilo. “Não, nós é que somos a revolução e tudo!” Então criaram uma outra estrutura paralela chamada Aerp.

L: Aerp, Assessoria Especial, né?

CC: Assessoria Especial de Relações Públicas. E lá botaram um coronel, o Ernani D’Aguiar, até meu amigo e tudo mas... Radicalíssimo, né? E o Ernani D’Aguiar criou uma estrutura cinco vezes maior do que a Secretaria de Imprensa lá na Casa Militar, né? E fazia emulação, né? Muita, muitas notícias quem soltava era ele, né? Porque se achava o “relações públicas, não sei quê” Aquela palhaçada toda...

L: E eles exerciam... A Aerp exercia influência na Secretaria ou não...

CC: Não...

L: Eram...

CC: Não, na minha Secretaria não...

L: Nenhuma influenciava a

CC: Não, porque a Secretaria tinha pela Lei atribuição de distribuir notícia, de fazer contacto com a imprensa e tudo. Mas eles atropelavam, e muito!

L: Discurso também era com eles, né? Eles que faziam, a Aerp...

CC: Não, discurso durante muito tempo foi o Heráclio Salles que fazia.

L: O Heráclio Salles?

CC: É.

L: Ainda com a Aerp? Mesmo com a Aerp?

CC: Com a Aerp mesmo, ele continuou fazendo e tudo. Mas desgastado, né? Depois disso... A Aerp não fazia discurso, não.

L: É porque durante o governo Médici que ela fez, né?

CC: Ah, sim.

L: Com o Toledo Camargo...

CC: Primeiro com o Octávio Costa...

L: É... Octávio Costa e Toledo Camargo.

CC: Depois Toledo Camargo. Mas no fundo quem fazia, quem passou... Porque o primeiro discurso do Médici foi feito pelo Octávio Costa. Octávio Costa tá vivo até hoje, tá velhinho aí... O Octávio Costa era um poeta, um coronel poeta... Então ele... Eu me lembro bem, aquele primeiro discurso, o Médici durão, turrão, burrão... No microfone dizendo: “Eu sou a oferta e a procura. Eu sou o minuano que vem dos pampas. Prometo no final do meu governo entregar o país democratizado, não sei...” Mas ele falava aquilo feito papagaio, lendo na hora, né? Então os militares radicais daquele tempo, do Médici, logo tomaram a atribuição de fazer discurso do Octávio Costa e quem ficou fazendo foi o Leitão de Abreu, que era o chefe da Casa Civil, que era duro também.

L: E como é que era a rotina da Secretaria, Chagas? (18’22’’) Durante o... Você chegava e...

CC: Meu período?

L: É, isso.

CC: Eu vim para Brasília, minha mulher e minhas duas filhas eram pequenininhas. Para terminar o ano no colégio lá ficaram no Rio. Então eu vinha às segundas-feiras pra cá, tinha um avião da presidência que trazia todo mundo, era um avião grande, não era jatinho, não. E ficava aqui a semana inteira mas morando no hotel, no Hotel Nacional. Então não tinha o que fazer. E ficar... Chegava lá cedo, às oito horas da manhã. As secretárias todas com sono mas chegando lá e lia os jornais, esperava o presidente chegar. Ele perguntava: “Que que tem de novidade?” Eu: “Ah, o jornal tal tem isso, tem aquilo...” Aí ficava... Tirando dele o que podia tirar de informação e do Rondon Pacheco também, e de outros ministros que estavam sempre lá... E distribuía,

dava aquilo pra imprensa, dava um briefing diário de tarde, depois do almoço. E ficava lá até oito horas da noite, nove, porque não tinha o que fazer, né? A rotina era essa aqui. Quando o presidente tava no Rio, era mais apertado, né? Era uma salinha pequenininha lá no Palácio Laranjeiras que tinha duas mesas, a minha e a do coronel D'Aguiar. Juntavam os dois na mesma... Então a gente ficava se vigiando lá, um ao outro. Mas era... Sempre dando briefing. Sempre conversando com jornalistas e tudo. E por isso até, até hoje os poucos que restam daquela época me elogiam porque eu dava... Qual é a função do Secretário de Imprensa? É dar notícia. Eu dava notícia.

L: E existia uma censura dentro do Governo, dessas notícias?

CC: Não.

L: Mas isso aconteceu durante a Junta Militar, não foi? Quando o senhor veio para o Rio de Janeiro...

CC: Ah, quando veio a Junta Militar foi um horror tão grande que eles não censuravam a Presidência da República, não censuravam a Secretaria de Imprensa nem nada. Eu falava o que tinha que falar. Mas aí os quatro exércitos, o Primeiro Exército do Rio SISENTO Sarmento, Segundo Exército de São Paulo, um general qualquer, terceiro e quarto, eles é que exerciam a censura junto aos jornais. Mandavam coronéis pra redação dos jornais pra autorizar ou não autorizar. Várias vezes eu fui censurado, ou seja, notícias que eu tinha dado foram censuradas.

L: E o senhor disse também que produzia artigos naquela época. E eles eram publicados aonde, esses artigos? Tinha algum vínculo com a Secretaria...

CC: Não, eu nunca produzi artigos.

L: É que o senhor comenta no livro que é até um artigo “Como entrar na fogueira sem se queimar”. Aí eu não entendi se o senhor publicava como freelancer ou então ele não era publicado, era só...

CC: Foram artigos antes de eu entrar na Secretaria.

L: Ah, não foi durante a Secretaria... Durante a Secretaria o senhor não...

CC: Durante a Secretaria eu dava o briefing, falava o que tinha de falar. Houve até um caso interessante porque é interessante e grave. Porque eles, os jornais daqui, os de São Paulo, do Rio, não publicavam aquilo que eu dizia. Mas tinha lá uns correspondentes estrangeiros, tava cheio de agência. E o correspondente do La Nación, de Buenos Aires, publica no La Nación de Buenos Aires que “segundo o secretário de imprensa, a censura é exercida pelo Primeiro Exército no Rio. Então é o

I Exército que deve responder pela censura.” O cara publicou aquilo. Publicou aquilo e imediatamente o adido militar do Brasil lá em Buenos Aires leu aquilo de manhã cedo, passou pro Ministro do Exército pra cá. “Imagina, hein? O Secretário de Imprensa...” Aí deu uma confusão danada. Foi um general lá me interpelar. “O senhor deu essa declaração?” Eu digo: “Não, não dei.” “Mas saiu publicada...” “Ah, saiu publicada e tudo...” Aí ficou aquela confusão. Queriam me mandar para Brasília de volta. Aí eu digo: “Não, basta me dar minha demissão, o papel já tá aí desde o primeiro dia. Do primeiro dia da Junta Militar.” Aí ele disse: “Não, mas não fica bem, não sei quê...” Então eu fui ficando... Até a eleição do Médici.

L: E o Costa e Silva tinha preocupação com o que era publicado no exterior, Chagas? Ou não?

CC: Não.

L: Tinha não, né?

CC: Não... Eu me lembro que a revista Times de Nova York...

L: Foi bem nessa época, né? Década de 60...

CC: Foi... A Time publicou, quando ele foi eleito, publicou a capa com a cara dele. Quer dizer, tava com boa vontade, né? Mostrando quem ele era e tudo. Agora quando vem a Junta Militar, aí é um horror total. A imprensa internacional inteira cai de pau. E a brasileira só não caiu de pau porque tinha a censura.

L: Quando o senhor publicava, passava essas informações, tinha alguma diferença... O senhor recebia instruções que para a esquerda, extrema esquerda o senhor não podia dar tanta informação ou não? Ali, era todo mundo igual?

CC: Não, não... Nunca discriminei os repórteres.

L: Mesmo...

CC: E tinha repórter da extrema esquerda lá, mas a maioria ali era da direita. Mas tinha também... Eu dava notícia, o cara podia usasse a notícia como quisesse. Não teve discriminação nenhuma.

L: Eu li também que o senhor produzia noticiários, que eram soltos durante o dia.

CC: Sim.

L: Como é que eram esses noticiários?

CC: Não, é que muitas vezes eu... No briefing eu fazia uma condensação de tudo que eu sabia naquele dia, tudo que era pra informar e dava no briefing. Era lá pra quatro, cinco horas da tarde. Mas durante o dia, quando aparecia alguma informação, alguma

coisa, uma novidade, “Vai mudar o Ministro”, “Vai fazer isso”, “Vai fazer aquilo”... Eu escrevia umas pequenas notinhas e distribuía na sala de imprensa. Eu também usava muito o telefone. De noite já, depois que o presidente ia embora, ele ia embora seis e meia, sete horas... Eu aí começava a telefonar pros meus amigos, repórteres de política no Rio e São Paulo. E dava pra eles os bastidores, abastecia com coisas que não eram formais. E aquilo ajudou bastante.

L: E como é que o senhor... Quando tinha algum evento público, como é que eram, como é que esses convites eram feitos pela Secretaria, como é que o senhor atuava, quais eram as atribuições que o senhor tinha...

CC: Eventos públicos como?

L: Assim, como se fosse um release, o presidente fosse em algum canto...

CC: Eu ia sempre com ele. Porque tinha lá no Gabinete Militar uma estrutura muito bem feita: “O presidente a tantas horas vai a tal lugar. Deve ser acompanhado pelo Chefe da Casa Militar, Chefe da Casa Civil, Secretário de Imprensa”. Quer dizer, eu tava sempre naquele grupo, naquelas cinco pessoas que quando o presidente chegava, a gente o esperava na ante-sala. O ajudante de ordens avisava: “Ó, o presidente tá chegando.” E tinha lá na ante-sala, ele cumprimentava, às vezes conversava, às vezes tava bravo e não conversava. E na hora de ir embora também, chega o ajudante de ordens e diz: “O presidente já tá indo.” A gente ia lá pra sala dele, ante-sala dele, e conversava um pouco, ou não conversava e ia embora, né? Quer dizer, nesses eventos fora do Palácio, eu tinha toda uma programação. Às vezes a gente ia... Fomos umas três ou quatro vezes ao Rio Grande do Sul, ele era gaúcho. Então tinha lá “Helicóptero do presidente: fulano, fulano... Helicóptero auxiliar: fulano, fulano...” Então isso funcionava feito uma máquina.

L: Existia algum procedimento quando existia conflito de interesses? O que o senhor queria publicar e o que era permitido... Existia algum procedimento padrão ou não?

CC: Não... Não, porque quando veio a Junta Militar eu continuava dando os briefings e distribuindo notas que eles me passavam também. Decreto, lei, não sei o quê... Que proíbe, que permite a expulsão de brasileiros do território nacional... Aquilo passava por mim e eu entregava pros repórteres credenciados.

L: Aí já existia esse processo de credenciamento, né?

CC: Ah, claro.

L: Que quem podia entrar...

CC: Eu já peguei aquilo pronto. Já tinha desde o começo, desde o começo do governo Costa e Silva que os jornais apresentavam seus credenciados e tudo.

L: Só durante a Junta Militar que teve um processo que acabou um pouco, não foi? Que o senhor comentou no livro...

CC: Não... Teve um... Eles passaram a, os três ministros militares, a ficarem incomodados com a presença dos credenciados na varanda do Palácio Laranjeiras logo ao lado da sala onde eles se reuniam. Que a turma fazia esporro, conversava, não sei o quê... Aí me pediram: “Olha, a partir de amanhã os repórteres não podem mais entrar aqui, têm que ficar lá no portão da entrada.” Eu tentei protestar mas... Militar, né? Então eu digo: “Tá bom, né? Então em vez de eu dar o briefing aqui na varanda eu vou lá, vou até mais de uma vez por dia, lá no portão para entregar a eles, pra conversar, pra entregar notas e tudo...” Foi assim.

L: E como é que foi... Teve alguma mudança de estrutura quando o senhor passou do Costa e Silva pra Junta Militar? De atribuição de tarefas?

CC: Não, não...

L: Continuou a mesma estrutura...

CC: As notícias eram dadas pela Secretaria de Imprensa, só que eram notícias horrorosas...

L: É, que teve as cassações, que o senhor falou que eram...

CC: As cassações... Pois é, tinha que distribuir a lista de cassações...

L: Como é que foi medir isso, Chagas? Porque dá pra entender que o senhor era um pouco indignado com a Junta Militar... Como é que foi medir essa parte pessoal com a parte profissional, saber... Ter que publicar, ter que fazer...

CC: Não havia parte pessoal nenhuma... Só a parte funcional. A notícia é essa. Não tinha... Não havia nada, nenhuma relação... Eu creio que jamais conversei com nenhum dos três ministros militares. Encontrava... O Palácio Laranjeiras é... Era, é muito acanhado, não sei se ainda é. Só tinha um mictório no primeiro andar, né? E de vem em quando eu ia fazer pipi e encontrava lá o Ministro da Aeronáutica fazendo pipi. Só cumprimentava: “Boa tarde”, “Boa tarde”... Nunca...

L: Não tinha assim...

CC: Não, não... Não tinha a menor intimidade com ele. Eu conversava com o Rondon Pacheco, da Casa Militar, da Casa Civil. E com o Jaime Portela da Casa

Militar. Menos, mas conversava também. Ele às vezes me chamava: “Ó, fala isso, fala aquilo, não sei quê...”

L: Quando foi a morte... Quando o Costa e Silva começou a ficar doente o senhor percebeu e falava que era gripe, como é que foi que o senhor descobriu realmente que ele estava com trombose? Essa transição da gripe pra trombose?

CC: Nos primeiros dias, na sexta-feira quando chegamos no Rio, eu falei pros jornalistas lá na base do Galeão: “Não, o presidente está muito gripado, tá meio afônico e tudo...” Porque assim o Portela tinha me dito e assim eu acreditei. Não tinha por quê duvidar. No dia seguinte, no sábado, eu fui lá pro Laranjeiras. Aí um ajudante de ordens, era da Aeronáutica, que era o major Ariel, era muito amigo, conversava muito com ele e tudo. E eu perguntei pra ele, de manhã ainda, ou de tarde, não me lembro: “O velho tá com pneumonia, né?” Porque parecia. E ele disse: “Não, não é pneumonia não.” “Uai, o que será?” “Ó, olha esses neurologistas aí. Foi um derrame.” O próprio ajudante de ordens me falou. Eu aí não podia distribuir aquela notícia. “O presidente tá com derrame.” Fiquei na minha mas logo no dia seguinte, eles dão o golpe, aí todo mundo fica sabendo e eu digo: “É, é um derrame.” Até o neurologista principal, o Abrahão Ackerman, bela figura, conversava muito comigo, ficava lá no Palácio, né? E o doutor Ackerman me explicou tudo que era, o AVC que eu não sabia de nada. E eu explicava pros jornalistas, transmitia pra eles. “Não, é assim, assado... Pode melhorar? Pode. Pode piorar? Pode.” E no fim ele não recobrou nunca mais, a voz. Ele sabia de tudo, percebia tudo, mas quando ia se expressar, não conseguia.

L: E o senhor falou do ajudante de ordens... Existia uma diferença de atividades do ajudante de ordens, porque isso eu não consegui entender muito bem, do Secretário Particular, do ajudante de ordens e do Secretário de Imprensa. Um exercia influência no outro ou eram atribuições completamente diferentes?

CC: O ajudante de ordens era uma espécie de mordomo do presidente. Carregava a pasta do presidente, ficava na ante-sala do presidente. O presidente lá dentro despachando, o cara recebendo as pessoas. Eram vários ajudantes de ordens. Um do Exército, um da Marinha, um da Aeronáutica. Do Exército tinha mais de um até. Eles se revezavam. Isso era função do ajudante de ordens. Já o Secretário de Imprensa era dar notícias, não tinha nada a ver uma coisa com a outra.

L: Nenhum interferia no outro?

CC: Não, de jeito nenhum.

L: O Carlos Fehlberg fala de uma conversa que ele teve com o senhor.

CC: Quem?

L: O Fehlberg...

CC: Ah, sim. O Fehlberg foi escolhido Secretário de Imprensa do Médici.

L: Aí ele fala que teve uma conversa com o senhor e a partir dessa conversa que ele resolveu aceitar o cargo...

CC: É...

L: Como é que foi essa conversa, Chagas?

CC: Não, ele foi, já o Médici escolhido, trazendo o pessoal dele lá pro Rio e tudo. Depois aqui pra Brasília. E o Fehlberg veio como novo Secretário de Imprensa. Recebi muito bem lá na sala que eu tinha e expliquei pra ele como é que era. “É que aqui o importante aqui é dar notícia, é soltar o que é possível soltar. Não as brigas dos generais.” Essa eu deixei pras reportagens . Uma conversa suave, até hoje suave... Não o vejo há muitos anos... Mas de vem em quando nos falamos ao telefone.

L: É... Eu consegui falar com ele também, ele tá bem debilitado...

CC: Tá velhinho, né?

L: É, acho que ele tá com 84...

CC: Fehlberg é medico.

L: É também, né?

CC: É...

L: Eu achei sensacional o senhor, quando o senhor fala no livro dessa transição de sair do jornalismo, aí o senhor pensa em fazer medicina e comenta que já tinha o nome. Achei sensacional.

CC: (risos) Brincadeira...

L: Acho que é isso mesmo, Chagas... Da estrutura o senhor falou, das atribuições... Ah, sim! Como é que o Costa e Silva recebia essas notícias que o senhor passava pra ele de manhã. Ele fazia alguma... Alguma atribuição dele diária poderia ser mudada por conta dessas notícias ou não?

CC: Não, não...

L: Era só por conhecimento mesmo, só pra saber?

CC: Só pra saber... “O jornal tal, o Estadão tá batendo muito em mim?” Eu digo: “Continua...” “E o Globo?” Eu digo: “O Globo tá ótimo!” Essas coisas. Uma vez eu tava no... Eu vim almoçar no Hotel Nacional e depois do almoço dava sempre tempo

de tirar um cochilo. Eu ia pro quarto trocar de camisa, qualquer coisa assim. Eu tô lá e toca o telefone. “Ah, o presidente quer falar com você...” Uai, quer falar comigo? Teve comigo no Palácio agora...” Então vem o presidente e diz: “Você já leu o Jornal do Brasil de hoje?” Eu digo: “Ó presidente, ainda não chegou pra mim mas o que que é?” “O Jornal do Brasil tá dizendo numa reportagem que depois que eu deixar a Presidência da República eu vou comprar uma fazenda aqui em Goiás e vou me mudar pra Goiás. Eu nunca vou ficar em Goiás! Eu gosto é do Rio, não sei o quê...” Contou aquela história e eu digo: “Tá bom, presidente. Vou desmentir essa história já.” Porque eu não tinha visto a reportagem...

L: A reportagem e ele já sabia...

CC: Lá numa página... (36”16’)

L: O senhor tem algum desses jornalistas dessa época que o senhor possa me indicar para eu conversar, para eu entrevistar sobre... sobre essa...

CC: Ih...

L: É difícil achar, né?

CC: É difícil achar agora, né? Porque isso vai renovando muito... Tinha o... Já morreram todos...

L: É, o problema é esse... A maior parte já faleceu...

CC: É, a maior parte... É, abandonou a profissão... Tinha... Lá no Rio... Porque tinha dois grupos, né? Os credenciados do Rio e os credenciados de Brasília.

L: Um que o senhor tivesse muito contato, que fosse muito presente lá...

CC: Hein?

L: Que o senhor tivesse muito contato durante, que fosse muito presente lá, nessa parte dos jornalistas credenciados...

CC: Claro, estava sempre com eles e tudo... Não há dúvida. Tanto que depois, em várias vezes, eu fui elogiado por isso. O Secretário de Imprensa que dava notícias.

(OFF)

L: Acho que é isso, Chagas.

CC: Muito bom...

Voltei ao mesmo lugar que tinha deixado quatro anos antes, ao concluir o mandato do general Médici, na Presidência da República, em 1974. Isto é, para uma redação de jornal, no caso Zero Hora. E garantindo desde o primeiro dia que, naquele ano eleitoral, os candidatos do governo e oposição no Rio Grande teriam o mesmo tratamento no jornal que passava a dirigir como editor-chefe. Era a primeira demonstração de que não mudara ao passar quatro anos difíceis em Brasília. Nesse mesmo dia assinei com meus novos colegas o documento sobre Vladimir Herzog, endereçado à Justiça. Na campanha para o Senado, Paulo Brossard do MDB seria o eleito, contando com os mesmos espaços jornalísticos de seu adversário, da Arena. Eu estava começando uma nova etapa, sabendo que a passagem por Brasília ainda me seria (como foi muitas vezes) questionada, mas tranquilo pelo procedimento adotado nos momentos difíceis que tinha enfrentado. E nos depoimentos de quem acompanhou minha atuação.

E como foi o convite para assessor do presidente?

O convite surgiu em Porto Alegre, quando numa manhã de domingo fui chamado à residência do general Médici, que já tinha sido indicado. Foi um diálogo curto e ele me indagou primeiro se tinha algum problema que me impedia de deixar Porto Alegre. Disse-lhe que a família estava em primeiro lugar e, se fosse o caso, ela me acompanharia, pois já desconfiava do que se tratava. Aí ele entrou no convite, dizendo suas razões. Estavam presentes os generais Figueiredo e Fontoura. Não respondi nesse dia, pois queria antes ouvir meus amigos que exerciam liderança política e os familiares. No dia seguinte, a convite, almocei com o líder (hoje senador) Pedro Simon e passamos em revista o cenário. Depois de mais outras conversas respondi favoravelmente, mas colocando em realce a importância de ser valorizado o diálogo com a imprensa. Médici, aliás, já vinha fazendo pronunciamentos pela TV e a sensação criada pelo que ele dizia era de uma abertura política.

Relação com o presidente

O General Médici era o comandante do III exército, com sede em Porto Alegre, mas nunca tive a oportunidade de entrevistá-lo ou manter algum diálogo. O jornal tinha um setorista militar que fazia o noticiário dessa área e outras afins. Médici era reservado sobre assuntos políticos. A partir de sua indicação e aceitação, é que passou a receber jornalistas, pois era inevitável que isso viesse a ocorrer.

Por isso quando insisti no contato frequente com jornalistas ele logo concordou... Foi minha primeira exigência e ele não discutiu. Pelo contrário, passou-me vários questionários que já tinha recebido de agências, jornais, revistas, todas que já apostavam na sua indicação e se credenciavam a ouvi-lo. E simbolicamente ele confirmou minha escolha passando na frente dos demais todos esses documentos: “Leia e decida a quem devo responder”

Larga na frente

A Assembleia Legislativa, onde passava quase todo dia, não perdeu tempo e decidiu dar logo seu voto de apoio ao ex-repórter e eu sentia apoio geral, sem saber bem o que me esperava. Não tinha carro e esse foi um problema sério na hora em que deixei o apartamento de Médici. Como fugir desse batalhão de jornalistas? Eu costumava engrossá-lo, exercia outro papel, mas meu amigo Joseph Zukauskas, colega da sucursal do Jornal do Brasil trouxe o carro para onde estava e saímos juntos. Foi o primeiro a saber de tudo, mas nada publicou até que eu o autorizasse. Estávamos acostumados ao jogo político... dos outros. Este era um caso raro.

A volta por cima

Tinha muita curiosidade. E um dado especial me estimulava: o grupo de Ruy Cirne Lima, atingido por atos institucionais que impediram sua eleição para governador dois anos e meio antes, estava sendo recrutado. Um bom sinal, afinal. O filho, Luiz Fernando para a Agricultura, o amigo Romeo Ramos para consultor-geral, o maior amigo de Ruy, João Leitão de Abreu para chefe da Casa Civil e o jornalista preferido de todos eles, inclusive chefe da redação do jornal que Ruy orientava, Carlos Fehlberg, para a Secretaria de Imprensa. Afinal, alguma coisa ia mesmo mudar. Sinais de reabertura do Congresso também eram confirmados pelo próprio Médici. E seus

discursos eram alvo de intervenções positivas na Assembleia. Havia, de fato, sinais de mudança no ar! Foram dias de expectativa na classe política que viu, afinal, o Congresso (reaberto) aprovar seu nome. A mudança estava em marcha. Quem duvidava? Médici acostumou-se logo a dar entrevistas: uma no QG a Murilo Mello Filho, outra na residência do ministro da aeronáutica, no Rio, tão logo foi confirmado pelo Congresso, e outra em Brasília para os jornalistas credenciados. Não demorou muito e falou a Armando Nogueira, que era também colunista esportivo do Jornal do Brasil sobre a Copa do Mundo.

A interferência

No Rio, quando veio de Porto Alegre, Médici faz uma visita ao ex-presidente Costa e Silva, em seu leito. Ele não fala, mas aperta muito sua mão. E segue para Brasília, onde após a posse solene começa a despachar e definir as linhas básicas do governo. Reencontro no Palácio o jornalista Abdias Silva, do Piauí, ex-colega, mas que passou grande parte de sua carreira na sucursal do Jornal do Brasil trabalhando com o outro Castelo, em Porto Alegre, o Lucidio. Agora estava com Carlos.

Médici e jornalistas

Assumo a Secretaria sem solenidade. Troco um abraço com Carlos Chagas que me faz algumas advertências e alertas. E passo a conversar com os demais já no meu gabinete. Sinto que o pessoal da segurança e ajudantes de ordens estão esbanjando poderes, mas faço chegar a Médici que ele não pode desprezar a mídia logo no início do governo. E que tipo de interferência ele pode exercer logo no início? E ele reconhece, mostrando criatividade ao propiciar algumas audiências em seu gabinete, o ingresso dos jornalistas credenciados, permitindo-lhes assistir o evento (presença de comissões, grupos representativos etc.) quando aproveita para, ao respondê-los sobre reivindicações e questões apresentadas, gerar declarações que fossem notícia. Não era tão comum, mas algumas vezes por semana, de posse da agenda, eu negociava já com regularidade essa presença do grupo de jornalistas no seu gabinete. Os credenciados, aliás, sempre estavam por perto e aproveitavam a oportunidade. Muitas vezes ao agradecer o grupo de visitantes que sempre trazia um convite para uma visita a

seminários, exposições etc, Médici falava agradecendo, mas inserindo na manifestação uma declaração que tinha endereço e virava uma boa notícia. Nessa operação a *ajudância* de ordens do Presidente também colaborava, informando cedo a programação presidencial. E abrindo caminho para o contato prévio com o Presidente.

Saindo de uma redação, como se deu essa transição profissional para o senhor?

Foi difícil e custei a absorver a mudança. Minha esperança era que o tempo passasse logo, pois no meu jornal, Zero Hora, as tentativas para retornar eram frequentes. Meu diretor Lauro Schirmer telefonou-me com frequência nesse sentido. Na Secretaria de Imprensa eu procurava manter algumas práticas jornalísticas, insistindo sempre na busca correta de informações, antecipações possíveis (que não criassem problemas), enfim tentado imprimir um estilo que lembrasse o jornal, em alguns momentos... Usando seus métodos. Para não perder a prática.

Qual o cenário encontrado na Secretaria de Imprensa, quando o senhor assumiu o cargo?

Encontrei um grupo experiente, que foi mantido, algumas dificuldades de relacionamento com a Agência Nacional que foram superadas e certa má vontade de alguns integrantes do serviço de segurança presidencial que foram sendo, aos poucos, absorvidas. Eles procuravam impor a sua autoridade desnecessariamente, criando mal-estar em determinadas oportunidades. Problema que foi sendo superado também graças ao diálogo mantido, mas sempre recorrendo ao ministro Leitão. Quando ele soube que queriam retirar a credencial de Abdias Silva reagiu como poucas vezes tinha visto. Ele conhecia Abdias do Correio do Povo de Porto Alegre e era seu amigo. E aproveitei o fato para ampliar a nossa “guerra”. Afinal de contas, os jornalistas que transitavam pelo Palácio estavam devidamente credenciados, não se justificando restrições que só criavam mal-estar, nada mais. As tentativas de reação, como esta, serviam para ridicularizar o excesso da área de segurança. E Leitão me observava: “Abdias tinha confiança do Breno Caldas em Porto Alegre e não será um segurança desconhecido que vai desmoralizá-lo. Vou falar com Figueiredo, chefe do gabinete militar logo.”

O que o fez decidir por uma reestruturação da Secretaria?

Não fiz uma reestruturação exagerada. O que eu queria, movido pela condição de jornalista e vivendo até há pouco tempo clima de redação, era tornar a Secretaria mais atuante, presente nos eventos, usando uma linguagem mais jornalística e atender, mesmo enfrentando dificuldades, as solicitações da mídia. Aumentou o número de textos, liberados com embargos, pois compreendia a necessidade dos jornais. Coloquei-me na posição deles e sabia que a reivindicação era legítima. Tornei realidade a presença de jornalistas no gabinete do Presidente para assistir audiências. Ademais, o melhor entrosamento com a Agência Nacional levou-me a estreitar nossos laços... Consegui contratar por seu intermédio dois excelentes redatores, que faziam muita falta na Secretaria, visando liberar o noticiário do dia com antecipação possível. Esta foi mais uma das medidas adotadas dando ao setor, tanto quanto possível, condições que interessava aos veículos: a liberação de notícias importantes em tempo útil, atendendo a dois interesses: o da Secretaria e o dos jornais. (Outra providência adotada foi acertar com a TV Globo que tinha os equipamentos necessários para gravar pronunciamentos do Presidente que iam ao ar em rede nacional. Duas figuras foram regulares nessa operação: Borjalo e Arnaldo Artilheiro)

E quais os primeiros resultados?

Levou o tempo necessário para estruturar bem o setor de imprensa, atendendo também antigas reivindicações da direção da Agência Nacional. Eu estava buscando soluções jornalísticas, típicas da iniciativa privada, levando a minha experiência para o serviço público. Nada muito fácil... Mas não demorou muito tempo para implantar essas medidas, pois todos entenderam a sua validade. Como abrir mão da TV, especialmente nos principais eventos e pronunciamentos. E, afinal, tinha sido através dela que Médici em Porto Alegre fizera as intervenções que começaram a credenciá-lo para o cargo.

Dicas para Médici?

O Presidente chegava ao Planalto já tendo lido duas resenhas. Uma preparada pela Agência Nacional, baseada nos jornais do dia, e outra do SNI, que fazia abordagens mais políticas sobre os fatos. Em seguida permanecia uma hora, a primeira da manhã, em reunião com os chefes da Casa Civil, Militar e do SNI, provavelmente debatendo os assuntos do momento. À tarde, após o almoço, a partir das 14 horas, a reunião de uma hora entre os três se repetia. O governo era passado a limpo pelo presidente e seus três principais ministros, regularmente. Era o balanço do dia e a busca de uma unidade de decisões. Esse era o momento mais importante, mas mantido sempre em reserva.”.

O que vinha de fora

Já em meio ao governo foi adotado um novo serviço na Secretaria de Imprensa para que as notícias veiculadas na imprensa internacional chegassem ao seu conhecimento.

De quem partiu essa decisão?

Foi uma iniciativa tomada depois da viagem dos correspondentes internacionais a Altamira, conhecendo as obras de rodovia da Transamazônica. Procuramos ver, através do Itamaraty, qual tinha sido o resultado de nosso esforço que quase foi inviabilizado pelo gabinete militar. E fomos surpreendidos: poucos acontecimentos no Brasil tinham recebido tamanha cobertura no exterior. Era a prova de que o sacrifício, apesar do mal-estar e tentativa de boicote do general Figueiredo, ainda na Casa Militar que tentou sustar a viagem deles dias antes, mesmo depois de confirmada pelo presidente. Tudo começou com a ameaça dos correspondentes deixarem o Brasil, pois estavam sendo mal-atendidos pelo Itamaraty. Minha proposta, feita na hora, tentando resolver o problema: ouvir um pedido dos correspondentes, capaz de superar o problema. E eles pediram algo que lhes interessava muito, uma viagem a Altamira (onde estava sendo construída a rodovia Transamazônica), no mesmo dia em que Médici lá estivesse. Vendo que essa era a saída, aceitei a proposta e voltei a Brasília, diretamente para o gabinete de Médici, relatando o ocorrido. Ele aprovou e pediu para falar com o general Figueiredo para incluí-los na viagem que ocorreria três semanas após. Falei com o general que anotou, mas já de má vontade. A poucos dias da

viagem o general foi ao meu gabinete dizendo que não daria para levar os correspondentes, pois o número de convidados oficiais era enorme... Diante da surpresa articulei-me com os ministros Mário Andreazza e Costa Cavalcanti. Consegui avião e apoio para o grupo de correspondentes, contando ainda com o Itamaraty. Mas a surpresa dos generais Figueiredo e Medeiros no dia do encontro, com a chegada dos jornalistas estrangeiros, foi indescritível... Eles julgavam superado o “problema”. Médici falou longamente com eles, almoçou e tratou-os diplomaticamente...

A outra ideia

O sucesso da empreitada e o interesse pelo Brasil levou a outra proposta, que não precisava mais do “OK” de Figueiredo, mas agora do Itamaraty que também estava favoravelmente surpreendido: criamos um núcleo, sob execução do Reinaldo, que receberia todas publicações possíveis do exterior, buscando identificar o que se dizia do Brasil. E era muito. Notícias graves, denúncias que não eram publicadas aqui, talvez por censura ou medo. O passo seguinte foi produzir cadernos especiais, mensais, com texto traduzindo as notícias desfavoráveis, denúncias que não eram conhecidas por aqui, mas ocorriam aqui. E quase totalidade desfavorável ao país, mas não divulgada por aqui em função da censura. Desta forma fazia chegar ao Presidente a realidade existente. E entregava também um exemplar ao chefe da casa Civil. Esses cadernos passaram a ser produzidos mensalmente.

Argentina

Ocorreram ainda outros momentos delicados no campo externo: a inconveniência do presidente Richard Nixon, quando recebeu a visita de Médici, dizendo em seu discurso que para onde fosse o Brasil iria a América Latina, tentando valorizar a posição brasileira mas que gerou reações dos vizinhos, o primeiro dos quais foi a Venezuela. Com a Argentina o confronto foi maior e envolveu o projeto de Itaipu, contestado a ponto de só ser resolvido na ONU, graças à experiência do ministro Gibson Barbosa. Ainda como reflexo da fala de Nixon, o presidente da Argentina, Alejandro Lanusse tentou boicotar o projeto brasileiro. E não satisfeito em vir ao

Brasil, contestá-lo em plena recepção no Itamaraty, recorreu à ONU sob o pretexto de que uma das consequências seria a poluição. Foi então que brilhou a competência do ministro Mário Gibson Barbosa, que lá contestou os argumentos, logrando obter aprovação para a obra.

Sequestros

Outra surpresa enfrentada pelo governo foram sequestros de diplomatas, todos resolvidos mediante negociação com troca de prisioneiros políticos ligados aos grupos envolvidos, alguns estrangeiros.

Atividade

A movimentação política e os debates externos começaram a crescer, mas aos poucos as atenções começaram a voltar-se para a sucessão. A escolha do general Ernesto Geisel não surpreendeu. O governo chegava ao fim e, diante de consultas, reafirmei que estava decidido a voltar ao meu jornal, Zero Hora, no Rio Grande, de onde saíra, recusando qualquer vantagem ou nomeação. A RBS já contava comigo para o salto que daria na década seguinte e eu com ela para retomar o jornalismo, paixão antiga que me fizera deixar em segundo plano o exercício da medicina. Assumi em Porto Alegre, sob euforia, e nesse mesmo dia assinei com meus novos colegas o documento sobre Vladimir Herzog, endereçado à Justiça. Logo reuni a editoria política pedindo isenção na cobertura na disputa pelo Senado: Paulo Brossard, pelo MDB, foi o eleito.

SEGUNDA MATÉRIA

Como era a frequência das entrevistas do Presidente?

R: O Presidente Médici dava poucas entrevistas. Começou em Porto Alegre, continuou no Rio e Brasília, nos primeiros meses após a posse, e, nos primeiros meses, seu número até surpreendeu. Mas depois veio o retraimento, interrompido quando na festa da Copa do Mundo, no Palácio Alvorada, os jornalistas credenciados presentes o entrevistaram por quase uma hora. Foi quando saiu aquela frase que virou

slogan “Ninguém segura este país”. Mas o número de entrevistas continuou reduzido. Em compensação, ele aumentou o número de intervenções em rede nacional para fazer pronunciamentos. Em viagens ele muitas vezes falava, mesmo pouco, aos jornalistas da localidade, mas se retraiu porque não queria entrar no debate político, segundo argumentava o chefe da Casa Civil. As manifestações do Presidente eram encaminhadas também para a Agência Nacional distribuir aos órgãos de imprensa e usá-las no programa A Voz do Brasil nas emissoras de rádio.

P: Quais os limites comunicacionais entre a Aerp e a Secretaria de Imprensa? O que as diferenciava dentro do Governo?

R: Os limites estavam bem claros e nunca houve qualquer tipo de problema. A Aerp, liderada pelo coronel Octávio Costa, cuidava mais da imagem do governo e a Secretaria de divulgação e atividades do Presidente, especialmente medidas administrativas.

P: A Secretaria produzia releases para a mídia?

R: Sim. E enviava para a Agência Nacional que tinha a responsabilidade de sua distribuição à imprensa e veiculação na Voz do Brasil. Não eram todos os jornais que tinham jornalista credenciado no Planalto.

P: Veículos de esquerda sofriam algum tipo de retaliação por parte dessa divulgação?

R: Não havia nenhum tipo de discriminação. Quanto maior a divulgação, melhor.

P: De que forma a Secretaria atuava como assessora nos eventos públicos?

R: A Secretaria cobria jornalisticamente os eventos públicos e distribuía o noticiário, via Agência Nacional, aos veículos de comunicação. Na realidade, os jornalistas credenciados estavam sempre presentes, incluindo viagens nacionais, e não chegavam a depender da Agência, mas era expressivo o número de jornais médios e menores que recorriam ao noticiário oficial. Já os eventos políticos eram cobertos pela área política de cada veículo que possuíam excelentes editores e repórteres.

P: A Secretaria foi impedida de disponibilizar informações ou acesso dos jornalistas ao presidente durante a cobertura de eventos políticos?

R: Não me recordo de fatos dessa natureza envolvendo a Secretaria. O que pode ter ocorrido em alguma oportunidade foi um excesso (exagero) do serviço de segurança diante da proximidade de jornalistas ao Presidente. Fato sempre recriminado pela Secretaria que conhecia bem o Presidente e sabia que, perguntado, ele responderia qualquer pergunta sem problemas.

P: Qual era o procedimento quando se existia um conflito de interesses?

R: A orientação, em princípio, era buscar uma solução harmonizadora ou na impossibilidade adotar o melhor caminho.

P: Existia censura dentro da Secretaria? Se sim, ela vinha sob que forma?

R: Nunca existiu censura dentro da Secretaria. Havia reações, isso sim, contra as ações da Polícia Federal quando atuava nesse sentido diretamente no jornal com comunicados ou proibições. Certa vez recebi das mãos de um jornalista um comunicado escrito proibindo a divulgação de determinado fato que não me recordo mais. Levei ao conhecimento do Presidente e da Casa Civil. E soube que repercutiu pelo absurdo da tentativa.

P: O SNI influenciava as ações da Secretaria de Imprensa, já que Médici também foi chefe de lá por um tempo?

R: Não. O diálogo entre SNI e Secretaria de Imprensa era nulo. Não existia. E não havia razões para isso. E um dado a mais: nunca recebi recomendação ou sugestão do SNI sobre alguma providência jornalística. Na Secretaria de Imprensa estiveram muitas autoridades, inclusive de passagem, certa vez, o próprio Médici. Mas o SNI ficou sempre ausente. Já o general João Figueiredo foi só uma vez, quando tentou inviabilizar a viagem dos correspondentes estrangeiros à Amazônia. Não conseguiu e nem voltou mais.

A ideia nova

O sucesso da empreitada e o interesse pelo Brasil levou a outra proposta, que não precisava mais do “OK” de Figueiredo, mas agora do Itamaraty que também estava favoravelmente surpreendido: criamos um núcleo que receberia todas as publicações possíveis do exterior, buscando identificar o que se dizia do Brasil. E era muito.

Notícias graves que não eram publicadas aqui, talvez por censura ou medo. O caminho foi produzir cadernos (com fac-símiles) e textos traduzindo as notícias. A quase totalidade desfavorável ao país, mas não divulgada por aqui. Desta forma fazia chegar ao Presidente a realidade existente, que não era a que se lia ou ouvia diariamente. Reynaldo, jornalista e advogado, ficou encarregado com apoio de produzir esses cadernos. Todos encaminhados a duas autoridades, mês a mês: Emílio Médici e Leitão de Abreu.

Mais algumas respostas

A relação mantida com o coronel Octávio Costa, chefe da Aerp, era das melhores. Conversávamos com frequência e uma das qualidades que dele guardei foi a de, mesmo informado, nunca concorrer com a Secretaria de Imprensa. Tínhamos bem claro os limites de cada um. As obrigações estavam bem claras e eram seguidas sem nenhum problema. Em matéria de informação, a responsabilidade sempre ficou com a Secretaria de Imprensa e Octávio Costa me dizia, brincando, que nem “off” ele soltava... Esse era um risco que existia pois seus contatos com o Presidente e outras áreas eram frequentes. Ele cuidava da imagem do governo, escreveu alguns dos textos usados pelo presidente em rede nacional, criava slogans, mas em meio a tudo isso cuidava (e sempre me disse isso) de não invadir a área da informação.

4- Existia algum tipo de release aos jornalistas na cobertura de eventos políticos?

Os eventos políticos eram cobertos pela área política de cada veículo que possuíam excelentes editores e repórteres. Esse fato praticamente dispensava a divulgação de algum dato político pela Secretaria, salvo caso excepcional. Mas não era sua função.

5- De que maneira os eventos eram divulgados pela mídia?

Alguns eventos de importância poderiam ser transmitidos através de uma rede nacional de rádio ou TV, convocada pela Agência Nacional. Mas eram raros. Em geral o que ocorria era a cobertura pelos próprios veículos e seus jornalistas credenciados.

Cenários

Em Brasília, depois de indicado e eleito, já no Palácio do Planalto, Médici começou a proporcionar, a partir de determinado momento, outra realidade. O novo cenário mudava, diante do que ele havia prometido e anunciado nos meses que antecederam a posse. As entrevistas de Médici, depois das concedidas em Porto Alegre, Rio e Brasília, esta para os jornalistas credenciados, sofreriam um expressivo intervalo. Era uma outra realidade. Nessas mudanças até jornalistas credenciados passaram a ser visados. O cenário já surpreendia naquele primeiro ano de governo, pois pronunciamentos que previam mudanças tinham gerado uma grande expectativa, que não se confirmava. Tive compreensão de companheiros de Secretaria, mas eu não estava preparado (nem aceitava) viver um jogo duplo: uma linha de ação com abertura no início e uma posição radical mais tarde! Claro que as explicações envolviam sempre a mudança de cenários. Mas eu tinha ido compartilhar de uma abertura e senti alterações, sempre atribuída ao "adversário..." A mudança de linguagem em pronunciamentos oficiais, sobretudo, chamou atenção. E uma pergunta que fiz várias vezes nunca bem respondida, ainda prevalecia e vale repetir: com a receptividade obtida no início, antes mesmo de assumir, diante dos pronunciamentos (com promessas) bem recebidos, o governo não teria o apoio público e político necessários para enfrentar problemas inesperados? E cumprir o prometido?

No entanto mudou de rumo, sempre atribuindo às ações de setores da esquerda. Por isso os anos setenta acabaram considerados como tempo de contradições. E isto porque a repressão dominava, embora fosse esperado e prometido tempo de distensão. Registrava índices de crescimento econômico, mas não evitava a concentração de renda. Com o AI-5, o arbítrio mais se fez sentir, além de censura aos meios de comunicação. Uma avaliação que passou a ser denunciada com maior intensidade, principalmente após a redemocratização e liberdade de imprensa.

E nas conversas com o chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, eu cheguei a admitir minha volta ao Rio Grande, mais de uma vez. Ele sempre ganhou tempo dizendo que o cenário mudaria... E ainda tentou levar-me, de volta, quando assumiu a chefia da Casa Civil de outro presidente, o general Figueiredo, o último deles. Mas desta vez resisti e não aceitei. E o surpreendente: minha nomeação já estava assinada para subchefia. E foi um dos assessores, Álvaro Franco, a quem telefonei às pressas que confirmou o ato, mas não publicou diante da posição que lhe transmiti.

Perseguição

Meu antecessor, Carlos Chagas, que tinha uma posição crítica sobre o governo, chefe da sucursal de O Estado de São Paulo, também enfrentou dificuldades. Uma delas foi o acompanhamento do encontro entre os presidentes do Brasil e Argentina no Itamaraty, diante da negativa do Planalto em incluí-lo na relação dos credenciados especiais. Era um revide, jamais um caso de segurança! No caso de Carlos Chagas o constrangimento era maior porque de São Paulo, o diretor do jornal, Oliveiros Ferreira, tinha obtido credencial, e o chefe da sucursal ficaria numa posição incômoda e desagradável se não pudesse acompanhá-lo. Reabri o problema internamente, pedindo ao chefe do gabinete civil que se empenhasse junto à área militar para voltar atrás. Disse-lhe que não estava em jogo qualquer problema de segurança, mas pura retaliação e assim era difícil trabalhar. Leitão falou com Figueiredo e este revisou a decisão depois de muito relutar. Chamou-me ao seu gabinete, expôs suas razões, mas reconsiderou o veto que a segurança presidencial, que lhe era subordinada, havia oferecido a Chagas:

“Este é um gesto em consideração a ti, pois não gosto dele!”

Não perdi a oportunidade de dizer que não poderíamos gostar ou não de todos os jornalistas, nem invocar questões de segurança para afastá-los. E não cabia escolher jornalistas, pois esta tarefa era de seus veículos.

Fotógrafo visado

Da equipe de O Estado de S. Paulo, o fotógrafo, Adão Nascimento, encontrou também restrições da Segurança da Presidência. Várias vezes tive que interceder pessoalmente, pois no início um agente de segurança tentava sempre impedi-lo de fotografar dentro do Palácio, ao lado dos demais. Dificuldades acabaram contornadas. Adão acabou atuando também para a própria Agência Nacional ligada à Secretaria de Imprensa, bom fotógrafo que era. Assim de profissional indesejado passava a acompanhar e cobrir os eventos oficialmente! O que mostrava o equívoco e a inconsistência das denúncias. Um bom número de restrições oferecidas, aliás, nada tinha a ver com segurança, mas envolvia antipatias pessoais e políticas.

Anexo 4: Entrevista Evandro Paranaguá

P: Uma sugestão... Você tem hora marcada, não?

L: Não, não. De jeito nenhum.

P: Então vou dar uma sugestão a você. Você... Isso é um jornal antigo, era um jornal semanal que havia em Brasília. Antes de ler, é verdade que essa matéria aqui tem 27 anos. Se você desse uma lidinha nessa parte aqui assim, isso já dava um background de informações pra gente conversar melhor.

L: Ah, tá joia...

P: Tá? Fica à vontade...

L: Você era do Estadão, não era? Que eu li...

P: A maior parte do tempo sim. Eu trabalhei 18 anos no Estadão.

L: Ah, que eu li...

P: Se você... Parece que em dez minutos você lê esse troço aí eu acho que você se situa melhor na... Você quer que aumente um pouquinho aqui, tá calor?

L: Não, tá tranquilo...

P: Tá bom assim?

L: Tá ótimo, obrigada.

(...)

Ah, deixa eu te entregar aqui enquanto eu leio... Isso aqui é a autorização.

P: Ah, pois não. Deixa eu pegar aqui minhas lunetas.

L: Esse é só um roteirinho, Evandro. Não tem...

P: Não, tudo bem...

L: Porque geralmente nem segue, eu nem sigo...

P: Por que você se ateu a Costa e Silva e Médici?

L: Eu ia fazer sobre o Médici só que aí depois quando eu fui fazer a qualificação...

P: E não sobre os generais presidentes de um modo geral, você acha que ficaria muito longo a tese...

L: É longo pro Mestrado.

P: Pro Mestrado...

L: Se fosse pra um Doutorado dava pra fazer mas pro Mestrado fica muito longo.

P: Aham.

L: Que ainda tem a análise de dados e é isso que pesa mais.

P: Aham.

L: Aí como eu já falei com o Chagas e com o Fehlberg também, aí fica mais...

P: O Fehlberg tá em Porto Alegre, né?

L: Tá. Mas aí ele não... Eu falei com ele uma vez por telefone e só também. E por email, ele respondeu mais por email. Agora o Chagas é aqui, o Chagas é perto. É mais tranquilo. Evandro, eu queria só assim, pra colocar no trabalho, que você falasse como é que foi sua trajetória...

P: Só uma passagem... Chagas eu conheço desde a faculdade da PUC, porque minha origem é de advogado, eu me formei em 61 na PUC em Direito e ele se formou um ano antes. Então nós nos conhecemos desde 1957. E uma das razões pelas quais eu fui bater no Estado de S. Paulo foi quando ele foi pra ser diretor da Sucursal aqui. Eu vi que tem uma pergunta aí no meio, né?

L: É, sobre ele...

P: Bom, então você pode fazer...

L: Primeiro assim, começando, como é que foi sua trajetória jornalística durante a Ditadura?

P: Bom, eu preciso dizer o seguinte. Eu comecei no jornalismo... Tá gravando?

L: Tá...

P: Sim, sim. Eu comecei no jornalismo muito tarde em termos de idade, vamos dizer assim, já com quase 30 anos porque até então eu advogava. E advogava com, não só durante minha permanência na PUC durante os cinco anos no Rio, como estudante de Direito num escritório de advocacia e depois aqui em Brasília num grupo Rocha-Miranda que era um grupo poderoso. Era um grupo que tinha a Panair do Brasil, aquela empresa aérea, FIRMAS Exportadora de café... Era um grupo muito poderoso. Mas havia, houve divergências de natureza políticas e pessoal entre a cúpula desse grupo e a cúpula da ditadura de então em sua primeira etapa, governo Castello Branco. Então esse grupo foi expelido da atividade empresarial praticamente manomilitar e muito mais do que jurídico. Consequentemente, nesse momento, eu que já era funcionário do Senado, trabalhava no setor de divulgação de jornalismo, desde 1961, concomitantemente com a atividade jornalística fiquei com algum espaço pra fazer outras coisas e entrei, mas entrei de cara no jornalismo político. Então comecei aí, imediatamente depois do Golpe de 64.

L: E como é que foi assim pra... Você tinha dimensão... Porque ontem eu falei com o

Luiz Barbosa e ele falou que não tinha essa dimensão do momento que vocês viviam, vocês não... Não dava pra entender como é que era esse referencial que teria daqui 30 anos depois. Pra você foi a mesma sensação ou não? Ou você sabia que depois do Golpe de 64, cobrir política seria...

P: Não, isso não me passava pela cabeça. Eu tava indignado... Olha, é preciso que se diga. O mundo não se divide entre mocinhos e bandidos. Naquele momento, em 64, havia realmente uma radicalização. Isso é histórico, tá em todo lugar. Até as pedras sabem disso. Havia uma radicalização muito forte na sociedade brasileira. Mas acontece que desde o primeiro momento ficou caracterizada a brutalidade, a violência, a prepotência, o arbítrio, essa coisa toda que foi numa escalada muito grande. Esse processo foi engrossando em todos os sentidos, ganhando consistência até culminar no AI-5 e toda a barbárie subsequente, não é verdade? Mas especificamente em jornalismo, eu não me preocupava muito nisso, me preocupava mais como cidadão até porque naquele momento do Golpe eu não exercia o jornalismo. O Luizinho, que também é amigo de longa data, é amigo de 50 anos, ele começou no jornalismo muito mais cedo do que eu, embora seja uma pessoa da minha idade mais ou menos, entendeu? Então a minha visão era de um cidadão indignado e não de um jornalista cerceado. O que viria a acontecer posteriormente.

L: Entendi... Aí depois disso você passou a trabalhar aonde?

P: Olha, eu trabalhei no Globo, sempre na área política. Sempre cobrindo... Quer dizer, sempre na área política mas inicialmente só no Congresso. Diga-se de passagem, eu falei há pouco que era funcionário do Senado então pra acumular as duas coisas, eu trabalhava à noite ou de madrugada no Senado fazendo clipping, que era uma forma de informar as suas excelências na hora que acordavam, junto com o café da manhã, tinha um clipping na porta e eu participava desse processo, era minha atividade, pra não parecer também que eu ganhava sem trabalhar, isso é uma ressalva pessoal que eu faço. Mas então eu comecei a trabalhar no Globo e foi muito bom. Foi muito bom porque em função do... Enfim, cada um tem o seu jeito de ser... Talvez em função do meu jeito discreto e procurar ser respeitoso e tudo isso eu posso dizer que fui “adotado” por figuras que eram exponenciais naquela época. Uma delas o Castelinho, o Carlos Castelo Branco, que geralmente não ia ao Congresso. Ele trabalhava por telefone, da sua sala no Jornal do Brasil. Eventualmente ia. Então pelo Castelinho, pelo Evandro Carlos de Andrade, pelo D’Alembert Jaccoud, quer dizer,

por figuras exponenciais. Entre outros. Mas vamos ficar nessa santíssima trindade assim em matéria de qualificação profissional. Então... E todos se tornaram amigos queridos. Então pra mim foi muito bom porque o jornalismo naquele tempo era feito de uma forma diferente, não havia essa multidão, esse bando sem ser... Sem que isso vá nada pejorativo. Esse corre-corre, esse gravador. Você ia tomar chá com o doutor Ullysses, ia bater um papo com o Thales Ramalho, com o Pedroso Horta, com o Martins Rodrigues, enfim... E com o pessoal da ARENA. Porque então era só ARENA e MDB. Aliás, ARENA e MDB foi depois de outubro de 65, foi depois do AI-2 que extinguiu os antigos partidos. Antigos PSD, DEM etc, etc, etc... Foram... Você conhece essa historia toda, tão bem quanto eu seguramente ou até melhor. Então a partir daí... A coisa é essa, mais ou menos. Eu comecei pela mão de figuras assim, de grande relevo, de grande destaque. E isso me facilitou o gosto pelo trabalho na área política que juntou aí o útil ao agradável. Era uma fonte de renda e era um espaço pra dar vazão à minha indignação com aquilo tudo. Se bem que como um simples repórter político eu não tinha espaço. A não ser pra, vamos dizer, ser um pouco mais que um registrador de fatos sem espaço pra análise, interpretações e comentários, coisa que eu viria ter mais tarde no Estado de S. Paulo, durante muitos anos com coluna assinada, tudo isso.

L: Você ficou no Globo até quando, Evandro?

P: Olha, eu estive no Globo duas vezes, nunca por muito tempo. Eu estive no Globo, estive no Última Hora, trabalhei com o Flávio Tavares. Aliás, o Flávio Tavares foi jantar na minha casa uma semana antes dele ser preso, como o doutor Falcão no movimento articulado aí no Triângulo Mineiro, esse negócio todo... Que evidentemente eu não sabia nada disso. Se soubesse o teria recebido com mais gosto ainda mas não sabia e nem poderia saber porque não fazia parte da conspiração, minha atuação foi sempre com a maior indignação e contundência possível mas sempre no plano estritamente profissional e da cidadania, né? E trabalhei na Veja também. Trabalhei no número zero da Veja aqui com o Pompeu de Souza.

L: Ah, já com o...

P: Já com o Pompeu. Foi o primeiro diretor da Veja em Brasília. Número zero, você sabe, antes da Veja ir pra banca, quando você tá fazendo aquele aquecimento interno. Você faz aquela edições pra treinar, vamos dizer assim...

L: Isso foi em sessenta e... três, quatro...

P: Olha, o espaço eu sei que foi aqui, o tempo se dilui aí. Foi quando a Veja nasceu.

L: Que eu li um pouco sobre a Veja mas eu li por cima, assim...

P: Quando a Veja nasceu, pois é, Editora Abril.

L: E você era credenciado ou não? Você cobria política pelo jornal assim...

P: Olha, veja bem... O credenciamento é um tema que por si só dá margem a uma conferência. Aliás, eu tô participando agora da comissão da verdade, do Sindicato dos Jornalistas, quer dizer...

L: É, eu vi...

P: Que é uma... Vamos dizer assim, é uma subsidiária, um dos pequenos ramos da grande Comissão da Verdade. Grande na sua colocação institucional, não tão grande na sua atitude que eu acho que tá... Agora parece que tá melhorando um pouquinho que eu o Paulo Cesar Pinheiro acho que era meio frouxo, no meu entender. Mas enfim, eu não quero ficar fazendo digressões. O próprio Chico Pinheiro, que você conhece, tá fazendo um trabalho sobre credenciamento, até pediu pra conversar com ele fora da reunião e tal mas não tive oportunidade ainda. Mas eu dizia, esse credenciamento... O Chico Pinheiro, não! O Chico Pinheiro é do Globo. Chico Sant'Anna! Chico Pinheiro eu não conheço, só de ver na televisão. Chico Sant'Anna. Mas enfim, o negócio é por aí, só o credenciamento dá margem pra um, pra conversar horas. Mas sim, era credenciado no Senado ou na Câmara porque pra frequentar o espaço físico, não apenas pra ter acesso, aí qualquer cidadão pode ter, mas pra ingressar no Plenário e em certas dependências mais restritas, era necessário o credenciamento. Então eu era credenciado, alternativamente no Senado ou na Câmara.

L: Pelo Planalto nunca foi?

P: Fui. Até que me cassaram a credencial.

L: Aí isso foi quando, Evandro? Foi em qual governo?

P: Me cassaram a credencial foi no governo Médici, governo Médici... Bom, duas coisas concorreram aí... Você tá entendendo? Eu posso falar sobre isso aí, sobre credencial e cassação?

L: Evandro, é porque como é pesquisa acadêmica, entrevista acadêmica, você fica à vontade assim pra falar...

P: Não, pois é. Eu ia dizendo o seguinte. O Planalto muito mais rígido, né? Porque ali era o centro do poder. E eu, a rigor, a partir de certo momento, eu passei a cobrir o Poder. Não necessariamente apenas... O Poder sobre seu viés político, não é? E

consequentemente institucional, decisório e o poder emanava do estamento militar. Em última análise dos quartéis, dos militares, como um todo, não é? Então eu passei a frequentar também o Palácio do Planalto e a área militar pra conversar, não necessariamente pra cobertura de área de um episódio militar qualquer, embora isso eventualmente pudesse acontecer. Mas com o foco principal em procurar entender aquelas coisas todas, entender aqueles mecanismos sutis da sucessão presidencial, aquela luta de bastidores, aquelas coisas todas. Que se você se ativesse ao Congresso e se limitasse ao Congresso, você tinha, sim, muitas informações. Até porque haviam parlamentares da ARENA que eram muito ligados à área militar e você também tinha essa convivência profissional. Então por maneiras indiretas você ficava sabendo das coisas, em certa medida. Mas a fonte primária é sempre a mais interessante. Consequentemente cobrindo o Poder, eu circulava nesse tripé: Congresso, área militar e Palácio do Planalto. E eventualmente o Ministério, conversar com ministro, tudo isso, sem ser credenciado em Ministério. Há não ser Ministério Militar. Na área militar há muito formalismo então pra eu poder ir, por exemplo, lá no Setor Militar Urbano conversar com o general fulano, coronel ciclano, esse negócio todo, você tinha que ter um credenciamento. Senão era um processo... Não que não pudesse necessariamente chegar lá mas era mais complicado. Então o credenciamento, que eu acho em última análise, um cerceamento da atividade jornalística porque quem tá, sem nenhum elitismo, quem tá vendendo banana na rodoviária não vai ter interesse em conversar com o general lá. Porque quem vai lá é porque tem alguma coisa. E se há alguma reciprocidade, alguma confiabilidade até porque é um lugar cheio de seguranças, a pessoa não precisa de tanto formalismo. Mas é uma tradição brasileira esse negócio de credenciamento, né? Então, resumindo... E se eu tô prolixo demais você me corte, viu?

L: De jeito nenhum, Evandro. Pode ficar tranquilo.

P: É, tá bom. Então eu era credenciado nesses lugares aí mas a minha atividade principal mesmo era no Congresso. Agora no Palácio do Planalto tem coisas interessantes. Falando em credencial, por exemplo, eu não era bem visto no Palácio do Planalto porque o que eu fazia... Porque mesmo antes de ter coluna no Estado de S. Paulo, isso foi nos anos 70, ao longo dos anos 70; eu sempre... Às vezes tinha matérias assinadas ou matérias identificadas pelas minha iniciais, esse E. P., esse E. P. que você viu aí. E sempre que eu podia... Aí já era diferente, aí já era uma espécie de

aquecimento pra coluna que viria posteriormente, já era um degrau acima, vamos dizer assim, na trajetória jornalística. E sempre que eu podia, e podia com muita frequência porque o Estado foi um jornal que, justiça se lhe faça, foi um jornal que teve muita coragem pra enfrentar a Ditadura. Você vê que o Estado publicava Camões e o JB receita de bolos, né? Isso é uma maneira possível de protestar contra a censura. Então, o Estado abria assim espaços bastante generosos pra mim, particularmente. Até pela minha amizade com o Carlos Chagas que vinha em tempos, em memoriais, tudo isso e enfim. O fato é que eu era contundente. Em português claro, eu, nas análises e em tudo que eu dizia, eu dava porrada mesmo. Na medida em que isso era aceito pelo jornal e era. Naturalmente muito duro na essência mas, vamos dizer, correto em termos de vista de vernáculos, sem grosseria, sem agressões, de uma forma adequada mas muito duro na essência, né? De maneira que eu era sempre visto ali com aquele sinal amarelo piscando a caminho do vermelho. E houve dois episódios que eu acho que contribuíram muito pra isso. Um deles foi um dia que a Zuzu Angel baixou lá no Congresso e... Eu tenho uma história muito comprida com o negócio da Zuzu Angel, eu não sei se cabe contar aqui.

L: Evandro, fica à vontade. Pode...

P: Depois eu conto os antecedentes, vamos aos consequentes então. A Zuzu Angel apareceu e ela já era uma figura marcada. Então, o pessoal da oposição, sobretudo o pessoal do grupo Autênticos e tal sempre ali muito solícito, muito participante, procurando ajudar na medida do possível. Ela já indignada com aquele negócio todo da morte do Stuart, filho dela naquelas circunstâncias bárbaras. Essa é a história do Brasil contemporâneo. E ela queria, ela disse: Não, eu vou para o Palácio do Planalto. Aí, Palácio do Planalto?! O pessoal da ARENA não ia levá-la ao Palácio do Planalto, o pessoal do MDB, ainda era MDB, isso foi antes; o pessoal do MDB não tinha acesso ao Palácio do Planalto. Eu era credenciado no Palácio do Planalto. Então eu falei: Não, Zuzu, você, (você, senhora, não me lembro, intimidade não tá nisso, tá em outras coisas). Dei o braço a ela e fui com ela pro Palácio do Planalto. E era conhecido ali na entrada e tal. Só eu que tenho... Fui falar com o coronel Octávio Costa, que era homem da AERP, Assessoria Especial de Relações Públicas, no governo Médici... “E essa senhora aqui está comigo e ela tem um interesse muito grande de falar com ele, eu gostaria de poder acompanhá-la.” Como era conhecido ali naquela portaria e tal. Enfim. Encaminhei-a até o gabinete do Octávio Costa. Fiquei

na... Depois disse a ele a que vinha. Ele era um homem muito educado, quer dizer, exerceu uma função assim difícil, de ser representante direto do Médici era quase que tapar sol com a peneira. Mas ele pessoalmente era um homem muito educado, muito cordial e enfim, não tô aqui pra avaliar o Octávio Costa. E levei lá e naquele momento a Zuzu Angel externou toda a sua indignação. Eu, que senti o clima do negócio, fiquei, percebi que seria mais adequado deixá-los assim mais à vontade, fiquei na ante-sala. Ele trocou um olhar comigo de como quem diz “espera aqui”, eu esperei e ela ficou lá um bom tempo com ele. Eu senti que era uma conversa sobretudo da parte dela, nuns decibéis assim mais elevados. Não da parte dele. E saí de braços dados com a Zuzu Angel cuspidando marimbondos pelos corredores do Planalto. Isso já me marcou muito. (26’47’’) E a segunda... Aí eu já fiquei na marca do pênalti literalmente. A segunda vez foi quando eu já tinha... Eu tinha uma coluna no Estado de S. Paulo, na segunda página, era uma coluna importante, é a coluna que escrevia o Carlos Chagas, o Villas-Boas Corrêa no Rio, um dos Mesquitas frequentemente escrevia. Então pra mim foi muito honroso do ponto de vista jornalístico eu ter um espaço num dos dias da semana, que era um espaço mais nobre do ponto de vista... Era a coluna da segunda página. E o meu dia era um dia muito bom, era a quarta-feira que o mundo político tá concentrado em Brasília, não é? Então num dia desses eu escrevi um artigo cujo título foi o seguinte: Aqueles que nos julgam. Era uma pancadaria só no SNI, que era o todo poderoso em termo de SNI, mas eu citando fatos, citando fatos e vamos dizer assim, praticamente, *indesmentíveis* embora preservando as fontes mas deixando a lenhaça velada que aqueles fatos eram documentados e podiam ser provados. Então em português claro, me desculpa a expressão vulgar, ficaram putos da vida, né? Eu terminava... Bom...

L: Isso ainda no Médici? Ou já no Geisel?

P: Não, isso foi no Médici ainda...

L: No Médici, então mais...

P: Foi no Médici ainda. Aí me cassaram a credencial, me cassaram a credencial e cassaram a credencial assim, *urbi et orbi*, assim, geral. Negócio de Planalto, Exército, não sei quê lá e tal. A coisa ficou mais difícil. Mas a essa altura já tinha estabelecido muitos contatos pessoais, muitas pontes, inclusive com muitos militares que apesar de crentes no 31 de março/1º de abril em função de comunismo visceral e acreditando no olho de Moscou, essas coisas toda, né? Já tinham se tornado dissidentes em função

sobretudo dos caminhos “Revolução”. Sobretudo sobre o que diz respeito aos porões da Ditadura. Então isso me permitiu tocar em frente independente de ser credenciado ou não que eu já tinha feito a minha sementeira e já tava colhendo. Se fosse num primeiro momento teria sido impossível. Nesse segundo momento a credencial tornou-se quase...

L: Irrelevante.

P: Irrelevante pra mim.

L: Aí você conseguia então essas informações tanto oficiais, assim, pelos militares como pelos jornalistas que lá frequentavam ou que tavam...

P: Oficiais coisa nenhuma. Era tudo oficioso, tudo em off. Se você for buscar oficial, informação oficial na área militar em tempo de ditadura ou através dos dirigentes da ARENA, é tudo oba-oba, é a contrafação da história, é mentirinha, embalada em papel de presente. Quer dizer, não quer dizer que você... Isso oficial. Agora em off, que eu acho, como diz aí nesse papelzinho que você viu nessa entrevista, é uma, vamos dizer assim, uma coisa, uma instituição sagrada, ótima. Não pra ocultar covardias mas pra permitir a circulação de notícias na base da confiabilidade em situações específicas, sobretudo em regimes fechados, em ditadura.

L: O próprio Chagas, ele disse que usava o off também no período da Junta Militar, que era mais difícil, que dava, ele ligava pros jornalistas e soltava...

P: É, o Chagas foi Secretário de Imprensa do Costa e Silva num determinado momento, né? Vem cá, só por curiosidade, com quem que você conversou até agora, desse parque jurássico?

L: Eu conversei com o Chagas, né? Com o Fehlberg, por email, o Scartezini, o Luiz Barbosa e agora você.

P: Quem mais você vai ouvir?

L: Aí semana que vem eu escuto o Hélio Doyle.

P: Ah, muito bom. Aliás, todos esses que você falou... O Fehlberg eu só convivi com ele no tempo que ele teve em Brasília, né? Depois eu vi que tem uma pergunta do Fehlberg então deixa pra depois. Mas todos os demais eu convivi intensamente, pessoas...

L: São tudo do mesmo...

P: Alta qualificação, profissional e pessoas sérias, sobretudo. Aí você fala... Vem o Helio Doyle também tá nesse time aí.

L: Que não conseguiu credencial, que ele falou... Que como ele tinha uma militância política...

P: Uma militância política, ele foi fundador do PT. Ele com o Armandinho Rollemberg, pelo menos aqui em Brasília. Não sei se foi do PT nacional ou do PT em Brasília, não é? Tinha uma militância política e ele cobria o Itamaraty, principalmente. Relações Exteriores, o Hélio Doyle.

L: Como o Luiz Barbosa...

P: Que é o presidente dessa Comissão da Verdade agora do Sindicato dos Jornalistas da qual eu sou um dos seis integrantes.

L: E outra coisa, Evandro: quando tinha, por exemplo, a sua credencial foi cassada, o jornal não lutava pra...

P: Não..

L: O Estado de S. Paulo não...

P: Não, luta... Quer dizer, lutar seria uma coisa é, vamos dizer, inviável, quixotesca, não podia reverter os fatos. Mas dava toda a cobertura possível. Em função dessa cassação houve um almoço no Congresso, no restaurante lá do Congresso... Se eu não me engano foi... Tem tanto tempo que eu me esqueço do local... Mas foi num lugar assim, deve ter sido restaurante da Câmara, do Senado, troço assim, no espaço físico do Congresso, acho eu. De desagrado, né? E isso foi noticiado com destaque pelo Estado de S. Paulo, pela Tribuna da Imprensa, do Hélio Fernandes na época. Com esses dois eu até certo tempo eu tinha jornais, depois dessa mudança recente você vê como é que tá essa bagunça aí, isso vai ficando pra trás, vai ficando na memória só. Mas o Estado deu todo apoio, toda cobertura até porque isso não me impediu em nada de continuar exercendo minha atividade nos moldes em que eu vinha fazendo pelo fato de eu ter plantado, vamos dizer assim. Eu prescindia daquela porcaria daquela credencial.

L: Não era obrigatório todo jornal ter um jornalista credenciado, não?

P: Obrigatório não. Mas era altamente desejável porque um jornal não pode prescindir de ter um profissional credenciado, seja no Planalto, seja no Ministério, seja no Congresso. Um ou vários. Até porque geralmente a empresa, até no caso do Estado de S. Paulo, tinha uma credencial pelo Estado de S. Paulo, outra Jornal da Tarde, outra Agência Estado, outra Rádio Eldorado... Tem que espalhar o pessoal, e por aí vai isso. Já que a regra do jogo é essa tem que jogar o jogo como a regra manda.

L: E o processo de credenciamento partia do jornal, mandava um nome...

P: Era um pedido, né? Era um pedido só que naquela época tudo passava pelo crivo da área de segurança, particularmente do SNI que por sua vez tinha seus mecanismos, vamos dizer, de interação com toda a comunidade de segurança.

L: Entendi...

P: Segurança e informações...

L: E no tempo que você era credenciado, existia aquele... Eles falavam que era como se fosse um... Não é nem release mas um noticiário. O Chagas usou essa palavra, noticiário, no final do dia. Com o Fehlberg também teve isso?

P: Isso tem com qualquer secretário de imprensa...

L: Até hoje tem...

P: É, isso é um marketing oficial. O Governo vai fazer isso, o Governo vai fazer aquilo, o presidente vai viajar, vai inaugurar obra, o presidente acha isso, o negócio acha aquilo...

L: Eram notícias mais brandas, não tinha nada...

P: Bom, se houvesse, por exemplo, a perspectiva de cassações e de atos institucionais, atos complementares que eram coisas nada brandas, também você ficava sabendo ali...

L: Por esses noticiários?

P: Por esses noticiários até porque aquilo eram informações que vinham do núcleo do poder, não é?

L: E como jornalista político, Evandro, você sentia diferenças, por exemplo, você que era credenciado pelo Estado de S. Paulo que não era... Era um jornal contra a Ditadura mas não era extrema esquerda, não era um Pasquim da vida nem nada. Você sentia diferença assim de tratamento deles pra vocês, de censurar...

P: Olha, eu escrevi matérias pro Movimento, episodicamente, pro Coojornal, de Porto Alegre. Então, independente de qualquer vínculo, qualquer remuneração, só por me sentir bem fazendo isso, entendeu? Não, uma vez credenciada a pessoa, ninguém era destrutado. Destratado no sentido daquela... Até porque o que você tinha ali era apenas o primeiro, o espaço da peneira. Era aquilo que qualquer um podia ter. A partir daí é que aquilo teria de ser trabalhado segundo, vamos dizer assim, a qualificação e a sensibilidade de cada um e a estrutura dos seus próprios meios de divulgação, que eram os empregadores e a vontade política de correr riscos ou de simplesmente de ser

subserviente ou ficar em cima do muro, entendeu? Eu não notava assim... Não havia... Até porque um repórter do Pasquim ou do Movimento não fica sentado numa sala de imprensa do Palácio do Planalto. Fazer o quê?! É um tipo de jornalismo diferente, mais agressivo, mais investigativo. Ficar ali ele estaria perdendo tempo. Já os *jornalões* com as suas respectivas agências, tinham que ter uma cobertura mais abrangente e o núcleo do poder não poderia ficar de fora.

L: Mas ainda assim corria o risco de ser censurada a matéria? Mesmo você sendo um jornalista credenciado político corria o mesmo risco...

P: Ah, claro! Se fosse um artigo escrito pelo dono do jornal, um artigo, veja bem, informação interpretada, corria o risco e acontecia de ser censurada, o que dirá de um simples repórter que está geralmente sentado esperando que a notícia venha a ele? Até porque tem limites a sua própria circulação dentro do Palácio. Se bem que esses limites variavam em função dos momentos, não é? Isso com o Geisel, por exemplo, eu não andava por lá mais e tal... Não, andava sim, no tempo do Geisel ainda andava. Eu tinha um pouco mais de... Era o Alexandre Garcia até que foi secretário num determinado momento. Já mais pelo próprio momento histórico daquele pacto do poder pra não ficar rotulando só de revolução ou de golpe, aquele pacto do poder, já se encaminhava, já se ensaiava os passos, os primeiros passos da abertura. Então havia um pouco menos de coerção no espaço físico do Palácio do Planalto.

L: E como é que era uma rotina, assim, sua de cobertura, tanto do Planalto quanto...

P: No Planalto eu não tinha uma rotina de cobertura. Eu passava pelo Planalto.

L: Ah, você não ficava... Não era daqueles que ficavam...

P: Não. Eventualmente, sim. Mas na maior parte do tempo, não. A não ser em momentos mais específicos. Porque como eu disse, cobrindo o poder eu circulava pelo... E a minha base maior era o Congresso. Se bem que houve momentos em que eu fiquei, sim, no Palácio do Planalto. Houve momentos, sim. Tanto que na viagem que o Geisel fez a Paris e Londres, que foram duas visitas a dois países, muito próximos mas dois países distintos, naturalmente, com o espaço de dez dias entre uma e outra, os jornalistas que foram... Edson Lobão estava entre eles. Trabalhava no Diário de Notícias naquele tempo. Pra você ver como são as coisas, esse mundo dá voltas. Hoje é todo poderoso. Também companheiro de longa data. Taí uma pessoa que você deveria ouvir...

L: O Edson Lobão?

P: Teria muita coisa pra contar, se ele se dispusesse. Pode dizer até que a sugestão foi minha.

L: Mas ainda tem muito jornalista que eu vou atrás pra ver e... Porque eu acho que é o que forma, né?

P: Porque você veria um outro lado, o outro lado da questão.

L: E o que forma é justamente o de vocês, o relato de vocês jornalistas que dá o “tcham” do trabalho. Aí outra coisa, como é que era o contato com o Secretário de Imprensa, no caso o Fehlberg. Costa e Silva você quase não cobriu, né?

P: O contato com o Secretário de Imprensa era muito fácil. Você chegava...

L: Ele era completamente acessível ou não?

P: Todos os secretários de imprensa, para com os jornalistas, eram acessíveis porque... Agora veja só, por exemplo. Eu falei agora há pouco do Octávio Costa. Eu tinha acesso ao Octávio Costa. Eu, por umas duas vezes, tive... Não que eu tivesse acesso mas por duas vezes fui recebido pelo Golbery, quer dizer, Golbery era uma iminência parda naquela época já no governo Geisel. Aí já foge um pouco do teu... do momento, do *momentum* do teu trabalho. Mas já mostra que um cara que tava transando junto com o Petrônio Portela, as duas mentes conciliadoras, não é? Da anistia, dos crimes conexos, o torturado e o torturador tão perdoados um porque perdeu sangue e o outro porque o sangue respingou nele, não é? Deve ter sido por isso... Mas enfim, mentes conciliadoras que visavam abrandar aquela coisa terrível dos porões que culminou no confronto direto. Pareciam dois... Um faroeste americano, né? E o Geisel representando ali o mocinho e o Sílvio Frota o “bandido”. Se bem que eu disse que o mundo não se divide. Eu me expressei mal. Um representando a área pró-abertura e a outra a área pró-fechamento, não é verdade? Isso culminou no dia 7 de outubro de 77, 77 se não me engano, dia da criança, 12 de outubro.

L: E quais eram seus limites ali?

P: Veja bem, pra você ter uma ideia de como a gente, apesar de todo o hermetismo daquele momento, aí já é Geisel. Posso sair um pouquinho?

L: Pode, pode... É bom porque tem um contexto...

P: Pois é, mas tá no mesmo contexto. Eu, por força de conversas com amigos meus... Amigos, não diria... Fiz realmente uns dois ou três amigos, cito o coronel Dickson Graef, o general Antônio Carlos de Andrada Serpa e o general Euler Bentes Monteiro, que foi até candidato à Presidência da República. Esses, não eram amigos de coçar

barriga, mas eram amigos de conviver como nós estamos convivendo e conversar como nós estamos conversando. Até porque eram pessoas bem mais velhas do que eu. E eu também não costumo coçar barriga de ninguém. Mas por força dessas ligações na área militar, por força de ligações com políticos que frequentavam a área militar, falei Marcelo Linhares, que era um deputado importante do Ceará, que tinha um irmão muito importante nesse meio militar, era um coronel muito... Coronel Heitor Caracas Linhares, por meio dessas pessoas que eu citei, esses três... Coronel (...) também. Enfim, um monte de gente, um montão de gente aí. E com conversas com alguns jornalistas, entre os quais Edson Lobão, que era muito ligado nessa época à área governista. Hoje também é ligado à área governista só que a área governista é outra, não é verdade?

L: É, diferente...

P: Pois é, é diferente. Então, eu como tinha uma... É claro que você tinha espaço no jornal pra fazer materiazinhas e tal, assinar, botar inicial e tal, naquele momento em que se pronunciava aquele confronto Geisel x Frota, que foi um momento histórico do regime ditatorial, não é? E o meu dia, como eu te disse há pouco, era quarta-feira. Então resolvi apostar contra a banca, joguei as fichas todas numa roleta, botei todas elas num número só. Mas por que? Não por excesso de ousadia ou tangencendo a irresponsabilidade. Por confiar nas informações que eu tinha obtido nesse naipe de pessoas que falei, de setores. Eu me lembro que eu comecei e, curiosamente, é fácil ver isso pelo calendário, esse dia do confronto Geisel x Frota, que resultou na demissão do Frota e, conseqüentemente, num ponto de inflexão, num ponto de mudança ali naquele pacto de poder ditatorial. Naquele dia, numa quarta-feira, antes que o confronto acontecesse, que aconteceu na parte da manhã e se desdobrou ao longo do dia e foi aquela coisa toda, isso tudo está nos livros, está nos registros todos, está na internet. Eu abri minha coluna no Estado de S. Paulo dizendo seguinte: Precisamente nesse momento - é muita ousadia, mas deu certo - para o general Sílvio Frota, ministro do Exército, estarão se abrindo as largas portas do Palácio do Planalto ou as estreitas portas de seu apartamento no bairro do Grajaú, de classe média, Zona Norte, Rio de Janeiro. Começava o negócio mais ou menos e mostrava que o confronto estava ali por horas e que tinha que acontecer. É a gotinha que já tava transbordando, não dava mais pra fingir que o copo não ia vazar. Agora o desfecho era imponderável.

L: E tudo de uma forma muito subliminar que você escrevia, não era todo mundo que ia compreender como é que...

P: Não, mas tava dito muito claro que o confronto tava por horas, tava por horas ou por um dia... Enfim, que tinha chegado o ponto em que os dois já tavam com a mão no coldre pra sacar o revólver. Não tinha mais espaço pra negociação. Então é ver quem puxa primeiro e quem atira melhor. Claro, no sentido metafórico, figurado, mas tava na hora do confronto e foi exatamente o que aconteceu. Aí vem todo mundo: Mas pô, como é que você sabia? Aí você faz aquela cara de falso sabido e não diz nada.

L: Hoje, assim, como é que você vê, como é que você enxerga todo aquele contexto da Imprensa na Ditadura?

P: Olha, é muito difícil trabalhar na... É preciso... Eu falo da Imprensa como um todo, não estou particularizando, eu não tô personalizando, fulanizando coisa nenhuma. É preciso coragem, ousadia, responsabilidade e sensibilidade, que é uma virtude mãe, a virtude maior. Porque se você tiver muita ousadia sem sensibilidade, você tá botando a cabeça na forca. Se você tiver prudência demais, você fica no nhémnhémnhém e não diz coisa nenhuma, é mais um em cima do muro. Agora você tem de conciliar alguns atributos, né? Informação, coragem, coragem no sentido de ousadia; e sensibilidade pra ver até onde você pode caminhar. Agora uma relação traumática, uma relação... Você vê, num contexto mundial que tá acontecendo com o *Wikileaks* agora, tá acontecendo... Eu não preciso nem entrar por mais pormenores sobre tudo isso, todo esse contexto que nós estamos vivendo, o que é? É o poder do Estado contra o jornalismo investigativo, contra os interesses maiores da sociedade, essa coisa toda.

L: É um quarto poder ilusório ainda hoje, né?

P: É...

L: E o comportamento do Governo em relação à imprensa naquela época, de uma forma geral, como é que você... O que você acha?

P: Isso se passava em vários níveis. Você vê, por exemplo, que os donos do jornal, as pessoas mais importantes. Por exemplo, o Pompeu de Souza. Um homem honrado, um jornalista de altíssimo nível, desde sempre, a vida toda; professor de jornalismo, uma excelente pessoa. No exercício da sua atividade profissional, como diretor da Editora Abril em Brasília, conseqüentemente da revista *Veja*, e veja bem, naquele

tempo ainda não existia a IstoÉ, a Época, a Carta Capital, suas concorrentes e a Veja tava ganhando um...

L: Espaço...

P: Um espaço e ele conversava, negociava muito com o Roberto Médici, com o Armando Falcão, mas negociava com dignidade, não ia apresentar uma bandeira branca de rendição e nem ia lá peitar ninguém que ele não é idiota. Ele tava ali procurando harmonizar os interesses, vamos dizer, o jornalismo afirmativo dentro do possível. Quer dizer, então havia esse processo de negociação dos... Agora havia os censores boçais, ignorantes, despreparados... Enfim, mais ou menos naquele contexto da reunião que lutou no AI-5 no Palácio Guanabara quando o doutor Pedro, me refiro a Pedro Aleixo...

L: O vice-presidente do Costa e Silva...

P: O vice-presidente disse “Ah, o perigoso não é as atitudes que serão tomadas pelo honrado marechal Costa e Silva.” Porque todo marechal tinha esse qualificativo de honrado. Todo marechal é honrado. Pode ser Honrado Marechal Dutra, Honrado Marechal Lott... Não sei porquê mas todo marechal vira honrado. Faz parte do...

L: Do nome, né?

P: Faz parte já... O honrado marechal Costa e Silva mas sim do guarda da esquina, mostrando o perigo e tal, essa coisa toda. Quer dizer, então, essa intermediação se processava em vários níveis. Agora era pesada, sobretudo nos jornais... Se no Estado de S. Paulo era bem pesado, você imagina no Opinião, no Pasquim, no Movimento, no Coojornal...

L: Esses já de extrema esquerda...

P: Não era de extrema esquerda, era um jornal que o Ziraldo trabalha, o Jaguar trabalha, não é necessariamente... É um espaço democrático de protestos onde havia comunistas, sim, havia marxistas, havia cidadãos indignados, havia conservadores frustrados com o rumo que aquela merda toda tomou na revolução, dita revolução... Enfim, havia de tudo. Mas que tinha um claro viés de esquerda e de protesto contra aquilo tudo, sim, tinha. Mas esse negócio simplista, simplório de bater um carimbo de comunista é uma coisa lamentável. Eu mesmo tenho aqui, tenho guardado numa gaveta ali, através de um *habeas data* eu consegui só de coisa, não é só a mim pessoalmente. Tem alguma coisa que diz respeito a mim pessoalmente, *stricto sensu*. Mas coisa, episódios em que eu estava envolvido e meu nome era citado, mais de cem

páginas. Eu! Quem sou eu pra merecer mais de cem paginas de uma comunidade de informações? Não cem páginas de Evandro, cem páginas de episódios em que o Evandro teve participação direta ou indireta, ou tangenciou, ou se envolveu de alguma maneira ou reuniões que participou e por aí vai. Pra você ver em que mundo nós vivíamos.

L: É... Mas você nunca foi chamado para nada assim, prestar depoimento ou...

P: Não, nunca fui chamado pra nada mas veja bem como as coisas se...

L: Nem quando perdeu a credencial teve...

P: Quando as coisas se passam... Não, nunca fui chamado. A verdade é essa. Porque eu... A verdade é a seguinte: eu adquiri uma fama que não é nem uma fama muito lisonjeira, é uma fama de porra louca. É verdade... Sem preju... Ah, o Evandro é um cara sério, bem informado mas muito porra louca, muito porra louca. Mas não é o cara que tá ali conspirando pra uma organização subversiva. Então o que ele tem ele desova no jornal. Então não era um cara que oferecia nenhum risco, entendeu? Talvez o porra louca esteja sendo um pouco rigoroso comigo mesmo, mas não deixa de ser um pouquinho isso. Mas você falou aí... Deixa eu te dar um exemplo de como as coisas se passavam. Eu tô certa vez em casa, recebo um... Não, em casa não. Sim, uma vez eu tô em casa. Recebo... Mas em casa é depois. Deixa eu fazer a sequencia, a cronologia. No jornal recebo um recado que o Octávio Costa queria falar comigo. Pois bem, mais do que normal. O Octávio Costa ligava pra falar com o Chagas, o secretário do jornal, não sei o quê. Enfim, com alguém... Tá, o coronel Octávio Costa da área general, não sei o quê, quer falar com você e tal, pede que você vá lá no gabinete dele. Eu fui. Aí, conversa fiada, um pouquinho assim, aí ele falou baixinho: Olha, você preste atenção ao que você fala no seu telefone, viu? Só isso. Curiosamente, mas não foi nem dias depois, foi no dia seguinte, eu morava aqui na 306, isso no tempo que os bichos falavam. Telefona um cara que era um adido da embaixada soviética, pra você ver que havia União Soviética naquele tempo. “Ô, Evandro...” Ele morava aqui na 106, porque a maior parte dos funcionários morava naquele complexo lá da embaixada mesmo. Então ele era um cara graduado, podia morar fora e tal, no seu apartamento. Provavelmente era da KGB ou qualquer coisa desse, (...) político. Simpaticíssimo. Esses caras são todos, quando querem.

L: Muito maleáveis, né?

P: Muito maleáveis, versáteis. Aí telefonou: Evandro, tal dia aí eu tô fazendo com a

fulana – a mulher dele – uma reunião aqui com uns amigos, eu gostaria que você viesse e tal, vamos conversar. “Pois não.” Tá, aí eu fui lá. Aí realmente tinha vodkas e petiscos e tal. Aí ele me chamou num canto e diz assim: Olha, teu telefone tá censurado, hein cara? Falava um português bom. “Vê o que que você vai falar aí porque os caras estão de olho em você.” Eu falei: Como é que vocês sabem? Ele olhou assim pra mim e riu. Quer dizer, como quem diz: Pô, se nós da União Soviética não tivermos essa tecnologia mais elementar, nós vamos ter o que? Agora eu fui ameaçado, sim. Eu soube disso através de... Estavam querendo me dar um susto, nada mais do que um susto. Como deram em tantos colegas, mas não chegou lá. Não chegou lá principalmente pelo seguinte: um grupo de coronéis com quem eu me dava, e eu cito alguns nomes, como falei do Dickson Grael, Kurt Pessek, havia um terceiro, não sei se foi o (...)... Todos coronéis da ativa, me convidaram pra jantar no Gaff, que era um restaurante... O Gaff era naquele tempo é o que o Piantella é hoje, um lugar assim de... Claro que tinha os agentes do SNI ali também. E jantamos os três juntos ali na maior cordialidade, aquele negócio... Qual o recado subliminar? Claro que vocês são poderosos, eles eram, eles podem fazer o que quiserem mas saibam que tocando no Evandro estão tocando no nosso grupo também. Então eu era uma presa muito barata pra criar um, vamos dizer, um desconforto interno dentro do sistema, vamos dizer assim. Mas havia esse tipo de coisa.

L: E assim, por que que era o Octávio Costa, a AERP que vinha atrás de você e não essa... Porque devia ser uma diferença...

P: Não, não, não... Mas o Octávio Costa fez isso numa manifestação de amizade.

L: Ah, de amizade. Não tinha nada a ver... Não era nada oficial...

P: Não, se eles estivessem censurando e fossem dizer que estavam censurando, a censura ficava sem efeito, a censura telefônica. Ele fez isso de certa forma, vamos dizer, sendo solidário a mim.

L: Entendi, não tinha nada a ver, não era nem...

P: Não, não.

L: Mas você sentia que a AERP ultrapassava...

P: Não, a AERP não era a assessoria de imprensa...

L: Era de Relações Públicas...

P: Era de Relações Públicas. Assessoria Especial de Relações Públicas.

L: Mas você sentia que em algum momento ela passava por cima das coisas, de

alguma decisão da Secretaria, de alguma...

P: Eu acho que não havia confronto até porque o Octávio Costa era muito mais poderoso que o Fehlberg. O Fehlberg é um jornalista com a sua importância local, no Rio Grande do Sul, não era um jornalista de nome nacional. E mesmo que fosse havia o poder militar, o outro era...

L: Um jornalista...

P: Um jornalista representante do poder – interrogação – civil. Que poder civil é esse? Não é verdade?

L: É, eu acho que era, acho que é isso...

P: Essa é a primeira pergunta? Então faltam só 19. Que bom!

L: Não, eu acho que já foram quase todas.

P: Ah, já foi a história toda?

L: Acho que já.

P: Ah, então.

L: Deixa eu ver só... Assim, a visão depois que você cobriu essa parte do Planalto, depois que você foi descredenciado...

P: Você não quer tomar um... Não quer uma castanha de caju? Uma cajuína? Não quer nada, nada?

L: Não, não, Evandro, obrigada.

P: Diga.

L: Mudou sua visão assim, que você tinha tanto do Governo quanto da Secretaria? Ou não?

P: Eu nunca dei bola pra esse negócio de Secretaria, não. Eu sempre fui muito, vamos dizer, escoteiro. Eu nunca andei muito em bando, em multidão, em coletivos... Eu era muito...

L: Ah, então... Ah, entendi como é que era.

P: É, isso pra mim era uma formalidade a ser cumprida pra poder ter um pouco mais de acesso e de autonomia e deslocamentos, essa coisa toda.

L: É, acho que é isso. Acho que foi tudinho, Evandro. É, foi tudinho.

P: Foi tudinho?

L: Foi tudinho.

P: Agora se entrasse no Geisel, no Figueiredo, aí sim teriam coisas bastante interessantes. Mas aí já foge ao seu propósito.

L: Assim, e não é nem por... Se fosse por mim dava pra estudar mais, mas o problema é que o tempo de Mestrado é dois anos então não dá muito tempo...

P: Como é que foi a conversa com o Luizinho ontem?

L: Foi boa, foi muito boa. Ele falou coisas assim que eu não tinha nem noção. Que ele tinha sido convidado pra ser Secretário de Imprensa antes do Carlos Chagas e aí tinha... Porque teve esse problema, né? Que eles falavam que quem era jornalista que entrava nessa, entrava numa roubada, né? Porque pra sair dali e voltar pra uma redação era complicado, você era mal visto, né? O próprio Chagas falou que ele só voltou por causa daquela série de reportagens que ele publicou no Globo sobre o 113 dias...

P: 113 dias, Vida e morte de um presidente...

L: Isso!

P: É... O Chagas sempre teve uma atitude muito digna e a explicação dele é que ele... Ó, a explicação você sabe qual foi, os esclarecimentos que ele te deu... É que ele imaginou estar embarcado num processo de...

L: Redemocratização que ele...

P: De liberalização que viria desembocar numa redemocratização e tal. E as coisas tomaram outro rumo...

L: Desandam...

P: Pois é, o fato é que o Chagas sempre foi uma pessoa muito séria e merece todo o respeito.

L: Ah, merece. Não, e a conversa com ele também foi muito boa, ele é muito tranquilo. Então é isso, Evandro. Muito obrigada, Evandro. Não sei nem como agradecer você me receber na sua casa, falar tudo isso, me ajudar...

P: Não, se ajudou um pouquinho...

L: Não, me ajudou muito!

P: Tá cumprido. Olha, gostaria que depois você me dissesse uma coisa pra eu poder ver quando saísse a sua tese, se você não quer...

L: Ah, não, mas...

P: Ou diretamente ou através do Scartezini

L: Não, mas eu vou fazer questão. Porque eu acho que é até interessante pra vocês verem essa, a construção, análise de tudo. Não, mas eu faço questão. Depois, quando estiver pronto, deve ser pro final do ano ainda, porque eu devo defender em janeiro, aí

quando tiver pronto eu faço questão de vir deixar aqui pra vocês o texto e tudo.

P: Olha, deixa eu dizer uma coisa, Laura. Eu tenho... Eu até telefonei ontem pra uma amiga minha e em cujo poder estão, mas ela não encontrou, dois disquetes de entrevistas na TV Câmara com o Paulo José Cunha. Uma delas com Rubem Azevedo Lima e a outra com o Rudolfo Lago, não sei se você conhece por nome...

L: Não, Rudolfo Lago não. O Rubem Azevedo Lima eu tenho interesse em entrevistar também.

P: Pois é, pois é. Aí é interessante. Porque aí não é só o que eu digo, é o que os três dizem em função das perguntas, dos comentários e é dentro dessa temática da, vamos dizer assim, do relacionamento Imprensa e...

L: E Poder...

P: E Poder na ditadura. Há uma coisinha a mais que eu gostaria de registrar, se você...

L: Ah, claro...

P: Gostaria de registrar no gravador isso.

L: Já tá...

P: Ah, tá gravando. Seguinte: em função da sua atividade profissional, você frequentava socialmente muito círculos, como embaixadas, Itamaraty, recepções, esse negócio. E, conseqüentemente, isso faz parte. É importante pro jornalista o relacionamento. Em função disso, ao longo do período que eu atuava efetivamente no jornalismo político, você recebia muitos convites. Por exemplo, eu fui à Alemanha duas vezes a convite, fui ao Japão, fui aos Estados Unidos... Enfim, viajei muito a convite. Um convite individual, outro convite com dois jornalistas, outros com quatro numa viagem... É, isso são detalhes, não vem ao caso. Mas... E recebi um convite pra ir à China, em 1982. O Chagas foi em 82, no ano daquele grande terremoto lá. Eu recebi o convite em 82 pra ir em 83. E nesse processo de convite, vem tomar um chá, vai tomar um chá com os chineses e tal, formular o convite, gostaria de ver alguma coisa especial... Acabei ver passando 15 dias na China foi uma experiência notável...

L: Em 83!

P: Em 83! Outro mundo. E quando eu requeri esse *habeas data* aí a que eu te falei nesse serviço compe... É Departamento de Imprensa Nacional, eu acho, não é? Enfim, nesse setor competente aí. Entre esses documentos tava lá o currículo todo que eu mandei pra Embaixada da China. O que significa? Que havia um espião do SNI dentro da Embaixada da China em 1982. Por aí você vê como essa *canalhacracia*

tava...

L: A dimensão que tinha, né?

P: Eu disse *canalhocracia* estava espalhada, disseminada, como se fosse uma metástase nesse país. Bom, chega por aí.

L: Evandro, muito obrigada. E pode deixar que eu vou fazer questão de quando for, quando tiver tudo pronto o texto, eu faço questão de trazer aqui. Obrigada, Evandro.

P: Obrigado você. Tudo de bom e que tudo dê certo.

L: Ah, tomara.

P: Claro que vai dar!

Anexo 5: Entrevista Hélio Doyle

Laura: Hélio, começando, se você pudesse contar como é que foi a sua carreira jornalística durante a ditadura até... Você cobriu um mês, não foi, no Geisel que você falou?

Hélio: É, que eu te falei...

L: Aí como é que foi, você começou em 67...

H: Então já fui fora da sua...

L: Não, mas aí não... Pode falar porque é bom pra gente ter um...

H: Tá, eu vou falando e você vai vendo... Se você quiser fazer alguma pergunta, também não sei exatamente seu foco...

L: Tá joia...

H: Deixa eu te falar, eu comecei a trabalhar como jornalista em 1970, no Correio Braziliense, Cidade. Cobertura de Cidade, essa coisa toda. Quando eu comecei a trabalhar no segundo semestre de 1970, eu tinha sido preso um pouco antes, eu tinha sido preso em julho, em função de um inquérito, de participação de movimento estudantil, atividades políticas, essa coisa toda. Eu tô te dizendo isso pra te dizer o seguinte: eu já participava de movimento estudantil desde cedo então vamos dizer assim, eu já tinha uma ficha, já tinha uma ficha. Fui preso...

L: Já tinha uma militância também...

H: Tinha uma militância e decorrentemente disso eu tinha uma ficha nos órgãos de segurança, essa coisa toda. Aí eu comecei a trabalhar no Correio, em Cidades. Em 71 eu fui trabalhar no Estado de S. Paulo. No Estado de S. Paulo eu fui trabalhar na área de tribunais, eu cobria tribunais, passei um semestre, de março a julho de 71 em tribunais. Quando foi no segundo semestre eu fui transferido pra cobrir Itamaraty. O Itamaraty era uma das áreas do governo federal onde se exigia uma credencial. A credencial na verdade existe até hoje só que você tinha que fazer um pedido de credencial, o órgão onde você trabalhava pedia a credencial e essa credencial nos lugares do Executivo, ela passava por um crivo dos órgãos de segurança. Isso era a praxe. Quem exigia a credencial era a Presidência da República, os Ministérios Militares, que na época eram quatro Ministérios Militares; e o Itamaraty. Os outros Ministérios não tinham isso. O acesso era mais fácil e tal. A Câmara e o Senado também exigiam credencial, com a diferença que lá não passava por crivo de órgãos

de segurança. Quem pedia a credencial conseguia, há não ser que tivesse alguma irregularidade funcional, esse tipo de coisa. Quando mandaram meu currículo no Itamaraty, eu até falei: Olha, lá tem credencial. A gente já conhecia, já sabia de vários jornalistas que não obtinham credencial. Já sabia assim porque passava pelos órgãos de segurança. Então, vamos tentar. E o Estado de S. Paulo pediu credencial pra mim. Por alguma razão, até talvez pelo Itamaraty não ser militar, porque quem controlava a segurança, até hoje, quem controla a segurança da Presidência da República são os militares. Hoje chama Gabinete Institucional. Naquela época era Casa Militar que tinha Serviço de Segurança, essa coisa toda. Eu fui pro Itamaraty, comecei a cobrir o Itamaraty naturalmente como se nada estivesse acontecendo mas nunca recebi a credencial. Eu nunca recebi o cartãozinho dizendo que eu estava credenciado. Na verdade eu tava em banho-maria. Tipo assim, não vamos dar a credencial mas também não vamos criar caso com ele. E eu cobri o Itamaraty normalmente, ia pro ministério todo dia, entrevistava ministro, entrevistava embaixador, aquela coisa de cobertura jornalística normal do Itamaraty, sem nenhum problema. Eles tinham um esquema de rodízio nas viagens, isso é uma coisa antiga, tá? Anos 70. Era assim: por exemplo, o ministro das Relações Exteriores ia pra um país e o Itamaraty levava na comitiva dois jornalistas, dependendo da viagem dois, três, mas levava. Então quem foi nessa viagem, não ia na outra, iam outros, entendeu? Faziam uma espécie de rodízio. E eu me lembrei que quando eu cheguei lá estava tendo uma viagem e os caras chegaram assim no segundo dia que eu estava lá pra América Central. Tinha ido o cara do Correio Braziliense, se eu não me engano do Jornal do Brasil e da Folha. Tinha ido nessa viagem da América Central. Lembro que quando eu cheguei lá eles estavam viajando ainda, quando eu comecei a cobrir o Itamaraty. Depois disso, a próxima viagem, seria a Lima, no Peru. O ministro ia participar, na época era Gibson Barbosa, ele ia participar de uma reunião do grupo de 77, que era um grupo de países desenvolvidos no âmbito da OCTAD, aquela Agência de Desenvolvimento das Nações Unidas e tal. E aí era a vez do Estado de S. Paulo e do Globo, que não tinham ido na viagem da América Central. E foi também a Veja, fomos designados pra ir. Eu pelo Estado de S. Paulo, os outros dois já morreram até, o Rui do Globo, o Rui Lopes... Não, desculpa. Rui Fernandes do Globo e o Luiz Adolfo Pinheiro da Veja. E eu me lembro que também foi, fora do esquema do Itamaraty, foi também o Geraldo Costa Manso que era na época do Jornal do Brasil. Eu não me lembro porque que o

Geraldo Costa Manso foi porque o repórter que cobria Itamaraty era Luiz Barbosa, não era ele. Mas acho que eles dividiam, não lembro, eu lembro que o Geraldo também foi. Então fomos, Geraldo era meu colega de faculdade, de segundo grau... Era um colega meu antigo que tava no JB nessa época, eu tava no Estadão. Fui pro Peru, cobri, fiz a cobertura toda e tal. E o Estado de S. Paulo deu muita importância a isso, a essa reunião e naquela época não tinha internet, não tinha essas coisas. Na verdade eu só fiquei sabendo na volta. Minhas matérias tinham sido publicadas em primeira página, com assinatura, sabe assim? Eu nem sabia, quando eu tava lá, eu nem sabia direito... Sabia que a matéria... Mas era tudo muito difícil, você se comunicava por TELEX, né? Falava ao telefone muito dificilmente, raramente. Era anos 70, telecomunicações muito atrasadas, dava muito trabalho pra você transmitir uma matéria, você tinha que ir lá, o “telexpista” tinha de digitar a matéria, colocar fita, era uma coisa complicada. Quando eu cheguei eu fiquei sabendo. Bom, mas... Lá ainda em Lima, no Peru, o então, não lembro o nome formal do cargo mas, vamos dizer assim, o assessor de imprensa do Itamaraty que era o embaixador Alarico da Silveira, o Alarico chamou a mim e ao Geraldo e disse o seguinte: Olha, a próxima viagem [era logo depois, era assim, com uma semana de intervalo] é a três países, da América Sul-Central, era Trinidad e Tobago, Guiana e Suriname [que se não me engano na época ainda era colônia holandesa, era ainda possessão holandesa, desculpa] e quem vai, já tá convidado, vai o JB [naquele critério do rodízio], vai o JB, a Manchete, [que era uma revista, né?] e o Correio Braziliense [que a Folha não tava... Era JB, Manchete e Correio Braziliense.... Ah! Acho que o Luiz Barbosa estava de férias ou alguma coisa assim] Então, Geraldo, você já vai... [porque ele não estava lá oficialmente, ele tinha sido enviado pelo Jornal do Brasil, não era da comitiva...]

L: Da comitiva, era só substituindo...

H: [É...] Vai você, vai o Saraiva do Correio Braziliense. E Hélio, eu queria te convidar pra ir também. Na verdade, ele falou: A cobertura do Estadão foi muito boa e tal. Então eu quebrei um pouco ali aquela norma daquele rodízio e fui a duas viagens seguidas. Pedi autorização para o jornal se eu podia ir, pro meu editor chefe, pro diretor de redação que era o Ferreira autorizou e tal. E eu voltei pra Brasília daí saí pra essa viagem. Essa viagem teve uma característica. Nós fomos de avião da FAB, no Avro da FAB e não fomos juntos com o Ministro, foi toda a delegação e depois o Ministro foi num jatinho. Nós fomos num Avro da FAB, um avião antigo,

hélice... Então a gente foi de Brasília para Belém, de Belém nós fomos pra Trinidad e Tobago, Port of Spain... Depois de lá... Sempre no Avro... Aí o Ministro se incorporou ao Avro, o Ministro foi de jatinho até... Primeira cidade foi Port of Spain... Ministro desceu lá e ele se incorporou ao Avro. Nós fomos de Avro pra Georgetown, na Guiana, depois fomos para Paramaribo, no Suriname. De lá voltamos pra Belém, de Belém pra Brasília.

L: Viagem longa, né?

H: Foi, mas sei lá... Uma semana de viagem... Ah, a VIAGEM, né? O vôo era longo até porque o avião era lento. Você tinha que fazer escala em Belém, dormir em Belém, aquelas coisas. Eu fiz essa viagem normalmente, também fiz a cobertura, cobri tudo... Voltei para Brasília. Isso já era final do ano. Voltei pra Brasília e quando cheguei em Brasília, me lembro que meus pais, nessa época que eu tô te contando, eu fiz 21 anos em Georgetown, me lembrei disso. Então eu tinha 21 anos. Quando eu cheguei, meus pais foram me buscar, eu já era casado, meus pais e a minha então mulher foram me buscar na base aérea, que era um jato da FAB então era na base aérea. Quando a gente tava saindo da base aérea, tem uma guarita, o soldado da guarita disse assim: O senhor é... Olha, aquele carro ali perguntou pelo senhor. A gente achou estranho mas na hora nem me liguei. “Pô, aquele cara ali perguntou...” “Perguntou, mas como assim?” “É, perguntou se o senhor tinha entrado aqui na base e tal.” Fomos embora. Eu confesso que de bobeira eu não me liguei. Fui pra casa, meu pai me deixou em casa, eu morava na quadra vizinha a dele. Eu morava na 107, ele morava na 106 Sul. Fomos pra casa, passei a tarde em casa, isso devia ser final da manhã. Passei a tarde em casa e no final da tarde, tardezinha, eu ia pra casa do meu pai. Até peguei uns presentinhos que eu tinha trazido, aquelas coisinhas que você traz, perfuminho e tal. Peguei algumas coisas que eu tinha trazido pra levar de presente pra minha mãe, meu pai, minhas irmãs, sei lá. Pegamos, eu tinha um fusquinha, e embora fosse pertinho, fomos de carro. Eu não me lembro porquê. Se a gente ia sair depois, alguma coisa. Na verdade era pertíssimo, era só atravessar ali atrás do Cine Brasília, chegava lá. E aí quando desci o bloco, eu notei um movimento estranho. Aí saquei que tinha um movimento estranho. Aí eu liguei com o negócio do carro...

L: Lá já na base...

H: Pensei: esses caras vão me prender de novo. E na verdade, eu esqueci de te contar, eu falei quando comecei a trabalhar no Correio Braziliense no segundo semestre de

70, eu já tinha sido preso uma vez. Só que enquanto eu trabalhava no Correio Brasiliense, eu fui preso pela segunda vez. Eu tinha sido preso pela segunda vez quando trabalhava no Correio Braziliense. Saí e aí passou um tempo fui trabalhar no Estadão. Então já tinha duas prisões. Aí, pegamos o carro fomos em direção à minha casa, os caras foram atrás, cercaram, saíram, metralhadora e tal. Me prenderam, a mim e a minha mulher. A mim pela terceira vez. Fiquei uma semana preso dessa vez. Ponto. Saí e voltei a trabalhar normalmente no Estado de S. Paulo. Voltei a ir pro Itamaraty. Continuei trabalhando normalmente no Itamaraty como se nada tivesse acontecido, mas sem a credencial. Sem receber a credencial. Continuei normal. Aí tinha uma viagem pra África. O Ministro ia visitar nove países da África. E todos os jornalistas que cobriam o Itamaraty iam, essa ia ser todo mundo. Todo mundo no caso era... Ah, o cara da Manchete não foi a Trinidad e Tobago... Mas era Veja, O Estado de S. Paulo, o Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo, O Globo, Correio Braziliense, não lembro se a Manchete...

L: Acho que o Luiz Barbosa me falou dessa viagem, pro Congo, não foi?

H: Você conversou com o Luiz Barbosa?

L: Conversei semana passada e ele também falou tudo isso...

H: O Luiz Barbosa acompanhou tudo isso. É... Você conversou com o Flávio Salles, não?

L: Não, Flávio Salles não...

H: Flávio Salles escreveu um livro de ficção em que ele conta essa minha história no meio da ficção.

L: Ah, interessante...

H: Ele faz uma mistura de ficção e realidade que... Esqueci até o nome do livro mas eu o tenho. O Luiz Barbosa cobria para o JB, o Flávio Salles cobria para a Folha, eu cobria pro Estadão, Saraiva cobria pro Correio, o Rui Fernandes cobria para O Globo. Eu acho que o negócio do Geraldo entrar ali no meio era substituindo o Luiz Barbosa que tava de férias. Aí tinha a viagem pra África. Então eu ia pra África também. Tudo certo, já ia eu pra África, lembro que o Itamaraty preparou dossiês grandes sobre cada país que a gente ia visitar e eu li aquilo tudo. Não ia levar o dossiê mas anotava os dados principais pra usar na matéria. Preparei tudo e o vôo saía do Rio. Saía um vôo de carreira do Rio. E a viagem na África, como eram nove países, esse vôo era um vôo normal, que a Varig tinha que ia do Rio pro Senegal, pra largos no Senegal. Era

um vôo na época normal. Mas só que a partir dali, todo o pula-pula lá seria feito no avião da FAB porque não tinha vôos lá. Então era o avião da FAB que ia levar aos nove países. Saía lá do Senegal e ia descendo. Terminava, se eu não me engano, lá no Congo, que eu acho que até na época chamava Zaire ainda... Fui pro Rio pra embarcar à noite. Fui pro Rio normalmente, recebi... O Itamaraty ele te dava o dinheiro da viagem, coisa que hoje é inviável. Ele dava tudo formal, não era nada por baixo do pano. Mas ele te dava o dinheiro pra você gastar na viagem e tal, como se fosse uma diária, como se nós fôssemos servidores públicos. A gente recebia um passaporte azul de serviço, toda essa história. Aí eu fui pro Rio e eu me lembro que fui mais cedo, talvez até por garantia e eu fui pra casa dos meus avós, que eram vivos ainda no Rio. Fiquei lá, almocei com meus avós, fiquei lá a tarde... Eu me lembro porque já tinha tomado banho, minha mala já tava pronta, já tinha tomado banho, tava colocando... Só não tava ainda de paletó, já tava até de gravata, já tinha colocado a gravata quando me liga o embaixador Alarico, que era o assessor de imprensa. “Hélio, eu preciso falar com você urgente.” “Vamos... Algum problema?” “Não, não, quero falar com você. Eu me lembro que você disse que fica hospedado em Copacabana, não é isso?” “É, casa dos meus avós.” “Qual o lugar?” Aí eu falei a rua e por coincidência, era a minha rua era aqui, da minha avó aqui, a rua dele era aqui. Era no mesmo quarteirão, só que ele era na Barata Ribeiro que era pra lá e eu era na Viveiros de Castro que era pra cá. Dez minutos ele estava na casa da minha avó. Chegou muito sem graça, nem entrou. Na porta mesmo disse: “Olha, eu vim te comunicar que você não vai poder viajar.” Eu falei: “Não vou viajar? Como?” “Olha, infelizmente, você sabe, a viagem vai ser feita em vôo da FAB e a FAB disse que não te aceita no avião. Nós tentamos fazer gestões, não houve jeito e tal.” “Bom, o que é que eu vou fazer, né?” “É, não teve jeito e tal. Mas eu queria te pedir outra coisa, queria que você me devolvesse o passaporte.” Era um passaporte de serviço, assim azul. Devolvi o passaporte para ele, fiquei assim meio, né? Me lembro que fiquei... No dia seguinte voltei à Brasília, dormi no Rio, no dia seguinte de manhã voltei à Brasília. Não tive nem tempo assim de conversar, não tinha celular, de conversar com os colegas lá que iam viajar. Eles souberam no aeroporto que eles ficaram sabendo, ficou aquele negócio ninguém entendendo direito, entendeu? Resultado: voltei pra Brasília. O jornal me deu todo apoio. O diretor da sucursal na época era o Carlos Chagas e lá em São Paulo era o Fernando Pedreira, o diretor de redação Oliveiras Ferreira... Me deram todo apoio assim e

inclusive o editorialista Miguel Urbano Rodrigues escreveu um editorial, naturalmente com a aprovação do Júlio Mesquita protestando, dizendo que o repórter do jornal tinha sido impedido de viajar, que era uma violência e blá blá blá, e que, embora o Itamaraty tivesse oferecido pro repórter ser substituído, o jornal não iria substituir o repórter. Assim, foi uma posição legal do jornal, foi uma posição na época bem digna assim, isso em 1972, né? Bom, resultado é que eu e Carlos Chagas fomos ao Itamaraty e fomos falar com o chefe de gabinete na época, o Dario Castro Alves, que até era casado com uma escritora famosa, a Diná Silveira de Queirós, e fomos falar com ele e devolver o dinheiro. Devolver todo o dinheiro, integralmente, que eles haviam dado, o dinheiro... E eu lembro bem do Dario Castro Alves dizendo: Ah, você tem uma ficha muito suja. Lembro bem desses termos assim, “ficha muito suja”. “Você tem uma ficha muito suja e tal.” Eu: É, isso é uma questão de interpretação, tem nada aí que eu tenha feito que me desabone, na minha opinião.” E o Chagas foi bem solidário também assim, diplomático mas solidário. Bom, a partir daí eu já não podia mais cobrir o Itamaraty, né? Então, eu cobri durante mais ou menos um ano e meio, e eu acho que essa viagem era final de 72. É, foi. Eu cobri um ano e meio o Itamaraty sem a credencial. Eu era tolerado, nem era vetado, mas a partir desse episódio...

L: Aí você foi vetado de vez...

H: Aí eu não podia mais cobrir o Itamaraty. Quer dizer, ficou muito evidente. Aí o Chagas me transferiu pra área política. Eu fui cobrir Senado, Câmara, esse tipo de coisa e tal. Onde eu não tinha esse tipo de restrições. Então as pessoas que, na época, não podiam cobrir presidência, militares, onde estava o poder, né? Presidência, militares era o poder real. O Congresso era um figurante, mas que existia; e o Itamaraty... Ah, por que o Itamaraty tinha tanta expressão? Porque a política não tinha. Então você jogava na política externa, naquelas notícias internacionais. Porque política interna não tinha muita relevância. Daí eu fui cobrir política que era onde as pessoas que não podiam ter credencial iam. Fui cobrir política, fiquei lá muito tempo cobrindo política até que eu saí do Estadão, fui pro Jornal de Brasília. No Jornal de Brasília eu era editor executivo, então também não precisava de credencial. E do Jornal de Brasília eu fui pra Folha de S. Paulo. Quando eu estava na Folha de S. Paulo...

L: Isso já foi em setenta...

H: 76. Eu passei dois anos no Jornal de Brasília. Estadão foi 72, ainda fiquei em 73 e parte de 74 no Estadão cobrindo política. Aí fui pro Jornal de Brasília, fui editor executivo lá de 74 pra 75, 76 eu tava na Folha, fui pra Folha de S. Paulo, como repórter especial. Aí quem cobria o Planalto, que eu não me lembro quem era, tirou férias, aí a Folha era o Rui Lopes na época falou: “Olha, você vai...” “Olha, Rui, eles não deixam... Cobrir Planalto, não tem possibilidade.” “Vai lá...O Quinsan é amigo nosso”. Quinsan, professor Geraldo Quinsan trabalhava na Secretaria de Imprensa, que era uma espécie de adjunto do secretário de imprensa, que era o Humberto Barretos Esmeraldo, que era tido um filho adotivo do Geisel. E o Humberto era uma pessoa civilizada, não era como alguns outros meio brancos, Humberto era uma pessoa civilizada e tal. E o Quinsan, que era o adjunto e que tinha uma relação muito próxima com o Geisel, era frequentador da Folha de S. Paulo. Porque ele morava na 104. A 104 na época era uma quadra muito de apartamentos funcionais. Morava muita gente da presidência, do Itamaraty, do SNI, sabe assim, na 104. E o Quinsan morava na 104. A Folha de S. Paulo era na 104, logo abaixo do Carpe Diem, no primeiro bloco ali, onde hoje está vazio mas já foi várias coisas, era a Folha de S. Paulo, a redação funcionava ali. Então o Quinsan ficava passeando ali, ia lá pra Folha, bater papo, tomar café, ler jornal. Era um habituê da Folha de S. Paulo. “Não, você vai lá, o Quinsan segura lá e tal”. Aí eu fui lá e fiz um pedido de credencial provisória. E obtive a credencial provisória mas que valia por um mês. Validade de um mês. E frequentei. Foi a única época que eu frequentei regularmente o Planalto. E o nosso grande interlocutor lá era o Quinsan, realmente. Um cara muito engraçado, contava histórias, era uma figura meio... Muito inteligente mas daquele jeito folclórico, sabe? Aquela coisa meio folclórica e tal. Foi minha experiência de cobrir o Palácio do Planalto. Inclusive eu fiz uma viagem com o Geisel pra Belém. Não fiz com ele, no avião dele. A gente ia em vôo de carreira, ele ia lá no vôo da FAB. Mas cheguei lá, cobri o evento, que nem me lembro o que era, mas cobri o evento, aquela coisa toda, e peguei o avião e voltei pra Brasília. Cheguei a cobrir uma viagem presidencial. Quando acabou o mês, tô tentando me lembrar como foi... Acabou o mês, não era plano da Folha que eu cobrisse o planalto, mas se eu não me engano, eles pediram para tornar a credencial definitiva, até como um meio para ter um substituto eventual ou permitir que eu fosse em determinados lugares que sem credencial eu não podia ir, você não podia entrar na base aérea, você não podia entrar... Entendeu assim?

Solenidade militar, o poder estava ali... Foi negada. Me lembro que ela foi negada. Aí eu fui pra Globo, pra TV Globo. A TV Globo eu era chefe de redação. Eu não precisava também de ter essa credencial. Mas eu me lembro que a TV Globo pediu a credencial, a TV Globo pediu credencial. E também não teve nem resposta. Quem pediu foi o Toninho Drummond, que era o diretor de jornalismo na época, e que era bem relacionado também ali no Palácio, Humberto Esmeraldo e tal. Um dia, Toninho... Eu era o substituto do Toninho, Toninho estava viajando, Toninho foi pro exterior com Geisel, ele e o Geraldo Costa Manso, aquele mesmo de trás, que na época tava na Globo, eles foram com o Geisel cobrir uma viagem que o Geisel fez. Que mais? Que era na Europa. Só que o Geisel era assim: o Geisel fez uma viagem, voltou pra Brasília, ficou uma semana em Brasília e foi pra segunda viagem. Naquela época, que as comunicações e os transportes eram complicados, o Toninho e o Geraldo foram, não voltaram com o Geisel, já pra emendar na viagem seguinte, que eu não me lembro direito onde era, eu tô me confundindo, mas eu acho que uma era na Europa e a outra no Japão. Até que teve uma entrevista com o Geisel no trem-bala, lá no Japão, que o Geraldo fez. Mas isso não vem ao caso. O caso é que o Geisel voltou e ficou uma semana aqui. Aí a Globo resolveu... O Geisel pediu, não foi a Globo que resolveu. O Geisel pediu pra ver todas as reportagens que tinha saído sobre a primeira viagem dele. E ele queria ver na casa dele, que era na Granja, ele não morava no Alvorada, o Geisel morava numa Granja, que não existe mais hoje como tal, chamada Granja do Ipê. Então era na estrada pra Belo Horizonte. Hoje é um negócio de Universidade da Paz, um negócio desse. Aí o Toninho, que era o diretor e que tinha uma boa relação com ele e tal, estava fora. Eu era o substituto do Toninho. Então fomos eu e um diretor de engenharia, levando na época um equipamento, hoje você leva isso daqui, era um equipamento desse tamanho aqui, pesado, pra colocar fita que a Globo preparou todas as reportagens, era uma fita desse tamanho, K7 que a gente chamava, colocava ali. Passamos pro Geisel, pra dona Lucy, que era a esposa, e pra filha dele Amália Lucy, que assistiram. Nós dois lá. Acabou, aí Amália simpática ficou conversando com a gente. E eu vi que uma hora... Ele ficou meio assim, afastado. E eu vi que uma hora que ela chamou atenção dele, tipo assim: Pai, dá atenção. Alguma coisa assim. Ele veio, serviram guaraná pra gente, pão de queijo, ele veio, bateu um papo com a gente. Não era comum para nós termos contato assim com o Presidente da República naquela época. Foi normal, tudo, normal. Comi um pão de

queijo, tomei café. Até que ficamos um pouco numa saia justa no final, o Gui, que era o diretor de engenharia ficou preocupado, porque ele achou que o Geisel tinha dado a entender que ia ficar com o...

L: Aparelho...

H: Com o aparelho. Foi. E naquela época isso não era uma coisa descartável. Aí o Gui falou assim: Eu acho que ele tá querendo ficar pra ele, o que eu faço? Sabe? “Não, damos uma de desentendido. Vamos pegar e sair com ele.” E quem vai ficar era fita. A fita ia ficar. E acho que ele entendeu que ia ficar...

L: O aparelho também...

H: O aparelho também. Fomos embora. Aí a segurança da presidência reclamou com a Globo de eu ter ido na residência do Presidente da República. Teve uma reclamação, que eu fiquei sabendo assim meio transversalmente. “Não foi isso que foi combinado, como é que vocês mandam um subversivo na casa do Presidente da República?” Isso daí deu uma... Assim, chamou a atenção da Globo pra um problema que não estava colocado. O Toninho sabia do meu passado, até acho que talvez o Toninho tenha conversado lá no Rio com o Armando Nogueira, mas não uma coisa que a direção da Globo... Área de jornalismo certamente sabia. Mas não era uma coisa da direção da Globo. Eu acho que a partir dali eu fiquei meio visado na Globo. E acabou que saí da Globo e foi o único emprego que tive que eu fui realmente demitido. Fui demitido da Globo, claramente por razões políticas.

L: Mas você ainda mantinha sua militância ou não?

H: Eu mantinha, mas era uma militância, vamos dizer, própria da época. Porque a militância ativa foi nos anos 60, até o AI-5, depois eu fui estudante militar na minha cidade, movimento estudantil, mas já de uma maneira muito discreta. Eu continuava militando numa organização clandestina. Então era uma militância que na época não era uma militância aberta demais, era muito clandestina, e muito voltada pra dentro, né, assim? Não era uma coisa que parecia...

L: Bem exposta não era também...

H: Não era exposta, como era antes, em tempo de universidade, aquela coisa toda. Mas eu ainda respondia a processo, o processo estava rolando. Esses processos demoram para serem julgados e tal. Então a Globo me demitiu. Aí uma história que não tem muito a ver com seu objeto, uma história de questão política mesmo. Um diretor da Globo implicou comigo e ele era vinculado aos órgãos de segurança,

notoriamente, todo mundo sabe disso, Edgardo Erickson, todo mundo sabe, era vinculado aos órgãos de segurança, uma posição bastante de direita, ele viu um caso funcional comigo, passou a me perseguir e acabou conseguindo que o Armando Falcão, que na época era o Ministro da Justiça, impusesse a minha demissão à Globo, que até onde eu sei criou uma resistência inicial mas que depois não teve jeito, foi uma coisa muito forte. E eu saí da Globo. E aí eu fui para a Veja. Na Veja, aí eu já acho que saíu do seu período aí...

L: Já era setenta e...

H: Do seu período já saímos há algum tempo que da Globo eu saí... 77 eu já tava na Veja. E a Veja teve uma época, já no governo Figueiredo, que pediu credencial pra mim e foi negada, ainda no governo Figueiredo.

H: Ainda?

H: E quem me transmitiu a negativa, assim, de viva-voz, foi o Alexandre Garcia, que era o secretário de Imprensa do Figueiredo. Eu me lembro bem do próprio Alexandre, assim, lá no Palácio... Porque na época eu já estava mais solto, eu fui cobrir alguma coisa no Palácio, sei lá o que que era... Porque na Veja a gente não tinha uma área específica. Eu ia aqui, ali, aqui, ali. Eu ia muito no Itamaraty, cobria muita coisa no Itamaraty, mas não era que a gente chamava na época de setorista. E o Alexandre, secretário, disse: Hélio, olha, os caras negaram sua credencial e tal. Me lembro bem do Alexandre falando pra mim. Fiquei na Veja até 84, porque já era Diretas, na época das Diretas eu tava na Veja. E aí eu já voltei a ter militância, porque em 77 nós fizemos um movimento pra ganharmos o sindicato dos Jornalistas aqui em Brasília. E aí a minha militância voltou à tona, porque nós ganhamos a eleição pro sindicato, Castelo, Carlos Castelo Branco, foi eleito presidente, eu era da diretoria. Em 1980 eu me elegi presidente, fui reeleito em 83. Então de 80 a 86 eu era presidente do Sindicato dos Jornalistas, a gente participava ativamente do movimento sindical, dos direitos sindicais da época. Eu entrei pro PT em 1980. Entendeu? Então vamos dizer que aquela atividade política que tinha submergido, ela voltou, já nessa uma nova situação, movimento sindical, filiação ao PT, essa coisa toda. Então não tinha dúvida qual era minha posição. Então, acabou, em 84 teve as Diretas, eu tava na Veja, saí da Veja e quando houve a eleição do Tancredo e a posse do Sarney, eu já tinha passado por outros lugares e até assim, falo assim, paradoxalmente, quando houve a transição, eu trabalhava numa fundação do Itamaraty, trabalhava numa fundação. O Itamaraty

tinha uma fundação chamada Fundação Cabo Frio, e essa fundação tinha duas revistas. E eu tinha sido convidado por um jornalista, um colega meu, pra trabalhar nessas revistas, revistas de comércio exterior. Isso ainda no governo Figueiredo mas já na transição. Quando entrou o governo do Tancredo, eu acho que ainda estava lá... Não, nessa época já tinha saído... Não, ainda estava por lá. Eu não lembro direito. Mas de qualquer maneira não tinha que dar nem credencial. Aí entrou, teve a posse do Sarney, eu te contei pelo...

L: Por e-mail...

H: Pelo e-mail esse episódio que eu acho assim engraçado, interessante. Depois que eu falei com você lembrei do sobrenome dele, Renato Carvalho, Renato Carvalho, se não me engano... Renato era um velho funcionário da presidência, jornalista, acho que até que ele era fotógrafo antes disso no Rio e veio presidência esse tempo todo. Boa gente, não era um repressor, não era todo mundo que trabalhava lá que era. Era amigo da gente, conhecia, eu era do sindicato, ia pedir voto, essa coisa toda. E eu me lembro dessa cena, porque pra mim foi uma cena assim simbólica, né? Eu como jornalista lá... Por isso que eu digo, eu não estava mais na Fundação Cabo Frio mais não. Estava fazendo... Eu tava fazendo freela nessa época... Acho que pra IstoÉ, tinha uma agência também alemã que eu fazia freela... Eu tava cobrindo, tava trabalhando na posse. Eu trabalhei muito na véspera, na doença do Tancredo... IstoÉ e DPA, uma agência alemã. E lembro direitinho, no Palácio, querendo ir pra um lugar, e os caras “não, não” e o Renato falou aquilo que eu te falei, né? Ele falou: Ô, libera, libera eles, agora quem manda aqui são eles... Obviamente não era, né? Mas assim, simbolicamente, esse pessoal que era oposição é que tá aqui agora. Você entendeu? Assim, era eu, acho que o Armando Rollemberg, eu te passei o contato dele, mas não sei se o Armando lembra disso... Mas tinha mais alguns... “Quem manda aqui agora são eles e tal e tal.” E aí mudou, né? A coisa mudou mas também eu nunca mais tive que pedir credencial na presidência, acho que eu nunca mais pedi depois desse período. Continuei cobrindo as coisas... Então, foi aquilo que eu te falei por e-mail. Eu não tive uma relação direta com a Secretaria de Imprensa fora nessas circunstâncias.

L: Mas você chegou a conhecer, por exemplo, o Chagas você conheceu só no Estado de S. Paulo ou você conheceu...

H: Não, o Carlos Chagas eu conheci quando ele veio pro Estado de S. Paulo...

L: Só, né? Antes como assessor, não?

H: Não, não...

L: O Fehlberg você também não acesso...

H: Tinha... Não... O Fehlberg assim... Brasília era uma cidade pequena, que as pessoas se conheciam e sempre haviam aquelas relações cruzadas. Fehlberg está vivo ainda?

L: Tá.

H: Se você perguntar de mim pro Fehlberg, provavelmente ele não vai lembrar. Não tinha nenhuma expressão assim pra ele lembrar de mim. Mas eu estive com ele em alguns momentos, algumas vezes. Ele era muito amigo de muita gente, que trabalhava em jornal e tal. Mas não tinha relação... Nunca tive relação funcional com o Fehlberg. Porque por essas coisas que eu tô te explicando, eu não cobria Planalto. Assim, você estava num restaurante, aí chegava o Fehlberg. Dando um exemplo, assim, nem lembro... Chegava o Fehlberg, tinha os outros jornalistas, conversava daí... Entendeu? Não era uma coisa apartada... Ou eu tava... Por exemplo, no tempo do Itamaraty eu não cobria presidência, mas várias vezes eu fui cobrir solenidades na base aérea antes de ter... Entendeu? Chegada de presidentes, eu cobria... Eu me lembro quando veio... Vieram ao Brasil pra um encontro, sei lá o que que foi, os ditadores do Uruguai, do Chile... Eu cobri isso, fui inclusive, não consegui, obviamente, eu fui incumbido de entrevistar o Pinochet. Mas como é que eu ia com... Mas fui lá, tentei... Fiz o meu... Mas sabia que eu não ia conseguir. Fui lá no hotel, falei com o assessor dele, não consegui... O Estadão mandou eu cobrir o Pinochet. Então nessas coisas a gente acabava encontrando as pessoas. Quando eu cobri o Itamaraty, eu ia muito a recepção, naquela época tinha muito, hoje eu não ouço falar, mas talvez ainda tenha, vinha muito chefe de Estado, estrangeiro, Ministro de Relações Exteriores, de outros países...

L: Aí tinha aquelas solenidades e tal...

H: Aí tinha a recepção. Você ia lá, tava lá a turma toda... Por isso que eu digo, tinha... Se você falar todos eles, talvez eu me lembre, todos eles eu conheci, entendeu? Assim, de alguma maneira eu conhecia. Mas essa relação dentro do Palácio, eu só tive com o Quinsan e Roberto Esmeraldo. Depois, já na Veja, solto, eu tive com o Alexandre Garcia, sei lá quem mais passou por lá. Eu tive essa relação mas eu não era setorista. Eu ia lá pra fazer uma matéria, pra cobrir um negócio, aí não precisava de

ter a credencial para a cobertura permanente. O que eu não podia era ir lá todo dia, o que eu não podia era viajar com o presidente, esse tipo de coisa. A outra viagem que eu fiz com o Presidente da República, fiz duas viagens com presidentes até hoje, a outra viagem foi com o Sarney já, pra Angola. Aí foram as duas vezes que eu cobri presidente em viagem: foi o Geisel em Belém e o Sarney em Angola. Foram as duas únicas que eu fiz.

L: Mas enquanto você cobria pelo O Estado de S. Paulo o Itamaraty, você deixava transparecer, Hélio, alguma direção sua ou não? Era só na parte de cobertura... Então a perseguição deles pela sua credencial somente pelo seu passado?

H: Pela ficha. Eu sofri pela ficha. Porque os órgãos de segurança eram muito ativos. Você pedia a credencial, ela ia pro órgão de segurança. Entendeu? Ela ia lá pra ver sua ficha e falava: Olha, esse cara aqui tem isso, isso, isso e isso. E pra falar a verdade, as acusações que eles tinham contra mim eram assim: participação em movimento estudantil, organizações de entidade estudantil, panfletagem. Mas tinha já, principalmente nessa prisão do final de 1971, minha participação em organização clandestina. Isso aí é que devia incomodá-los mais. Porque eu nunca reconheci, nunca confessei que eu participava. Então eles tinham depoimentos que eu participava e tal, mas nunca confirmaram de fato, eles nunca tiveram como confirmar de fato. Eu acho que tava aquela coisa meio nebulosa. Eu acho que o Itamaraty, diplomaticamente, falou assim: Olha, ele não está nos criando caso então vamos deixando ele ficar mas não podemos formalizar. Porque eles não podiam dar a credencial porque não podiam passar por cima dos órgãos de segurança. Então acho que eles iam pensando assim: Olha, deixe ele ficar até a hora que... Até a hora que estourou com o negócio do FAB, né? Eu te contei da primeira viagem mas eu já tinha viajado nos aviões da FAB. Apesar de já ter os antecedentes, em final de 71, quando eu já tinha sido preso duas vezes, eu já ia em avião da FAB. Então eu fui preso pela terceira vez na volta, assim que te contei da volta. Então eu não sei. O que passa ali pelos bastidores eu não sei.

L: Uma contradição que não dá pra entender, né?

H: É. Daí eu acho que tem um pouco da época, que assim, tem um pouco de Brasília. Brasília é uma cidade pequena, as pessoas todas se conheciam. Acho que isso aí, assim, atenuava a violência. Não que ela não existisse mas atenuava um pouco. Todo mundo se conhecia então... Entendeu, assim? Esse aqui é filho de fulano... Esse aqui... Esse cara estudou com meu filho. Aquela coisa de cidade pequena, sabe, assim? Eu

me lembro que o famoso coronel Octávio Costa...

L: Da AERP, né?

H: Da AERP... Era professor da faculdade, eu fui aluno dele. Eu fui aluno do Octávio Costa em matéria de Relações Públicas. Entendeu, assim? Então era um cara durão, ali, militar da AERP e tal, mas eu fui aluno dele, entendeu? Então eu acho que essas coisas assim... Agora assim... Não, eu não tinha atividade política de, vamos dizer assim.. Dessa prisão de 71, até antes. Não. Quando eu comecei a trabalhar no Correio Braziliense, eu mergulhei. Eu continuava de um lado, participava de reuniões. Mas nada que fosse visível.

L: Mas você fazia isso pra manter sua profissão ou porque você realmente não tinha interesse. Você tinha uma posição boa pra...

H: Não tinha interesse, não tinha onde atuar. Era uma época de repressão braba, não tinha movimento sindical, não tinha movimento estudantil, não tinha onde atuar. E pela profissão e porque não tinha também onde atuar. Tanto é que quando o movimento sindical começou a ressurgir, no final dos anos 70, eu trabalhava na Veja. Não, trabalhava na Globo, quando começaram as reuniões pra gente organizar uma chapa pra tirar o pelego do sindicato. Eu participei desde o início. Assim, nos primeiros nomes... “Vamos convencer o Carlos Castello Branco a ser candidato.” Eu, Armando, Carlos Magna, fomos conhecer, né? E foi... Havia uma razão de você ter uma... E nós fomos. Mas a gente não ficava falando, entendeu? Mas fizemos uma chapa, organizamos uma chapa, tivemos problemas porque queriam vetar nomes da chapa, naquela época era possível. A delegacia do trabalho podia vetar nomes da chapa. Nós tivemos que fazer muita ginástica pra não ser vetado. Fizemos uma solução de compromisso que foi eu e Armando, o Armando Rollemberg, não entramos na diretoria, a gente entrou na representação na federação, que era, aparentemente, a gente não entendia muito, achava que era um cargo (-), era importante pra caramba. Só que nem nós nem eles sabiam, entendeu? Nem eu nem Armando fomos secretários, vice-presidente, tesoureiro... A gente não ficou na diretoria. A gente ficou na representação do sindicato na federação. Pros caras poderem liberar porque eles não queriam liberar a gente na diretoria. Entendeu? Era uma época complicada. Aí começou o sindicato. Quando eu já estava no sindicato, aí eu tava na Veja, o Lula veio a Brasília pra um encontro com Petrônio Portela, que na época tava fazendo diálogo pra abertura, aquele papo todo, Petrônio tava viajando e

tal. Aí o Lula veio a Brasília. Quando acabou, eu tava cobrindo. Quando acabou, cheguei perto do Lula e falei: Lula, eu sou do sindicato dos jornalistas de Brasília. “Ah, você é do sindicato?” Ele se animou. Eu falei: É, sou do sindicato e tal. “É, vamos conversar. Eu vou ficar aqui em Brasília hoje à noite.” Tava ele e um advogado do sindicato chamado doutor Maurício e depois foi prefeito de São Bernardo. Tava ele e doutor Maurício. “Ah, eu vou ficar aqui hoje à noite, vamos encontrar.” “Vamos” Aí marcamos de comer carne de sol lá na 108. Aí eu chamei o Armando, chamei o Armando pra ir. Aí fomos Lula, doutor Maurício, Armando e eu. A partir daí a gente ficou conhecendo o Lula. Lula chamou pra gente ir pra em reuniões em São Paulo. Aí ia eu, Armando ia, nós éramos representantes da federação, aí eu passei a conhecer o Lula, passei a... (telefone toca) Deixa eu só atender essa daqui, já ligou antes...

L: Claro, claro.

H: Desculpa, ela já tinha ligado duas vezes.

L: Não, imagina...

H: Mas... O que nós estávamos falando?

L: Já do... Ixi, agora fui ler as outras perguntas também me perdi um pouco, Hélio...

H: Ah, a gente falou tanta coisa... Não, eu estava te falando da militância, do sindicato.

L: Do Lula! Você já estava falando do Lula...

H: Do movimento sindical, daí que veio minha entrada no PT. Entendeu, assim? Aí, quer dizer, voltou a ter atividade sindical, atividade política. PT, Sindicato, eu fui até 86. Primeiras eleições em Brasília em 86. Aí já... Já voltei a tona. Pra depois me afastar de novo pra voltar mais a atividades jornalísticas depois. Mas aí já eram outras circunstâncias, já era outra situação, não tinha mais esse tipo de problema.

L: E você, assim, percebeu a dimensão do momento que você estava vivendo lá? Da década de 70, quando você começou, você percebeu essa dimensão do que seria a ditadura?

H: Sim. No início, a gente achava que a ditadura não ia durar muito.

L: Já no Castello Branco, né?

H: É, nos primeiros anos. Mas a partir de 68, AI-5, 69, a gente viu que era uma coisa dura e aí a gente já sabia que seria uma coisa de longa prazo, que não ia ser uma coisa tão rápida igual se pensava. Eu me lembro bem, 69, a gente achando: Pô, cinco anos

de ditadura. Sabe, assim? Como se fosse tempo demais! “Cinco anos, é uma vida.” E foi muito mais. Mas, claro, assim. Olhando de hoje pra trás você tem outra perspectiva. Também a maturidade te dá uma outra perspectiva. Mas acho que dentro disso daí tinha uma noção, sim. Tinha uma noção. Tinha noção dos riscos, das coisas. O jornalismo mesmo era muito cerceado, você tinha a censura e tal. Mas a gente conseguia de alguma maneira...

L: Contornar...

H: É. Eu acho que... Você falou agora, eu lembrei. Acho que a única coisa minha que parecia assim com militância política e assim mesmo de uma maneira bem moderada, era que eu escrevia semanalmente no Opinião. Que era um semanário nitidamente de oposição, esquerda e tal. Tinha meu nome no expediente e tal. Eu só tive de tirar meu nome do expediente quando eu fui pra Veja. Mas mesmo no primeiro tempo de Veja eu ainda continuava escrevendo, assim, sem que a Veja soubesse. Aí depois começou a ter muito trabalho na Veja e não deu mais. Mas eu passei vários anos escrevendo semanalmente pro Opinião. Ninguém tinha dúvidas de minha posição. Mas eu teoricamente, não estava fazendo nada...

L: Escancarava...

H: É, não tava fazendo nada além de trabalhar. Entendeu?

L: É, acho que era isso mesmo, Hélio.

H: Não é exatamente essa... Você já conversou com muita gente?

L: Conversei. Foram três. O Scartezini eu conversei semana passada, o Luiz Barbosa e o Paranaguá também, o Evandro Paranaguá.

H: Ah, você conversou com o Evandro também?

L: Conversei, ele também mandou um abraço pra você.

H: Eu falei com ele segunda-feira. Mas esse pessoal do Palácio... Quem é que cobria mais lá? Tinha uma turma que sempre cobria o Palácio... Lá nosso do Jornal de Brasília nosso morreu, era o Cordélio Franco. No Estadão tinha o Evandro Paranaguá. Evandro cobriu militares...

L: Luiz Barbosa também disse que cobriu mas antes do AI-5.

H: É, quando eu conheci o Luiz ele já tava no Itamaraty. A gente brincava que ele e o Flávio, que eram os mais antigos, a gente chamava eles de “quarts secretário”. Tinha o terceiro secretário, né? A gente achava que eles eram os “quartos secretários” porque eles já estavam tão entrosados lá, tão...

L: Habitados...

H: Tão habituados. Mas... É interessante o trabalho. Foi uma época difícil. Mas vou te dizer uma coisa. Eu acho que em boa parte o jornalismo que se fazia naquela época em boa parte era melhor do que o de hoje, por incrível e paradoxal que seja. Havia mais empenho, havia mais garra do jornalista do que você vê hoje. Tô falando da mídia.

L: Até pra contornar, né? O Evandro mesmo falou. Que até pra contornar você tinha de escrever, mudava...

H: É, você tinha que saber usar a linguagem certa...

L: Informar mas sem bater de frente

H: Eu me lembro que o Estadão publicou uma matéria, primeira matéria considerada publicada sobre a guerrilha do Araguaia. Se você pega o título da matéria, o primeiro parágrafo da matéria você não diz que a matéria é sobre a Guerrilha. Então assim, você pensa que é um movimento cívico que o Exército está fazendo na área de Xambioá. Quando você vai lendo a matéria você vai ver que tem uma guerrilha lá. Você tinha de usar esses artifícios, né? Interessante, Laura.

H: Hélio, muito obrigada!

L: E se você precisar de qualquer coisa, precisar completar, você me manda e-mail, me envia por e-mail, telefone. Não tem muita dificuldade, não.

L: Tá ótimo, Hélio. Muito obrigada!

Luiz Barbosa: Ao longo do tempo a gente vai amadurecendo... a gente vai amadurecendo ao longo do tempo e vai percebendo que algumas coisas você nem percebeu eram historicamente importantes. Outra você deu importância e na verdade não tinha maior importância. E eu quero me situar perante você por uma razão: primeiro porque não tem nada de mítico, de heróico no trabalho do jornalista naquele tempo. Tem nada de mítico, heróico. E tem algumas características que eu faço questão de chamar atenção e que eu quero que você entenda. É que a gente não, na hora, depois eu vou me situar pra dizer sobre o que estou falando. Na hora você não tem ideia do fato histórico...

Laura: Do que está vivendo...

LB: Você não tem ideia. Você está vivendo o seu dia a dia e você cria uma hierarquia de valores aonde pagar a conta de luz é tão importante quanto ir naquela entrevista do general Médici lá não sei aonde porque tá tudo dentro de uma mesma, um mesmo, mesma nebulosa. Você não diz: Ah, é o general Médici que vai ser o marechal da repressão. Nada. Você na época é um presidente como seria Dilma hoje. Você na época não tem essa noção. Salvo, aí eu quero fazer, como eu vivi isso pessoalmente. A Regina também de uma maneira e nos tivemos companheiros extraordinários nessa, nesse tempo. Salvo alguns colegas tiveram exatamente a percepção da gravidade do que tava vendo. No nosso caso, por exemplo, Castello, Castelinho que era o chefe da nossa sucursal, Carlos Castello Branco, é... O Valders Góes, que depois foi meu chefe de redação. O D'Alembert Jaccourd que foi preso porque era esquerdista mas o esquerdista absolutamente como nós somos, favoráveis a... Mas mais sensíveis a, mais reativos a ideia de um regime militar numa primeira hora. E eu não tive isso. Você entende? Na primeira hora o que aconteceu foi o seguinte: nós pegamos um governo, eu comecei a trabalhar aqui em Brasília no finalzinho do governo de João Goulart e estava uma bagunça que você não tem ideia, sem nenhum... sem nenhum conteúdo ideológico. Uma bagunça, era greve todo dia de alguma coisa... Bancários, transporte, aeroportos, transporte aéreo ou então transporte de ônibus, ou então, eletricidade... Então... Você... Chegou um ponto de tumulto que aquela intervenção militar na medida do limite, chegou um tempo que você achava que até justificava. Olha, tá na hora de acabar com essa bagunça porque houve uma espécie de

amadorismo no uso dos meios de pressão social na época em relação ao governo João Goulart, em relação a esse conflito de regime, sistema de bancos contra interesse público e tal. Houve uma exacerbação exagerada nisso. Tanto é que 30 anos depois nós estamos convivendo com bancos da mesma maneira e nada morreu, nada caiu por causa dos bancos. Mas naquela época se falava em fazer reforma urbana, quem tiver dois apartamentos vai ter que dar um. Umas bobagens que estavam longe de ser realizadas mas que assustaram muito a população. Entende? Vamos desapropriar as cadernetas daqueles que tiverem muito dinheiro e tal, para redistribuir... Ó, você fala isso com família que viveu a vida inteira juntando dinheiro dela para ter alguma coisa... Houve muita intranquilidade na época, nesse final do governo João, do Jango... Mas também por trás, e agora está muito mais provado, havia uma conspiração patrocinada pelos Estados Unidos também, porque não interessavam aos Estados Unidos a prosperidade daquele governo esquerdista...

L: Justificando pelo socialismo, né?

LB: É... E se a gente fosse fazer uma... E se a gente fosse fazer uma... um balanço mais profundo, você ia ver que os Estados Unidos também estavam agindo motivados pelo episódio, pelos problemas de Cuba e muito pelos problemas do Vietnã. Era um período que os Estados Unidos estavam em uma exaltação contra comunismo. Comunismo era um valor em si mesmo que você nem analisava. Uma expressão... Eu te taxava de comunista você era portadora de todos os males contra igreja, contra os princípios, contra e tal... Se passava para a sociedade este tipo de matéria. E eu era um jovem jornalista, tinha começado trabalhando com 17 anos na sessão de esportes do Jornal do Brasil no Rio. Tinha vindo aqui pra Brasília porque Brasília estava precisando de mão de obra, quer dizer, de jornalistas que tivessem algum concurso universitário e tal... E eu já estava começando a fazer curso de Direito na época. E o que que aconteceu? Porque na época jornalismo não tinha curso específico, você não precisava ter licença jornalística, você tinha um registro profissional e já era o suficiente. Você não precisava ter curso de jornalismo. E depois quando chegou minha época de fazer eu achei, poxa, já tenho registro profissional, pra que que eu vou fazer mais um curso de três anos ou quatro anos para solidificar uma situação que eu já tenho?! Então você também não faria. A essa altura você não vai voltar a fazer um curso só pra ponestar aquela atividade que você já está exercendo. Tudo bem. Então a gente chegou... Eu peguei Brasília, cheguei a Brasília com o compromisso de

cobrir, isso em mil nove... Vou tomar nota só pra você, pra gente poder ter um balizamento. Fevereiro de 63 eu vim pra cobrir, eu já era do Jornal do Brasil desde 58, eu já era repórter do Jornal do Brasil no Rio. Fazia esportes e foi uma escola ótima de esportes naquela época mas não fica no final eu já estava fazendo política no Rio, cobrindo o governo de Carlos Lacerda, que estava no Rio naquela época e aí me ofereceram para a Brasília ganhando mais do que eu ganhava lá e você tá solteiro, tá podendo fazer esse tipo de coisa. Eu vim e vim cobrir Câmara dos Deputados. No princípio fui cobrir Plenário da Câmara dos Deputados. Passei nessa situação um ano, aproximadamente, um ano e um mês, e alguns meses... Aí veio o Golpe de 64, entrou o Castello Branco, quase imediatamente o jornal me passou para cobertura do Presidente da República, do general Castello. Eu fiquei o período todo do general Castello. Antes de mim, teve um outro repórter o Edísio Gomes de Matos que era um repórter... Olha, minha mulher!

L: Olá, tudo bom?

LB: Essa é a Laura!

Susana: Oi, Laura!

L: Prazer, Laura.

S: Tudo bom?

L: Tudo joia!

LB: Meu amor, eu preciso do telefone depois daquele negócio da torneira porque eu não tenho o telefone.

S: Tá ali na minha mesa de cabeceira.

LB: Tá, depois você me dá, tá bom? Eu ligo.

S: Tá. Dá licença.

LB: A Susana é jornalista, formada em comunicação...

S: Mais uma!

LB: Aí acontece que fui cobrir o general Castello. Então, Laura, eu quero ser franco com você que na primeira hora eu estava muito entusiasmado com o governo do Castello. Porque se você pesquisar um pouco você vai ver que é um período realmente tentativa de moralização de problemas sérios. Olha, o Congresso não era metade da bagunça que é hoje. E já na época se reclamava muito dos deputados, que só puxavam pra eles porque no fim, no final, se você fizer um... Você vai ver que esse mesmo males de hoje já estavam nesse Congresso sempre. Sempre foi assim,

congressista puxando coisas para que, a pretexto de que se tem que atender um eleitorado e que então ele tem direito de ter uma remuneração maior porque ele precisa pagar passagem, precisa pagar passagem de eleitor, ele precisa da assistência médica, ele precisa dar presente, ele precisa viajar. A argumentação não mudou nada e é a mesma até hoje. Só que naquele tempo, Castello entrou pra liquidar, ele fechou o Congresso, na primeira hora ele cassou uma porção de gente, cassou o mandato. Então eu acho que em termos de gravidade não é tão sério assim porque cassar mandatos, tá bom, era um mandato pro eleitor que não tinha nada e tal. Mas eram pessoas que eles tinham um dossiê de que o cara estava tirando dinheiro pra uso dele, não sei quê. Então ele fez uma lista e cassou mandatos do pessoal de esquerda e do pessoal corrupto. Eram as duas coisas que eles alegavam. E eu, menino ainda, com 18... Deixa eu ver quanto eu tinha, 18... Eu tinha começado com 17... 18, 19... Eu tinha 20 anos, perto de 20 anos. Você imagina a cabeça de 20 anos o que é. Eu achava que era legal porque olha, o mandato é um negócio que ninguém vai morrer por causa de mandato. Eu tirar teu emprego, eu acho sério. Eu não deixar você ganhar seu salário pra você sobreviver, eu acho sério. Mas mandato eleitoral eu já acho que é um negócio que o sujeito se atribui numa etapa seguinte. A sobrevivência dele já é garantida pela profissão dele. Você tem um mandato... Mandato não é meio de vida. Então se você eventualmente, politicamente perde esse mandato não acho que seja tão grave assim. Então o primeiro mal do Castello foram as cassações de mandato. Mas paralelamente, e olha, eu estava em Brasília, não tinha ideia do que que estava acontecendo no país todo. Teve muito desemprego, muita perseguição aos esquerdistas, sujeito perdia o emprego, era preso, era perseguido e tal, no nível dos Estados. Brasília nem era tanto assim. Brasília era como é que era a vitrine, eles preservavam um pouco o comportamento. O governo federal ele era muito certo. E você pode até pesquisar isso. Com o Castello realmente a coisa era muito bem organizada, houve um período de reorganização econômica muito séria, Castello se cercou dos melhores caras de Economia. O Bulhões, Gouveia Bulhões, Roberto Campos... Era todo primeiro time e o Brasil começou a ter uma regeneração econômica muito grande porque antes tudo estava uma bagunça. As greves levaram a economia ao caos, inflação muito alta. Tudo bem. Então eu comecei a cobrir um Castello que ainda era regenerador e não era tão, tão... como é que eu diria... tão repressor assim. Ele era um bom administrador, seríssimo. O ministério dele era de

primeira linha, nunca o Brasil teve um ministério daquela qualidade. Você compara hoje e você morre de rir. Por exemplo, só pra você ter uma ideia: Ministro da Justiça era o... oh, meu Deus... O Afonso Arinos, ministro das Relações Exteriores; ministro da Justiça era o Milton Campos, ministro dos Transportes era o Juarez Távora, ministro da Aeronáutica era o brigadeiro Eduardo Gomes, ministro... Entende? Só tinha craque. Só tinha... Roberto Campos, ministro do Planejamento, Gouveia Bulhões ministro da Fazenda. Só tinha craque. Era ministério pequeno e só tinha... Era incontestável a qualidade de cada um desses caras. Então isso criava um clima muito positivo nessa... Porque primeiro, não quero dizer que imediatamente... O problema é que por baixo disso...

L: Tinha o...

LB: Tinha Costa e Silva e os grupos de coronéis que tinha de alguma maneira feito a revolução, que eles chamavam e tal... ou seja, fazer a revolução. Eram os mentores do Golpe e que eram radicais, eram mais despreparados, mais radicais, menos preocupados com o problema de moralização da coisa, eles queriam era na verdade vingança. Eles estavam atrás de esquerdistas e tal. E isso veio no governo... No governo que o próprio Costa e Silva se impôs. Num determinado momento, Castello não queria que Costa e Silva fosse ser presidente. E o Costa e Silva disse: Você... Eu tenho todo o esquema militar do meu lado, não adianta dizer que não porque a Revolução foi nós que fizemos e eu vou ser o Presidente da República. E aí veio um período... Aí que o negócio começa a deteriorar. E por azar, o Castello morre num acidente de avião, exatamente... Logo depois de deixar o governo e o Costa assumir. E o Costa, que ainda era de uma geração, embora fosse radical e fosse de esquerda, mas ele ainda era médio...

L: Brando...

LB: Brando assim em relação aos coronéis que ele tinha, entende? E aí ele... Quando ele começa a perceber que ele estava sendo instrumento de uma repressão brutal, ele tem um derrame, o grau de preocupação dele e tal... Aí ele tem um derrame e fica mudo e tal, então no momento que ia assinar a Constituição nova, fica mudo e aí os caras fizeram uma Junta Militar que você vai identificar que o período de barbárie é a partir dessa...

L; Junta Militar...

LB: Junta Militar. Não é... É injusto você atribuir isso a Castello e até, eu diria com algumas reservas, até ao primeiro momento do Costa e Silva. Eles não eram esses monstros que se pinta e que a nossa geração, talvez até por uma generalização, não quer nem fazer distinção, é tudo militar, é tudo espúrio. É tudo... Então vai de Castello até o Costa... Até o Figueiredo vai... Até Sarney vai tudo numa cambada só. Mas pra quem trabalhava cobrindo, há uma grande distinção de estilo, de princípios, de ética e tal entre um e outro.

O Castello mandava apurar quando chegava denúncias de que fulano foi preso, está sendo espancado no Recife e tal... Ele mandava uma comissão lá pra ver e punia e afastava o chefe. No período da Junta virou regra, virou regra. Você vai ler em mil autores que virou regra, ninguém defendia mais nada. Eu tô dizendo isso tudo para situar minha posição cobrindo Presidência da República. O que que acontece? O Castello... Havia ainda muita preocupação em atender a Imprensa. A Imprensa era importante porque a imprensa tinha de alguma maneira prestigiado o golpe militar de 64. Meu jornal, o Jornal do Brasil, tinha apoiado, O Globo tinha apoiado, O Estado de S. Paulo tinha apoiado, todo mundo...

L: Estava a favor...

LB: A grande imprensa estava toda a favor do golpe militar. Quer dizer, ela que não venha agora fazer de polista que ela era... Foi contra depois quando a coisa ficou complicada. Na primeira hora eles foram os grandes incentivadores disso. A Igreja, imprensa, a grande parte da elite da sociedade foi toda a favor do Golpe Militar. O povo como sempre, você sabe, não tomava conhecimento das coisas. Ia vivendo o dia a dia mas não tinha ideia do conjunto do que estava chegando. E esse período com o Castello eu tinha um assessor de imprensa que era horrível, ele não era capaz de dar uma notícia mas não era por... O Zé Vamberto, mas não era porque ele era mau, porque era governista... Era porque era incompetência mesmo. Ele não conseguia dar uma notícia, ele ficava muito preocupado com o que que o doutor Luís Viana está mandando, o que que o presidente quer, o que que não quer, e não te passava notícia nenhuma. Então a gente tinha de cavar por nossa própria conta em risco as notícias que a gente... Mas não havia repressão. A verdade é a seguinte: as notícias que a gente mandava saía no jornal, se dava alguma má repercussão a gente... alguém no Palácio passava recibo. “Pô, aquela notícia que você deu não era exatamente isso, você botou e tal, o presidente ficou muito chateado.” Mas não passava disso.

L: E já existia o credenciamento, já no Castello?

LB: Sempre. Sempre. Já existia no tempo de João Goulart. Já existia no tempo de Juscelino. Bem antes, Jânio... Já tinha credenciamento. O Castello, meu chefe de reportagem, meu chefe de redação, era o Secretário de Imprensa do Jânio. E já credenciava. Era mais rudimental o sistema de credenciamento, depois se tornou mais rígido. Mas também se credenciava. Você era credenciado no Palácio pra poder circular no Palácio, a gente tinha toda a liberdade, entrava em alguns gabinetes e tal. É óbvio que na parte do presidente, do chefe do Gabinete Militar você não tinha acesso. Mas nos outros, subchefia, civis, a gente circulava muito. Nós éramos um grupo de oito ou doze jornalistas. Eu, do Jornal do Brasil, Ronan Soares, do Estado de S. Paulo, o Leleco, a Folha de S. Paulo, Once era O Globo, era bem mais velho... Então tinha um grupo de jornalistas credenciados que nós tínhamos liberdade de tudo. E abordávamos as pessoas que saíam do Gabinete do Presidente pra saber o que o presidente tinha dito, o que tinha conversado. Cobríamos as reuniões ministeriais e depois, através da Secretaria de Imprensa, tinha uma notinha oficial, mas a gente tentava apurar mais coisa pra melhorar a matéria. Mas era um período de relativa franquia, de...

L: Cooperação, né?

LB: Cooperação. Piorou depois que eu fui viajar.

L: Que aí o senhor foi estudar na Inglaterra...

LB: Eu fui estudar na Inglaterra. Porque aparece que... Mas peraí, o que que o senhor foi fazer na Inglaterra? A questão era que em 1967, 67 por uma série de circunstâncias aqui. Primeiro porque eu fiquei amigo do pessoal do Conselho Britânico. Eu já estava fazendo o curso de Direito, já estava me formando em Direito, como advogado. E trabalhava pro Jornal do Brasil, também trabalhava pro Tribunal de Contas. Então que que acontece?

(Susana nos traz um café)

LB: Agora o que eu queria voltar a insistir, viu Laura, que é importante, é que nesse tempo, a despeito de todas as coisas... Olha, eu presenciei a sessão do Congresso que declarou vaga a presidência da República, o Auro Moura Andrade na presidência... “Declaro vaga e tal”. Você não tem ideia de que tá vivendo um momento histórico. É incrível a resistência que a gente tem em perceber que a gente tá vivendo um momento histórico e que aquilo é alguma coisa que vai ficar pra tua vida toda, que vai

ficar... que vai ter... Você não tem ideia. Você não tem ideia de que está vivendo um negócio. Numa determinada noite tinha uma reunião, uma sessão de veto. Aí foi cancelada a sessão de veto porque se convocou uma sessão extraordinária no Congresso. Aí a gente ficou sem saber exatamente pra que que era a sessão do Congresso. Quando nós estávamos... Quando começou a sessão do Congresso, alguém virou e disse: Olha, o pessoal de Minas, o batalhão de Minas está marchando contra Brasília. Olha, essa era a conversa e não era nada disso. Batalhão de Minas estava marchando contra o Rio de Janeiro. E aí você não tem ideia do que é Batalhão de Minas. Não tem ideia de quem é general Mourão, não tem ideia de quem é general Guedes, não tem ideia... O Magalhães Pinto você sabia que ele estava contra o Jango e que era capaz de fazer alguma coisa, era o governador de Minas. Dias antes tinha havido a passeata das mulheres com o Rosário pela família e contra o comunismo avassalador. Você tinha noção disso mas você não fechava o quadro. Aí de repente Minas, as guarnições de Minas estão marchando contra o Rio de Janeiro e aí tem uma sessão extraordinária do Congresso e aproveitam com o negócio da definição militar ali na... entre o Rio e Rezende, ali com a Escola Militar, com Médici no comando da escola Militar, tomando as forças ali daquela região, com Guedes viajando. O Jango percebe que não tinha apoio militar, viaja pra Porto Alegre, sai de Brasília. E ao sair de Brasília para Porto Alegre, o Auro Moura Andrade que era do tipo conservador, pra você ter uma ideia, ele era da nata do conservadorismo paulista, que estava louco para derrubar Jango já há tempo. Aí ele vai, ele Presidente do Senado e portanto Presidente do Congresso Nacional, aproveita uma sessão extraordinária com o grupo todo dos udenistas que eram contra Jango e declara vaga a Presidência da República e isso permite que o Mazzili vá assumir como presidente da Câmara, vá assumir a Presidência da República e o golpe é dado. É um golpe muito sem jeito, muito improvisado mas foi dado.

L: E muito atrapalhado porque eu vi que...

LB: Pois é, e muito atrapalhado porque na verdade o presidente estava em território brasileiro. Porto Alegre é território brasileiro, não tinha fugido pro Uruguai. Depois que ele vai pro Uruguai. Mas nessa hora que foi declarado vaga ele estava em Porto Alegre procurando apoio do Brizola que era cunhado dele, que era esquer... Eu não vou repetir esse esquema, eu quero só ir explicando o meu papel aqui. Pois bem... Eu comecei... Aí no governo seguinte...

L: Aí você foi em 67, Luiz, pra...

LB: Em 67...

L: Estudar na Inglaterra... Aí você voltou...

LB: Fiquei um ano, fiquei... Voltei em 68, 69... E o AI-5 foi exatamente em 68...

L: 68... Nesse meio tempo, né?

LB: É, foi dezembro de 68, não foi?

L: É...

LB: Pois é... Eu pergunto porque eu estava lá. O que é que eu fazia? Lá eu ficava louco para ter notícia, não tinha notícia nenhuma porque a censura não deixava... Os jornais não davam uma linha do que que estava acontecendo. Então o que eu fazia, te contei, né? Eu ia pra biblioteca de Manchester que tinha todo dia a edição do Le Monde e no Le Monde, o correspondente do Le Monde no Rio dava tudo que estava acontecendo. “Fulano foi preso. Beltrano foi preso. Doutor Brito foi preso, dono do Jornal do Brasil. A Godesa está perseguida.” Dava tudo. Era... Eu tinha um boletim e ficava horrorizado com aquilo tudo porque realmente eles perderam as estribeiras.

L: A noção, né?

LB: Você pode ler à vontade, foi um período terrível a partir desse AI-5. Era o período que eu estava lá. Quando eu voltei... Eu voltei e ainda peguei o Costa e Silva. Aí o jornal disse: Não, você vai voltar pra cobrir Costa e Silva ou não... Não, não... Quando eu voltei, aí eu fui cobrir Itamaraty.

L: Ah, foi...

LB: Você fala inglês? Você estava na Europa? Então tá, você vai cobrir Itamaraty. Aquela ideia bem genérica assim, que não tem muito a ver mas tudo bem. Fala inglês... O Castello teve essa visão e disse: Luiz, o Itamaraty está se mudando pra cá em 70, 71, o Itamaraty está se mudando com todos os embaixadores e eu preciso que você prepare pro Jornal do Brasil essa chegada do Itamaraty, vai se habituando, vai entendendo o que que é e tal... E pra mim foi um desafio descomunal entender Itamaraty, entender política externa, tudo aquilo... O fato de eu ter estudado na Inglaterra não me fazia nenhum outro favor há não ser saber alguma coisa de inglês e alguma coisa de Europa. Mas não o bastante pra cobrir Itamaraty. E realmente o meu foco saiu um pouco do Executivo e do Congresso nessa época porque eu tinha que aprender uma ação nova. Tudo bem. Você vai perguntar, que é o foco do teu programa... Como era essa relação com as assessorias...

L: Isso, com as Secretarias de Imprensa...

LB: Com as Secretarias de Imprensa...

L: Porque assim... Você pegou o Heráclio Salles então, você não chegou nem a pegar o Chagas?

LB: Heráclio maravilhoso. O Chagas... Não, deixa eu te explicar uma coisa. O Heráclio era meu colega de jornal mas eu o respeitava porque ele estava num cargo que é quase Ministro de Estado. Você vê a Helena Chagas hoje é Ministra. Na época, o Secretário de Imprensa não era nada. Era Secretário de Imprensa puro e simples. O que que aconteceu? O Chagas... O Heráclio eu mantinha uma relação, eu não forçava porque ele era do meu jornal, eu não pedia a ele o que ele não podia dar aos outros também, entende? Eu podia: “Ah, Heráclio, Jornal do Brasil...” Seria uma covardia. Ele era um homem extremamente correto, um colunista político fantástico e muito pouco dava a fazer concessões de qualquer maneira. E nem eu iria pedir. Então ele me tratava como tratava todos os outros repórteres. Mas quando ele... O Costa e Silva ficou preocupado porque o Chagas tinha muitos filhos... O Heráclio tinha muitos filhos e não tinha emprego. E depois de ser secretário da presidência, era difícil que os jornais dessem emprego a ele depois, você entende? Você virava do lado de lá do muro...

L: E depois pra voltar...

LB: Então o Costa e Silva disse: Não, eu vou te dar um cargo... O que que você pode... Qual é o cargo que eu posso te dar? Aí vou te fazer Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que é um cargo vitalício, bem remunerado, quer dizer, remunerado dignamente, e ele poderia sustentar os filhos dele sem ficar dependendo de emprego de jornal. Quando ele convidou a isso, ele resistiu um pouco, quando o Heráclio aceitou, ele me telefonou, disse: Luiz, eu estou aceitando o cargo de coisa, eu não queria, mas eu vou precisar disso, eu tenho de pensar na minha família e tudo... E te indiquei para ser o novo Secretário de Imprensa. Aí eu... Não, você não precisa responder agora, não, mas eu te indiquei ao Rondon, que era o chefe do Gabinete Civil, e ao general Portela, pra você ser meu sucessor. Aí eu consultei meu pessoal no Rio, os caras que eram meus chefes no Rio aí um deles, que é meu guru mesmo, o Carlos Lemos de lá mandou dizer: Luiz, não entra nessa não que isso é uma fria. Aí eu não aceitei. Eu disse: Heráclio, olha, lamento mas não é bom, ainda tô muito jovem, é muita responsabilidade. Aí ele: não, eu entendo e tal... E aí indicaram

o Chagas. Aí o Chagas que era do Globo foi ser Secretário de Imprensa. E pegou um rabo de foguete do tamanho de um bonde porque ele pegou logo depois do...

L: AI-5, né?

LB: Não, ele pegou o AI-5, pegou o derrame do Costa e Silva que foi um período horrível no Palácio porque os generais, os coronéis davam ordens, o general Portela virou presidente de fato, Ministro do Exército e você ficava fazendo papel de bobo lá dentro porque o presidente com derrame não tinha voz, não tinha... Yolanda Costa e Silva... Era complicadíssimo esse quadro.

L: É... Eu entrevistei... O Chagas eu entrevistei aí ele foi contar também todo esse período...

LB: Ele foi contar... Ele fez um livro.

L: É, o 113 dias...

LB: Isso questiona muito o direito dele de fazer um livro. Porque repara só o que que está em jogo. Você está num cargo de confiança e você tem acesso a informações que você não teria como jornalista. Você tem como funcionário, homem e detentor do cargo de confiança. Então tem certas informações que você não poderia divulgar. Você não poderia dizer: Ah, naquele dia fulano chorou, beltrano estava nervoso, beltrano não sei quê lá... Por que? Porque você tá gozando dessa confiança numa situação extraordinária. Você não pode... Não foi um trabalho de apuração jornalística. Você...

L: Você estava representando...

LB: Você era parte do... Então se contesta muito o direito do Chagas de ter escrito aquele livro sobre a verdadeira história do Costa e Silva...

L: Do 113, a Junta e tal...

LB: Tudo bem. Agora você vê que a Helena hoje é Ministra... Tem toda uma história ligada a isso. E a Helena é ótima e ótima repórter, uma pessoa muito correta, mas tá com Dilma fechada. Se atirar na Dilma pega na Helena, né? Ela é muito amiga minha, eu gosto muito dela mas nunca mais a vi depois que ela virou ministra. Mas eu entendo também que não é fácil o papel dela, né? Quando as coisas não dão certo é muito... Você sente que o palanque ali gira, né? Pois bem, o que que acontece. Quando eu vim cuidar de Itamaraty. No Itamaraty também se pôs a situação do problema relacionamento com Secretaria de Imprensa do Itamaraty. Aí num nível também império porque era todo o relacionamento internacional do Brasil, problemas

com a Argentina, problemas com o Uruguai, sequestro do Gomide no Uruguai pelos tupamaros . Como você lidar com essa questão de movimentos terroristas do Uruguai, da Argentina, dos tupamaros, dos montoneros, do Peru, Sendero Luminoso. Cada país tinha um grupo terrorista. E aqui começou a se desenvolver o terrorismo daqui também. Já tinha se desenvolvido, já tinha sido reprimido, quando eu voltei da Inglaterra essa parte da repressão, de assassinatos já estava no auge aqui!

L: Já tinha acontecido até o seuqestro do embaixador...

LB: Esse eu ainda peguei!

L: Ah, você pegou?

LB: Eu peguei o sequestro do embaixador Elbrick. Eu conheci Elbrick aqui mas ainda como repórter da Presidência da República, ele vinha pouquíssimo a Brasília, ficava no Rio o tempo todo e quando teve o sequestro, um colega meu, o Gabeira era nosso chefe da seção de pesquisa do jornal, chefe do departamento de pesquisa do jornal que era uma novidade. Jornal do Brasil fazia matéria e embaixo fazia um box explicando as coisas que estavam envolvidas naquela matéria que era o trabalho do Gabeira. Aí quando houve o bilhete dos sequestradores, um colega nosso virou e disse: É, isso é coisa do Gabeira. E na verdade, ainda se discute se era do Gabeira ou do Franklin Martins, que eram os dois que estavam envolvidos. O Franklin, que era até ministro até... Era um dos sequestradores do Elbrick. E havia o conflito de uma parte amadorista deles com uma parte do PCdoB que era profissional e queria ideo... Fazer uma ideologização do processo e eles não queriam. Eles queriam que fosse mais popular, a coisa fosse: Olha, nós estamos ajustando as contas com os americanos... O outro não. Queria que fosse camponeses... Camponeses brasileiros não estão nem aí pra nada. Todo mundo que tentou confiar em camponês aqui se ferrou. Porque camponês tá cuidando do dia a dia dele...

L: Não tem nem acesso na época, né?

LB: Tem nem acesso, nem informação, nem nada. E isso era um negócio estranho porque a gente importou essas figuras do campesinato, fazer guerra no Araguaia, fazer guerra no Vale da Ribeira... Todos se ferraram porque não teve resposta. Não tinha público pra fazer...

L: Não tinha mobilização, não tinha nada, eles não tinha noção...

LB: No fundo depois um dia eu conversei com você sobre o conjunto da coisa que eu também acho isso. Agora, então, eu tive essas duas experiências. Do Castello muito

liberal, muito franco, muito preciso se bem que estava ali também a semente do que viria depois, tinha os coronéis por baixo, estavam fermentando contra o Castello porque achavam o Castello muito, muito enquadrado no sistema liberal democrático e tal. E o Castello era muito preocupado com isso. Quando o Castello permitiu que fechasse o Congresso, foi o Geisel, eu me lembro que era o chefe do Gabinete Civil dele, o chefe do Gabinete Militar quem coordenou e o coronel, daqui a pouco me lembro o nome, que executou o fechamento do Congresso, eu tava no Congresso nessa época. E fiz essa matéria. Tem matéria aqui de fechamento do Congresso e tal. O que que houve? O Castello foi até o último minuto para não fazer. Só fez quando PTB disse que fechava a questão, não votava e aí ele fechou o Congresso. Tudo bem, é uma ação ditatorial, mas ele fez isso com muito cuidado, muita cautela até porque boa parte do Congresso era parte do governo dele. O chefe do Gabinete Civil era o Luís Viana Filho, que era deputado pela Bahia... Tinha... Que depois foi mentor do Antônio Carlos Magalhães, que veio conviver muito tempo depois, e tinha... UDN toda era membro ou do Governo ou do Supremo Tribunal. Então havia uma simbiose entre Governo e Congresso naquela época. Já no Costa não. Costa houve uma separação radical. Costa aí fez lista... Fazer lista era cassar bancada toda de um partido e depois ainda cassava os suplentes que apareciam até que chegou gente aqui que tinha 12 votos, deputado federal com 12 votos porque “minha mãe votou, minha mulher, o meu primo até que nem votou em mim porque aí eu teria 15, só tive 12, então eu tô querendo descobrir quem que não votou em mim lá no Rio.” E vinha deputado federal com mandato disso. Incrível, incrível o que é que houve naquela época. Agora, Laura, voltando ao que estava te dizendo, a gente não tinha ideia da história nesse momento. Tá te enganando quem disser: Ah, eu estava atento... Nada. Você está cuidado do teu dia a dia. Para mim era tão importante o que é que estava havendo no Palácio quanto o que é que estava havendo na universidade, se a minha prova de Direito Penal que era sexta-feira ficava mais importante do que a entrevista que ia fazer ou o que... Entende? Você sempre tende a cuidar do teu dia a dia, entende? Das viagens que você tem que fazer...

L: Das suas obrigações, da sua rotina mesmo...

LB: Das suas obrigações! Não tem esse negócio “Eu estava vivendo a história”. Nada disso. E isso eu faço muita questão de dizer e se você conversar o Scartezini vai te confirmar, é assim também. O Scartezini acabou sendo biógrafo do Médici. E se tem

alguma coisa que é tão longe do Scartezini é a figura do Médici, daqueles coronéis... Depois com o tempo, até por ser assistido, embora não realizado o meu papel, até por ter sido testemunha, eu comecei a ler obsessivamente os trabalhos sobre aquele período. Estou me referindo aos livros do...

L: Do Gaspari?

LB: Do Gaspari, li todos e vi os defeitos, descobri uma coisa fantástica que você vai morrer de rir. E o Gaspari... O melhor trabalho é o do Gaspari. Por que que é o melhor trabalho? Porque é um trabalho na verdade do Golbery. Do Golbery e do Heitor que deram pro Gaspari que deram...

L: Pra ele muito documento...

LB: Toda a documentação, ninguém teve isso tão mão dada assim. E realmente é um trabalho antológico aqueles quatro volumes fazem muito... Você vai ver que o primeiro volume é mais fraco que é o do Castello que ele não tinha o Golbery... O Golbery ainda não estava... Era chefe do SNI, fundador do SNI mas era o começo... Eles não são tão críticos. Os melhores volumes são os volumes sobre o tempo do Médici...

L: Do Geisel...

LB: Então que aí eles realmente... Vale a pena. Tem que ler muito, tem que amadurecer muito e ser um pouco isento. Eu acho que nós hoje somos no preto e branco. “Ah, repressão, revolução”. Peraí. Dentro da revolução você tem que graduar período que foi mais pesado, período que foi realmente uma ditadura sangrenta, torturador e tal, que não era no principio. No primeiro momento não era nada disso. Era uma tentativa de... Coisa do... O Castello estava louco pra passar o governo pro Bilac Pinto, dar pra um presidente civil e tirar os militares da jogada porque ele sabia que os militares... O que que tinha por trás dele. Ele sabia muito bem isso. Ele sabia como era o Costa e Silva, ele foi muito contra o Costa e Silva o tempo todo. O Costa e Silva é que se impôs e pegou o governo...

L: Que ia por trás, né?

LB: Ele por trás. Os coronéis por baixo. E se você ler o Gaspari com mais profundidade você vai ver que todo o esquema mais sangrento e mais bravo da revolução era um negócio quase amador, era feito a partir da segunda sessão de inteligência do Ministério do Exército com o general... puxa, vou me lembrar, era um general... Um cara que era coronel, ele chegou a general de divisão e que fez todo o

esquema DOI-CODI, tudo isso que hoje a gente tem não era do Exército todo, era uma sessão de inteligência e de informações do alto comando do Exército então...

L: Ai, eu também tô... Fugindo...

LB: Puxa, deixa eu me lembrar... General Fi...

L: Eu acho que começa com F mesmo...

LB: Já vou dizer, eu vou lembrar... Era o general... Era uma figurinha pequenininha... E o ministro também era, o ministro também era um cara meio anão na época era um sujeitinho que não... Bem miudinho, bem mirrado e que deu muita força a esse esquema todo de repressão e misturava com polícia, com DOI, com DOPS, com investigador de polícia, escrivão, e todo mundo era parte de um esquema privilegiado que não tinha que prestar contas a ninguém, que...

L: Fleury!

LB: Não...

L: Ah, não é o Fleury, não?

LB: Fleury era o delegado do DOPS de São Paulo, era uma figura mas não é isso não... Eu tô falando do general do Estado Maior, do Exército que era o cabeça do sistema, o cabeça efetivo, era o homem que tinha as ordens, e tinha direito de mandar matar, prender, punir e tal. E fez isso com um desembaraço louco...

L: Com uma naturalidade, né?

LB: Com naturalidade, é. Mas isso eu tô falando, mas isso não foi trabalho meu, eu na época não tive noção disso. Só vim saber agora, tempos depois, pesquisando. Na época que eu tava submetido a isso, eu não tinha sequer ideia dos perigos que eu tava correndo quando eu contrariava uma ordem do Palácio e dava uma notícia que eu queria, e a notícia saía no dia seguinte e tal. Eu tenho um episódio que é muito, muito simbólico disso. Eu, um dia, o presidente Costa e Silva ia inaugurar uma turbina nova na Usina de Paulo Afonso na Bahia, no sertão da Bahia e nós jornalistas íamos com ele pra festejar porque era um progresso brasileiro, uma ou duas, sei lá, turbinas novas no Paulo Afonso que iam ser inauguradas, ia aumentar o potencial de energia pro Nordeste e todo esse blá blá blá. Aí fui eu, Leleco, Pena, vários jornalistas no Avro da presidência, acompanhando o presidente Costa e Silva. Chegando... Você conhece Paulo Afonso?

L: Não.

LB: Paulo Afonso é uma cidadezinha pequena, tem uma usina e tem na cidade tem uma residência muito bonita que é a residência do presidente da companhia Paulo Afonso. CHESF, Companhia Hidrelétrica Paulo Afonso. E aí essa residência foi posta a disposição do Castello... Do Costa e Silva. E pra lá... Como na época o Costa e Silva não falava com governador nenhum, não se dava com... Fechava a comunicação dele com todo mundo. Os governadores do Nordeste resolveram viajar pra Paulo Afonso porque era uma oportunidade de apresentar projetos e petições ao presidente porque o governo era extremamente centralizado. Você imagina o que era isso na época. E aí o presidente estaria lá e era a oportunidade de eles encurralarem o presidente pra pleitos do pessoal do Nordeste. E aí quem eram os governadores? Da Bahia, era o Luís Viana, que tinha sido chefe do Gabinete Civil do Castello. Sergipe, Lourival Batista, senador daqui. Pernambuco, era... poxa, não me lembro quem era de Pernambuco, mas era também uma grande figura... Do Rio de Janeiro, não do Rio de Janeiro tinha sido o Carlos Lacerda e tal. Tava... Não! Rio de Janeiro não tinha nada a ver com isso. Era Bahia e tal, Pernambuco, era Rio Grande do Norte, Aluizio Alves. Só tinha estrelas. Estavam... Chegaram lá em aviões particulares e tal, chegaram para encurralar o presidente. Quando chegou de noite, mais ou menos seis e pouco da tarde, acabou o programa da visita à hidrelétrica e nós voltamos pra cidade no ônibus com o pessoal da presidência, com o Costa e Silva e o Costa e Silva foi pra casa pra descansar. E aí os governadores que estavam conosco, esses governadores todos, atravessaram a cidade e foram pra pracinha defronte a casa que o Costa e Silva tava pra ter audiência com o presidente. E aí eu me lembro como se fosse hoje o Rondon Pacheco, que era o chefe do Gabinete Civil, não apareceu porque ele era amicíssimo do Luís Viana, não havia nem como separar... Quem veio foi o general Portela. Veio dizer que o presidente não ia receber ninguém, não... Que tava cansado, tava cansado, que ia deitar, ia deitar e não ia receber ninguém. Aí os governadores que estavam na porta da casa parecia demonstração ao de hoje. Começaram: Isso não é possível, isso é um absurdo, somos governadores do Nordeste, tão aqui oito estados do Nordeste representados por seus governadores, presidente então não pode ter uma gentileza de nos receber, nos ouvir... E eu, ó.

L: Só anotando.

LB: Anotei tudinho, eu não tinha gravador comigo na hora mas também não era... E aí comecei a entrevistar. “Ah, o que que o senhor acha? Não, isso é um absurdo, isso

mostra um desleixo desse presidente e tal”. Aí eu peguei, fiz uma matéria quentíssima pro Jornal do Brasil e saiu na primeira página no dia seguinte. Governadores... Num período em que isso... Não era concebível isso. A manchete do jornal, o Jornal do Brasil nem tinha manchete, eram blocos na primeira página: Governadores do Nordeste protestam pelo descaso do presidente que não os recebeu em Paulo Afonso e tal. E a matéria contava verbalmente cada governador reclamando e dizendo coisas do presidente. E saiu enquanto eu ainda estava lá em Paulo Afonso preparando para viajar com o presidente de volta aqui pra Brasília. Aí o avião nem vinha pra Brasília, ia pro Rio de Janeiro. E aí eu... Nosso avião foi levado pro Rio de Janeiro, no dia seguinte no Rio de Janeiro eu recebi um telefonema que o chefe da Casa Civil queria falar comigo. E através do Heráclio. Heráclio disse: “Olha, Luiz, não deu pra segurar, não. O jornal deu hoje primeira página, o presidente está furioso com a sua matéria e o general Portela quer cassar a sua credencial. Você estava numa delegação, você não tinha direito de fazer esse tipo de matéria que você fez e tal.” Aí eu disse... “Ele vai te receber só pra te tomar a credencial então eu achava bom você não ir ao gabinete dele, deixa que eu tô tentando falar com o Rondon pra ver se o Rondon contorna esse problema. Afinal, o Rondon acabou contornando mas mal. Não adiantava. Você se sentia muito diminuído, quer dizer, você só não perdeu a sua credencial não era porque liberdade de imprensa ou direito de imprensa não. Você só não perdeu a credencial porque o Rondon te conhecia do tempo da Câmara, tinha uma relação pessoal com você, então conseguiu contornar e você não ser cassado. Mas é como se você tivesse sido cassado, você entende?”

L: É, a sensação é a mesma...

LB: Isso dá um constrangimento muito grande você despodar... Daqui por diante, o que que eu vou poder escrever?

L: E você sentiu diferença de tratamento depois disso?

LB: Não, não teve não, porque... Porque os eventos depois foram muito precipitados. Veio... Veio... Eu tava em véspera de viagem...

L: Viajar, já...

LB: Então imagina minha cabeça com vinte e poucos anos. Eu tava só com a cabeça na viagem. E é aí que eu te digo: eu não tinha ideia da gravidade do que eu tava vivendo. Eu tava mais preocupado com meu passaporte sair a tempo e o dinheiro da bolsa ser depositado, e eu conseguir segurar o salário do jornal pra poder viver. Muito

mais preocupado com isso do que com o momento histórico. Eu faço questão de dizer isso pra que ninguém... VOCÊ não deixe que o cara venha bancar o herói. “Ah, eu estava preocupadíssimo com os rumos do Brasil...” Não, não tinha nenhuma preocupação. Tava mais preocupado com o Fluminense não ir, com a minha viagem e com a minha mala e com os meus ternos do que com a história. E é assim que é a vida. Hoje você pode estar vivendo um período histórico e não perceber que o governo Dilma amanhã renuncia e você vai dizer: Pô, o que que houve? Você não vai saber. Uma briga dela com o Lula, por exemplo, você não vai... Aí vai e renuncia a presidência... Aí você fica pego numa espécie de armadilha. Aí seus netos vão perguntar: Vovó, você percebeu que a Dilma estava renun... Não, não percebi nada. Era um dia... A Dilma era nossa vizinha aqui, morava aqui no bloco. Ela e o nosso porteiro... Implicava com ela. Esse mesmo porteiro que te recebeu implicava com ela. Dizia que ela era mal educada, não dava bom dia, não dava boa tarde. Coitado. Ele mal sabia com quem ele tava lidando. “Mania de grandeza, essa mulher, essa gorda... Ela vive... ela vem puxando essa mania dela de vestir de preto, não me dá bom dia, não assina recibo, não sei que lá, não dá bom dia, não dá boa tarde, não dá boa noite, não quer saber de nada.” Implicava com ela. Eu digo: Ô, seu Nascimento, você foi o primeiro opositor que a Dilma teve.

L: Da Dilma...

LB: Muito engraçado. Ela morava no bloco, na outra tomada porque era o apartamento do Ministro das Minas e Energias. Tudo bem. Mas isso não tem nada a ver com esse período, aí é um pós período. Mas você tá percebendo o nível da coisa?

L: Como é que era as diferenças e tudo.

LB: As diferenças... Não dava, a gente pensava no dia a dia. A minha preocupação era fazer boas matérias, que pudessem ter lugar. O Jornal do Brasil nessa época realmente um acontecimento. Nós éramos a ponta da ponta do noticiário brasileiro, era uma coisa de bom gosto, bem feito. Então eu cuidava muito dos meus textos, da minha... Da precisão das minhas informações e ousar um pouquinho dentro daquele regime muito abafado de noticiário. Era uma coisa que o Scartezini viveu também intensamente.

L: É..

LB: Outros repórteres da nossa época viveram... Você tinha que procurar um meio de ser original sem ferir o sistema porque no fundo, o que é grave da censura, é que

você, querendo ou não, você acaba aplicando uma auto-censura em você mesmo. Você quando vê que a sua matéria, se for muito ousada não vai sair, você tenta fazer uma forma que a sua matéria possa sair porque você gastou um dia inteiro apurando ela e você não quer que ela simplesmente vá pra uma gaveta. Então você, de alguma maneira, evita tocar naqueles temas que vão...

L: É, o Scartezini falou que não era “viciado”, né? Porque você criava sua matéria de uma forma como um vício, né?

LB: É, é... É verdade.

L: Você construía assim, como... Igual ele cobriu um mês, ele não era viciado, ele sabia... Não sabia que ele tinha as restrições. E igual a mesma coisa com você, quando foi cobrir o Paulo Afonso...

LB: É, e o que eu quero te dizer também, Laura, é que nesse período, no período que eu cobri Costa e Silva e depois Itamaraty, que aí eu posso até te dar mais informação, o que é a coisa... Eu não tinha realmente ideia do que que tava ocorrendo no DOI-CODI do Rio de Janeiro nem de São Paulo. Você tinha de vez em quando alguém que mencionava alguma coisa mas é incrível como é que a gente ignorava esse mundo que hoje você sabe que tava apanhando, que tinha gente sendo morta, tinha gente sendo levada pra uma casa em Petrópolis e morta em Petrópolis... Nós não tínhamos menor noção disso. Nós jornalistas daqui. Alguns poucos jornalistas como Elio Gaspari, porque tinha fontes privilegiadas dentro do próprio esquema militar, sabiam, tinha também algumas informações sobre o que que tava havendo. Outros que eram ligados a partido comunista e tal, sabiam por via... mecanismo de apuração da própria resistência. Sabiam que que tava havendo. Mas nós, repórteres do dia a dia daqui, não tinha a menor ideia. E eu falo por mim, pelo Leleco, pelo Flávio Sales, pelo Ronan... Todos nós jogávamos de peito aberto porque nós não tínhamos ideia do que que tava acontecendo nem do risco que a gente tava correndo. Porque se eu fizesse uma matéria como aconteceu essa do... lá de...

L: De Paulo Afonso...

LB: Lá de Paulo Afonso... Se eu fizesse algum tempo depois, do período que eu tava... Com o AI-5 eu teria desaparecido. Simplesmente um dia eu ia descer e uma caminhonete estava ali, um cara botava um capuz na minha cabeça e eu sumia e ficava por isso mesmo. Porque não tinha... Fiúza de Castro era o general... Fiúza de Castro... Comandante, era o chefe do departamento da segunda seção do Ministério

do Exército sendo o ministro uma figurinha baixa, uma figurinha... Como é que era? Era governo Médici, o ministro do Exército era o ministro Lyra, que era um poeta, era um cara que tava meio por fora e achava que o Exército era uma maravilha, era perfeito. Mas lógico que ele tinha informação das coisas mas não queria sujar a mão nisso e esse Fiúza de Castro que era o chefe da segunda seção dele e que cuidava de executar o novo sistema. E ele tinha uma bando de coronéis, extremamente agressivos, extremamente violentos e que fizeram todo o esquema de repressão.

L: Aí Luiz, aí você ficou no Itamaraty até quando?

LB: No Itamaraty eu fiquei 16 anos...

L: 16 anos?

LB: Cobrindo o Itamaraty.

L: Aí você não chegou a voltar para o Planalto, pra cobrir o Planalto?

LB: Não, não voltei mais para o Planalto porque eu achava... Imagina, eu agora no Itamaraty voltar àquele Planalto... O trabalho no Planalto é muito pesado. Primeiro é que 24 horas por dia você tá mobilizado. Segundo porque tem muita viagem, você tem que viajar com o presidente pra todo lugar. E isso inclui inaugurar uma usina de açúcar não sei aonde, uma refinaria em Santos, depois ia a Porto Alegre por causa de não sei quê lá, depois ia... Você não... Praticamente vai dividindo sua vida entre dias aqui e dias num avião da FAB indo pros lugares mais estranhos. Não é legal. É, o tipo de cobertura é muito desgastante, muita responsabilidade, muita responsabilidade porque tudo acontece, acontecia na cara da gente e às vezes você não sabia de metade do que que tava ocorrendo. Houve episódio fantástico, você pode ilustrar também. Teve uma vez, no governo Castello Branco, nós começamos a... vimos... Todo dia de manhã nós líamos pautar a pauta do presidente, o que que o presidente ia fazer. “Tem despacho com o Ministro da Justiça, tem isso, tem aquilo...” Pra ver onde estaria a notícia. Então naquele dia às quatro horas da tarde, o Presidente da República ia receber um senhor que era presidente de uma empresa de mineração chamada... daqui a pouco eu vou me lembrar... uma enorme empresa de mineração e ele ia receber às quatro horas da tarde esse senhor. E aí nós não demos bola nenhuma. Empresa de mineração... Tínhamos mil coisas mais importantes, ministro da Justiça, ministro da Educação... Muito mais coisa pra cuidar do que uma audiência com um cara de mineração. Se chamava Azevedo Antunes, era o diretor... Era esse o cidadão que ia ser recebido pelo presidente. Aí nós não demos importância mas quando começou,

final da manhã e começo da tarde, as redações dos jornais começaram a cobrar dos repórteres. “E doutor Antunes? Vocês estão preparando a entrevista do doutor Antunes?” “Quem é doutor Antunes?” “Não, é o presidente dessa empresa de mineração que vai estar com o presidente e é muito importante, o jornal está dando muita importância pra isso...” Azevedo Antunes. Aí tá bom. De repente nossa sala de imprensa lá no Palácio foi invadida por sistemas de som sofisticadíssimos que nós nunca tínhamos visto, alto falantes e microfones extremamente sensíveis, esses fininhos que a gente... Nem na época, nem existia isso. Tudo sendo instalado e tal. Um enorme palco pra doutor Azevedo Antunes dar entrevista à imprensa. E a gente dizia: “Por que esse Azevedo Antunes?” Não, é o dono da Cemig....Não é a Cemig, daqui a pouco eu me lembro o nome da empresa. Aí dizia: “Não, ele é pau mandado dos americanos, ele é a Hanna Corporation, que é a maior mineradora do mundo, ele é... ele trabalha pra Hanna Corporation e veio dos Estados Unidos botando problemas pro presidente brasileiro. É muito importante o que ele vai dizer.” Aí, pô, nós sentados... Eu me lembro eu e o Leleco: quem é o diabo desse homem que os jornais promovem tanto? A Folha já tinha do Leleco. O Estado de S. Paulo já tinha do Ronan. O Jornal do Brasil em cima de mim. Enfim... “Manda a matéria logo, dá previsão da matéria que você vai mandar, qual é o espaço que a gente vai ter de reservar.” Eu digo “pô, por que esse...” “É ordem da direção e tal.” Aí senta o doutor Antunes, um velhinho bem assim parecendo Oliveira Salazar, senta na cabeceira com o chefe de imprensa dele do lado, os microfones todos na boca. Aí ele disse... Ele custa a falar, custou a preparar todo mundo lá e tal, fotógrafos e tal. Ele já tinha conversado com o presidente e ia fazer a grande revelação do que que havia sido a conversa dele com o presidente. Aí ele começa a falar e diz: Olha, eu pensei nessa entrevista com vocês e resolvi vi uma coisa, eu vou dizer o que tenho a lhes dizer e farei as perguntas que eu acho que vocês deveriam me fazer. Você já viu isso alguma vez na sua vida?

L: Nunca...

LB: E nós calados. E nós calados. Ele dizia: eu vou fazer as perguntas e vou dar as respostas. E não era pergunta se a gente aceitava ou não. Ia ser assim e acabou. Todos nós com a redação em cima, ninguém falou nada. Aí ele começou: Os senhores me perguntariam quais são os projetos da minha empresa, do meu grupo de empresas para o próximo ano aqui no Brasil. E eu diria tenho pensando muito a respeito, tenho

reunido recursos, vou fazer investimentos no Paraná, vou fazer investimentos no Nordeste, vou fazer não sei quê lá... E a gente tomando nota. Aí ele parou, depois de falar meia hora desse programa dele, parou e disse: Agora vocês me perguntariam se a minha empresa está preparada pros desafios do futuro... Esses negócios que só empresários entendiam... Aí, poxa... E nós tomando nota, tomando nota... Aí por final, quando passou muito tempo, ele disse: E finalmente vocês me apresentariam uma pergunta e diriam “Doutor Azevedo Antunes, é verdade essa notícia de que o senhor vai abrir uma nova, um novo ramo da sua empresa em Minas Gerais, Belo Horizonte?”, eu diria: Não! Não tem menor fundamento. Aí, eu.. Mas, surrealista, que você vê que ele nem falou nisso nem nada. Deve ter sido da conveniência dele, dos acionistas dele, alguma coisa, ele dizer isso. Pra você ver o grau de paradoxismo que era essa época. A gente sentava em entrevistas que a gente... Eu tenho foto minha entrevistando o Costa e Silva, você não vai acreditar. Era um terror fazer pergunta com aquele esquema dos militares atrás. Você não tem ideia do que seja, o que que a gente passava...

L: E tinha, na hora que você estivesse fazendo entrevista, tinha alguma repressão?

LB: Você quer ver? Não tinha. Esse que é o problema, Laura. A forma de pressão ela é difusa, ela não é alguém te dizendo, te ameaçando nem nada. Você ouve um fragmento de um coronel que passa e diz: Vocês estão muito folgados, hein? Uma hora dessas a gente... Só que o coronel que passava da presidência era o cara que amanhã tinha poder de vida e morte sobre você como você viu depois, era o cara que era colega o do outro, que tirou o sujeito de casa, jogou na coisa, sumia com pessoas... Então, na verdade, você tem uma espécie de repressão, de constrangimento difuso. Não é uma coisa, não dá pra dizer...

L: A pessoa ser pontual?

LB: Ninguém quer ser pontual porque pra eles também não convém ser pontual. Ele não quer ser, não quer ser o portador da notícia.

L: Então nessas horas você podia perguntar o que você quisesse que...

LB: Você podia, mas agora também você respondia pelo que você ia usar...

L: No outro dia pela matéria... Ah, entendi...

LB: O problema é o seguinte: se a sua respos... A pergunta não ofendia, o que ofendia era a publicação no dia seguinte. Que é essa que tinha divulgação nacional. Você

perguntar, tudo bem. E depois: Ô, Luiz, isso não é pergunta que você deva fazer e tal. Mas ficava por isso. Deixa eu te mostrar uma coisa.

(Luiz Barbosa sai para buscar uma foto) 1h6'30"

LB: Olha, Laura, deixa eu te mostrar... Algumas ilustrações disso que eu tô te dizendo... Eu jogando futebol, jogava muito futebol nessa época. Estava muito preocupado com futebol e muito pouco com ditadura, sabe? Você tem toda razão de dizer: olha, entrevistei um cara absolutamente irresponsável, que tava muito preocupado em jogar futebol e muito pouco em... Só queria te mostrar uma coisa. Esse era o time do Jornal do Brasil, de viagens nossas, aqui na UnB, viajando com a seleção brasileira...

L: Olha só...

LB: Futebol... Aqui o Pelé...

L: O Pelé...

LB: Milton Santos, Djalma Santos, Delay... Eu novinho, novinho...

L: Isso em que ano?

LB: Isso em 1960. Isso viajando. Você tá vendo? Mas deixa eu te mostrar uma coisa... Tudo futebol, você tá vendo? Só pensava em futebol... Mas aqui, aí depois... Eu pequeno e tal. Olha aqui... Viajando com o avião da presidência. Esse aqui é o AVRO da presidência, nós estávamos na Guatemala. Isso aqui é também negócio de... Ricupero, Paulo Tarso, Flávio Sales, eu novinho ainda, aqui um coronel da Aeronáutica, eu no Egito... Que mais? Isso aqui minha mãe e meu pai. Pera um minutinho... Deixa eu te mostrar aqui... Aqui era o Saraiva Guerreiro com o chefe do país... Esse aqui era o secretário de estado americano na época viajando com esse... como esse é que fez agora... Isso aqui na África, com Gibson, viajando, Paulo Tarso, Ri... Não, não era Ricupero não... Ricupero estava ali, estava numa outra parte da delegação... Eu aqui também com o secretário Alampréia, o secretário de estado americano, eu novinho aqui, numa foto que fizeram trabalhando... Isso com o Guerreiro recebendo os árabes numa ocasião. Mas olha aqui. Isso aqui era com o Castello Branco, tá vendo? Aqui é o presidente Castello Branco, esse é Paulo Paranaguá, chefe do cerimonial, isso era um embaixador da Malásia, esse daqui era o subchefe do Gabinete Civil, Once, eu, Pena... Todos jornalistas da época...

L: Ficavam atrás...

LB: Esse cara aqui... Depois tem uma história dele maravilhosa que vale a pena contar, era do Gabinete Civil. Isso aqui com o Embaixador do Peru, isso aqui... Tá tudo misturado, aqui com... Aqui também recebendo o chanceler de Israel que veio aqui... Aqui é o Dines, aqui o Alberto Costa e Silva que era presidente da Academia Brasileira de Letras, e que é embaixador... Isso no Itamaraty. Dines que é... Eu acho um craque. Ele era meu chefe e foi meu chefe no jornal do Brasil... Desafiador... isso aqui reuniões com o Guerreiro, isso tudo período que eu tava cobrindo o Itamaraty.

L: O Itamaraty...

LB: Mas não tá aqui a foto que eu queria te mostrar... Poxa... Acho que tá no outro álbum ali...

L: O Dines também cobria o Itamaraty ou não?

LB: Não, o Dines era editor do Jornal do Brasil no Rio. Era meu super chefe. Olha aqui, deixa eu ver... Isso aqui entrevistando o ministro da Aeronáutica, não sei que lá Lima, cujo irmão, cujo primo morreu dias atrás. Ele era o ministro da Aeronáutica no período que eu tava também cobrindo o ministério militar. Teve um período que eu tive problema com o jornal e... Mas não é essa... Não era essa foto que eu queria te mostrar. Deixa eu ver se tá no outro álbum.

(Luiz se levanta novamente para buscar outro álbum de fotos)

LB: Talvez essa seja a mais ilustrativa de todas. As que eu te mostrei não tinham nada a ver, jogo de futebol, né? Não tinha muito a ver... Mas olha... Olha eu entrevistando o presi... o Costa e Silva. Heráclio Salles, Rondon Pacheco, general Portela, Rademaker aqui na minha frente, aqui os turcas que são os mesmos até hoje, eu, no microfone fazendo pergunta pro presidente.

L: E ficava todo, ficava todo...

LB: Aqui, aqui todos os coronéis da Aeronáutica, Marinha e coisa. Delamora e tal. Caras que fizeram participação muito direta na repressão da época. Eu fazendo, olha aqui... Esse aqui é o Rademaker, vice-presidente da República, ministro da Marinha e vigiando minhas perguntas. Esse é o Delamora, Ernani D'Aguiar, pessoal que era da pesadíssima, tá vendo? Tem umas fotos da época...

L: Tão interessante, eu não sabia que era assim a...

LB: A entrevista. Isso aqui não. Esse é meu avô que era jornalista, Conde Pedreira Carneiro, fundador do Jornal do Brasil, esse aqui era o chefe da censura no tempo do Getúlio Vargas, se chama... Daqui a pouco eu lembro, um nome engraçado, Atalgiza

Nere. Esse... Então esse período, esse negócio de repressão ao jornalismo já vem de muito tempo.

L: É verdade...

LB: Tá? Agora desculpa, eu falei muito...

L: Não, de jeito nenhum...

LB: Se você quer perguntar alguma coisa eu tô pronto pra te dizer.

L: Só assim, você chegou a conhecer o Fehlberg ou não?

LB: Fehlberg eu peguei... Eu peguei um fragmento do Fehlberg. Foi Geisel, não foi?

L: Foi o Médici.

LB: Foi o Médici...

L: Foi Médici.

LB: Aí eu não peguei, engraçado, Médici eu não peguei mais.

L: Foi mesmo?

LB: Médici eu não peguei mais. Não peguei, graças a Deus.

L: É... Porque foi bem na sua volta, né?

LB: Foi na minha volta mas eu voltei pro Itamaraty.

L: Aí nem tinha tanto...

LB: Voltei pro Itamaraty.

L: E quando você estava cobrindo ainda o Planalto, antes da sua viagem, como é que era a rotina lá dentro? Assim, você chegava...

LB: Era o seguinte: você chegava cedo porque presidente militar começa muito cedo, o expediente deles começava às nove horas da manhã mas nove horas você ainda não tinha informação nenhuma, você podia chegar dez... Nesse período eu estava fazendo universidade, então eu de manhã ia pra aula e chegava por volta quase meio dia e pouco era o fim das minhas aulas, aí eu ia... Era o fim... Quando você está na universidade e tá nos últimos anos, você já sabe administrar direitinho seu horário...

L: Direitinho seu tempo, né?

LB: Você só vai às aulas que você precisa, alguém assina pra você nas aulas que você não precisa ir. Você sabe como é que é o ritmo. Então eu trabalhando no jornal, então o que eu fazia: assistia algumas aulas, aula maior às sete horas da manhã, nove e meia já estava indo pro Palácio e as notícias começavam a sair por volta de meio dia.

L: E sempre quem liberava era sempre o Heráclio?

LB: Não. Não...

L: Não?

LB: Não... Nosso corpo de notícias consistia em parte o Heráclio, que o Heráclio ia dar ou que o Fehlberg mais tarde depois deu ou o Chagas, etc... Parte o que a gente apurava também porque eu ia nos gabinetes, nas subchefias pra saber se o projeto do Congresso ia receber veto, que tipo de veto o presidente tinha mandado botar. Eu entrevistava o Jerônimo, que era o diplomata e que era o encarregado da parte de Congresso, de elaboração de vetos e de encaminhamentos disso e de pegar o... Antecipar como é que o Congresso ia reagir a isso ou aquilo. A gente montava matérias muito paralelas, entende? Tinham cerimônias...

L: Era uma dinâmica diferente, né?

LB: Tinha uma dinâmica muito diferente, não ficava sentado esperando vir o...

L: Vir o Secretário de Imprensa...

LB: Pelo contrário, a gente tinha o maior preconceito contra notícia oficial. A gente queria sempre o algo mais...

L: É porque isso depois mudou, né? Quando já foi com o Chagas já estava mudando, já...

LB: Depois mudou, depois não tinha mais como você fazer. Não tinha mais como você fazer. Mas aí eu não peguei. Graças a Deus não fui eu. Porque você... Eu te falei esse negócio do convite, do Heráclio graças a Deus eu não aceitei. Porque isso teria me caí... Era a história que haveria de me arrebentar. O Chagas saiu bem, conseguiu sobreviver. Eu não sei se eu sobreviveria.

L: Mas o Chagas disse que só sobreviveu por conta do livro, ele falou que se ele não tivesse publicado as matérias no Globo...

LB: No período dele era um horror. Era um horror. Eu me lembro bem que eu, no tempo do Itamaraty, a gente, uma das coisas que caracterizou muito a minha cobertura foram muitas viagens pro estrangeiro. Eu viajei África três vezes e praticamente percorri a África todinha com o ministro das Relações, com o Gibson e só não fui a África do Sul porque na época tinha Apartheid e o Brasil não tinha relações com a África do Sul. Então foi o único lugar que eu não fui. O resto todo eu fui exaustivamente e em sucessivas viagens. África, Europa, a gente viajou muito, América Central, Europa, eu fui pro Canadá, fui pros Estados Unidos e tal. Um período de muita viagem. E aí, eu me lembro que uma vez na África, o Gibson era muito íntimo nosso porque nós viajavamos muito com ele, no mesmo avião, nos

mesmos hotéis, ele brincava muito com a gente. Aí ele foi, nós fomos a Quinxasa, que é o Congo-Quinxasa, e o presidente era o Mobutu Sese Seko. E o Mobutu Sese Seko tinha todo um ritual de imperador, ele criava lá e ele usava um barrete de leopardo, um bastão com castão de ouro na frente, chifres de elefantes e usava mantos e tinha trono no coisa, era um negócio todo solene. E o Gibson era muito charmoso. Você conheceu o Gibson? O Gibson era o ministro, era um pernambucano, muito boa gente, muito engraçado e nós tínhamos brigas homéricas e nos amávamos também. Aí ele... O Gibson ele ficou muito amigo, gostou muito do Gibson e aí deu ao Gibson um barrete de leopardo que é peculiar aos chefes de tribo no Congo. E um bastão de chefe de tribo com um castão, um leão de ouro, com crustação de ouro na coisa e o manto de pêlo de não sei o quê, que era de chefe, de leopardo, que era também, era de chefe de tribo. Deu uma cerimônia lá em Quinxasa enfim e tal. E toda solene, com todo o ministério do Congo. E o Gibson ficou todo cheio aí no avião conversando comigo disse: Eu vou chegar, rapaz, você já pensou? Agora vou chegar em Brasília e eu tenho despacho com o presidente Médici sexta-feira e eu vou chegar lá com meu barrete de leopardo, meu bastão de chefe, de tribal, vou entrar no gabinete dele e ele vai estar escrevendo um papel, vai levantar a cabeça e dizer “Onde é que você esteve?”. Quer dizer, mostrando toda a decepção que o Médici não tinha menor ideia do que que tava acontecendo, do que que tinha em volta, o que... nada.

L: Eles sempre falam isso, né? Que ele era uma figura representativa.

LB: Ele era absolutamente uma figura representativa de conveniência do Exército. Um cara que só serviu no Sul, era rico, a mulher dele era milionária dona de terras lá no Rio Grande do Sul toda e ele não tinha nenhum compromisso com nada do que tava... Deu no que deu, né?

L: É...

LB: Deu no que deu.

L: Que foi o que gerou todo o... E você sentia diferença assim, por exemplo, da cobertura oficial pro Itamaraty e da cobertura oficial pro Planalto?

LB: Não, a do Itamaraty era complicado porque quando envolve outros países, pô, Estados Unidos, por exemplo, Uruguai, Argentina e tal, a coisa fica delicada pela própria natureza das informações. Aí você tem que, você tem que... Uma das coisas que eu aprendi muito é que você tem de se informar muito pra trabalhar. Não é sair de peito aberto pra o que vier, eu traço, eu entendo, eu sei. Não. Você tem que ler muito

antes pra saber o que que você vai perguntar, sobre o que que... quais são os antecedentes desse fato que vai ter. Não é sair de peito aberto, não. Você tem de estudar muito. Foi o período que eu mais estudei foi no período de cobertura do Itamaraty. Porque não só as viagens iam dando vivência mas assim, eu tinha de ler muito, tinha que entender muito o que era relações com Argentina, o que que era relações com o Uruguai, o que que era relações com o Chile, o que que era o problema do Chile com a Argentina, problema da Venezuela com a Colômbia. São históricos, nada disso é novidade. Tudo vêm se arrastando há muito tempo. E sobretudo essa posição do Brasil de ser um falante português no meio de um cinturão de espanhóis. Você não sabe como isso pesa na relação internacional. Aí eu tive de fazer todo um aprendizado, sabe? Mas aí não tem muito aí o período da repressão. Como é que funcionava no Itamaraty? O Itamaraty tinha um serviço de informações de segurança, informações com alguns diplomatas que trabalhavam pro SNI. Então a ditadura entrava no Itamaraty via serviço de informações, DSI – Departamento de Segurança e Informações. E o diplomata passava as palavras de ordens pro grupo Itamaraty. E o Itamaraty fazia uma política externa no gênero dele, ao feitio do que o governo queria. No tempo do Médici um ufanismo de desenvolvimento então que nós todos entramos nisso. Depois é que a gente deu conta que não adiantava nada fazer negócio com o país africano usando bancos franceses como financiadores porque a hora que a França percebeu que o Brasil tava querendo entrar nas escoras dela, cortou o financiamento, acabou nosso gás pra fazer qualquer coisa. E de repente você só se dá conta disso tempos depois.

L: Que o milagre não foi bem um milagre, né?

LB: É, que o milagre não era isso...

L: E você sentia diferença assim dessa parte da cobertura diária, da sua rotina dentro do Planalto e do Itamaraty, tinha essa diferença justamente por isso?

LB: Olha, no Itamaraty... O trabalho do Itamaraty tinha algumas características semelhantes ao Planalto quanto a autoridade do Ministério era a mesma que tinha a presidência. Mas no Itamaraty eu me dedicava muito a matérias pra fim de semana. Então eu passava boa parte da semana preparando matérias que iam sair no domingo, página inteira... Eu tenho aí, eu me lembro... Página inteira sobre os mais diferentes assuntos. Itaipu, problema do acordo nuclear com a Alemanha. Coisas desse gênero.

Eu ficava muito mais dedicado às matérias grandes que iam sair no fim de semana e durante a semana saíam pequenas informações, você entende?

L: Entendi...

LB: Mas a gente recebia visitantes, era chanceler japonês, Akihito, imperador, filho do imperador ele foi desse gênero... Ou então o presidente do Gabão, aí nós fazíamos as entrevistas e tal, protocolares nesse tempo. Mas já era um trabalho mais diferente, mais elaborado.

L: Do que aquela cobertura...

LB: A presidência mesmo, dia a dia, você vai de peito aberto, você não sabe todos os assuntos. Vai de peito aberto.

L: E como é que era o Heráclio como Secretário de Imprensa?

LB: O Heráclio era bom mas muito preocupado com a parte insti... Ele tinha muita preocupação com a parte institucional da presidência. Ele era um cronista político profundo então ele queria que nós transmitíssemos a preocupação do Costa e Silva de manter o desenvolvimento e a de liberdade... E na verdade não era nada disso.

L: Mas ele também não travava informação nem nada?

LB: Não, não travava. O Heráclio deixava a gente trabalhar à vontade. Se vocês quiserem, vocês procurem.

L: Que aí você tinha aquela circulação...

LB: Vocês se quiserem, apurem. Eu me lembro que no tempo do Heráclio... Foi no tempo do Heráclio? É... Não... Foi no tempo do Castello ainda. Então foi com o... No regime anterior. Que nós subimos o andar que era proibido subir, eu e Ronan. O Ronan era do Estado e eu do Jornal do Brasil. Subimos o andar, fomos entrando de gabinete em gabinete e chegamos no gabinete do Geisel. Aí entramos gabinete adentro, ele estava de manga de camisa, ele Geisel com aquela roupa de general de brigada, com manga de camisa e com jornais, disse: O que que vocês tão fazendo aqui? Quem são vocês? Eu digo: Eu sou o Luiz Barbosa do Jornal do Brasil, Ronan Soares do Estado de S. Paulo. “E por que que vocês vieram? Vocês não sabem que é proibido subir aqui?” Eu digo: Não, general, nós não sabíamos mas nós precisamos de informação e tá tendo uma reunião do presidente com os governadores e o chefe de imprensa não deu nada, a gente precisa buscar, o senhor há de convir, é o nosso trabalho. Ele disse: Ah, então tá bom, sentem aí. Geisel...

L: Ah, ele ainda recebeu?!

LB: “Você de onde?” “Jornal do Brasil.” “Você de onde?” Aí ele enfiou a mão aqui atrás, pegou um exemplar do Jornal do Brasil e um exemplar do Estado de S. Paulo. Aí virou e disse assim: Você quer ver quantos erros de português têm aqui na primeira página do Jornal do Brasil? Aí ele circulava com um lápis vermelho os erros de concordância ou de informação e tal. Meu e do Estado. Aí depois que a gente olhou e... Que que você vai fazer? Você não vai discutir com ele, né?

L: Não vai...

LB: Você vai... Olha, isso aí... Isso aí é problema do copydesk... O copydesk pega a matéria da gente, transforma, às vezes erra alguma coisa. Ele: É, mas isso não é possível que vocês têm uma responsabilidade da educação do povo então vocês não podem deixar que saiam erros desta... Viu? Tá. Então vocês não podem ficar aqui não, vão descer. “Tá, tudo bem. Obrigado, general.” Então, não deu nenhuma informação sobre a reunião.

L: Não deu nada e ainda foi intimidador, né?

LB: E depois virou presidente pra encher o saco.

L: Deixa eu ver aqui porque tem umas coisinhas que são mais acadêmicas... Hoje, pra você, qual era o papel do jornalista na sociedade? Hoje enxergando... Hoje, vendo o passado. Pra você qual era o papel? Você falou que...

LB: Olha, o papel do jornalista era o mesmo que hoje cobram dos jornalistas. Mas, quer dizer, de fiscal da sociedade, de revelador das coisas que não aparecem se você não denunciar. Eu acho que é igual. Só que naquela ocasião essa tarefa se tornava muito mais difícil do que hoje se pode fazer, você entende? Hoje, a rigor, a imprensa não tem limite. Ela pode denunciar, fazer dossiê, botar não sei o quê. Naquela época se eu fizesse um dossiê eu ia responder por ele, você entende? E respondia de uma maneira, com seu emprego, com a sua vida, com a sua família então com elementos que hoje você não cobra, entende? Hoje o Eduardo Cunha processa o Noblat porque disse que ele tava fazendo chantagem aí a Justiça não acolhe o processo e fica por isso mesmo. Naquele tempo o jornalista sumia. O Herzog acabou numa coisa, outros perderam emprego, desapareceram. Então o preço era muito caro.

L: Era caro ser jornalista... É, foi isso que o senhor... E como é que o senhor avalia o comportamento do Governo em relação à imprensa?

LB: Hoje?

L: Antes, na ditadura.

LB: Na ditadura eles olhavam a imprensa como um mal necessário, entende? Não tenho como eliminar mas eu quero que ela se comporte ao meu feitio. Ela vai publicar o que eu deixo publicar. E aí foi o início do espírito da censura que prepassou todo aquele tempo do regime militar.

L: Acabava que trabalhava... Pelos patrocínios, trabalhava pro Governo, né?

LB: É, no fundo você trabalhava pro... E você não tinha... A chefia, a redação do Rio era muito também, conti... Como é que eu diria, pautada pelas conveniências, interesses. O jornal não era... É uma empresa. Então tem problema de publicidade, tinha tudo isso. Eu não podia estar causando a ninguém. Quando saíam, tiravam a publicidade do jornal. Então tem muita coisa que você tinha que levar em conta. Você não sabia tudo mas você percebia que não era bom fazer certas coisas porque o Governo retalhava ou então as empresas retalhavam. Porque, a rigor, no Golpe de 64 os Estados Unidos teve uma participação imensa, imensa. Foi ele que estimulou esses generais.

L: Quem instigou, né?

LB: Quem instigou, fez. Os documentos agora provando tão isso. O Kennedy que era um ídolo pra mim hoje eu acho ele um crápula. Eu acho ele um canalha. Esse cara tinha o maior desprezo a países como o Brasil e botou o cão pra correr aqui e tem minha geração toda achava ele o máximo. Ele não era nada. Ele era um playboy muito mal informado e muito...

L: Um péssimo presidente pra gente, né? Pra eles...

LB: É, era engraçadinho como presidente, Jackeline... Mas não era aqui, era uma palhaçada, era um sujeito que tava mais preocupado com as amantes, com Marilyn Monroe e tal, do que com ser presidente dos Estados Unidos. Botou o irmão na Justiça, fazer... E era um ídolo. Você lembra até pouco tempo atrás você falar de Kennedy era...

L: E foi descobrir o que? 40 anos depois... Luiz, acho que é isso.

LB: Que bom. Eu também não vou me aprofundar muito porque também é uma questão de vida minha e nem tudo interessa a teu tema. Agora do que você ouviu você use o que você achar importante.

L: Não, mas eu vou usar muitas coisa. Eu gostei muito da conversa mesmo.

LB: Tá bem. Muito importante e sobretudo, tenha em pauta isso que eu to dizendo: a gente na hora não tem noção do que tá vivendo... É fácil depois você cobrar e dizer: o que que você estava achando? Não, na hora você não tem noção que ta vivendo...

L: Aquele período tão...

LB: Aquele período tão histórico, tão importante.

L: E eu achei interessante também porque você falou o que eu justamente tento procurar com meu projeto que é escutar a outra parte também, é tentar enxergar isento de tudo...

LB: Fehlberg você vai ouvir ou não?

L: Já ouvi, já. O Chagas e o Fehlberg eu já ouvi. Aí agora eu to escutando os jornalistas eu acho bem... Dá pra...

LB: Tá ótimo. Acho que vai ficar um trabalho muito importante.

L: É, tomara...

LB: Muito importante.

L: Aí, Luiz, só tem esses protocolos acadêmicos que tem que assinar. O nome tá certo, né?

LB: Luiz Custódio... Você não tem outro Custódio, é único!

1h31'45"

Agora eu te sugeria... O Leleco eu soube que morreu...

L: É, o Leleco morreu...

LB: Morreu, né? Você soube, né?

L: É que ele continuou cobrindo o Planalto.

LB: É?

L: Ele morreu já tem um tempinho...

LB: Já tem... O Ronan tá no Rio mas o Ronan ta com um problema de saúde, tá entrevado. E ele trabalhava na redação do programa da Maria Beltrão. Ele é ótimo. Ele foi companheiro de ombro num dos períodos mais sérios de Palácio, de presidência... Ele tem um senso de humor fantástico, engraçadíssimo... Ele levava aquilo na flauta, a gente levava gozando dos coronéis sem saber que um cara podia matar a gente no dia seguinte. A gente gozava aquele pessoal de Marinha... Você tem algum militar na família?

L: Não, não... Tenho não.

LB: Porque às vezes eu to falando assim e seu pai era coronel. “Papai não fez isso, não.” Aí você...

L: Não, não. Longe disso.

LB: Tira a do saco, né? Tem de tomar cuidado com quem você ta falando. Por exemplo, eu tenho um amigo que é general e que eu conhecia... Ele era marido da minha dentista. E ele era oficial assim, major. E eu brincava com ele: Ó, amigo meu sobe na carreira, sempre todos os caras viraram generais. E ele foi indo major, tenente-coronel, coronel, general de... Aí ele dizia que não ia general, que ia largar, tudo e tal. Foi feito general de brigada, general de divisão, general de Exército, comandante, secretário-geral de Exército... E com ele eu não posso ter a conversa, por exemplo, que eu tive com você.

L: Que tem...

LB: “Não, o Exército não fez nada. Isso foram os comunistas, vocês estão envenenados pela imprensa.” E você tem que aturar uma conversa dessa em 2012...

L: E não pode falar nada...

LB: E não pode... E o cara fica exaltado. “Eu peguei em armas contra os comunistas safados que assaltavam os bancos, roubando...”

L: Você tem que...

LB: É um negócio brabo, viu?

L: É complicado, né? Ainda hoje...

LB: Eles são muito condicionados ainda hoje. Muito condicionados. Pra eles é Exército não fez nada, a gente que tá inventando, que essas torturas tinham que ser feitas porque a gente tinha tempo pra pegar as informações. E que o Fleury que tava certo.

L: É uma outra visão, né? Não dá pra entender.

LB: Não dá. Não dá.

L: É, igual aquele negócio que o senhor falou. Quando era o Castello, a ideia original, o plano original, seria muito bem executado. A partir do momento que juntou aquele pessoal da Junta Militar que não...

LB: Duas coisas eu chamo sua atenção e gostaria que você lembrasse disso. Primeiro dessa falta de conscientização do momento histórico. A gente não tem. Então cobrar depois “Por que você não fez isso? Por que você não foi?” Você não sabia nada, você

tava cuidando do seu dia a dia como a gente cuida hoje. Segundo lugar é que houve diferentes momentos do regime militar. E isso a juventude hoje não consegue...

L: Não consegue distinguir governo por governo...

LB: Não consegue. Por exemplo, o Castello praticamente saiu impune. Ele não fez atos de violência nem nada, entende? Então misturar Castello com Médici é uma maldade com ele. Porque ele era um homem preocupado... Pelo contrário, em contexto pelos coronéis que queriam sangue, queriam... Ele segurava, ele fez um ministério maravilhoso. O governo dele foi tão bom que deu uma prosperidade que o Médici foi viver depois. Porque ele sanhou a economia, fez pleito e aí o proveito foi todo pro governo Costa e Silva e Médici. Foi o governo do milagre porque o milagre que ele trabalhou. Da mesma maneira que algumas coisas que foram feitas no tempo do Fernando Henrique, o Lula se aproveitou. E você não...

L: Não sabe, não tem noção...

LB: Não sabe até onde acaba um e começa o outro. Olha, Laura, foi um prazer falar com você.

L: Igualmente, Luiz. Foi um prazer a conversa também.

LB: Tá ótimo. E vai lembrando, eu vou falar com o Scartezini... Gostei da forma do trabalho... Bom trabalho, bom proveito.

L: Obrigada, vou aproveitar muito. A conversa foi muito boa.

LB: Eu já to aposentado do jornal desde 87, 88... Então acabou o meu jornalismo já.

L: Agora só acompanhar, né? Luiz, obrigada, viu? Obrigada pelo café, agradece à sua esposa também pela hospitalidade que é importante também.

LB: Foi nada.

L: Que isso, vocês me recebem na casa de vocês ainda...

LB: Lembrar... Eu espero que... Seu trabalho vai ficar muito bom, com os depoimentos, viu? Laura, boa tarde.

L: Obrigada, Luiz. Até mais. Boa semana.

1. Como foi o início da carreira jornalística?

Formado em Direito, em Uberaba (1960), minha terra natal, viajei, logo em seguida – como narro em meu livro *As Raparigas da Rua de Baixo*, já em segunda edição -, para São Paulo à procura de trabalho. O que encontrei foi num escritório de advocacia trabalhista, relativamente conceituado, mas que não me pagava honorários compensadores. Na verdade, eu só seria remunerado, ao final dos processos, de tramitação demorada, como acontece até hoje, dos clientes, que conseguisse arrebatar. Para me manter, habilitei-me, primeiro, a um emprego de revisor na *Revista dos Tribunais*, onde atuava na parte da manhã, deixando o período da tarde destinado à advocacia. Logo, porém, recebi convite para ser redator, também no período matutino, do noticiário da Rádio Gazeta, da Fundação Cásper Líbero. E, como, na época, não era regulamentada a profissão de jornalista, não tive dificuldade em obter, como graduado em Direito, o registro profissional, sendo admitido como repórter também na redação do jornal *A Gazeta*, já extinto.

Trabalhando intensamente como redator – com reportagens assinadas, de grande destaque, no jornal, sob o incentivo do secretário de redação, José Moura -, eu fui, aos poucos, deixando de lado a advocacia. Mas, de qualquer forma, depois de me demitir do escritório especializado em Direito Trabalhista, ainda ajudei dois colegas, amigos, Gilberto de Magalhães Santos e Vitor Tanuri, a organizar outro, o qual, dedicado a causas cíveis, passei a frequentar de forma mais esporádica.

Para quem liderou, na juventude, um grupo de teatro, como eu, em Uberaba (vide obra citada), o ambiente, que encontrei na Fundação Cásper Líbero, era, como se pode imaginar, fascinante. Nas duas redações, eu trabalhava ao lado dos poetas Menotti Del

Picchia e Paulo Bonfim, do pintor Oswald de Andrade Filho, do maestro Armando Belardi e dos jornalistas Luís Roberto Mercier, Américo Pellegrini Filho (folclorista), Paulo Ricciopo, Nilton Prado (ator e locutor) Maurício Rittner (cineasta, assistente de direção de Walter Hugo Khoury, em *Noite Vazia*) e de outros de iguais qualificações. Entre os visitantes, nesse período, conheci, entre outros, Cacilda Becker, Walmor Chagas, Ligia Fagundes Telles, Máisa Matarazzo, Nelson Gonçalves, Tarsila do Amaral, Ziembinski e Clarice Lispector.

2. Como foi a decisão de se mudar para Brasília e trabalhar para o governo em pleno regime ditatorial? Quais as dificuldades que encontrou?

Não. Não foi isso o que aconteceu. No último dia 30 de abril, deste ano de 2013, eu comemorei cinquenta anos de Brasília. Depois de morar dois em São Paulo, passei um, no Rio de Janeiro, tentando o ingresso no Instituto Rio Branco para seguir a carreira diplomática, e trabalhando nas redações do *Correio da Manhã* e do *Diário Carioca*, ambos já enfrentando as dificuldades, que resultariam, mais tarde, em suas extinções.

Como no último, eu já estava com salários atrasados em cinco meses, e não conseguira, por pouco, ser aprovado no exame de seleção para o Instituto Rio Branco, meu irmão, Roberval Alcebíades Ferreira, que, a convite de Tancredo Neves, integrava o gabinete civil da Presidência da República, no governo parlamentarista de João Goulart, me convidou a vir a Brasília. Amigo de Darcy Ribeiro e de Pompeu de Souza, ele me apresentou ao segundo, que, organizando então o Departamento de Comunicação da UnB, lhe dissera que precisava de um elemento, que reunisse as minhas qualificações de advogado, jornalista e diretor de teatro. A conversa que tive com Pompeu de Souza - com quem eu viria a trabalhar, mais tarde, na Editora Abril - não me deu, entretanto, nenhuma segurança de que pudesse vir a ter, de imediato,

regularizada a minha situação profissional. Pelo que percebi, tudo era muito vago ainda, no Departamento de Comunicação da UnB, ou na base de hipóteses, muitas, muitas e muitas... E eu, infelizmente, há cinco meses sem receber, no *Diário Carioca*, não poderia mais esperar. Os problemas se avolumavam. Decidi voltar a São Paulo. Foi, então, que, ainda por intermédio do meu irmão, recebi convite da sucursal do jornal *O Estado de S. Paulo*, feito pelo jornalista Ari Ribeiro, credenciado junto ao Palácio do Planalto, para cobrir o Poder Judiciário. Trabalhei durante seis anos para o jornal, paladino incentivador dos golpes militares de 15 novembro de 1889 e de 31 de março de 1964, cobrindo todos os setores da Capital da República, à exceção do Ministério das Relações Exteriores. Foi um período muito difícil não só por ter de acompanhar e relatar para os leitores as draconianas decisões políticas – dois fechamentos do Congresso e as cassações dos direitos políticos de vários líderes civis da República, muitos de reputação ilibada -, como também enfrentar o ambiente tenso e desagregador, na sucursal – em tudo diferente daquele que conhecera nas duas redações da Fundação Casper Líbero, em São Paulo -, sob o comando, de um indivíduo pouco confiável, chefe de redação, cujo nome não vale a pena ser aqui mencionado. Foi ele que, ao final da década de sessenta, num momento de grave crise econômica, com o índice de desemprego nas alturas, principalmente na área jornalística, conseguiu fazer com que o diretor Evandro Carlos de Andrade, sem motivo justo, me demitisse.

3. Como se deu o convite para trabalhar na Secretaria de Imprensa da Presidência da República?

Desempregado, eu não tive outra opção senão a de voltar a São Paulo, pois não havia perspectiva de trabalho em Brasília, com o Congresso e as assembleias estaduais

fechados e as atividades políticas submetidas ao duro regime imposto pelo Ato Institucional n. 05, de 13 de dezembro de 1968. É verdade que, nessa fase, eu fazia também crítica de cinema e de teatro para o *Correio Braziliense*, mas a remuneração recebida não me garantia subsistência em Brasília, onde o custo de vida era sempre mais elevado do que o de outras capitais brasileiras. Em São Paulo, eu já me integrara ao escritório de advocacia dos amigos, que ajudara a organizar, fazendo, ao mesmo tempo, gestões para voltar ao meio jornalístico. Mas, o ambiente, no geral, era desolador.

A indicação do general Emílio Médici, pela tróica militar, para ser o próximo presidente da República criou certo alento na vida da nação, desde que ele proferiu o discurso de aceitação da candidatura, condicionando-a, entretanto, à sua homologação pelo Parlamento, que, em vista disso, foi reaberto. Médici passou a ser, assim, de repente, aquilo que os franceses definem como *porteur d'espoir*. As perspectivas, no jornalismo paulista, começaram a mudar. Mas eu não tinha, por enquanto, nada em vista.

Ao chegar ao Palácio do Planalto para assumir a Secretaria de Imprensa, o jornalista Carlos Machado Fehlberg, que fizera história na imprensa do Rio Grande do Sul, como editor da *Zero Hora*, e mantinha uma crônica política diária na Rádio Gaúcha, aconselhou-se com os jornalistas credenciados sobre um nome, a ser indicado por eles, de profissional, residente em Brasília, que pudesse contratar para ser um de seus assessores. O outro era Antônio Goulart, que ele trouxera do Sul. Como eu já cobrira o Palácio do Planalto, no governo Castello Branco, o meu nome foi, imediatamente, lembrado, ao que fui informado posteriormente, pelo decano da Sala de Imprensa, Alberto Homsí – de personalidade ímpar, um dândi, como os descritos nas páginas de Machado de Assis que, em seu tempo, transitavam pela Rua do Ouvidor, no Rio -,

representante de *O Globo* e por Haroldo Cerqueira Lima (Leleco), da *Folha de S. Paulo*. Sem me conhecer, Fehlberg quis saber naturalmente qual fora o motivo da minha demissão de *O Estado de S. Paulo*, obtendo deles a informação de que pesara, no caso, apenas a minha incompatibilidade com o chefe de redação. Nada, portanto, conforme acrescentaram, de comprometimento político, o que, naquelas condições, como se compreende, seria indesejável.

Em São Paulo, estranhei, quando, no escritório, recebi o chamado telefônico da Presidência da República, informando-me a telefonista que o Secretária de Imprensa, Carlos Fehlberg, falaria, em seguida, comigo. Cordial, ele logo se apresentou e foi direto ao assunto:

- Escute aqui, tchê!... Eu estou precisando de um assessor, na Secretaria de Imprensa, e seu nome me foi indicado por alguns dos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, que o conhecem bem. Você seria contratado pela Agência Nacional para dar um expediente diário de cinco horas. Se você aceitar, o seu nome, como sabe, terá de ser submetido à apreciação dos órgãos de segurança, o que demandará um tempo de mais ou menos quarenta e cinco dias. Antes disso, porém, eu gostaria que você estivesse aqui, em Brasília, para nos conhecermos. Pode ser?

É evidente que eu não tinha como recusar o tão honroso convite, feito pelo Secretário de Imprensa da Presidência da República, naquela maneira cordial, com que ele a mim se dirigiu, num momento, em que me sentia, além de abalado com a demissão, que sofrera, profundamente preocupado com a absoluta falta de recursos financeiros para dar conta de inúmeros compromissos deixados em Brasília. De voz embargada, pela emoção, naturalmente – que não sei se foi notada –, eu lhe disse que aceitava o convite, que agradecia a lembrança do meu nome, feita pelos colegas setoristas do Palácio do Planalto e que estaria em Brasília dentro de poucos dias, como de fato

aconteceu. Assim, se deu o convite de Fehlberg para eu trabalhar, com ele, na Secretaria de Imprensa da Presidência da República e ganhar, com isso, rica experiência na minha vida de jornalista profissional, que me seria útil, mais tarde, quando desempenhei, por três vezes, as funções de Assessor de Imprensa do Banco Central do Brasil – a primeira delas, na gestão de Carlos Geraldo Langoni, como indicado pelos setoristas da área econômica - , duas, as de Assessor de Imprensa do Superior Tribunal de Justiça e uma da extinta Fundação de Assistência ao Estudante – FAE.

4. Como foi a saída de uma redação de jornal para a comunicação institucional?

No meu caso, eu não considero que, naquela oportunidade, tenha se dado a minha saída de uma redação de jornal para a comunicação institucional, o que se daria, concordo, só ao início da década de oitenta, quando deixei a revista *Veja*, para assumir, pela primeira vez, a Assessoria de Imprensa do Banco Central do Brasil. Eu fora contratado, note-se bem, naquela ocasião, como redator de uma agência de notícias – a extinta Agência Nacional – para atuar junto à Secretaria de Imprensa da Presidência da República. A princípio, no período matutino, eu apenas redigia matérias, com base nos atos presidenciais, para serem divulgadas aos jornais, versando principalmente sobre economia, já que o país experimentava a fase de vertiginoso crescimento – o chamado Milagre Econômico – promovido por Delfim Netto. A propósito, cabe aqui observar que as medidas de exceção em vigor, estabelecidas pelo Ato Institucional n. 05, não foram, nesse período, usadas na área política - nenhum parlamentar foi punido, como ocorreu no primeiro governo militar - , mas apenas para introduzir profundas modificações no sistema econômico-financeiro, que era, de fato, muito desorganizado. É bom lembrar, nesse sentido, que o Brasil foi o último país da América Latina a criar, ao início da década de setenta, no

governo de Castello Branco, um Banco Central e que, assim mesmo, ainda funcionou, por longo e longo tempo, numa incompreensível simbiose com um banco de fomento, o Banco do Brasil, o que não era facilmente digerido no exterior. Na parte da tarde, eu cobria o trabalho das comissões técnicas da Câmara dos Deputados para a *Folha de S. Paulo*, que me contratara por indicação também de Haroldo Cerqueira Lima (Leleco), perfeccionista, sempre preocupado com as missões que tinha a cumprir, meu amigo, desde os tempos, em que cheguei, pela primeira vez, para cobrir os trabalhos do Palácio do Planalto, no governo do General Humberto de Castello Branco.

5. Quais eram suas atividades na Secretaria de Imprensa da Presidência da República?

Além de redigir matérias para a Agência Nacional, como ficou dito na resposta anterior, eu passei também a ajudar o jornalista Domingos Santa Cruz – egresso da equipe de assessores do Secretário de Imprensa, Heráclio Salles, no governo Castello Branco - na elaboração de uma sinopse do noticiário da imprensa estrangeira sobre o Brasil. Poliglota, Santa Cruz, um ex-seminarista, pernambucano profundo conhecedor de Teologia, idealizara fazer uma súmula das notícias publicadas pela imprensa estrangeira sobre o Brasil, que não chegavam ao conhecimento das autoridades por falta de repercussão nos jornais do país, submetidos às restrições impostas pelas normas de exceção do AI-05. Já idoso e bastante debilitado pela diabetes, ele veio a falecer tão logo iniciara o trabalho, o qual, desde então, assumi sozinho.

6. Carlos Fehlberg se apoiava muito no senhor, como deixou claro na entrevista a Jorge Duarte. Como era esse apoio, essa relação profissional com Fehlberg?

Desde que o conheci, Carlos Fehlberg se mostrou uma figura bastante comunicativa, apaixonado pelo jornalismo, pela notícia, à qual se dedicava, acredito, com a mesma voracidade, que demonstrava – mas limitado, naturalmente, pela natureza das funções que desempenhava - no comando da redação da *Zero Hora*, em Porto Alegre. De tudo, ele queria estar bem informado. Era objetivo, direto, sem rodeios ou subterfúgios em suas formulações. Tinha, ao que notei logo, um discurso verdadeiro. Era de perfil muito diferenciado, portanto, do de algumas das figuras, com quem eu trabalhara no jornal *O Estado de S. Paulo*. Admito que a afinidade entre nós se estabeleceu, primeiro, pelo fato de termos ambos deixado uma profissão – ele, a Medicina e eu, a Advocacia – para nos dedicarmos ao Jornalismo. Em segundo lugar, pelo fato, talvez, de saber ele do meu conhecimento – assim como o de Santa Cruz - de como funcionara a Secretaria de Imprensa sob o comando de Heráclio Salles, de quem, da mesma forma, tive orgulho de ser amigo. Mas a amizade com Heráclio Salles – e com o seu irmão, o também jornalista Eliezer Salles - se consolidou mais no plano intelectual, pois éramos melômanos, apreciadores da jovialidade da música, principalmente da erudita, o que me levaria a integrar, mais tarde, o Coro Sinfônico Comunitário da UnB, tendo participado, como relato em meu livro, *A Rodar Mares e Jardins*, de sua histórica participação, como primeiro coro convidado da América Latina, do Festival de Coros do Carnegie Hall, em Nova York, em maio de 1994, apresentando, em primeira audição nos EUA, a *Missa de Réquiem*, do padre José Maurício Nunes Garcia. Esse é um fato de que, realmente, me orgulho. Lembro que toda a família Salles, de origem baiana, se dedicava a algum tipo de instrumento musical. Ele era pianista e seus filhos – em número de onze, se não me engano -, todos eles se graduaram em Música, pelo Conservatório Nacional. Eliezer, que viveu por muitos anos em Brasília, era exímio tocador de berimbau. Com Carlos Chagas,

Secretário de Imprensa do governo Costa e Silva - eu, destacado, que fora pelo jornal para outro setor -, tive menos tempo de convivência, que correspondeu apenas à duração da última viagem, que o segundo presidente do regime militar fez ao seu estado natal, o Rio Grande do Sul, um mês antes de sofrer derrame cerebral. Como é do meu feitio, ouvir mais do que falar, eu, além de elaborar a súmula das reportagens feitas na imprensa estrangeira sobre o Brasil, procurava auscultar, quando era o caso, os jornalistas credenciados para saber das suas reivindicações mais importantes, em termos de atendimento, e transmiti-las ao Secretário de Imprensa. Há de se observar, nesse sentido, que a Secretaria de imprensa, naquela época, não tinha a estrutura funcional, nem os recursos, de que dispõe hoje. De forma alguma. O quadro de pessoal era diminuto e os equipamentos – num tempo, em que nem o telefax existia, muito menos o computador – eram poucos e precários. Havia um funcionário, Renato S. Machado, que era pau para toda obra. Era ele – sempre o foi por muitos e muitos anos – quem fazia a viagem precursora das visitas presidenciais aos diferentes Estados da Federação, criando as condições ideais para a cobertura jornalística de todos os eventos e definindo, nos hotéis, as acomodações dos jornalistas. Uma das qualidades, por mim observadas em Carlos Fehlberg, na Secretaria de Imprensa, era a sua capacidade de saber delegar competência, entre os integrantes de sua equipe de assessores, e, muito importante, de confiar plenamente no trabalho de cada um deles. Como era bastante preocupado em propiciar as melhores condições aos jornalistas para realizar o seu trabalho, em duas ocasiões, ele me mandou fazer também as precursoras de viagens presidenciais. A primeira, foi à calorenta cidade de Marabá, incrustada em plena floresta amazônica, a fim de preparar condições favoráveis ao recebimento de jornalistas brasileiros e de correspondentes estrangeiros, encarregados de cobrir a visita do presidente da República às obras da Rodovia Transamazônica. A

segunda, foi a Washington, viagem que se constituiu, para mim, como devo reconhecer, uma oportunidade única, sem precedentes, até então, em termos profissionais. Era a primeira vez que eu cumpria uma missão jornalística no exterior. Doze dias antes da chegada do presidente Médici para se encontrar com o presidente Richard Nixon, eu lá me encontrava, na capital americana. Fui, com a incumbência, dada por Fehlberg, de preparar o roteiro de cobertura da televisão brasileira - que, como eu observaria, teria de obedecer a um rito tradicional - do encontro dos dois presidentes, na Casa Branca e, além disso, de dar atendimento aos jornalistas brasileiros que estariam em Washington, alguns dias antes também da comitiva presidencial. Viajei em companhia do diretor da Agência Nacional, Aldemar Miranda Varejão, que me apresentou a Nélcio Pinheiro, locutor da Voz da América, o qual me ajudaria, assim como alguns funcionários da Embaixada do Brasil, no contato com a Sala de Imprensa da Casa Branca e com outros órgãos do governo americano, nos quais eu obteria as informações necessárias ao meu trabalho, realizado, felizmente, a contento, de acordo com as recomendações do Secretário de Imprensa. Nélcio, natural de Jaú, Estado de São Paulo, antigo galã de novelas da Rádio Nacional, de voz bem postada e possante – foi o intérprete da personagem Alberto Limonda, em *O Direito de Nascer*, do autor cubano Felix Cagnet –, se exilara nos EUA, após o golpe militar de 1964, pois, amigo de João Goulart, integrara o gabinete civil da Presidência da República em seu governo deposto. Em um assunto – o futebol –, de grande interesse do staff presidencial, pois que explorado em demasia pelos governos militares, como o que assoberba o país, nos dias de hoje, com gastos estratosféricos, eu, tenho certeza, não conseguia dar apoio ao Secretário de Imprensa, também grande aficionado do esporte. Era torcedor roxo do Grêmio, no Rio Grande do Sul e do Vasco, no Rio de Janeiro. Quando eu morava em São Paulo, em companhia de

amigos, repórteres da *Gazeta Esportiva*, gostava de ir ao Pacaembu para assistir às partidas de Pelé, pelo Santos e de Zagalo, pelo Botafogo, do Rio. E, já como integrante da equipe da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, chegara a me impressionar com a vibração da torcida do Maracanã, no Fla-Flu, a que compareceu o presidente Médici, ovacionado pelo público e saudado por Nelson Rodrigues e pelos demais cronistas esportivos. Mas eu não conseguia acompanhar o dia a dia dos jogadores e dos clubes de futebol para atualizar, em informações, o Secretário de Imprensa. Em vista disso, quando houve necessidade de convocar mais um redator, da Agência Nacional, para a Secretaria de Imprensa, não pensei duas vezes para indicar a Fehlberg o nome de Aluisio Raymundo de Carvalho, que, além de ser um dos apresentadores do programa *A Voz do Brasil*, era também apaixonado por futebol e, tal como o Fehlberg, torcedor emérito do Vasco da Gama. Por isso, os dois se entenderam muito bem.

7. Como fazia a triagem das notícias veiculadas no exterior e como as repassava ao presidente? Ou era Fehlberg quem fazia essa seleção do que ia ao conhecimento do presidente Médici?

Não. Não havia nada disso. A princípio, se alguma seleção era feita, isso acontecia no Ministério das Relações Exteriores, possivelmente na Assessoria de Imprensa, que nos fornecia revistas e jornais do exterior, contendo matérias sobre o Brasil. Eu procurava aproveitá-las por assuntos, que eram, naturalmente, os de mais evidência no momento. Vez por outra, o Fehlberg recebia informação de alguns Ministérios sobre matérias, veiculadas na imprensa estrangeira, de interesse de suas respectivas áreas, cujos titulares desejavam que seu conteúdo chegasse ao conhecimento do presidente da República e do chefe do gabinete civil. Nesse caso, a matéria original ou a cópia dela nos era fornecida pelo Ministério interessado ou pelo Ministério das

Relações Exteriores que, solicitado, tratava de consegui-la por meio da embaixada do respectivo país, em que fora publicada. No geral, as matérias eram divulgadas por revistas de restrita circulação, algumas da Itália e da Alemanha.

A súmula era datilografada e reproduzida em cópias xerográficas, enfileiradas num opúsculo, cuja capa, feita em papel mais encorpado, que , depois de algum tempo, passou a ser previamente impressa, o que lhe deu acabamento mais formal. A edição não excedia nunca o número de dez exemplares, que, após ser lidos pelo Secretário de Imprensa, seguiam, sem periodicidade rígida, para os gabinetes do presidente, dos chefes dos gabinetes civil e militar e de outros.

8. Dentro da Secretaria de Imprensa, como Fehlberg desempenhava suas atividades?

Como já disse, repito que um dos traços marcantes da personalidade de Carlos Fehlberg é, sempre foi, desde que o conheci, o da comunicabilidade E também, como complemento, o da cordialidade. Na Secretaria de Imprensa da Presidência da República, ele nunca foi dado ao trabalho de portas fechadas. Estava sempre de bom humor, mesmo em momentos – éramos poucos os que sabíamos – , em que enfrentava, além das pressões de suas funções, o desajuste familiar ao estilo de vida de Brasília, o que acabou por levar a mulher e as filhas a regressar ao Rio Grande do Sul. Ele aqui ficou só, mas, com enorme poder de superação. Ao seu gabinete, jornalistas, assessores e funcionários de apoio da Secretaria tinham livre acesso, a não ser em ocasiões especiais, quando as pessoas, que atendia – quase sempre jornalistas, com pautas exclusivas -, lhe pediam sigilo de conversa. Como era muito estimado pela alta cúpula do governo, Fehlberg também recebia, quase diariamente, a visita de membros do gabinete civil, de assessores parlamentares e de diplomatas do cerimonial da presidência da República. Da mesma forma, compareciam ao seu

gabinete os dois filhos do presidente, Sérgio e Roberto Médici, sendo que o primeiro, mais extrovertido e desembaraçado, era o mais assíduo e o que mais conversava com os jornalistas credenciados sobre assuntos variados.

9. O senhor percebia alguma influência externa dentro da Secretaria de Imprensa, seja pela Aerp ou mesmo por militares envolvidos nessa esfera da comunicação?

O que percebo é que o termo “influência” assume, aqui, nesta indagação, um sentido dúbio. Sim, porque essa é uma palavra, embora muito usada, de difícil emprego. Em arte plástica, seu significado é quase sempre de sentido benéfico, favorável, quando se diz uma frase, por exemplo, como a do crítico Michael Baxandall (*Padrões de Intenção*) que *os impressionistas tiveram forte influência sobre a importância que hoje atribuímos à cor, no sentido dos matizes, em nosso modo de observar e de falar de pintura*. Se, na pergunta, a palavra significa “contribuição” ou “colaboração”, eu direi que sim. A Secretaria de Imprensa complementava o trabalho da Assessoria de Relações Públicas –AERP - e vice-versa, como é natural, já que são dois órgãos que cuidam de serviços afins. Mas, se a acepção for tomada como “dependência”, “subserviência” ou “submissão”, eu direi prontamente que não. Nunca percebi isso. Até mesmo por que os militares, envolvidos na esfera da comunicação, aos quais faz alusão a pergunta, se sobressaíram ou ganharam projeção durante a primeira postura do governo, que, antes da eclosão dos atos de terrorismo e das terríveis guerrilhas urbanas, prometia abertamente à nação a democratização gradual e lenta do país. Na segunda fase, a do endurecimento do regime e dos lamentáveis apelos à repressão desmedida, provocada pelo vandalismo de esquerdistas radicais, a AERP foi praticamente desativada e a Secretaria de Imprensa ganhou o primeiro plano na comunicação do Planalto com a população brasileira. Poucos analistas consideram isso. E poucos também são capazes de reconhecer que foi, nesse novo cenário, que

Carlos Fehlberg teve oportunidade de demonstrar o seu extraordinário tirocínio de lidar com a notícia, com a informação. De muita têmpera, como poucos profissionais que conheci, Fehlberg, no momento, em que teve de enfrentar situações adversas, advindas do quase total entorpecimento da mídia – de que sou testemunha -, embora também afetado no seu exercício profissional, deu magníficas lições de sua habilidade não só técnica, mas política. Ele não abandonou o barco. Teve, pelo contrário, a meu ver, momentos memoráveis de atuação. Como reconheço e, agora novamente repito, as lições dele me foram preciosas, como orientação, para também desempenhar a minha difícil missão à frente da Assessoria de Imprensa do Banco Central do Brasil, quando, ao início da década de oitenta, o país faliu, não tendo divisas sequer para comprar insulina para diabéticos e se viu obrigado a renegociar, de pires na mão, a sua volumosa dívida externa com os organismos de crédito internacionais.